INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO – CAMPUS OLINDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ADA VERÔNICA DE NOVAES NUNES

BIBLIOTECA INCLUSIVA: IDENTIFICANDO ESTRATÉGIAS E ESPECIFICANDO RECOMENDAÇÕES PARA O SUPORTE AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

Olinda
2021

ADA VERÔNICA DE NOVAES NUNES

BIBLIOTECA INCLUSIVA: IDENTIFICANDO ESTRATÉGIAS E ESPECIFICANDO RECOMENDAÇÕES PARA O SUPORTE AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Olinda do Instituto Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Ivanildo José de Melo Filho.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Olinda

2021

N972b Nunes, Ada Verônica de Novaes.
Biblioteca Inclusiva: Identificando Estratégias e Especificando Recomendações para o Suporte aos Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Profissional e Tecnológico. / Ada Verônica de Novaes Nunes. – Olinda, PE: O autor, 2021.
245 f.: il., color. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ivanildo José de Melo Filho.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, Coordenação Local Profept/IFPE - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2021.

Inclui Referências, Apêndices e Anexos.

1. Educação – Pessoas com deficiência. 2. Estudantes com deficiência visual. 3. Biblioteca – pessoas com deficiência. 4. Bibliotecas Inclusivas. 5. Ensino Profissional e Tecnológico. I. Melo Filho, Ivanildo José de (Orientador). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE. III. Título.

371.9 CDD (22 Ed.)

Catalogação na fonte
Bibliotecária Andréa Cardoso Castro - CRB4 1789

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO
Autarquia criada pela Lei n° 11.892 de 29 de dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ADA VERÔNICA DE NOVAES NUNES

BIBLIOTECA INCLUSIVA: IDENTIFICANDO ESTRATÉGIAS E ESPECIFICANDO RECOMENDAÇÕES PARA O SUPORTE AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Olinda do Instituto Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Ivanildo José de Melo Filho.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 07 de maio de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivanildo José de Melo Filho
IFPE – Campus Paulista

Prof.ª Dr.ª Valquíria Farias Bezerra Barbosa
IFPE – Campus Pesqueira

Prof.ª Dr.ª Rosangela Maria de Melo
IFPE – Campus Paulista

Prof. Dr. Rodrigo Lins Rodrigues
UFRPE – Centro de Educação

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO
Autarquia criada pela Lei n° 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ADA VERÔNICA DE NOVAES NUNES

BIBLIOTECAS INCLUSIVAS: UM GUIA DE RECOMENDAÇÃO DIRECIONADO AO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO IFPE

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Olinda do Instituto Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 07 de maio de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivanildo José de Melo Filho
IFPE – Campus Paulista

Prof.ª Dr.ª Valquíria Farias Bezerra Barbosa
IFPE – Campus Pesqueira

Prof.ª Dr.ª Rosangela Maria de Melo
IFPE – Campus Paulista

Prof. Dr. Rodrigo Lins Rodrigues
UFRPE – Centro de Educação

A todos que de alguma forma auxiliaram na construção desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A minha família, maninha Jomara, meu cunhado Bira, minha sobrinha Marina “a malina”, Vina meu irmão, **mainha** e **painho** por estarem comigo sempre. Por me fornecerem o carinho que tanto necessito.

Ao Professor Dr. Ivanildo José de Melo Filho, pela paciência, pela compreensão das minhas dificuldades e sensibilidade, pela orientação com toda dedicação e todo carinho que um ser humano deveria receber.

Aos meus irmãos de coração, Thamiris, Claudinha, Jhone, por me fazerem rir, pelas “palhaçadas”, pelos almoços juntos, por cada palavra de carinho e por estarem sempre ao meu lado e serem meu porto seguro.

A Anderson, Paulo Uchôa e Múcio pelo incentivo, conversas, brincadeiras. Amigos de verdade que vou levar para a vida. Vocês também, são meu porto seguro.

Às minhas companheiras Dayana, Juliane, Mari e Catarina, por nossas viagens ao *Campus* Olinda, sempre com alegria. Que dias inesquecíveis!

À “turma mais linda” do ProfEPT 2018.2 – *Campus* Olinda - que foi muito parceira em todos os momentos de aflição e alegria. Não há palavras para defini-la. Em especial a Luciana. Lu! você foi os braços e pernas quando mais precisei.

Aos queridos, Carminha, Ionaldo, Verônica e Zitinha por nunca me deixarem sozinha.

À Keyla “eu”, sempre dizendo o que preciso ouvir, na hora certa e no momento certo, como mágica. À Gercica, Marília, Will por me fornecerem força no momento ideal.

À Tábata por sempre estar comigo nas horas boas e ruins. Por ser uma mãe, mesmo que temporária, mas prazo indefinido.

À Edva e a Evelyn, por me considerarem o “terceiro elemento” da família e serem tudo para mim. Desculpa a ausência.

À Priscila, à Pamela e a Leo simplesmente por serem irmãos, de coração, e serem tudo para mim. Desculpa a ausência. Em especial a Pam que soube lidar com meus estresses e desânimos e mostrando sempre que o mundo é lindo.

A todos da DGPE e ao SIASS, pelo apoio e carinho nas horas necessárias.

À PROEXT, à PRODEN e à PROPESQ pelas informações fornecidas.

A todos bibliotecários e funcionários que contribuíram com carinho, especialmente a servidores Thiago Ribas, Alaíde, Carlão e Andreza e; aos participantes da pesquisa. Sem vocês não seria possível.

Aos avaliadores do Produto Educacional que contribuíram com sugestões e informações enriquecedoras para a melhoria e elaboração da versão final.

Aos professores do mestrado PROFEPT, *Campus* Olinda, que nos ajudaram a conhecer um mundo diferente, com muita sabedoria e cuidado.

À Evelyne, apoio administrativo do mestrado, sempre paciente e disponível.

A Tia Ana e Tia Stella pelo carinho de sempre. Por ter cuidado de mainha nesse ano de pandemia em que não podia estar muito perto.

A “Pempem” minha segunda mãe e que sempre se preocupa comigo e ora por mim.

A Eduardo Maciel e Marcinha amigos que estão comigo sempre. A vida me presenteou com vocês grandiosamente. Obrigada!

Aos amigos do Budismo Soka Gakkai. Uma família que traz na hora certa, vivências, surpresas e felicidade na minha vida. Aproveito e recito com amor: “nam myoho rengue kyo”

“Eis o meu segredo: só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos. Os homens esqueceram essa verdade, mas tu não a deves esquecer. Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”.

Antoine de Saint-Exupéry (1943)

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo verificar a contribuição de um Guia Recomendativo visando o fomento ao suporte inclusivo das bibliotecas para os estudantes com deficiência visual no âmbito dos Institutos Federais, em especial, o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). O problema de pesquisa que norteou o trabalho concentra-se na ausência ou limitação de estratégias específicas direcionadas às bibliotecas do IFPE quanto ao atendimento das demandas desses estudantes, tendo em vista que eles necessitam da informação em formato acessível ou adaptado para consumi-las. Para a condução do trabalho foi planejado e implementado um protocolo de revisão de literatura sistemática de modo a selecionar os trabalhos associados com a temática. Por meio desse protocolo, foi possível identificar um conjunto de ações quanto ao suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual no contexto de diferentes Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que resultaram na identificação de 13 (treze) estratégias. Essas estratégias representam, portanto, um conjunto inicial de ações identificadas que podem ser exploradas em contextos específicos da EPT. A partir disso, o método planejado e aplicado consistiu em um estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa que conduziu esta investigação. Esse estudo foi composto por 04 (quatro) fases a saber: (i) observação diagnóstica, (ii) análise documental, (iii) órgãos do IFPE e (iv) docentes e os estudantes com deficiência visual. Para a realização dessas fases foram utilizados instrumentos específicos, como: visita *in loco*, entrevistas abertas e questionários semiestruturados. O universo investigado foi o IFPE, especificamente, as bibliotecas dos *Campus* Garanhuns e *Campus* Recife. Para a análise de dados foi adotada a análise de conteúdo com abordagem lógico-semântico para interpretação dos dados. A análise de dados resultou em 04 (quatro) pontos identificados que subsidiaram o desenvolvimento do Produto Educacional (PE). Na sequência, é apresentado o Produto Educacional e o seu processo de desenvolvimento resultante das fases constituintes do processo metodológico. O PE foi organizado em formato de Guia ofertado em meio digital, composto por 04 (quatro) recomendações, todas com caráter sugestivo e com direcionamentos no que tange as bibliotecas para promover sistematicamente a inclusão dos estudantes com deficiência visual. Por fim, A etapa de avaliação da aplicabilidade do PE foi realizada por 11 (onze) especialistas, todos servidores do IFPE que estão envolvidos de algum modo nesse processo. O roteiro metodológico para a avaliação do PE foi baseado em 05 (cinco) dimensões. Os resultados sinalizaram a sua necessidade e o seu potencial de uso no contexto da EPT. Os pontos de melhoria indicados pelos especialistas permitiram realizar os ajustes necessários à disponibilização de uma nova versão do PE no repositório eduCAPES.

Palavras-Chave: Biblioteca Inclusiva. Estudantes com Deficiência Visual. Educação Profissional e Tecnológica. Guia de Recomendações

ABSTRACT

This dissertation aimed to verify the contribution of a Recommendative Guide aiming at promoting the inclusive support of libraries for students with visual impairments within the scope of Federal Institutes, in particular, the Federal Institute of Pernambuco (IFPE). The research problem that guided the work is concentrated in the absence or limitation of specific strategies directed to the IFPE libraries in order to meet the demands of these students, considering that they need information in an accessible or adapted format to consume them. To conduct the work, a systematic literature review protocol was planned and implemented in order to select the works associated with the theme. Through this protocol, it was possible to identify a set of actions regarding inclusive support for students with visual impairments in the context of different Federal Institutes of Professional and Technological Education (EPT) that resulted in the identification of 13 (thirteen) strategies. These strategies therefore represent an initial set of identified actions that can be explored in specific EPT context. From this, the planned and applied method consisted of an exploratory and descriptive study, with a qualitative approach that conducted this investigation. This study was composed of 04 (four) phases, namely: (i) diagnostic observation, (ii) document analysis, (iii) IFPE departments and (iv) teachers and students with visual impairment. To carry out these phases, specific instruments were used, such as: on-site visits, open interviews and semistructured questionnaires. The universe investigated was IFPE, specifically, the libraries of Campus Garanhuns and Campus Recife. For data analysis, content analysis with a logicalsemantic approach for data interpretation was adopted. The data analysis resulted in 04 (four) identified points that supported the development of the Educational Product (EP). In the sequence, the Educational Product and its development process resulting from the constituent phases of the methodological process are presented. The PE was organized in the form of a Guide offered in digital media, composed of 04 (four) recommendations, all with a suggestive character and with guidelines regarding libraries to systematically promote the inclusion of students with visual impairments. Finally, the stage of assessing the applicability of the EP was carried out by 11 (eleven) specialists, all IFPE employees who are involved in some way in this process. The methodological script for the evaluation of the NP was based on 05 (five) dimensions. The results signaled its need and its potential for use in the EPT context. The improvement points indicated by the specialists allowed the necessary adjustments to be made to make a new version of the PE available in the eduCAPES repository.

Keywords: Inclusive Library. Visually Impaired Students. Professional and Technological Education. Recommendations Guide.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AÇÃO TEC NEP – Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

CEP – Comissão de Ética Pública

CF/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CPI – Coordenação de Políticas Inclusivas do IFPE/Reitoria

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FIC – Formação Inicial e Continuada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística

IFPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

LDB – Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência

NBR – Norma Brasileira

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PE – Produto Educacional

PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático

PPPI – Projeto Político Pedagógico Institucional

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SIBI – Sistema de Bibliotecas Integradas

TA – Tecnologia Assistiva

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

Capítulo

1

1 A PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo apresentar as evidências que balizaram a condução desta pesquisa. São apresentadas a sua justificativa, o problema e a questão de pesquisa que nortearam o trabalho, seus objetivos e a relação da pesquisadora com o tema investigado. Ao final, é descrita a estrutura da dissertação.

1.1 INTRODUÇÃO

O Censo Demográfico de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística (IBGE), evidencia que 45,6 milhões de pessoas possuem ao menos um tipo de deficiência, correspondendo a 23,9% do total da população brasileira. Dessa parcela, 38.473.702 vivem em áreas urbanas e 7.132.347 nas áreas rurais. Sendo, a deficiência visual a que mais atinge o Brasil (18,8%), na sequência, as deficiências, motora (7%), auditiva (5,1%) e, por fim, a mental ou intelectual (1,4%). O Censo ratifica, que há uma diferença expressiva no nível de escolaridade entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, pois 61,1% da população com 15 anos ou mais com deficiência não têm instrução ou têm apenas o ensino fundamental incompleto.

Adentrando no contexto educacional, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), versa no art. 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada em

conjunto com a sociedade, para promover o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em consonância ao artigo 205 da CF/88, a Lei nº 9.394/1996 (LDB) – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – afirma que a educação tem como objetivo o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

E o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015 - garante que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, dentre outras prioridades, os direitos referentes à vida, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à acessibilidade, à cultura, à informação, aos avanços científicos e tecnológicos. Além disso, a Norma Brasileira 9050:2015 (NBR), indica, dentre outras exigências, que deve existir pelo menos uma rota acessível que interligue o acesso de estudantes às áreas administrativas, de recreação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas.

Todos esses aspectos defendidos por essas legislações ou norma, convergem com os fundamentos defendidos pela educação profissional e tecnológica, como explanam os autores Kuenzer (2007, 2017); Marise Ramos (2014a, 2014b), Saviani (1994, 2011, 2013, 2015); em relação principalmente a formação de um indivíduo integral e omnilateral1. E com os fundamentos da inclusão, que discutem sobre a diversidade humana, a luta por equidade, os direitos das pessoas com deficiência, conforme defendem, Carvalho (2010); Mantoan (2011, 2015) e; Sassaki (2009, 2010). Assim, a inclusão segue muitos preceitos dos alicerces da educação profissional, como será discutido no referencial teórico.

Souza e Rabelo (2014), atentam que cursar uma universidade ou curso profissionalizante é o desejo de muitos e que ter uma profissão é uma maneira de se estruturar economicamente e socialmente. Entretanto, muitos estudantes com deficiência não têm acesso ao material utilizado pelo professor, não podendo frequentar os mesmos espaços pedagógicos que os outros estudantes. Os avanços tecnológicos são inúmeros e a inclusão é direito, mas ao observar a

---

[1] Uma formação que desenvolva ao máximo as potencialidades espirituais-intelectuais dos indivíduos Fonte: SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: Ferretti, Celso J. et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 1994.

literatura e as legislações vigentes, percebe-se que os avanços ainda são incipientes, pois, existem diversas barreiras a serem desobstruídas.

Para conceituar o que são barreiras, em relação a inclusão, Sassaki (2009) define seis dimensões: arquitetônica (barreiras físicas), comunicacional (barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação), instrumental (barreiras em instrumentos, ferramentas, utensílios), programática (barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas) e atitudinal (preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade em relação as pessoas com deficiência). Além disso, Sassaki (2010), afirma também, que inclusão é um processo em que a sociedade se adapta para incluir pessoas com deficiência ou não. Trata-se de uma “equiparação de oportunidades”.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Pernambuco (PDI 2014-2018), plano vigente no ano da realização desta pesquisa de mestrado, possui como missão promover a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em todos os níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva.

Considerando que a missão claramente se compromete com uma “prática cidadã e inclusiva”, por que as bibliotecas do IFPE, ainda se encontram com ausências/limitações em relação às estratégias inclusivas para o acesso às informações pelos estudantes com deficiência visual, como verificado durante a observação diagnóstica nos *Campi* selecionados para a pesquisa.

Pupo, Melo e Ferrés (2006), afirmam que uma biblioteca acessível é um ambiente que aceita a presença de todos, acolhendo um público diverso, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população.

Nesse contexto, ao verificar as bibliotecas do IFPE, estas utilizam o Sistema de Bibliotecas Integradas (SIBI)2. Entre os serviços oferecidos, cita-se, o empréstimo domiciliar, catalogação na fonte, normatização de trabalhos

---

[2] O SIBI tem como objetivo padronizar as atividades do IFPE, voltadas para coleta, tratamento, armazenagem, recuperação e disseminação de informações. Disponível em: em:<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/article/viewFile/185/86. Acesso em 10 jan. 2019.

acadêmicos, catálogo online, e espaços de estudos coletivos e individuais (Portal do IFPE, 2018).

É importante destacar que é previsto nos regulamentos internos das bibliotecas que pesquisadores e estudantes sem vínculo com o IFPE, também podem ter acesso ao acervo do SIBI, por meio de consulta presencial. Portanto, as bibliotecas devem estar preparadas para receberem a todos.

Todavia, ao observar as legislações vigentes e as iniciativas do Instituto Federal, sobre acessibilidade e inclusão, é possível perceber que as bibliotecas, apesar dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Deficiência (NAPNE) e a Coordenação de Políticas Inclusivas (CPI) serem uma realidade presente, não são acessíveis e inclusivas para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Desse modo, é necessário efetivar ações especificas e que busquem não só discussão, mas também que o IFPE alcance o objetivo de incluir, fornecer material acessível e tornar seus *Campi*, mesmo que provisórios, acessíveis aos estudantes. Como também, motivar a concretização de bibliotecas inclusivas voltadas ao suporte das diferentes deficiências e necessidades específicas e de qualquer curso técnico e tecnológico ofertado pela Instituição.

Diante dos pontos supracitados, é possível perceber que as bibliotecas do IFPE necessitam assumir protagonismo no alinhamento em direção a tornarem-se verdadeiramente inclusivas, em especial, aos estudantes com deficiência visual, que enfrentam dificuldades específicas para a busca de informação.

Ademais, esta pesquisa, provoca a reflexão que igualdade, não é inclusão e não é equidade. Isso é um alerta aos que lidam com pessoas com deficiência. A igualdade parte do juízo de que devemos tratar todos iguais, mas não somos iguais, não há a uma padronização. A equidade traz outra perspectiva, sendo um conceito que defende que, se não somos iguais, então devemos tratar o diferente de forma diferente, e considerar as necessidades individuais de cada ser humano (MANTOAN, 2011).

1.2 PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

Um ambiente inclusivo pode ser composto de diversos fatores, tais como: o uso de tecnologias adaptadas e acessíveis, funcionários qualificados e

pessoas dispostas a cumprir estratégias de inclusão e demais ações voltadas à acessibilidade e inclusão desses usuários.

Desse modo, o problema abordado nesta pesquisa concentra-se na ausência/limitação de estratégias específicas direcionadas às bibliotecas do IFPE quanto ao suporte inclusivo aos estudantes com diagnóstico de cegueira ou baixa-visão (deficiência visual).

A questão de pesquisa que norteia este trabalho é: a definição de estratégias inclusivas para as bibliotecas do IFPE promoverá um entendimento abrangente a comunidade acadêmica sobre as ações pedagógicas para o suporte aos estudantes com deficiência visual?

1.3 OBJETIVO GERAL

Averiguar a contribuição de um Guia Recomendativo para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual no âmbito do IFPE.

1.4 OBJETIVOS ESPECIFÍCOS

- Diagnosticar quais são as barreiras institucionais e dificuldades vivenciadas pelos estudantes com deficiência visual;
- Investigar as práticas de consumo dos estudantes com deficiência visual ao usufruírem os serviços educacionais das bibliotecas, no âmbito do IFPE;
- Compreender como as bibliotecas se estruturam e quais as necessidades para o suporte de serviços inclusivos p;ara pessoas com deficiência visual;
- Especificar um Guia com recomendações integrativas, para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual do IFPE.

1.5 A PESQUISADORA

Esta seção apresenta as informações sobre a pesquisadora e seu envolvimento com o tema e com o campo a ser pesquisado. O objetivo é oferecer informações sobre a sua vivência acadêmica e profissional, bem como, a familiaridade com o tema pesquisado.

Essa perspectiva encontra-se alinhada as recomendações de Malheiros (2011), pois o autor ratifica que o pesquisador deve ter conhecimento acadêmico

e interesse pessoal sobre o tema, para conseguir trilhar sua jornada de investigação e que o mesmo deve estar preparado para que suas convicções e ideias sejam confirmadas ou negadas pela pesquisa.

Assim, o início da relação com esse tema, originou-se quando encontrei uma estudante conhecida como Ceiça. Ela, estudante cega, necessitava de ajuda para ir a todos os lugares, por falta de acessibilidade no cursinho do pré-vestibular, e que devido a tantas dificuldades, o abandonou após 4 meses de ingresso. Porém, por meio dela, conheci outros “mundos”, como a Associação Pernambucana de Cegos (APEC) e o Instituto dos Cegos do Recife.

Essa experiência, tornou-se o ponto de partida para que eu percebesse o mundo de maneira diferente, desde então busco contribuir continuamente, para que as pessoas com deficiência, também possam vivenciar as mesmas experiências que eu, como frequentar cursos, universidades, trabalho e bibliotecas. Por isso, os trabalhos das graduações e da especialização tiveram temas associados a pessoas com deficiência visual.

Possuo graduação em Licenciatura Plena em Geografia, pela Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata – UPE (2006-2010) e graduação em Pedagogia, pela UNINTER (2017-2018). Além disso, fiz pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva, pela UNINTER (2014-2016). Mais informações acesse meu currículo lattes, pelo link: http://lattes.cnpq.br/1742355866452828.

No trabalho de conclusão da graduação em Licenciatura Plena em Geografia abordei sobre Pessoas com Deficiência Visual e Mapas Táteis, tendo em vista a grande importância do mapa como recurso didático para as aulas de geografia, surgindo a preocupação de como os mapas devem ser utilizados com estudantes diagnosticados com cegueira ou baixa visão, oferendo a estes as mesmas experiências educativas dos demais colegas, respeitando suas necessidades especificas.

No âmbito da especialização explorei atividades relacionadas a Educação Especial e Inclusiva fazendo uma pesquisa bibliográfica e análise teórica sobre a temática, para entender a amplitude e complexidade do tema, trazendo os conceitos e as características das deficiências, a evolução da educação para pessoas com deficiência, Tecnologias Assistivas e diferenças entre educação inclusiva e especial.

Em relação ao trabalho de conclusão de graduação em Pedagogia investiguei a Gestão Democrática Inclusiva, com o objetivo de fazer uma pesquisa bibliográfica e apresentar a relação entre a gestão escolar e a proposta de educação inclusiva. A justificativa do tema deu-se devido as dificuldades de um estudante autista, observado em sala de aula regular, durante o estágio de Docência na Educação Infantil e Séries Iniciais da Educação Básica, durante o curso. Chegando à conclusão que a escola concebida como instituição social, tem por obrigação legal e ética de atender a todas as crianças e cabe ao gestor, organizá-la de maneira democrática, e, portanto, inclusiva.

Em relação a vida profissional, em 2013, fui classificada no concurso do Instituto Federal de Pernambuco e em 2014, iniciei minhas atividades na Instituição. Desde então, atuo especificamente na Diretoria de Gestão de Pessoas (Reitoria).

Atualmente, está realizando esta pesquisa de mestrado, com o tema bibliotecas inclusivas para pessoas com deficiência visual, do Programa PROFEPT e em 2020 ela se encerraria, se não tivéssemos vivendo uma pandemia do COVID-19, que dificultou o andamento no tempo pré-estipulado. Novos desafios surgiram, em relação, inclusive, de pensar, como os estudantes com deficiência irão frequentar os cursos técnicos de forma remota se grande parte das Intuições de Educação não são inclusivas. O que ratifica que nossa jornada é longa, e trilharemos outros caminhos pela inclusão e equidade entre as pessoas, pois acredito que discutir a inclusão é fundamental para a sua concretização.

Percebe-se que a discussão em torno da inclusão se pauta numa crítica a esse modelo de escola seletiva, que desconsidera a diversidade. Pauta-se também na necessidade de ampliação de oportunidades para todos, priorizar o acesso, a permanência e o sucesso dos indivíduos com necessidades educacionais especificas.

Ainda há muitos caminhos a serem desbravados, e, tive a oportunidade de trabalhar em quatro comissões do vestibular do IFPE, e ter um contato direto com futuros estudantes e compreender a importância de uma educação de qualidade, pública e que forma também, para o mundo do trabalho e principalmente, para a vida. Trabalhando, dentre outras atividades, com as solicitações dos candidatos com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, para realizarem a prova do vestibular de forma inclusiva, portanto com equidade.

E o mais gratificante, nessas comissões, foi trabalhar com candidatos com todos os tipos de deficiência (cegos, baixa visão, autismo, dislexia, deficiência motora, cadeirantes, surdos, paralisia cerebral leve, dentre outros) que precisavam de recursos e pessoas qualificadas para prestarem o vestibular. E registro aqui, que apesar das dificuldades, a comissão sempre fez o melhor atendimento possível, com os recursos financeiros e tecnológicos que o IFPE dispunha, e, nunca deixou de acolhê-los.

O fato é que, para se efetivar uma real inclusão educacional e social, são necessárias muitas transformações, reestruturação das escolas em diferentes níveis, como curriculares, estruturais, ideológicos, de formação e capacitação profissional, além de reflexões de questões econômicas e políticas públicas. E por isso, meu desejo de contribuir é sempre renovado para essa temática.

1.6 DELINEAMENTO PARA A REVISÃO DE LITERATURA E PARA PROPOSTA DE MÉTODO

Para aprofundar as questões que envolvem o tema dessa pesquisa, primeiramente foi realizado um protocolo de revisão de literatura com perguntas norteadoras, baseado no modelo da autora Kitchenham (2007, 2009). Após essa etapa, a proposta de método se caracterizou, como um estudo exploratório e descritivo, por meio de uma abordagem qualitativa que segue as recomendações dos autores, em ordem alfabética: Araújo (2011), Bardin (2016), Fachin (2017), Flick (2009, 2013), Gil (2002), Malheiros (2011) e Minayo (2013).

1.7 ESTRUTURA DO PROJETO DE DISSERTAÇÃO

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira:

- **Capítulo 1** – Introdução: traz algumas legislações e dados estatísticos sobre deficiência. O problema e questão de pesquisa e objetivos a seres alcançados. E conta um pouco da história da pesquisadora.
- **Capítulo 2** – Protocolo de Revisão de Literatura Sistematizado: trata da importância do protocolo de revisão e o tipo de revisão

escolhida, definindo-se o planejamento, a seleção dos documentos e os resultados obtidos com a pesquisa.

- **Capítulo 3** – Bibliotecas inclusivas e educação profissional: a inclusão na plenitude da palavra, traz conceitos importantes sobre a deficiência visual e sobre educação especial e inclusiva. Além de discutir sobre biblioteca inclusiva, acessibilidade e tecnologia para pessoas com deficiência visual.
- **Capítulo 4** – Método: apresenta a metodologia de pesquisa para o estudo, suas etapas, instrumentos, campo de estudo e participantes da pesquisa.
- **Capítulo 5** – Análise e discussão dos resultados: traz a coleta, análise e discussão dos dados coletados e obtidos, por meio da metodologia proposta.
- **Capítulo 6** – Produto Educacional: explana sobre o processo de construção do produto, sua caracterização, como aconteceu o processo de desenvolvimento e de avaliação por especialistas.
- **Capítulo 7** – Considerações Finais: faz-se um breve resumo da pesquisa, explanando sobre as dificuldades e limitações, contribuições do trabalho e trabalhos futuros que podem ser desenvolvidos, deixando o desejo de que a temática continue sendo estudada por outros pesquisadores.

Capítulo

2

2 PROTOCOLO DE REVISÃO DE LITERATURA SISTEMATIZADO

Este capítulo tem como propósito apresentar o protocolo de revisão de literatura. Ele foi definido a partir de critérios que envolvem o tema desta pesquisa e servirá como base para o desenvolvimento teórico desta investigação. Para tanto, as seções que seguem tratam da importância do protocolo de revisão e o tipo de revisão escolhida para este momento, definindo-se o planejamento, a seleção dos documentos e os resultados obtidos até este momento.

2.1 INTRODUÇÃO

A revisão de literatura que conduz esta pesquisa, consiste em uma revisão sistemática a qual sintetiza os estudos de forma descritiva ou narrativa, para extrair, verificar e sumariar as informações sobre métodos e resultados das pesquisas selecionadas, seguindo os preceitos do trabalho de Kitchenham (2007,2009), o que resultou em um protocolo de revisão de literatura sistematizado.

Sendo assim, a revisão tem como fim, analisar e sistematizar a literatura existente sobre bibliotecas inclusivas para pessoas com deficiência visual no ensino profissional e tecnológico. Tendo como escopo compreender o que é uma biblioteca inclusiva, qual o seu papel como espaço de aprendizagem e de

convivência nos Institutos Federais para estudantes com cegueira ou baixa visão e quais dificuldades em torná-la real e concreta, especificamente no âmbito do IFPE.

Assim, a importância dessa revisão e construção do protocolo é que, ao final, o pesquisador obterá as informações consideradas essenciais para o estudo, de forma sistematizada, para facilitar a leitura e elaboração da pesquisa, como também evitar a repetição de fontes. E o leitor, entenderá de uma forma dinâmica e prática, quais as literaturas foram escolhidas e como ocorreu esse processo, o que serve como fonte para outras pesquisas.

De tal modo, esse processo, seguindo Kitchenham, (2007, 2009) possui as seguintes etapas: de planejamento, em que foram definidas duas questões de pesquisa (Q1 e Q2); fontes de busca, esclarecendo onde os dados foram buscados, os filtros e os descritores de seleção; os critérios de inclusão e exclusão; a utilização de estratégias de pesquisa automática e manual; e finalmente, os resultados obtidos, que serão demonstrados.

2.2 PLANEJAMENTO DA REVISÃO

Como a pesquisa constitui-se por um caminho composto de três momentos intensamente relacionados e que, às vezes, sobrepõem-se, planejamento, execução e comunicação dos resultados; é importante planejar antes de realizar uma revisão detalhada, sendo imperativo confirmar a necessidade de como será realizada essa revisão e produzir um protocolo de revisão (planejamento), definindo os procedimentos básicos (KITCHENHAM, 2007).

Para a busca de informações, optou-se tanto pela pesquisa manual, quanto pela pesquisa automática. Para Vieira (1988), a indexação manual é uma tarefa que demanda conhecimento do assunto, consistência técnica e desenvolvimento de linguagens, para realizar a pesquisa de forma apropriada a cada sistema de informação disponível, exigindo tempo. Enquanto, a indexação automática é uma seleção rápida, eficiente e não dispendiosa. Tornando-se uma técnica que necessita, de uma atividade intelectual (homem) e um computador, este, programado sobretudo e alimentado com informações a serem indexados (VIEIRA, 1988).

2.2.1 DEFINIÇÃO DAS QUESTÕES NORTEADORAS DA BUSCA

Minayo (2013), atenta que todas as investigações se iniciam com uma dúvida ou por um problema ou questão, que estão intrinsecamente interligados aos conhecimentos prévios dos pesquisadores. Nenhuma teoria, explica todos os fenômenos, por isso, o investigador, separa e recorta determinados aspectos para trabalhá-los.

Desse modo, foram definidas duas questões norteadoras, conforme pode ser observado no Quadro 1, para a busca. Elas foram delimitadas considerando os conceitos essenciais e o objetivo da pesquisa.

Quadro 1- Questões do Protocolo.

Questão	Descrição
Q_1	Qual a importância de uma biblioteca inclusiva para pessoas com deficiência visual, além do acesso às informações com igualdade e equidade no ensino profissional e tecnológico?
Q_2	Quais as ferramentas e estratégias necessárias para tornar as bibliotecas inclusivas e que contribuam como espaços de convivência social, independente da deficiência nos Institutos Federais?

Fonte: A Autora.

2.2.2 DEFINIÇÃO DOS MECANISMOS DE BUSCA E DOS DESCRITORES

Com a finalidade de verificar estudos em andamento ou concluídos, que contribuíssem para responder as questões Q1 e Q2, realizou-se uma pesquisa nos seguintes bancos de dados: Banco de Teses e Dissertações do Portal da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (https://www.periodicos.capes.gov.br/); no Google Acadêmico (https://scholar.google.com.br/) e; na SCIELO (https://www.scielo.org/). Os documentos foram procurados por meio de uma pesquisa automática, nos últimos 5 anos (janeiro/2014 a junho/2019, sendo utilizado combinações de descritores, apresentados pelo Quadro 2.

Quadro 2 - Descritores da Revisão.

Descritores	Combinação de Descritores
D_1	*"deficiência visual" or "cegos" or " baixa visão and "ensino técnico" or "curso técnico" or "cursos técnicos" or "formação técnica" or "qualificação profissional" "or "EPT" or "educação profissional".*
D_2	*"biblioteca inclusiva" and "tecnologia assistiva" or "ajuda técnica" or "livro acessível" or "deficiência visual" or "cegos" or " baixa visão".*
D_3	*"visually impaired" or "blind" or "low vision" and "professional education" or "technical education" "or "federal institute".*
D_4	*"Library inclusive" and "visually impaired" or "blind" or "low vision" and "assistive technology" or "technical assistance ".*

Fonte: A Autora.

Como o tema biblioteca inclusiva e deficiência visual, em relação ao Ensino Profissional e Tecnológico, nos últimos 5 anos, não proporcionou uma vasta literatura, por meio das consultas preliminares, foram necessários utilizar várias combinações, com palavras sinônimas ou com sentidos parecidos, para se obter os resultados. Por essa razão, o Quadro 2 é composto pela combinação de vários descritores.

2.2.3 DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Ao realizar a revisão descritiva, lendo o título, resumo, sumário, a introdução, os resultados e as considerações finais dos documentos selecionados, procurou-se sempre responder as Q1 e Q2, e obter informações essenciais para o desenvolvimento do trabalho. Contudo, para refinar a pesquisa, Kitchenham (2009), afirma que há a necessidade de critérios de inclusão e exclusão, que devem ser baseados nas questões de pesquisa, sendo interpretados de forma segura e que classifiquem os trabalhos corretamente. Com a intenção de resumir didaticamente quais foram os critérios de inclusão e exclusão, construiu-se o Quadro 3, para melhor visualização e entendimento.

Quadro 3 - Critérios de Inclusão e Exclusão.

Critérios	Descrição
Inclusão	Documentos que auxiliem no entendimento: do conceito de deficiência visual, inclusão nas bibliotecas, livros adaptados e acessíveis, serviços inclusivos, a Tecnologia Assistiva, a inclusão no ensino profissional e tecnológico, legislações, dificuldades para se incluir eticamente, quais ferramentas e atitudes são utilizadas nas bibliotecas inclusivas, e pesquisas que subsidiem a responder as Q1 e Q2.
Exclusão	Documentos que tratam: sobre outras deficiências, sobre exclusivamente a prática pedagógica do professor, leituras que trazem a questão médica da deficiência visual; pesquisas que abordam inclusão na educação infantil; documentos que focam exclusivamente na história das pessoas com deficiência na antiguidade e seus sofrimentos; trabalhos duplicados encontrados em fontes diversas; trabalhos que defendem somente a educação especial.

Fonte: A Autora.

Assim, ao findar da procura por documentos no Portal da CAPES, SCIELO e Google Acadêmico, definiu-se a utilização (inclusão) ou não utilização (exclusão) do material, conforme os critérios exemplificados no Quadro 3, as ideias de Kitchenham (2009) e, que se alinhassem a discussão deste trabalho.

2.2.4 CLASSIFICAÇÃO EM FONTES

Os documentos de pesquisa podem ser classificados como fontes primárias, secundárias e terciárias. Muitos anos atrás, se utilizava o modelo de Garvey e Griffith, em que os documentos primários eram considerados aqueles produzidos com a interferência direta do autor da pesquisa, como por exemplo, relatórios técnicos, teses e dissertações, normas técnicas e artigo científico, mas eram considerados desorganizadas em relação a produção, divulgação e controle (SENA, 2013).

Ainda segundo a autora Sena (2013), desse modo, surgiram as fontes secundárias, com o papel de auxiliar o uso do conhecimento disperso nas fontes primárias, sendo representadas, por exemplo, pelas enciclopédias, dicionários, manuais, tabelas, revisões da literatura. Por fim, as fontes terciárias são aquelas com a função de guiar o usuário para as fontes primárias e secundárias, como exemplo, as bibliografias, os serviços de indexação e resumos, os catálogos e

guias. Assim, após a seleção da literatura que seria incluída na pesquisa, essas foram classificadas em fontes primárias (P), secundárias (S) e terciárias (T), conforme adaptação do método do livro de Sarmento e Correia (2013, p. 61), vide Figura 1.

Figura 1- Classificação em Fontes.

P	Relatórios, teses e dissertações, legislações, normativas, resoluções, portarias, planos de desenvolvimento, regulamentos, recomendações, orientações, cartilhas, manuais, editais, mensagens de correio eletrônico.
S	Livros, artigos, publicações periódicas, jornais, revistas, sites, entrevistas, mídias digitais.
T	Índices, resumos, catálogos, enciclopédias, dicionários, bibliografias, índices de citações.

Fonte: A Autora.

Dependendo dos autores as fontes serão classificadas de várias formas. No geral, as fontes primárias são informações completas que aprofundam o entendimento sobre um assunto. As secundárias são consultadas, na maioria das vezes, antes das primárias, tendo seu escopo ser como um caminho mais rápido e objetivo para o tema almejado. As fontes terciárias, logo, são as mais complexas de distinguir, porém, podem ser exempladas como: as bibliografias de bibliografias, diretórios, almanaques (AZEVEDO, 2008).

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.3.1 ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES

Com a aplicação dos procedimentos, conforme explicitado nos itens 2.2.1 a 2.2.4, foram encontrados: 16 fontes no Google Acadêmico, sendo incluídos 3 artigos; na SCIELO foram encontrados 64 documentos muito amplos sobre o tema, portanto foram incluídos 2 artigos e 2 dissertações de mestrado, 18 fontes no Portal da CAPES, sendo incluídos 2 artigos. Os resultados encontrados, totalizaram 98 documentos, sendo 89 fontes excluídas, após a utilização dos critérios de inclusão e exclusão, restando 9 documentos, considerados relevantes dentro dos critérios estabelecidos no protocolo, exemplificando-se com a Figura 2.

Figura 2 - Resultados do Protocolo de Revisão Sistemático de Literatura.

Fonte: A Autora.

Ao longo da formulação da revisão da literatura e do protocolo, percebeu-se que a grande maioria das pesquisas encontradas, tratavam da deficiência, enquanto aspecto médico e doença ou a questão da acessibilidade física nos espaços públicos e privados. Outras pesquisas, tratavam da deficiência na infância, na educação superior, e o ensinar do Braille, bem como, ações de se locomover sozinho e de ser independente e muitas sobre a relação entre professor e estudante com deficiência visual, o que resultou, a inclusão de 9 documentos, por responder as questões deste trabalho.

Inicialmente, afirma-se que todas as pesquisas, contribuíram fundamentalmente para se discutir a falta de inclusão, que é obrigatória por lei. Ofertar cursos profissionais para estudantes com deficiência visual, seguramente é um avanço educacional e social, entretanto, não é somente esse fato, que será suficiente para que essas pessoas tenham acesso ao mundo do trabalho e uma educação omnilateral, para além do capital3. A seguir será realizada uma breve reflexão sobre esses documentos, que constam a referência conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no APÊNDICE F, pág. 181 a 182.

[3] A educação para além do capital é um livro escrito por István Mészáros, que reflete sobre a superação da lógica do capitalismo, por meio de processos educativos, em direção a uma educação para além do capital. Nesse contexto, o papel da educação é gerar transformação social, formando indivíduos de forma integral e emancipados. Fonte: MÉSZAROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: BoiTempo, 2008

2.3.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Marques (2014), pesquisou o Instituto Federal de Brasília (IFB), para verificar quais estratégias são utilizadas no ingresso e na permanência de estudantes com deficiência, em seus cursos. Mesmo o IFB declarando ser uma instituição inclusiva e, na época, ter projetos em andamento, como a implantação de espaços acessíveis, e a criação de um modelo de estrutura física e pedagógica que promovesse o acesso universal ao conteúdo da biblioteca, a pesquisa identificou que há falta de diretrizes na instituição com o intuito de sistematizar o ingresso e a permanência dos estudantes com deficiência, portanto, justifica-se a relevância de sempre discutir o tema.

Pupo e Martins (2014) – de modo complementar a Marques (2014) – verificaram a construção de parâmetros para a implantação de bibliotecas acessíveis, tendo como referencial teórico uma ampla revisão da legislação internacional e nacional sobre o tema. Trata-se de um material rico em conceitos e estratégias, além das autoras defenderem o uso do Desenho Universal, o qual significa, que desde o princípio, os equipamentos, devem ser projetados para atender a diversidade das distintas necessidades humanas, sem necessitar de adaptações ou recursos adicionais para atender e simplificar a vida de qualquer pessoa em qualquer idade. Observando a perspectiva de Pupo e Martins (2014), entende-se que o conceito de biblioteca se torna mais amplo do que se imagina. As autoras advogam que, a biblioteca possui, o papel de contribuir para o ensino, a pesquisa e extensão, por meio da prestação de serviços à comunidade interna e externa. Portanto, devem ser consideradas espaços de informação para a orientação das várias necessidades dos seus usuários. Mas, antes de tudo, serem consideradas ambientes sociais, visto que, é um cenário onde ocorre continuamente a interação de pessoas e a troca de informações diversificadas nos diferentes níveis de ensino.

Outro ponto a evidenciar é a adoção das Tecnologias Assistivas (TA). Rabello e Gasparetto e Alves e Monteiro e Carvalho (2014), no trabalho, The influence of assistive technology devices on the performance of activities by visually impaired, verificaram a influência da utilização de recursos de TA no desempenho de escolares com deficiência visual. Averiguou-se, melhor desempenho das habilidades de leitura, após o uso desses recursos, o que

promoveu a realização de atividades acadêmicas em igualdade aos colegas da sala, permitindo-lhes superar sua aparente desvantagem. Esses resultados ratificam o potencial das Tecnologias Assistivas. Contudo, atenta-se, que a pesquisa não se preocupou, especificamente, que os estudantes lessem mais rápido e realizassem atividades em igualdade em relação aos seus pares, e sim, permitiu verificar que é possível oportunizar a leitura de maneira mais inclusiva e com equidade.

No estudo de Fernandes e Costa (2015), aborda-se uma pesquisa peculiar, ao mostrar a estratégia de tutoria de pares por estudantes, como uma ferramenta para apoiar os estudantes com deficiência visual, em seu processo de inclusão no ensino técnico e superior. Os autores, sugerem que ações específicas ao atendimento ao suporte inclusivo podem ser ocasionadas de acordo com situações específicas, o que demanda recursos humanos e tecnológicos de forma combinada ou isolada. Fernandes e Costa (2015), não identificam o Instituto Federal estudado, mas, fica evidente a necessidade de reformulação nas normas dessa atividade, com o objetivo de formar os tutores, afinal, são estudantes; e rever a forma de seleção destas pessoas, verificando o perfil, e como o autor sugere, selecionar “colegas de mesma classe”, para facilitar o processo, tendo em vista que previamente há uma relação.

Ramos (2016), em sua dissertação de mestrado, objetivou compreender a política de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, nomenclatura utilizada pelo autor, em um *Campus* do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. É possível perceber no resumo da pesquisa que o autor indica que os resultados obtidos foram insatisfatórios, encontrando desacordo entre as exigências das legislações e o plano institucional do respectivo Instituto. Os estudantes com deficiência partícipes da pesquisa, afirmaram que há avanços na inclusão como o sistema de cotas, a divulgação e realização de processos seletivos acessíveis. Contudo, também, afirmaram, que faltam ações para a permanência e insuficiência na formação inicial e continuada dos profissionais. Os professores investigados na pesquisa, declararam que o Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência (NAPNE) é indispensável, todavia, ressaltam a falta infraestrutura, formação sobre a temática e condições inadequadas de trabalho, orientação e suporte.

Em relação ao universo da biblioteca inclusiva, Jorge Anna (2016), reflete sobre a redefinição da biblioteca para professores e estudantes no século XXI. A história desse espaço, aponta que se trata de “uma unidade adaptativa”. Essa, de acordo com o autor, adquiri novas características a partir das necessidades dos usuários e das inovações tecno-científicas. O resultado do estudo, demonstra que as bibliotecas extrapolaram as suas funções de disseminar informação, exercendo também, funções socioeducativas. E, desse modo, deixa de ser um espaço simplesmente informacional e transforma-se em ambientes de convivência, como afirma o pesquisador.

O trabalho de Spina (2017), intitulado *A Place for Everyone* (que pode ser traduzido como “Um lugar para todos”), afirma ser necessário também, defender o uso do Universal Design (que no brasil é conhecido como Desenho Universal) pois é uma ferramenta essencial para a inclusão. Um lugar para todos, é o que defende a autora, desse modo, a pesquisa, indica os critérios estabelecidos em leis como a *Americans With Disabilities Act* (ADA), visando um mundo preparado e que produtos e serviços sejam criados com um design funcional para qualquer pessoa, que tornará, por exemplo, a biblioteca em um espaço inclusivo a qualquer usuário.

Por outro lado, Malheiros e Cunha (2018), debatem algo fundamental, que é a exclusão proporcionada pelas tecnologias, ao afirmarem, que trouxeram acesso a uma gama de informações, porém, a falta de acessibilidade, como os livros que não são digitais ou em Braille, funcionam como uma barreira aos usuários com deficiência visual. O método utilizado pelos autores, foi uma revisão de literatura, nas bases de dados: *Library and Information Science Abstract*s (LISA), *Library & Information Science* and T*echnology Abstracts* (LISTA), Information Science and Technology Abstracts (ISTA), a Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Google e Google Acadêmico, concluindo-se que bibliotecas inclusivas, funcionam como ferramentas colaboradoras na aquisição da informação, demonstrando a importância e a necessidade de se discutir essa temática e encontrar soluções efetivas. Além de aportarem, que apenas de 5% a 7% do que é publicado nos países desenvolvidos e menos de 1% nos países em desenvolvimento estão disponibilizados em formato adaptado, sendo uma solução, a cooperação e parcerias entre os serviços de bibliotecas, na aquisição de materiais adaptáveis,

para que haja um atendimento de qualidade. Portanto, os autores, defendem que estudos sobre essa temática, são essenciais no desenvolvimento da coleção de qualquer biblioteca, sobretudo para usuários com deficiência visual que têm necessidades específicas.

Bruno e Nascimento (2019), no artigo “Política de Acessibilidade: o que dizem as pessoas com deficiência visual”, dão voz a esses sujeitos para discutir quais os recursos tecnológicos utilizam, vantagens e desvantagens e suas reivindicações e sugestões. Partem do conceito de sociedade em rede e sociedade da informação, com o acesso ao conhecimento e ao processo de democratização da informação, ideias defendidas por Manuel Castells, em seu livro: A sociedade em rede. Através das entrevistas, descobrem que o sistema operacional mais utilizado é o DOSVOX, criado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, permitindo leitura de textos em voz sintetizada, ampliação de caracteres, sendo considerado um sistema completo de edição de textos, jogos e browser para navegação na internet. Outros entrevistados, comentam sobre sistemas similares e pouco conhecidos, como o ORCA, JAWS e NVDA, mas como os indivíduos necessitam de um atendimento específico, muitos pontos ainda necessitam ser melhorados. Assim, concluem que as Tecnologias Assistivas são instrumentos que permitem a participação de professores e estudantes na comunidade escolar, e que para pessoas com deficiência visual, são fundamentais, pois eles necessitam de livros em formatos acessíveis ou de arquivos digitais que possam ser reconhecidos por leitores de telas ou outras tecnologias.

2.3.3 ESTRATÉGIAS IDENTIFICADAS

O Quadro 4 sumariza em ordem cronológica as estratégias ao suporte inclusivo para bibliotecas na EPT identificadas a partir dos resultados da análise e discussão das 9 fontes selecionados pelo protocolo e é formado por três campos. O campo denominado “Item identificado” corresponde aos problemas ou desafios encontrados nos artigos selecionados. O campo “Estratégias” relaciona diferentes estratégias ou ações utilizadas ou recomendadas no trabalho de pesquisa analisado. Por fim, o terceiro campo designado de “Autores” identifica a fonte que o conteúdo apresentado foi originado.

Quadro 4- Estratégias ao Suporte Inclusivo para Bibliotecas na EPT Identificadas na Literatura.

Item Identificado	Estratégias	Autor (es)
Ausência de diretrizes na instituição para sistematizar o ingresso e a permanência de estudantes com deficiência.	Adoção de espaços acessíveis.	Marques (2014)
	Elaboração de um modelo de estrutura física e pedagógica.	
	Acesso universal ao conteúdo.	
Ausência de parâmetros para a implantação de bibliotecas acessíveis.	Adoção ao desenho universal para bibliotecas.	Pupo e Martins (2014)
	Atendimento à diversidade.	
	Evitar a necessidade de adaptações.	
Influência da utilização de recursos de Tecnologia Assistiva no desempenho de escolares com deficiência visual para leitura.	Evitar competição.	Rabello e Gasparetto e Alves e Monteiro e Carvalho (2014)
	Promover equidade na realização das atividades acadêmicas.	
Dificuldades na realização de trabalho colaborativo.	Tutoria por pares.	Fernandes e Costa (2015)
	Uso combinado ou isolado de recursos humanos e tecnológicos.	
Falta de ações para a permanência e insuficiência na formação inicial e continuada dos profissionais.	Fortalecer o ingresso inclusivo aos IF.	Ramos (2016)
	Fornecer a visibilidade aos NAPNE à comunidade.	
	Viabilizar ao NAPNE condições adequadas de trabalho, orientação e suporte.	
	Ofertar formação inicial e continuada aos profissionais.	
Redefinição da biblioteca para as atividades acadêmicas no século XXI.	Flexibilizar o atendimento dos seus usuários.	Jorge Anna (2016)
Tornar a biblioteca um espaço inclusivo a qualquer usuário.	Utilizar como ferramenta essencial o Universal Design ou Desenho Universal.	Spina (2017)
Promover cooperações e parcerias entre diversas bibliotecas.	Observar a inclusão e exclusão proporcionada pelas tecnologias.	Malheiros e Cunha (2018)
	A importância de livros em Braille ou em formato digital.	
	As bibliotecas inclusivas possuem o papel de colaboradoras no processo de aquisição de informações.	
	Observar a diversidade humana para compor a coleção de qualquer biblioteca.	
Buscar à democratização da informação.	Construir, em conjunto com pessoas com deficiência visual, políticas inclusivas.	Bruno e Nascimento (2019)
	Observar quais tecnologias atendem cada usuário.	
	Solicitar sugestões e críticas aos usuários com deficiência visual.	

Fonte: A Autora.

Foram identificadas 23 estratégias ao suporte inclusivo das bibliotecas na EPT. Contudo, é possível perceber a existência de similaridades das estratégias

em diferentes trabalhos. Em Marques (2014), Pupo e Martins (2014), Spina (2017) identifica-se que os autores recomendam que os espaços bibliotecários devem adotar um design universal (ou desenho universal) para atendimento inclusivo dos diferentes usuários, tornando-o mais flexível possível. Além disso, é possível perceber que Malheiros e Cunha (2018) e Bruno e Nascimento (2019), explanam sobre a importância da tecnologia para pessoas com deficiência visual, mas há a necessidade de observar quais delas atendem cada usuário e promover a inclusão dialogando com esses usuários.

Ao revisar o Quadro 4, analisar e identificar as estratégias presentes no respectivo quadro, foi gerado o Quadro 5 que apresenta 13 estratégias ao suporte inclusivo para bibliotecas na EPT que estão consoantes aos critérios estabelecidos nesta investigação.

Quadro 5 - Estratégias ao Suporte Inclusivo para Bibliotecas na EPT Revisadas.

Item	Estratégias
1	Acesso universal ao conteúdo
2	Adoção ao desenho universal para bibliotecas
3	Atendimento à diversidade
4	Evitar a necessidade de adaptações
5	Evitar competição
6	Promover equidade na realização das atividades acadêmicas
7	Tutoria por pares
8	Uso combinado ou isolado de recursos humanos e tecnológicos
9	Fortalecer o ingresso inclusivo aos IF
10	Fornecer visibilidade aos NAPNE à comunidade
11	Viabilizar ao NAPNE condições adequadas de trabalho, de orientação e suporte
12	Ofertar formação inicial e continuada aos profissionais
13	Flexibilizar o atendimento dos seus usuários

Fonte: A Autora.

É importante destacar que as estratégias contidas no Quadro 5 refletem aos critérios definidos no protocolo e não se esgotam nesta investigação. Elas

representam, portanto, um conjunto inicial de ações que podem ser exploradas em contextos específicos da EPT para o atendimento inclusivo aos estudantes com deficiência visual. Logo, ao utilizar as 13 estratégias encontradas por meio do protocolo de revisão, responde-se a Q_1 e Q_2 com as seguintes conclusões:

Q_1 - Qual a importância de uma biblioteca inclusiva para pessoas com deficiência visual, além do acesso às informações de forma igualitária no ensino profissional e tecnológico?

Uma biblioteca inclusiva segue a lógica de exercer além do papel informacional, também o social. São responsáveis, assim, por facilitar, por meio de alternativas e adaptação dos materiais, como o uso de Tecnologias Assistivas, o acesso e a aquisição de informações, não somente no formato em Braille, mas também em gravações de áudio e em meio digital, ocasionando autonomia e liberdade, para a pessoa com deficiência visual, em sua escolha das informações de que necessitam.

Q_2 – Quais as ferramentas e estratégias necessárias para tornar as bibliotecas inclusiva e que contribuam como espaços de convivência social independente da deficiência nos Institutos Federais?

Volta-se para uma questão debatida nas fontes selecionadas, que é a importância de os recursos serem elaborados na perspectiva do desenho universal. Em primeiro lugar, para a efetivação da inclusão ocorrer de fato, é indispensável que o poder público adote mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição de livros em formatos acessíveis, inclusive as próprias publicações da administração pública, garantido o acesso à informação e à comunicação. Além da importância da colaboração entre profissionais especializados, professores, a utilização de tutoria de pares aos estudantes com deficiência, dentre outras, são estratégias defendidas pela literatura e que funcionam perfeitamente. Todavia, surgem necessidades bem específicas, que demandam a utilização de Tecnologias Assistivas, que é uma área de conhecimento interdisciplinar, com produtos, metodologias, estratégias e serviços, pensados para promover funcionalidade para pessoas com deficiência, contribuindo com a independência, a qualidade de vida e a inclusão.

Desse modo, conclui-se que saber é poder, e desenvolve o ser humano em toda a sua dimensão (formação omnilateral). Sobretudo, no caso das

pessoas com deficiência visual, que enfrentam no seu acesso e aquisição de informações, barreiras (atitudinais, de comunicação, de infraestrutura, de falta de pessoal especializado, de materiais acessíveis), que os excluem do processo de socialização, formação educacional, e preparação para o exercício da cidadania. Por isso, a importância da próxima seção, que traz algumas legislações que discutem e garantem direitos as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

2.4 FONTES PRIMÁRIAS (DOCUMENTOS OFICIAIS)

Com o avançar da leitura dos documentos descritos no Quadro 4, p. 39, identificou- se inúmeros documentos oficiais brasileiros, fundamentais, para a compreensão da inclusão, da deficiência e dos direitos garantidos em relação a vida profissional, educacional e social. Por isso, realizou-se, também, uma revisão documental de algumas legislações, portaria, normativa, decretos, através de pesquisa manual, no site do planalto (http://www4.planalto.gov.br/legislacao/), MEC (http://portal.mec.gov.br/arquivos/) e ABNT (http://www.abnt.org.br/).

Malheiros (2011) assevera que a pesquisa com fontes primárias, lida com diversos tipos de documentos, sendo os principais, documentos oficiais, publicações governamentais, documentos jurídicos, fontes estatísticas, dentre outros; e que por meio dela, é possível responder questionamentos que exigem análise e investigação dos documentos.

Com isso, formulou-se o seguinte quadro síntese – Vide Quadro 6 – organizado e baseado na orientação de Polido (2016, p.15) com os seguintes critérios: descrição do documento, tipo, número e ano de publicação e a origem. Escolheu-se esse método para facilitar a compreensão de alguns conceitos e debates trazidos pelos trabalhos incluídos na pesquisa, servindo de base para futuras pesquisas.

Quadro 6 - Legislações Brasileiras Selecionadas.

Descrição do documento	Tipo	Número, Ano de Publicação	Origem
Constituição da República Federativa do Brasil	Lei Máxima	CF d*e 1988*	Presidência da República
Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência	Lei	7. 853 de 1989	Presidência da República

Complementa os currículos de formação de docentes e outros profissionais	Portaria	1.793 de 1994	Presidência da República
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira	Lei	9.394 de 1996	Presidência da República
Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	Decreto	3.298 de 1999	Presidência da República
Dá prioridade de atendimento às pessoas deficientes	Lei	10.048 de 2000	Presidência da República
Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade	Lei	10.098 de 2000	Presidência da República
Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.	Decreto	3.956 de 2001	Presidência da República
Institui a política nacional do livro	Lei	10.753 de 2003	Presidência da República
Promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida	Decreto	5.296 de 2004	Presidência da República
Regula o acesso à informção	Lei	12.527 de 2011	Presidência da República
Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Norma	9050 de 2015	ABNT NBR
Estatuto da Pessoa com Deficiência	Lei	13.146 de 2015	Presidência da República

Fonte: A Autora.

Ao analisar essas fontes primárias destaca-se alguns pontos, que são discutidos a seguir. É mister esclarecer, que ao longo do trabalho, pode surgir a necessidade de analisar outros documentos oficiais, tendo em vista, a temática ser bastante abrangente.

2.4.1 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (CF/88)

No preâmbulo da CF/88 está descrito claramente que:

> Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem- estar, o desenvolvimento, a equidade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1988).

Assim, a Lei Máxima do Brasil, pode ser considerada um instrumento de inclusão, ao garantir um dos direitos mais fundamentais a uma sociedade: a

dignidade humana (art.1º, III). Entendendo-se, que qualquer ato degradante e desumano, como a discriminação das pessoas com deficiência, é considerado uma ofensa aos princípios fundamentais da CF/88.

Desse modo, as pessoas com deficiência visual, podem exigir que exista equidade entre os brasileiros, respeito ao próximo, e condições mínimas de qualidade de vida. Afinal, o art. 5º, também esclarece, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Portanto, a não equidade implica em diferenças e a partir dessa concepção, o legislador e qualquer indivíduo deve identificar, quem ou o que está causando discriminações.

No art. 227, II, consta que é dever do Estado, da sociedade e da família, criar programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, como também integrá-los para o trabalho e a convivência, e facilitar o acesso aos bens e serviços coletivos e eliminar todas as barreiras.

Mesmo a Constituição utilizando nomenclaturas consideradas, atualmente, discriminatórias, como “deficiência mental” e “portadoras”, na essência, compreende-se que, não existe o normal e anormal, o deficiente e o eficiente, o capaz e o incapaz e muito menos o portador de deficiência. Existe a pessoa com deficiência e a pessoa sem deficiência, assim como existe a pessoa com baixa visão e o indivíduo que utiliza óculos para ler de perto ou de longe, assim como existe o cadeirante e o idoso, ambos com dificuldades de locomoção. Apesar de muitas legislações ainda utilizarem esses termos, como a própria Constituição e a Lei 7.853 de 1989, a ser analisada a seguir.

2.4.2 LEI Nº 7.853/1989

Longe de solucionar as questões discriminatórias, a CF/88 necessita de vários outros documentos legislativos para garantir a integração das pessoas com deficiência. Surge, assim, por exemplo, a Lei nº 7.853/1989, denominada de Lei dos Portadores de Deficiência (nomenclatura da lei), que dispõe sobre o apoio a essa parcela da população, dentre outras coisas, definindo a deficiência da seguinte maneira: deficiência (perda ou anormalidade que gere incapacidade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano); deficiência permanente (aquela que se estabilizou, não permitindo recuperação) e;

incapacidade (redução grave da capacidade de integração social, tendo necessidade de utilizar equipamentos ou recursos especiais).

Essa lei garante às pessoas com deficiência atos governamentais para o pleno exercício de seus direitos básicos, como, à educação, à saúde, o trabalho e o lazer. Além de, no art. 8º, considerar crime contra o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, as condutas discriminatórias.

Embora utilize conceitos ultrapassados, o decreto, pode ser considerado um marco na história da deficiência, por ter definido tais conceitos e por promover a inclusão no sistema educacional e assegurar que a Educação Especial seja oferta obrigatória nos estabelecimentos públicos de ensino.

2.4.3 PORTARIA Nº 1.793/1994

Portaria do Ministério da Educação (MEC), que discute a necessidade de complementação dos currículos de docentes e outros profissionais que lidam com educação de pessoas com deficiências, recomendando a inclusão da disciplina "Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais", prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e Licenciaturas, e a inclusão de conteúdos relativos a essa disciplina em cursos da saúde, serviço social e nos demais cursos superiores, de acordo com suas especificidades.

Desse modo, importante documento, pois, desde 1994, houve a preocupação de complementar a formação de docentes e diversos profissionais. Contudo, observa-se que na prática, muitos profissionais não possuem capacitação na área inclusiva e o que de fato ocorre é falta de didática e respeito com estudantes com deficiência visual e a exclusão, continua, sempre presente.

2.4.4 LEI Nº 9.394/1996 (LDB)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, reforçou o tema da educação, garantido pela CF/88, estabelecendo bases da educação e deveres do Estado relacionados à educação pública. Dividindo a educação brasileira nas modalidades: educação especial, educação profissional e tecnológicas, educação de jovens e adultos, educação à distância e educação indígena.

Propõe a educação inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, desenvolvendo o educando, para o exercício da sua cidadania e a qualificação para o mundo do trabalho, com equidade de condições de acesso e permanência, gestão democrática, valorização da experiência extraescolar, vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Assegura aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação, currículos, métodos, técnicas, adequados, terminalidade específica para os que não atingirem o nível exigido de conclusão, professores especializados, além do atendimento educacional especializado gratuito preferencialmente na rede regular de ensino.

Contudo, ainda há muito a ser conquistado por esses estudantes, e as instituições públicas devem especificar estratégias para que atendam de forma inclusiva e não discriminatória. Por isso, inúmeras leis foram promulgadas para garantir a equidade dessa parcela da população brasileira.

2.4.5 DECRETO Nº 3.298/1999

Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e trouxe outras categorias sobre deficiência, que foram revogadas pelo Decreto nº 5.296/2004, como o conceito de deficiência visual, que era entendido como acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º, ou ocorrência simultânea de ambas as situações, atualmente revogado.

No art. 5º, afirma que os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas que prestam serviços públicos devem “dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Além disso, foi de extrema importância ao promover inclusão de pessoas, por meio de cotas, em concursos públicos, no art. 37, revogado pela Lei nº 9.508/2018 assegurava o direito de se inscrever, em equidade de condições, para provimento de cargo compatível com a deficiência, reservando no mínimo o percentual de cinco por cento das vagas.

Assim, essa política nacional, promoveu a inclusão, ao adotar estratégias de parceria com órgãos e entidades públicas e privadas e organismos internacionais, para viabilizar a participação da pessoa com deficiência em todas as iniciativas governamentais relacionadas, como por exemplo, à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer.

2.4.6 LEI Nº 10.048/2000

É uma lei bem curta, mas a sua relevância está em garantir legalmente atendimento prioritário “as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos”.

Além do mais, torna claro e direito, que os serviços públicos estão obrigados a atender de forma prioritária, esse grupo elencado no parágrafo acima, através de serviços individualizados assegurando tratamento diferenciado e imediato.

Destaca-se, que todas as pessoas devem ser tratadas com bom senso e respeito, mas essa lei, estabelece regras e penalidades para quem descumpri-la, obrigando o prestador de serviço a indenizar, seja por danos materiais, lucros cessantes, perdas e danos ou danos morais, elevada ao dobro, em caso de reincidência.

Tendo em vista que as bibliotecas dos Institutos Federais, são serviços públicos, e, portanto, se enquadram na lei, percebe-se que são obrigadas a prestar serviço prioritário, respeitando as necessidades das pessoas com deficiência visual, sendo passível de serem penalizados.

2.4.7 LEI Nº 10.098/2000

Conhecida como a Lei da Acessibilidade, em 19 de dezembro de 2020, completará 20 anos de grande relevância em prol dessa causa. Busca estabelecer normas e critérios básicos para promover a acessibilidade de todas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, obrigando a eliminar, nos espaços públicos ou privados, obstáculos e barreiras existentes nas vias, em

reformas e construção de edificações, no mobiliário urbano, nos meios de comunicação e transporte. Para a lei, acessibilidade é a:

> Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

Porém, há outro conceito proposto pela lei, que deve ser compreendido para que o tema acessibilidade possa ser percebido de forma completa, o qual consta presente no artigo 2° da lei, que é o que são barreiras? Essa legislação considera barreira qualquer obstáculo que limite a movimentação das pessoas de forma segura. Como também, classifica as barreiras em: arquitetônicas urbanísticas (espaços abertos ao público ou de uso coletivo); arquitetônicas na edificação (encontradas dentro de edifícios); arquitetônicas nos transportes (nos meios de transporte) e; nas comunicações (dificultam a troca de mensagens pelos meios de comunicação). No entanto, ainda hoje, a maior parte dos ambientes e serviços prestados, não seguem fielmente a legislação, não proporcionando às pessoas com deficiência, e até mesmos àquelas que não possuem, o acesso de forma segura, acessível, com equidade, com presteza, com atenção e respeito, ou seja, um compromisso com a qualidade de vida das pessoas.

2.4.8 DECRETO Nº 3.956/2001

Uma grande conquista para os brasileiros, pois promulga a Convenção Interamericana4 que busca eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência. Esse decreto, afirma que as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, sendo proibido qualquer diferenciação ou exclusão que impeça o exercício dos seus direitos humanos e de suas liberdades.

Aborda o termo deficiência como a concepção de restrição física, mental ou sensorial, seja de maneira permanente ou transitória, que limita o exercício

---

[4] Conhecida como a Convenção de Guatemala, que aconteceu em 26 de maio de 1999, na Guatemala, tem o intuito de prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência, proporcionando a sua plena integração à sociedade. Fonte: **Decreto nº 3.956 de 2001.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 10 de mar. 2019.

das atividades essenciais da vida diária, motivadas pelo ambiente econômico e social. Outro termo que deve ser destacado, é que a discriminação contra as pessoas com deficiência, constitui toda diferenciação ou exclusão fundamentada na deficiência, com o intuito de excluir esse indivíduo da sociedade. Afinal, às vezes, faz-se necessário diferenciar as pessoas, para proporcioná-las direitos e deveres com equidade.

Assim sendo, o Brasil, se comprometeu e está comprometido, a adotar ações e estratégias, sejam de cunho legislativo, social, educacional, trabalhista, cultural, informacional, ou de qualquer outra natureza, que eliminem a discriminação contra pessoas com deficiência e garantir sua plena inclusão à sociedade.

2.4.9 LEI Nº 10.753/2003

Lei que instituiu a Política Nacional do Livro, assegurando ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro, considerando o livro o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da melhoria da qualidade de vida e; logo no artigo 1º, XII, assegura às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

Considera-se livro, conforme a lei, a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, em volume encadernado ou em brochura, em capas avulsas, ou seja, em diversos formatos e acabamento, sendo equiparado a livros em meio digital, magnético e ótico, ou livros impressos no sistema Braille.

Bem, se é para assegurar o acesso à leitura às pessoas com deficiência visual, então, diante das condições associadas à cegueira e à baixa-visão, os livros, provas, cartazes, materiais didáticos, revistas, formulários, devem estar em formato acessível, para cada tipo de leitor. Logo, a escola deverá fornecer informações em Braille, meio digital ou ampliados, para esses estudantes.

A biblioteca, consequentemente, tem o papel de se aproximar da comunidade interna e externa da instituição, implementando técnicas participativas para que os usuários se apropriem verdadeiramente do espaço. Então, a biblioteca é um ambiente de acesso à informação e à leitura, porém,

ainda não conquistou seu devido lugar, de formar para cidadania e cultura. Resta saber, que atitudes estão sendo praticadas pela educação profissional, em especial pelas bibliotecas do IFPE, para o cumprimento desta lei.

2.4.10 DECRETO Nº 5.296/2004

Teve como papel importante, regulamentar as leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, e representou, na época, um avanço ao estabelecer o conceito de acessibilidade, art.8º, I, como:

> Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004).

Como também, defende a “acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis”. Contudo, atenta-se, que no texto, a lei apresenta apenas o acesso das pessoas com deficiência visual e restringe aos sites da administração pública.

Esse decreto, assegurou que as pessoas com deficiência, pudessem frequentar ambientes, como exemplo, teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, casas de espetáculos e salas de conferências. Afirmando ser obrigatória a reserva de 2% (dois por cento) dos assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, sinalizados com os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Isso faz refletir, mais uma vez, que os ambientes escolares e consequentemente suas bibliotecas são obrigadas a seguirem as recomendações. Muitos utilizam a questão de recursos financeiros, para não cumprirem a lei, porém, uma das maiores dificuldades que as pessoas com deficiência visual enfrentam é a falta de uma compreensão sobre as reais necessidades da sua deficiência. Normalmente, as pessoas têm expectativas baixas, entretanto, não é necessário ofertar tecnologias de ponta, cada usuário da biblioteca terá sua especificidade e muitas delas, são de baixo custo e de fácil resolução.

2.4.11 LEI Nº 12.527/2011

Esta lei regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal além de dá outras providências e, deve ser cumprida por todos os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta. A Constituição prevê o direito de acesso à informação, permitindo que o indivíduo conheça e acompanhe a administração dos recursos públicos, sendo esse o princípio que inspira a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Resumidamente, o acesso é a regra, o sigilo, a exceção, sem a necessidade de motivar a solicitação. O artigo 3º traz que "os procedimentos previstos nesta Lei se destinam a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública" e algumas diretrizes, como: utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública e; desenvolvimento do controle social da administração pública. Além disso, o § 3º do artigo 8º, descreve que os sítios devem, entre outros requisitos: conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permitam o acesso à informação de maneira transparente, clara e com linguagem de fácil compreensão e; adotar medidas necessárias que garantam a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

Compreende-se, portanto, que o objetivo da lei, é que quaisquer informações produzidas ou estejam sob guarda do poder público sejam públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos, ressalvadas, conforme a lei, as informações de cunho pessoal e sigilosas, que estão legalmente estabelecidas. Isso significa um grande passo para efetivação da democracia e melhoria na gestão pública.

2.4.12 NORMATIVA 9050/2015

A NBR 9050:2015, de 11 de setembro de 2015 é um instrumento de instrução para arquitetos, construtores, engenheiros e outros profissionais da área, com parâmetros técnicos a serem seguidos. Como exemplo, cita-se, a

sinalização nos ambientes, que devem indicar a direção do percurso ou a distribuição de elementos em uma edificação. Na forma tátil, ocorre com balizamento ou piso tátil; na forma sonora, utiliza o áudio para direcionamentos com segurança, por meio de alarmes e rotas de fuga. Esclarece-se que as informações em Braille não dispensam a sinalização visual e tátil.

Outro item importante, é o símbolo internacional de pessoas com deficiência visual que “consiste em um pictograma branco sobre fundo azul”, sendo opcional, ser representado de outras maneiras, conforme Figura 3. Atenta-se que “nenhuma modificação, estilização ou adição deve ser feita a este símbolo”.

Figura 3 - Símbolo Internacional da Pessoa com Deficiência.

a) Branco sobre fundo azul **b) Branco sobre fundo preto** **c) Preto sobre fundo branco**

Fonte: NBR 5090, 2015.

Em relação as bibliotecas, a Norma, assegura que, devem garantir recursos audiovisuais, texto digital e Braille, ambiente acessível e serviço de apoio. E pelo menos 5 % do total de terminais de consulta (computadores e acesso à internet) devem ser acessíveis e pelo menos outros 10 % adaptáveis.

Ainda considerando a NBR 9050:2105, é essencial discutir alguns conceitos, quando se trata de “elementos” que serão utilizados por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzia. Portanto, acessível, são espaços, mobiliários, edificações, transportes e tecnologias que podem ser utilizados por qualquer pessoa, tendo em vista que se encontra acessível. Adaptável, são os mesmos elementos elencados acima, mas, cujas características podem ser modificadas para que se tornem acessíveis. Adaptado, são justamente quando os elementos foram alterados para serem acessíveis, e suas características originais foram alteradas. E finalmente, adequado, são elementos cujas propriedades, foram originalmente esquematizadas para serem acessíveis.

Assim sendo, essa Norma, contribui valorosamente para a qualidade de vida de pessoas com deficiência e deve ser sempre atualizada, pois ao passar dos anos, novas especificidades e tecnologias vão surgindo que podem facilitar e garantir o direito das pessoas com deficiência.

2.4.13 LEI Nº 13.146 DE 2015

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência promoveu direitos com foco na isonomia, liberdade e dignidade da pessoa com deficiência, objetivando à inclusão dessas pessoas na sociedade, à promoção e garantia de direitos, tendo como base a política de inclusão social e a Constituição de 1988. Refletiu, inclusive, na seara do Direito Civil e do Direito de Família, como por exemplo, o direito ao casamento sem descréditos de ser anulado devido as características físicas ou mentais de uma pessoa.

Assegura, também, a educação como direito da pessoa com deficiência, garantindo uma educação inclusiva em todos os níveis, “de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais”, respeitando os interesses e necessidades individuais.

Além de, aprimorar os sistemas educacionais, garantindo: o acesso, permanência, participação e aprendizagem; oferta de serviços inclusivos; projeto pedagógico que atenda os estudantes; pesquisas que desenvolvam métodos e técnicas pedagógicas e recursos de Tecnologia Assistiva; formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado; ensino do Sistema Braille; acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica com as mesmas oportunidades e condições dos demais estudantes.

Pode-se, portanto, considerá-la, uma das leis mais abrangentes, sobre acessibilidade, pois trata de categorias como, direitos fundamentais das pessoas com deficiência, como educação, transporte e saúde e o acesso à informação e a comunicação, além de, abandonar os conceitos apenas médicos, empregados por leis anteriores, passando a considerar, os sociais, culturais e as barreiras

presentes na sociedade, substituindo as políticas assistencialistas por políticas inclusivas.

2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

A implementação desse protocolo de revisão de literatura teve como ponto central identificar quais estratégias têm sido diligenciadas ou recomendadas ao suporte inclusivo das bibliotecas para estudantes com deficiência visual no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Os resultados da investigação forneceram 9 documentos e a análise desses aponta que os Institutos Federais, enquanto rede acadêmica, desenvolvem ações ou realizam sugestões pontuais sobre o tema. Além disso, verificou-se que suas bibliotecas possuem documentos norteadores ao atendimento inclusivo, todavia, evidencia-se que essas carecem de padronização para o suporte equitativo aos seus estudantes com deficiência visual.

As estratégias identificadas foram sumarizadas em ordem cronológica no Quadro 4, e ao final da análise foram resumidas em 13 (treze), de acordo com suas afinidades e particularidades, conforme pode ser observado no Quadro 5.

É interessante notar a perspectiva dos autores sobre as bibliotecas inclusivas, pois compreende-se assim, que a biblioteca possui um papel social e cultural, além de educacional e informacional. É possível perceber que seu conceito ao passar do tempo, torna-se interdisciplinar e abrangente, o que se alinha com as propostas de educação profissional e tecnológica, embora pouco explorada nos estudos científicos no âmbito da EPT.

Importante destacar que essas estratégias servirão de base para a construção do procedimento metodológico desta pesquisa. Além disso, elas refletem aos critérios definidos no protocolo e não se esgotam nesta investigação. Representam, portanto, um conjunto inicial de ações que podem ser exploradas em contextos específicos da EPT para o atendimento inclusivo aos estudantes com deficiência visual.

Capítulo

3

3 BIBLIOTECAS INCLUSIVAS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A INCLUSÃO NA PLENITUDE DA PALAVRA

Este capítulo objetiva refletir sobre a inclusão e os princípios da educação profissional, apresentando os conceitos relacionados às pessoas com deficiência visual e às bibliotecas inclusivas. Aborda-se, também, a educação especial e educação inclusiva, contextualizado com a educação profissional, a acessibilidade, a igualdade e a equidade e a importância das Tecnologias Assistivas, como livros em Braille ou áudio *books*. Além de trazer uma panorâmica de normativas do IFPE sobre suas bibliotecas e em relação a inclusão e deficiência, servindo de alicerce para esta pesquisa.

3.1 INTRODUÇÃO

Soares (2014), lembra que a história demonstra que as sociedades antigas, narravam o “não ver” limitado a interpretações metafísicas, místicas e moralizantes. Todavia, tais percepções sofreram transformações com a modernidade, em que se fortificou valores que naturalizam a diferença. Passadas décadas, vários direitos foram conquistados, destaca-se aqui, para início da discussão, o Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que considera a deficiência apenas no seu aspecto médico e negativo:

> I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade

> para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;
> II - Deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos. (BRASIL,1999).

Por isso, recomenda-se a terminologia, mais atual, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº13.146/2015) que define pessoa com deficiência aquela:

> Que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Nesta pesquisa não será utilizada a nomenclatura “pessoas com necessidades especiais”, “pessoas portadoras de deficiência”, pois de acordo com a Portaria nº 2.344/2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, onde se lê "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "Pessoas com Deficiência”. Assim, tendo em vista que os próprios, acreditam ser essa a melhor forma de chamá-los, pois ninguém “porta” e depois “desporta” a deficiência, as pessoas estão com deficiência.

Conforme explica Feminella e Lopes (2016), observa-se que a legislação vem superando a lógica de anormalidade ou incapacidade e requer que sejam suprimidas as barreiras para garantir a participação das pessoas com deficiência em quaisquer espaços. A sociedade deve esquecer os pares deficiência/eficiência, aptidão/inaptidão, normal/anormal; considerando os seres humanos capazes, mas respeitando suas diferenças e necessidades especificas.

> Um ser vivo é normal num determinado meio, na medida em que ele é a solução morfológica e funcional encontrada pela vida para responder a todas as exigências deste meio [...]. Não existe fato que seja normal ou patológico em si. A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras formas de vida possíveis (CANGUILHEM, 2000).

Nessa perspectiva, a definição de normal não faz sentido, pois ser anormal é estar fora de um padrão, ser desviante. O normal, pode ser visto como “norma”, uma ordem ou regra a ser cumprida, as regras de uma sociedade. Para Canguilhem (2000) ao se definir o normal como aquilo que é frequente, produz-se uma barreira para concepção do sentido biológico das anomalias às quais a ciência denomina de mutações genéticas. Ou seja, um desvio do natural

padronizado. Contudo, o autor, atenta que a norma de vida biológica é concebida pelo próprio organismo, e pertence a origem de sua existência, assim, o sujeito, deve ser entendido como padrão de si mesmo.

> A divisão constante do normal e do anormal, a que todo indivíduo é submetido, leva até nós, e aplicando-os a objetos totalmente diversos, a marcação binária e o exílio dos leprosos; a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais faz funcionar os dispositivos disciplinares que o medo da peste chamava. Todos os mecanismos de poder que, ainda em nossos dias, são dispostos em torno do anormal, para marcá-lo como para modificá-lo, compõem essas duas formas (FOUCAULT, 1987, p. 165).

Desse modo, basta que uma pessoa questione as normas da sociedade, por não atenderem suas necessidades, que se reflete até que ponto as normas são para todos, quais as incompatibilidades que os processos de normalização/normatização produzem. Por isso, muitas vezes a inclusão é interpretada equivocadamente, pois, não defende a normalização das pessoas com deficiência. Defende, uma sociedade, e no caso deste trabalho, uma educação e bibliotecas, para todos, respeitando suas contradições e diferenças.

São “os desafios das diferenças nas escolas” que Mantoan defende, em suas obras (2011). A “construção de uma sociedade para todos” que Sassaki (2010), debate incansavelmente nos seus trabalhos. Uma “ educação do trabalho” e “uma pedagogia histórico-crítica”, conforme luta Dermeval Saviani (2015), nos seus estudos. E finalmente, a construção de uma concepção de educação profissional comprometida com a formação integral, e, a indissociabilidade do trabalho intelectual e o trabalho manual, integrando a educação geral e educação profissional, como explanam em suas obras, respectivamente, Marise Ramos (2014a, 2014b) e Acacia Kuenzer (2007,2017).

3.2 CONCEITUANDO A DEFICIÊNCIA VISUAL: A CEGUEIRA E A BAIXA VISÃO

No Brasil, o primeiro registro sobre a apreensão com as pessoas com deficiência, foi no século XX, quando o Imperador D. Pedro II fundou o Instituto de Meninos Cegos, o atual, Instituto Benjamin Constant, em 1954; e o Instituto para Surdos, em 1857 (MEDEIROS; BRAGA JÚNIOR, 2017).

Segundo o Decreto nº 5.296/2004, cegueira é quando a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica e; a baixa visão é uma alteração grave das funções da visão afetando irremediavelmente a capacidade de perceber cores, tamanhos, distância, forma. Podendo, como explica Mosqueira (2010), também, ser congênita (desde o nascimento) ou adquirida (acidentes ou enfermidades), além de associar-se à perda de audição, cuja denominação é surdocegueira, ou com outras deficiências.

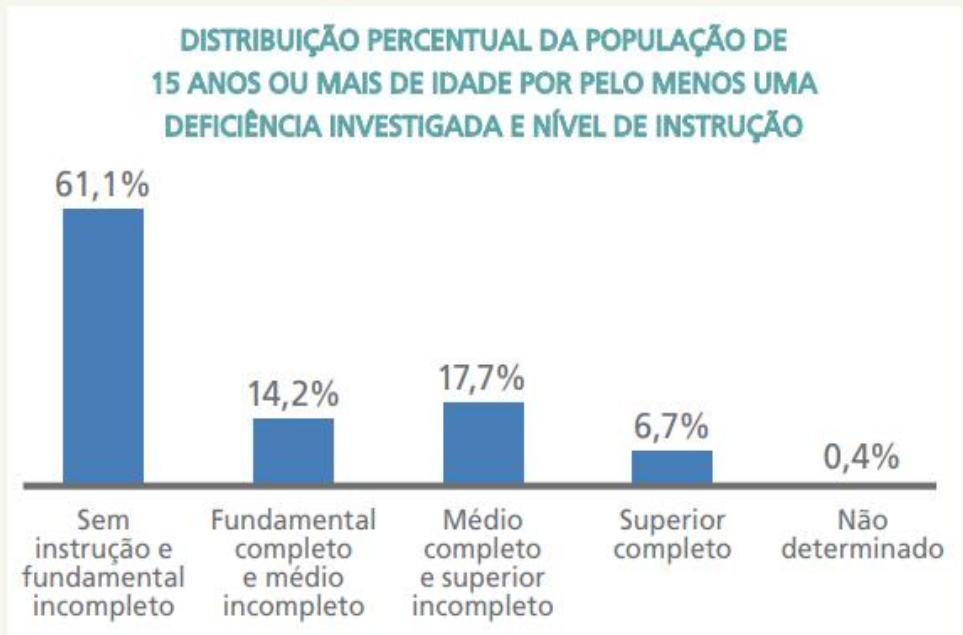
Evidenciada a baixa visão, por exemplo, alguns recursos ópticos podem auxiliar os estudantes como óculos bifocais, lupas, telescópios que aumentam o tamanho das letras e ilustrações. Recursos não ópticos também podem auxiliar, como as modificações no ambiente, com o uso do contraste, por exemplo, que é muito importante, entre a letra e fundo e a figura e o fundo, e, o uso de cores fortes e contrastantes (TORRES; SANTOS, 2015).

Inclusive, Bruno (1997), defende que o professor, o bibliotecário, e qualquer envolvido, com estudantes com deficiência visual, devem perceber que mesmo que o diagnóstico clínico seja de baixa visão ou cegueira, cada pessoa apresentará necessidades especificas e níveis visuais diferentes. Por isso, a importância da educação inclusiva, que tem como objetivo atender as necessidades de cada indivíduo e facilitar seu processo de aprendizado, respeitando sua história de vida.

3.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: ENTENDENDO SUAS DIFERENÇAS

Percebe-se no Gráfico 1, Censo do IBGE de 2010, o quanto é discrepante a porcentagem de pessoas com deficiência sem instrução e ensino fundamental incompleto (61,1%); para aquelas que possuem o nível superior completo (6,7%).

Gráfico 1 – Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais de idade por pelo menos uma deficiência investigada e nível de instrução.



Fonte: IBGE (2010).

Por isso, a importância da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que por várias décadas persistiu no entendimento de que a Educação Especial deveria ser organizada paralelamente à Educação Comum, pois seria apropriado para a aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

De acordo com o Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, compreende-se por Educação Especial, a modalidade de educação escolar ofertada preferencialmente na rede regular de ensino para estudantes com necessidades educacionais especiais. Além disso, decreta também, que deve iniciar-se desde a educação infantil e com equipe multiprofissional.

Complementar a esse pensamento, Rapoli (2010), esclarece que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou Educação Especial, complementam ou suplementam o desenvolvimento do estudante, sendo oferta obrigatória pelas escolas. Todavia, o AEE acontece, preferencialmente, nas escolas comuns, normalmente em ambientes denominados de Sala de Recursos Multifuncionais[5].

[5] São ambientes situados nas escolas de educação básica, onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado. Esses espaços são constituídos com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento do estudante, em turno adverso à escolarização. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192>.. Acesso em: 01 de maio de 2019.

O AEE auxilia os estudantes, com necessidades educacionais específicas, por meio de recursos tecnológicos e pedagógicos que eliminam as barreiras, sendo ofertado no turno oposto ao do ensino regular, nas Salas Multifuncionais, com profissionais especializados. Inclusão, é um conceito mais amplo, desde 1950 instituições como a ONU, procuraram englobá-lo em políticas, leis e serviços, inicialmente, para atender pessoas com deficiência. Com o passar dos anos, o termo passou a ser empregado para articular, além das pessoas com deficiência, também, questões raciais, de gênero, classe social, dentre outras discriminações (FONTANA; NUNES, 2006).

Nesse cenário, no art. 59 da LDB lê-se que os sistemas de ensino assegurarão aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, dentre outros direitos: currículos, métodos e técnicas para atender às suas necessidades. Além do mais, a LDB, assegura terminalidade específica para estudantes que não atingirem o nível determinado para concluir o ensino fundamental, devido a deficiência; e aceleração para os superdotados concluírem em menor tempo o programa escolar.

Padilha (2013, p.101) atenta, que “vive-se a exclusão e fala-se de inclusão” na escola. A autora destaca que pouco se fala do ato de excluir, e não é possível incluir, sem compreender o porquê de está excluído. Além disso, a luta contra a exclusão é antiga, sendo inconcebível que indivíduos sejam selecionados de acordo com suas características físicas ou intelectuais.

O “saltar da escola dos diferentes para a escola das diferenças” necessita de conhecimento, bastante determinação e decisões precisas (SANTOS, 2010). As sugestões de transformação variam e dependerão de estudos, levantamento de dados e ações, enfim, de uma gestão democrática e inclusiva.

3.4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO

A Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, promulga que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Além de ter, como uma das finalidades,

desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

Todavia, no Brasil, as escolas de formação profissional e escolas acadêmicas, conforme Kuenzer (2007), tiveram seu início, com uma “dualidade estrutural”, ou seja, atendiam classes sociais diferentes, o que ainda é persistente. O ensino profissional para a classe dominada, e o ensino superior para classe dominante (dotadas de capital e privilégios).

> A estratégia por meio da qual o conhecimento é disponibilizado/negado, segundo as necessidades desiguais e diferenciadas dos processos de trabalho integrados, é o que temos chamado de inclusão excludente na ponta da escola. Ao invés da explícita negação das oportunidades de acesso à educação continuada e de qualidade, há uma aparente disponibilização das oportunidades educacionais, por meio de múltiplas modalidades e diferentes naturezas, que se caracterizam por seu caráter desigual e, na maioria das vezes, meramente certificatório, que não asseguram domínio de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de competências cognitivas complexas vinculadas à autonomia intelectual, ética e estética (KUENZER, 2007).

Moreira, Capelle e Freitas (2015), afirmam que o trabalho ocupa um lugar central, em relação as atividades de quem o realiza. Seja por ser um meio de sobrevivência, pelo tempo dedicado ou realização pessoal, o trabalho sempre foi umas das principais ferramentas de transformação, através do diálogo com o seu meio social, e é, nesse contexto, que o ser humano se modifica e constrói sua identidade pessoal e social.

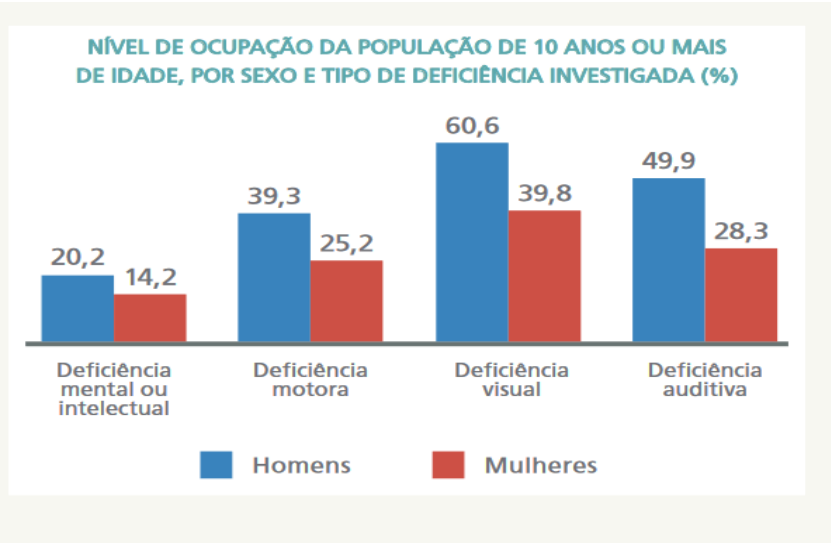
Saviani (2011), explica que a natureza não é dada ao homem, mas é por ele transformada em algo que atenda suas necessidades. Consequentemente, “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (2011, p.6). Assim, o conhecimento gerado pela humanidade e que interessa a educação, é resultado do ato de transformar a natureza, o que o autor denomina de trabalho educativo.

> De fato, o processo que faz a mediação entre teoria e prática é o trabalho educativo; é por meio dele que a prática se faz presente no pensamento e se transforma em teoria. Do mesmo modo, é pelo trabalho educativo que a teoria se faz prática, que se dá a interação entre consciências e circunstâncias, entre pensamento e bases materiais de produção, configurando-se a possibilidade de transformação da realidade (KUENZER, 2017, p.350).

Conforme o livro “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire (2019), que fala sobre a necessidade de superar a situação opressora, através do uso da razão e do conhecimento crítico, que se transforma em uma ação transformadora da realidade. A opressão gera uma totalidade desumanizada e desumanizante e no momento em que os indivíduos começarem a lutar para superá-la, ocorrerá “a busca do ser mais” e, portanto, a conquista da liberdade (FREIRE, 2019, p.46-47).

Porém, ao observar o Gráfico 2, é possível identificar a ocupação por sexo e tipo de deficiência, do Censo de 2010 do IBGE. As pessoas com deficiência, não conquistaram o devido espaço no mundo do trabalho, logo, não conquistam seu lugar de fala e força para transformar a realidade.

Gráfico 2– Nível de ocupação da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo e tipo de deficiência investigada (%).



Fonte: IBGE (2010).

Pode-se compreender que até dentro das deficiências há diferenças entre mulheres e homens que trabalham. Sendo a deficiência visual a que possui pessoas com maior porcentagem de ocupação, para ambos os sexos. Consequentemente, utiliza-se aqui, a reflexão de Ramos (2016), que questiona, em sua dissertação, se as políticas de inclusão estão proporcionando de fato a inserção, percurso e conclusão dos estudantes com deficiência visual, no mundo do trabalho.

Na pesquisa de mestrado de Silva (2014), sobre a “Inclusão de estudantes com deficiência no Instituto Federal da Paraíba a partir da implantação da ação

Tec Nep[6]", é lembrada, a importância do papel de uma instituição de educação profissional e tecnológica, sobre o encaminhamento desse estudante, ao mundo do trabalho. Desse modo, a autora sugeriu que os Institutos deveriam formar parcerias com empresas para à inclusão dos estudantes com deficiência nos estágios curriculares e no mercado de trabalho.

A Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, no art. 93, obriga que empresas com 100 (cem) ou mais funcionários devem preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com pessoas com deficiência, habilitadas. A constituição Federal, art. 37, VIII, afirma que a lei resguardará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e determinará os critérios de sua admissão.

Além disso, torna-se indispensável o surgimento da figura da empresa inclusiva, conforme explica Sassaki (p. 63, 2010): aquela que acredita na diversidade, efetua alterações nas suas práticas administrativas, adequa o ambiente físico, treina seus funcionários para a inclusão, entre outras ações.

Outra concepção de Saviani (2013), é a pedagogia histórico-crítica, que entende que para se atuar de maneira consistente na educação, é necessário fundamentalmente conhecer como a sociedade está estruturada. Hoje, define-se pelo domínio do capitalismo, dividindo-se na classe do proprietário de capital (dominante) e na classe do trabalhador (dominado), com interesses antagônicos. Por isso, a importância da pedagogia histórico-crítica, pois, a educação se torna um ato político, e sua característica fundamental é se posicionar claramente a favor dos interesses dos trabalhadores, inserindo-se na luta pela transformação da sociedade.

> Um dos grandes desafios dessa nova perspectiva para a EPT é construir uma visão da formação profissional e do trabalho que ultrapasse o sentido da subordinação às restritas necessidades do mercado, contribua para o fortalecimento da cidadania dos trabalhadores e democratização do conhecimento em todos os campos e formas. Por essa razão, considera-se fundamental a articulação das políticas de EPT com os programas de trabalho, emprego, renda, inclusão e desenvolvimento social, cabendo às primeiras agir como

[6] O Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (nomenclatura da época) foi criado em 2000, com uma parceria entre a Secretaria de Educação Profissional - SETEC e a antiga Secretaria de Educação Especial – SEESP, atualmente, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Em 2010, foi transformado em ação da SETEC/MEC, passando a ser denominado de Ação TEC NEP. Disponível em:<http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/175/173>. Acesso em: 10 jan. 2019.

> indutoras de emancipação, enquanto as últimas devem ter caráter provisório (PACHECO; SOBRINHO, 2012, p.19).

Em conexão com um dos objetivos da inclusão: a democratização do conhecimento, para transformar a sociedade, compreendendo e aceitando as diferenças. A educação, portanto, é o meio pelo qual esse processo acontece. É preciso vencer a resistência daqueles que dominam (pessoas sem deficiência e ambientes não inclusivos), e lutar pela equidade das pessoas com deficiências e por espaços inclusivos.

> Ambientes humanos de convivência e de aprendizagem são plurais pela própria natureza e, por isso, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do estudante – segundo suas capacidades e seus talentos – e de um ensino participativo, solidário, acolhedor (MANTOAN, 2015, p.16).

Nesse contexto, cita-se alguns estudos sobre a EPT. Como Marques (2014), que verificou no Instituto Federal de Brasília (IFB), quais estratégias eram empregadas para o ingresso e a permanência de estudantes com deficiência, além de verificar como os recursos tecnológicos eram fornecidos, enquanto ferramentas inclusivas para esses estudantes. Como resultado, a autora identificou que faltavam diretrizes para conduzir sistematicamente o ingresso e a permanência.

Por outro lado, Cardoso (2016), analisou os dispositivos para a inclusão de estudantes com deficiência, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, no período de 2007 a 2016, buscando, investigar o ingresso na instituição e se as propostas pedagógicas que permitem o acesso desses estudantes aos conhecimentos indispensáveis à sua formação profissional. A pesquisa constatou, que é necessário superar alguns fatores, dentre os quais: sensibilização na instituição; remoção de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas; oferecer materiais pedagógicos especializados, e, finalmente, capacitação para os docentes.

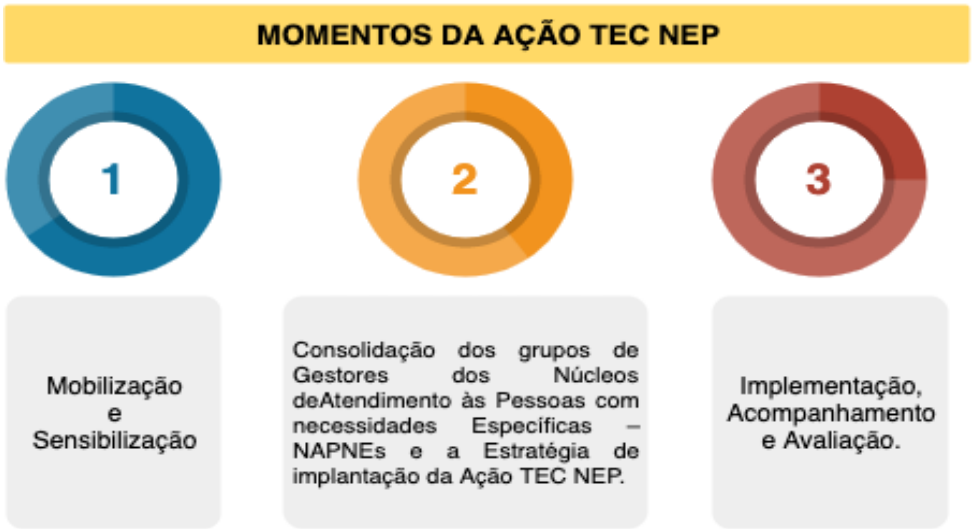
Interessante ressaltar que a formulação de uma política de inclusão para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e a quebra das barreiras, passam, fundamentalmente, pelo entendimento de sua história. Na RFEPCT, somente com a assinatura, em 02 de abril de 2001, do Termo de Compromisso com a Secretaria de Ensino Médio e Educação Tecnológica (SEMTEC), planejou-se as primeiras estratégias para desenvolver

e implementar o Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais (termo utilizado na época), TEC NEP, através da mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros.

Nascimento e Faria (2013), observaram que no Ensino Profissional e Tecnológico, em 1909, quando foram criadas, as Escolas de Aprendizes Artífices, futuras Escolas Técnicas Federais, e décadas depois, Centros Federais de Educação Tecnológica ou Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, almejava-se ofertar aos “desvalidos da sorte” uma possibilidade de terem uma profissão, contudo, não necessariamente eram instituições inclusivas, pois não haviam ações com essa temática, na época.

A Ação TEC NEP, iniciou as primeiras atividades nos anos 2000, constituída em 03 (três) momentos conforme é apresentado na Figura 4. Logo, esse programa foi criado com a finalidade de inserir as pessoas com deficiência em qualquer curso ofertado pela RFEPCT, independente da sua deficiência ou necessidade específica, e a implementação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), que é o setor institucional responsável por promover ações para garantir a acessibilidade, o respeito à diversidade e a eliminação de barreiras.

Figura 4 - Momentos da Ação TEC NEP.



Fonte: A Autora.

Resumidamente, conforme trabalho de Anjos (2006), esses momentos se caracterizaram da seguinte forma: o primeiro envolveu a mobilização e sensibilização de diversas instituições, através da realização de oficinas de

trabalho com a participação da SEMTEC e SEESP, com o intuito de debater os projetos políticos pedagógicos e que os Institutos Federais, por região, elaborassem estratégias de expansão da educação profissional. O segundo momento, foi um estudo preliminar da situação e composição da equipe de coordenação, com o objetivo de deliberar as instituições que teriam o papel de gestores regionais, como também a criação dos NAPNE, e, levantar experiências exitosas na Rede Federal de Educação Tecnológica. E por último, divulgar, acompanhar e avaliar as ações iniciais do Programa, nas diversas instituições, sendo analisado, posteriormente os resultados obtidos.

Como consequência dessas ações, percebeu-se a necessidade de capacitar profissionais para o atendimento adequado aos estudantes com deficiência. Desenvolve-se, então, o Curso de Especialização Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva[7] (NASCIMENTO; FARIA, 2013).

Além disso, foram desenvolvidos cursos de FIC (Formação Inicial Continuada) sobre a Libras, o Braille, políticas públicas de inclusão, Tecnologia Assistiva e dentre outros que instrumentalizaram a Rede Federal no processo de fortalecimento da inclusão. Contudo, a Ação TEC NEP necessita ser revista. Para que, o governo assuma efetivamente o financiamento de políticas inclusivas, e todos os envolvidos com a instituição passem a pensar e assumir seu papel de educar a todos.

Assim, compreende-se que a Ação TEC NEP, foi algo pioneiro para os Institutos Federais, em relação a discutir e buscar soluções para a questão de inclusão enquanto política institucional. O IFPE, por exemplo, tem em todos os 17 C*ampi* um NAPNE, sendo uma constatação da assertividade da Ação e suas soluções e sugestões. Mas, percebe-se que para a inclusão ocorrer efetivamente, esses núcleos necessitam de equipe multiprofissional, espaço físico adequado, formação continuada dos profissionais, sejam professores ou técnicos administrados, do Instituto Federal, enfim, apoio da Gestão, dentre outros aspectos.

Finalmente, cita-se a tese de doutorado de Freitas (2017), que estudou a questão da deficiência no Instituto Federal do Acre (IFAC), com especial atenção

---

[7] Curso de Especialização “Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva”, foi uma parceria entre a SETEC, e o então CEFET Mato Grosso, o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) e o IBC (Instituto Benjamin Constant). (NASCIMENTO; FARIA, 2013).

aos NAPNE, que planejam e acompanham as ações referentes aos estudantes com deficiência, nos Institutos Federais, o que resultou: que há consciência das necessidades pertinentes a deficiência e inclusão e as atividades dos NAPNE ainda não resulta em uma inclusão efetiva, pois ocorre alta rotatividade de seus coordenadores e falta de recursos e materiais específicos para o atendimento a este público.

Logo, os estudos analisados em Institutos Federais, confirmam as preocupações dos vários autores na área desta pesquisa, em que se sabe que há o ingresso dos estudantes com deficiência, contudo, que faltam recursos e estratégias sistematizadas, para garantir o acesso, a permanência e o êxito desses estudantes.

Freire (1996, p.36), afirma que “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”. Para ele, faz parte do pensar correto a rejeição de qualquer forma de discriminação, pois a prática preconceituosa, afronta a “substantividade do ser humano” e nega totalmente a democracia.

> Não posso, por isso, cruzar os braços fatalistamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e “morno”, que fala da impossibilidade de mudar porque a realidade é mesmo assim. O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tornada como fado ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir. (FREIRE,1996, p.76).

Sendo assim, acreditar que a mudança é possível, é indispensável para a educação. Sair dessa acomodação e do discurso que professor não possui capacitação para trabalhar com estudantes com deficiência visual, que a escola não tem recursos financeiros, faltam pessoal especializado, escassez de ambientes inclusivos não é aceitável e mudar é preciso e possível.

Na perspectiva de discutir especificações de estratégias quanto ao suporte aos estudantes com deficiência visual, nas bibliotecas da EPT, o item a seguir, trata do conceito de serviços inclusivos, especificamente o uso de Tecnologias Assistivas como apoio pedagógico.

3.4 SERVIÇOS INCLUSIVOS: O PAPEL DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

Com o passar das décadas, as tecnologias trouxeram uma gama de informações de rápida consulta e visualização, mas, ao mesmo tempo, a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência visual tem-se caracterizado como uma barreira. Para as pessoas com deficiência visual, sejam pessoas com cegueira ou com baixa visão, não há escolha, pois somente podem consumir informação, se esta, estiver adaptada a sua deficiência (MALHEIROS; CUNHA, 2018).

O termo *Assistive Technology*, traduzido no Brasil como Tecnologia Assistiva (TA) foi elaborado oficialmente em 1988, dentro da legislação norte-americana, como Public Law 100-407, que junto a outras leis, compõe, o ADA - *American with Disabilities Act* (BERSCH, 2006, 2017).

Conforme o Portal do *Americans with Disabilities Act*, a ADA é uma das legislações mais abrangentes dos Estados Unidos que coíbe a discriminação e assegura que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades para participar da vida americana. A TA, desse modo, constitui-se como qualquer item, equipamento ou sistema utilizado para ampliar, manter ou aperfeiçoar os recursos funcionais de pessoas com deficiência. Como exemplo, quadros de mensagens, leitores de tela, displays em Braille, modificações no teclado e mouse e ponteiros de cabeça.

O conceito definido pelo Comitê de Ajudas Técnicas Brasileiro, afirma que a TA é uma área do conhecimento interdisciplinar, englobando produtos, estratégias, práticas e serviços para promover e facilitar a participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, no dia a dia (CAT, 2009).

Borges e Mendes (2018), explicam que no Brasil, a maior parte dos estudos que se referem ao uso da TA é realizada com crianças e adolescentes em idade escolar, o que converge com a dificuldade de encontrar, nos últimos 5 anos, pesquisas da TA no ensino profissional e tecnológico. Esse fato, ocorre, por ser nesse momento, ensinados a ler e escrever, o que requer maior esforço visual.

Em síntese, as pesquisas descrevem um cenário que as instituições escolares não estão preparadas para implementarem a TA, tendo em vista que os serviços de reabilitação nem sempre estão articulados com a educação, a comunidade escolar os desconhece e os estudantes não fazem uso da TA no dia a dia, por barreiras econômicas ou acreditarem ser recursos estigmatizantes (BORGES; MENDES, 2018). Por isso, a importância de pesquisas com essas temáticas, pois as tecnologias se inovam e tornam-se mais populares e de baixo custo.

Pode-se observar um breve resumo de algumas tecnologias utilizadas por pessoas com deficiência visual, por meio do Quadro 7, desenvolvido por Carvalho (2001). Esclarece que o autor usa visão subnormal, mas este trabalho usa baixa-visão, pois evita-se a ligação com conceito de normalidade, que são preconceituosos e estigmatizastes.

Quadro 7 – Tecnologias Utilizadas por Pessoas com Deficiência Visual.

CLASSE DO DISPOSITIVO	TIPO DO DISPOSITIVO	TIPO DE USUÁRIO
Geradores de informação visual ampliada	Ampliadores de tela de computador	Visão subnormal
	CCTV	Visão subnormal
	Lentes	Visão subnormal
Geradores de informação auditiva	Braille falado	Cego
	Gravadores de fita cassette	Visão subnormal ou cego
	Sintetizadores de voz	Visão subnormal ou cego
Geradores de informação tátil	Impressoras Braille	Cego
	Máquinas de datilografia Braille	Cego
	Regletes	Cego
	Terminais de acesso em Braille para computadores	Cego
	Copiadora em alto relevo	Visão subnormal ou cego
Geradores de informação olfativa	Categoria vazia	———
Geradores de informação gustativa	Categoria vazia	———
Transcritores	Leitores de tela de computador	Visão subnormal ou cego
	OCR	Visão subnormal ou cego
	Reconhecedores de voz	Visão subnormal ou cego

	Transcritores Braille	Cego
	OBR	Cego

Fonte: A Autora.

O Quadro 7, portanto, apresenta o resumo sobre alguns tipos de dispositivos de acesso à informação voltados para a pessoa com deficiência visual, indicados pela classe do dispositivo, tipo de dispositivo e tipo de usuário, sendo extremamente significativo, a sugestão para quem são recomendados os dispositivos, facilitando para escolher qual tecnologia o usuário pode se adaptar e como também, mesclar vários dispositivos para facilitar o acesso às diversas informações.

Além disso, existem na atualidade, *softwares* livres brasileiros que são específicos para pessoas com deficiência visual. Os mais conhecidos são: o DOSVOX[8] desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Virtual Vision[9] que é um software brasileiro desenvolvido pela Micropower, em São Paulo (BARBOSA; LUCILENE, 2018).

Sobre o DOSVOX trata-se de um sistema para microcomputadores que se comunica com usuário com deficiência visual por meio de síntese de voz, adquirindo autonomia no estudo e no trabalho. A síntese de voz ocorre em português, contudo, pode ser configurada para diferentes idiomas, além disso, a maioria das mensagens sonoras são realizada em voz humana gravada, isso significa que tem baixo índice de estresse para o usuário, mesmo com uso prolongado.

O Virtual Vision é uma ferramenta para que pessoas com deficiência visual busquem informações, permitindo a navegação por menus, telas e textos, presentes em praticamente qualquer aplicativo. A navegação é realizada por meio de um teclado comum e o som é emitido através da placa de som do computador, assim, também acessa o conteúdo disponível na *internet* com a leitura de páginas inteiras, leitura sincronizada, navegação elemento a elemento e listagem de *hyperlinks* das páginas.

Outro meio, é explicado por Mello (2015), que analisa as políticas públicas de acessibilidade e inclusão por meio do livro digital acessível, com base no Programa Mecdaisy[10], desenvolvido pelo Ministério da Educação, por meio de

[8] DOSVOX na Internet. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/>. Acesso em: 28 mai. de 2019.
[9] Virtual Vision na Internet. Disponível em: <https://www.virtualvision.com.br/>. Acesso em: 01 de mai. 2019.
[10] Mecdaisy. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/mecdaisy/>. Acesso em: 01 mai; de 2019.

parceria com o Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que possibilita a geração de livros digitais falados e sua reprodução em áudio, gravado ou sintetizado. A facilidade é que os profissionais da biblioteca ou professores, não necessitam necessariamente saber o Braille, pois o texto é transcrito por meio de áudio, facilitando a inclusão e autonomia. Além disso:

> Um leitor de tela pouco conhecido, mas que merece um destaque é o ORCA. É pouco conhecido porque funciona somente no sistema operacional Linux, que é pouco utilizado em comparação ao Windows. Entretanto, o destaque aqui é justamente porque o Linux é um sistema operacional gratuito, sendo amplamente utilizado em escolas públicas, pois, nas últimas décadas, foi uma política do Governo Federal estimular o uso de software livre pelos órgãos públicos (BRUNO; NASCIMENTO, 2019, p. 8).

O que é inclusivo, pois, o programa não quebra a principal regra do Desenho Universal[11], tendo em vista que o Linux é gratuito. E atende o princípio da TA, que é projetar para atender as necessidades das pessoas com deficiência. Contudo, questiona-se: qual será o programa mais adequado as pessoas com deficiência visual? Mecdayse, Orca, Dosvox ou Virtual Vision, ou o texto no “velho e bom” formato Braille. Em um mundo inclusivo, ou reduzindo a medida, em uma Instituição Federal de Ensino Profissional, Técnico e Tecnológico, inclusiva, essa pergunta não seria feita. Pois, todos os programas estariam a disposição para atender as necessidades de cada estudante com deficiência visual. É uma utopia? Não, é um direito.

Seguindo a ideia de Carvalho (2001), sentiu-se a necessidade de demonstrar outros dispositivos (Quadro 8), que muitas vezes não são considerados Tecnologias Assistivas, pelo senso comum, mas que pela definição da ADA e Comitê de Ajudas Técnicas Brasileiro, são produtos e equipamentos que facilitam o dia a dia da pessoa com deficiência visual, seja na escola, ambientes de lazer ou no trabalho.

Quadro 8 - Equipamentos Facilitadores para Pessoas com Deficiência Visual.

CLASSE DO DISPOSITIVO	TIPO DE DISPOSITIVO	TIPO DE USUÁRIO
Ferramenta para perfuração do papel e escrever em Braille.	Punção	Cegos

[11] Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de Tecnologia Assistiva. (NBR 9050, 2015).

Constitui-se em três cubos que giram independentes, e os pontos em relevo representam o alfabeto Braille.	Giro-Braille	Cegos
Possui 6 teclas para escrever em Braille, como também uma tecla espaçador e outra para mudança de linha.	Máquina Perkins-Braille	Cegos
Réguas vazadas que permite o usuário assinar seu nome de forma discursiva à tinta (caneta, lápis).	Régua para escrita cursiva	Cegos ou Baixa-Visão
Método de contagem, onde a régua é dividida com pontos salientes que representam as unidades, dezenas e centenas, auxilia também na concentração e memorização.	Soroban ou Ábaco	Cegos ou Baixa-Visão
Qualquer pessoa que auxilie uma pessoa com deficiência visual a se locomover pelos ambientes abertos ou fechados.	Guia Vidente	Cegos ou Baixa-Visão
Protege o usuário dos obstáculos durante seu trajeto, contudo há obstáculos altos ou espaçosos, como um guarda-chuva ou telefone de uso público (orelhão).	Bengala	Cegos ou Baixa-Visão
Possui a função de aumentar a imagem.	Lupas	Baixa-Visão
São indicados para pessoas com redução da acuidade visual para perto em ambos os olhos.	Óculos binoculares e monoculares	Baixa-Visão
Cães adestrados que guiam pessoas cegas ou com baixa-visão grave, auxiliado no dia a dia.	Cão-Guia	Cegos ou Baixa-Visão

Fonte: A Autora.

Verifica-se a enorme quantidade de recursos que as pessoas com deficiência visual podem ter acesso. Mas quantos desses, são vistos na escola, no trabalho, em bibliotecas, ou na casa do usuário. Resultados, como os do trabalho de Rabello et. al (2014), corroboram com esse fato. Pois, mostram velocidades de leitura aprimoradas com a ampliação do texto ou utilização de *software* de som. Esssas tecnologias contribuem “para a aquisição de leitura e habilidades de escrita que são úteis para o desempenho das tarefas escolares e sua subsequente inserção social” (RABELLO et. al., 2014, p.106).

Sousa (2015), em seu estudo, informa a importância da tecnologia, como os *softwares* que servem como leitores de textos para esse público, entretanto, ressalta que as ferramentas tecnológicas são acessíveis e obrigatórias por lei, e, adverte, que o Sistema Braille representa a autonomia dessas pessoas, por isso, deve-se manter o compromisso com o letramento Braille e digital. O que poderia ser facilitado, se as bibliotecas públicas e privadas fossem inclusivas.

3.5 BIBLIOTECA INCLUSIVA: ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E APRENDIZAGEM

Desde 1931, o bibliotecário e matemático Ranganathan, tratou sobre a

atuação dos bibliotecários, no intitulado “As Cinco Leis da Biblioteconomia”, ao defender: para cada leitor, seu livro. Desse modo, é imperioso que esses profissionais, entendam a completude da função socioeducativa da biblioteca, respeitando todos os usuários, com condutas inclusivas e adequando os serviços. (MATOS; LEMOS; SILVA, 2017).

No art. 20 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, conhecida como a Lei da Acessibilidade, é garantido que o Poder Público fomentará programas que promovam pesquisas científicas para tratamento e prevenção de deficiências, produção de ajudas técnicas e especializações sobre o tema acessibilidade. Há inúmeras maneiras para alcançar a inclusão nas escolas, Carvalho (2010) destaca, as condições sociais e econômicas do país, a desvalorização do magistério e as condições de trabalho dos profissionais.

> A sociedade é capaz de identificar os fatores excludentes, mas não conseguimos removê-los sozinhos. Precisamos estar nos articulando, trocando ideias e sentimentos, compartilhando experiências, escrevendo e divulgando nossos acertos e nossos equívocos. Proposta da pesquisa desta dissertação de mestrado (CARVALHO, 2010, p.37).

Complementando, a Lei nº 10.753/2003, que instituiu a política nacional do livro, traz no art. 1º que o livro é um meio insubstituível da transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa, da conservação do patrimônio nacional e que se deve assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura. Além disso, deve-se garantir recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e serviço de apoio, como também, publicações em Braille (NBR 9050).

Na pesquisa de Jorge Anna (2016), a *internet* configurou outra dimensão para disponibilização de informações, o que demanda ofertar produtos e serviços a partir dessa nova dimensão e das novas tecnologias, provocando novas práticas bibliotecárias. A biblioteca digital é uma realidade inquestionável, diante dessa futura realidade, e o bibliotecário adquirirá, também, novas dimensões, adequando-se as necessidades dos usuários. Para o autor, esse fato demonstra o quanto esse espaço é adaptável, transformando o perfil profissional dos bibliotecários. E transformando a vida de sua comunidade escolar e qualquer usuário.

> A forma como atua uma biblioteca popular, a constituição do seu acervo, as atividades que podem ser desenvolvidas no seu interior, e a partir dela, tudo isso, indiscutivelmente tem que ver com técnicas,

> métodos, processos, previsões orçamentárias, pessoal auxiliar, mas sobretudo, tudo isso tem quer ver com uma certa política cultural. Não há neutralidade aqui também (FREIRE, 2011, p.48).

Contudo, Malheiros e Cunha (2018) apresentam que apenas 5% a 7% do que é publicado nos países desenvolvidos e menos de 1% nos países em desenvolvimento, está disponível em formato adaptado. Essa situação de pouca disponibilização teve início com os materiais impressos e se agravou com a difusão do meio digital, tendo em vista que adaptar documentos é um processo lento e dispendioso.

O livro em Braille, enquanto uma das diversas ferramentas educacionais, faz parte do que se denomina livros acessíveis, que são propostos às pessoas com deficiência visual. Esses livros, conglomeram, além do livro em Braille, o livro em Braille e em tinta, o livro com fonte ampliada, o livro falado e o livro digital (LÊDO, 2017).

Ressalta-se, que para Alves (2017), a leitura e escrita são ferramentas imprescindíveis para a formação do ser humano, de forma particular ou grupal. Nesse contexto, as bibliotecas se destacam como ambientes de leitura individual ou coletiva, mas também de encontros, aprendizagem, estudo, experiências com expressões artístico-culturais, como cinema, teatro e música.

> A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas (MANIFESTO DA UNESCO, 1994).

Entretendo, há barreiras que são inimagináveis pela sociedade. Conforme afirma Lêdo (2017), a indústria editorial Braille no Brasil ainda é embrionária e realizada basicamente por duas instituições: a Fundação Dorina Nowill para Cegos e o Instituto Benjamin Constant (IBC).

Ferraz (2015), reflete que apesar da difusão das tecnologias, são vários fatores que impedem o usuário com deficiência visual de utilizar os recursos. Dentre esses fatores: que o Braille é limitado, pois não reproduz gráficos e o tipo de papel é oneroso, com gramatura 120, além do alto custo das impressoras

Braille, e, a falta de ledores Braille especializados em disciplinas específicas, como contabilidade e língua estrangeira.

Seguindo o pensamento dos autores acima, Faria e Botelho (2009), atentam que livros com mais de cem páginas podem chegar a quinhentas páginas quando transcritos para Braille, dificultando o transporte e guarda. Mas defendem que esses livros permitem que a criança faça a leitura sozinha, e tenha acesso à escrita. Desse modo, não se pode apenas substituir os livros em tinta, por livro áudio-livros ou com tecnologia que permitam a descrição em áudio através de softwares.

Nessa conjuntura, o Tratado de Marraquexe[12] de 2013, procurou preencher as lacunas concernentes à produção em formatos adaptados. Nesse tratado, os países signatários, incluindo o Brasil, precisam rever suas leis de direitos autorais, permitindo a reprodução de obras literárias e artísticas em formatos acessíveis.

Para que a acessibilidade aconteça, a produção de material segue procedimentos. Como por exemplo, os professores das diferentes disciplinas, necessitam fornecer o cronograma e a bibliografia que será utilizada ao longo do curso. E os bibliotecários precisam verificar se há ou não a bibliografia e providenciá-la, com uma detalhada correção e revisão (FERRAZ, 2015).

> Tanto a escola comum como a escola especial tem resistido às mudanças exigidas por uma abertura incondicional às diferenças. [...] Esses desafios estão sendo constantemente anulados, contemporizados por políticas educacionais, diretrizes, currículos, programas compensatórios (reforços, aceleração, entre outros (MANTOAN, 2011, p.31-32).

Além disso, é imperioso que os ambientes educacionais, possuam Sala de Recursos Multifuncional, que funciona, conforme o Decreto nº 7.611/2011, como complementação ou suplementação à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superlotação. Ainda conforme o decreto, essas salas são ambientes com equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado, o que poderia dirimir diversas dificuldades dos usuários com deficiência visual ao acesso às informações.

---

[12] Tratado de Marraqueche procurou facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com eficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, em Marraqueche, 27 de junho de 2013. O Brasil firmou com o tratado, mas somente em 2018, promulgou o decreto do tratado. Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018**. Disponível em: <**http: >//www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9522.htm>. Acesso em: 28 mai. de 2019.

Desse modo, deve-se deixar claro que políticas inclusivas, não são políticas assistencialistas, pois incluir, vai além, é construir meios para que cada indivíduo, consiga estudar e progredir no trabalho e na sociedade. Assim, verifica-se a importância de se ter um ambiente que possa incluir todo e qualquer estudante, com o intuito de trocar experiências e conhecimento, e aprender individualmente ou coletivamente, e as bibliotecas são espaços adequados a essa proposta de inclusão.

Capítulo

4

4 MÉTODO

Este capítulo tem como objetivo descrever a proposta de método que foi utilizada durante a pesquisa. Inicialmente são apresentados os autores que serviram de base metodológica para a condução da investigação, bem como, esta pesquisa do ponto de vista metodológico se caracteriza. Na sequência é descrito o roteiro para a coleta e análise de dados. No seguimento, são evidenciados os resultados preliminares de uma das fases estabelecidas. Na continuação, uma proposta do Produto Educacional é evidenciada e os procedimentos éticos a serem seguidos. E, por fim, um cronograma de execução da dissertação de mestrado.

4.1 INTRODUÇÃO

Fachin (2017) expõe que o conhecimento científico surge pela razão dos indivíduos sentirem a necessidade de aprimorar-se constantemente, não sendo um ato passivo de apenas observar fatos ou objetos. Procura-se obter a verdade dos fatos, resultado de pesquisas metódicas e sistemáticas, pois “o conhecimento científico descreve e nos explica a realidade, ele faz parte do nosso mundo”. Assim, esse conhecimento parte de referências empíricas, mas os transcende (FACHIN, 2017, p. 12-13).

Estudos mostram que as intervenções educativas para os estudantes com cegueira ou com baixa visão, estão comprometidas pela falta de recursos

didáticos apropriados, exclusão tecnológica, o fato da didática ser fundamentada unicamente no visual, e pelo despreparo dos educadores para o ensino das pessoas com deficiência visual (FIGUEIREDO; KATO, 2015).

Desse modo, o problema desta pesquisa, conforme evidenciado no Capítulo 1, busca compreender as ausências de estratégias, seguindo as recomendações legais e normas institucionais, direcionadas as bibliotecas do IFPE para o suporte inclusivo aos estudantes com deficiência visual, com igualdade e equidade, em relação aos demais usuários desse ambiente pedagógico.

O objetivo geral tem como intuito investigar se a formalização de preceitos para uma biblioteca inclusiva, por meio de um Guia Recomendativo dirigido ao suporte de estudantes com diagnóstico de cegueira ou baixa visão, sinalizaria como um caminho viável e poderia servir como princípio para que todas as bibliotecas, no âmbito do IFPE, se tornem inclusivas, na amplitude da palavra.

Para alcançar isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos, para esta pesquisa: diagnosticar quais são as barreiras institucionais e dos estudantes com deficiência visual; investigar as práticas de consumo dos estudantes com deficiência visual ao usufruírem os serviços educacionais das bibliotecas, no âmbito do IFPE; compreender como as bibliotecas se estruturam e quais as necessidades para o suporte de serviços inclusivos para pessoas com deficiência visual; especificar um manual/guia orientativo, com recomendações integrativas, para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual do IFPE. Desse modo, os estudantes com deficiência visual do IFPE, podem ter a percepção em relação às bibliotecas como um ambiente tanto para o acesso às informações, quanto para a convivência social com os demais usuários.

A presente pesquisa é do tipo descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa. A abordagem metodológica foi desenvolvida com base nos seguintes autores: Araújo (2011), Bardin (2016), Chiavenato (2010), Fachin (2017), Flick (2009, 2013), Gil (2002), Malheiros (2011) e Minayo (2013).

Flick (2009, p.23) orienta que os aspectos fundamentais da pesquisa qualitativa, consistem em escolher métodos adequados e teorias convenientes; reconhecendo e analisando as diversas perspectivas e a variedade da abordagem e do método. O autor discuti, que diferente da pesquisa quantitativa,

os métodos qualitativos consideram a comunicação do investigador e do campo, como parte da produção de conhecimento. Os objetos não são caracterizados apenas como uma variável que interfere no estudo, mas sim em sua totalidade, dentro do contexto em que está inserido, ou seja, seu cotidiano e não situações criadas em laboratórios. A subjetividade do pesquisador e dos investigados são parte do processo de pesquisa e são, portanto, documentadas em diários de pesquisas ou protocolos.

Utilizou-se, desse modo, o método qualitativo, pois o pesquisador mantém um contato direto com o ambiente e o objeto de estudo, não necessitando utilizar dados estatísticos como o ponto central do problema, assim, a primazia não é quantificar. Para Flick (2013), uma das vantagens da pesquisa qualitativa é que ocorre uma análise detalhada dos casos, e os participantes têm liberdade para determinar o que deve ser dito e apresentá-lo em seu contexto.

Gil, (2002), sugere que em relação as pesquisas exploratórias, essas têm como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais refinado. Pode-se dizer que estas observações objetivam o aprimoramento de ideias. Inclusive, de acordo com os objetivos propostos, essa pesquisa também possui característica descritiva, que conforme o autor, tem como propósito fundamental a descrição das particularidades de uma população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis.

Ademais, o autor salienta que essas pesquisas, na maioria das vezes, por exemplo, têm por finalidade estudar as características de um grupo, o nível de atendimento dos órgãos públicos, levantando as opiniões, atitudes e crenças de um grupo de pessoas. Assim, seguindo os objetivos geral e específicos, deste trabalho, a pesquisa também, é descritiva.

Por isso, a importância da pesquisa ser qualitativa, que segundo Flick (2013), seus pesquisadores escolhem sujeitos propositalmente e integram pequenos dados de casos segundo sua importância. A coleta de dados, portanto, é idealizada de forma mais aberta que a pesquisa quantitativa e tem como escopo um quadro abrangente permitido pela reconstrução do caso que está sendo abordado.

Salienta-se, também, que o projeto da dissertação foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE para apreciação e confirmação do cumprimento das normativas do

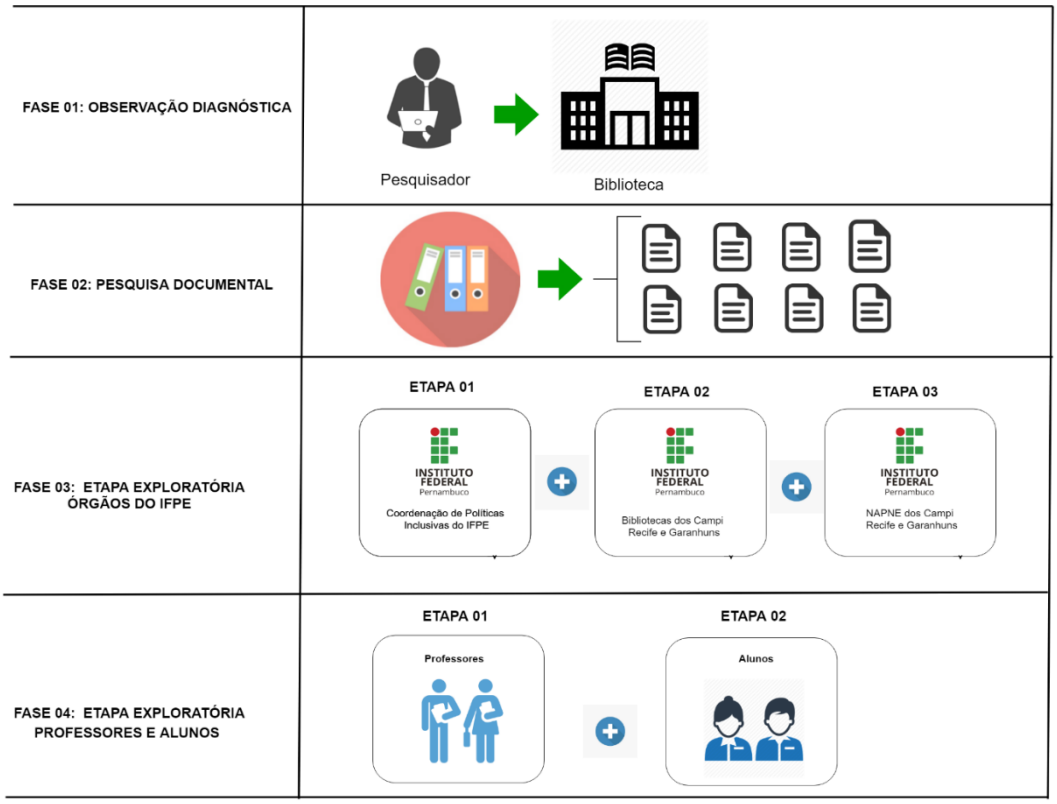
Conselho Nacional de Saúde, sendo APROVADO, em 27 de fevereiro de 2020, através do Parecer Consubstanciado nº 3.858.740 (ANEXO D – pág. 201 a 204).

Na próxima seção será apresentado o delineamento da proposta de método, explicando as fases que acorreram durante a pesquisa, os instrumentos utilizados e como aconteceu a coleta de dados.

4.2 DELINEAMENTO DO MÉTODO

Como trata-se de um estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, optou-se em esquematizar (Figura 5) a pesquisa em 04 Fases, para facilitar os processos metodológicos e o entendimento didático de como ocorrerá a condução do trabalho para o atendimento dos objetivos propostos.

Figura 5 - Esquema do Delineamento da Proposta.



Fonte: A Autora.

Observa-se desse modo, que primeiramente, a Fase 01, teve como propósito, levantar alguns dados que confirmassem ou não que as bibliotecas do IFPE são inclusivas, através de uma observação diagnóstica do ambiente, do atendimento aos estudantes com deficiência visual e as atitudes das pessoas. Além de fazer um primeiro contato para apresentação da temática do projeto. A

Fase 02, constituiu-se em uma pesquisa documental, no Portal do IFPE, para buscar documentos institucionais sobre a temática inclusão, considerando sua aderência a proposta desta dissertação. Na Fase 03 se analisou o trabalho dos bibliotecários dos *Campus* participantes, com os respectivos NAPNE e com a Coordenação de Políticas Inclusivas da Reitoria do IFPE (CPI), para perceber, em relação a inclusão e bibliotecas inclusivas para usuário com deficiência visual, quais suas ações de planejamento, com que frequência, se as ações são conjuntas, se existe o cumprimento das competências exigidas nas normas do IFPE, dentre outros aspectos.

Após a explicação da organização esquematizada da pesquisa, do delineamento da proposta de método e objetivos delimitados, será descrito, na próxima seção, o local e os participantes investigados por este estudo.

4.2.1 DEFINIÇÃO DO UNIVERSO INVESTIGADO E DOS PARTICIPANTES

Os participantes da pesquisa foram: 03 (três) representantes da equipe da Coordenação de Políticas Públicas do IFPE, 02 (dois) Coordenadores das Bibliotecas, 02 (dois) representantes dos NAPNE, 05 (cinco) professores e 03 (três) alunos, todos pertencentes aos *Campi* Recife ou Garanhuns, totalizando 15 (quinze) participantes. O critério de escolha esteve relacionado a disponibilidade dos servidores dentro se suas respectivas agendas, não havendo, portanto, critérios de inclusão e exclusão no processo.

O universo estudado, foram os *Campus* Recife e Garanhuns, com intuito de compreender *in locu* a importância do tema nos espaços educativos, tendo em vista que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência foi instituída em 2015, e percebe-se que ainda há muito a ser estudado e feito, no ensino profissional, técnico e tecnológico.

A escolha desses *Campi* do IFPE, foi por se localizarem em sede definitiva, desse modo construídos e reformados pelo Instituto, podendo servir de modelo para os demais *Campi.* Além de suas peculiaridades pois, o *Campus* Recife se encontra na região metropolitana e Garanhuns, localizado no Agreste Meridional de Pernambuco, a 231 km de Recife (https://portal.ifpe.edu.br/). Por

isso, no próximo subitem, serão esclarecidos os instrumentos utilizados para observar e coletar os dados.

4.2.2 SELEÇÃO DOS INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS

Para Malheiros (2011, p. 44) um problema de pesquisa busca responder basicamente quatro perguntas: “como são as coisas”, “quais são as causas das coisas”, “quais as consequências” e “quais as relações que são estabelecidas entre causas e consequências”. Assim, dentre os instrumentos de pesquisas existentes, para esta pesquisa, foram selecionados: observação diagnóstica, a aplicação de questionários, entrevistas semiestruturada e programa específicos para gravação dos áudios, como o *Google Meet* ou dispositivos móveis, nas entrevistas, que serão comentados nos próximos tópicos.

OBSERVAÇÃO DIAGNÓSTICA

Para Fachin (2017) a observação é o início de qualquer pesquisa, realizada com cautela e predeterminação contrastando-se com as percepções do senso comum. Ela permite registrar os aspectos essenciais e acidentais dos fenômenos, no seu contexto.

> A observação deve ser sempre uma atividade capaz de conduzir a um aprendizado ativo com uma postura dirigida para determinado fato. Os elementos que circundam um fato observado são numerosos, portanto, o estudioso se vê rodeado de uma grande variedade de estímulos e percepções, muitas vezes tentadores e sem sentido; para as anotações, ele precisa saber quais são significativas para seu estudo (FACHIN, 2017, p.35).

Além disso, consiste como um instrumento de coleta que permite comparar as informações do ambiente, de entrevistas e questionários com a realidade; o fato de observar, também, significa que o pesquisador está sendo investigado o que proporciona receptividade; contundo, demanda tempo e custos, podendo causar perturbação do ambiente e impressões equivocadas por parte do investigador (ARAÚJO, 2011, p.86-87).

Assim, o observador ao registar e relatar as informações, permite que outras pessoas possam refletir sobre sua pesquisa, repeti-la, criticar e aperfeiçoá-la. A observação, desse modo, tem o intuito de ser um instrumento para coletar dados e permitir a socialização e, por conseguinte a ponderação do trabalho do pesquisador. Por isso, nos próximos itens falar-se-á dos

questionários e das entrevistas semiestruturadas, como instrumento de coleta de dados para complementar essa fase de observação O registro das observações, foram realizados, também, em um diário de campo.

QUESTIONÁRIOS

A construção de um questionário, segundo Malheiros (2011), deve refletir como aquele indivíduo irá interpretar as perguntas, por isso, devem ser atrativas, curtas, simples e que a pessoas possam preencher com certa rapidez e facilmente. Além disso, atenta que não é um grupo de questões aleatórias, elas refletem a problematização da pesquisa.

O autor explica que existem três tipos de questões: fechadas (apresenta uma lista de respostas a serem escolhidas); abertas (possibilitam que a pessoa se manifeste livremente ao responder) e; por escala (que são feitas pelo grau de concordância do respondente ou pela avaliação de uma afirmação).

Logo, este estudo, optou por questionários abertos, tendo em vista que para Gil (2002), complementando Malheiros (2011), são um conjunto de questões respondidas pelos investigados, em que as “técnicas de interrogação possibilitam a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos pesquisados” (p.115). Caracterizando, também, a pesquisa como qualitativa. O autor explana que elaborar um questionário versa em manifestar os objetivos específicos do estudo em itens bem redigidos, considerando o conhecimento prévio do indivíduo e seu nível de formação.

É fundamental conter, também, uma introdução informativa, explicando de forma clara e suscita as razões da pesquisa, como ela ocorrerá e a importância das respostas para atingir os objetivos propostos, por isso, ao pensar em cada pergunta a ser realizada foi elencada a finalidade primordial dela.

ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Minayo (2013) dialoga que a entrevista é um instrumento extremamente importante para a pesquisa qualitativa, e por meio dela busca-se obter informações através da fala dos atores sociais, não sendo uma conversa despretensiosa, mas o resultado da vivência que está sendo focalizada, com propósitos bem definidos.

> Em contraste com os questionários, os entrevistadores podem se desviar da sequência das perguntas. [...] O objetivo da entrevista é obter as visões individuais dos entrevistados sobre um tema. Por isso, as questões devem dar início a um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. Mais uma vez em contraste com os questionários, em uma entrevista você não vai apresentar uma lista de possíveis respostas. Em vez disso, espera-se que os entrevistados respondam da forma mais livre e extensiva que desejarem (FLICK, 2013, p.110).

Este trabalho, consequentemente, escolheu realizar entrevistas semiestruturadas, que na perspectiva de Malheiros (2011), tem sido umas das técnicas mais utilizadas pela educação, mas não podem ser entregues ao acaso, exigindo método rigoroso para coletar e analisar os dados. Esse tipo de entrevista, baseia-se em um roteiro previamente concebido que tem a finalidade de orientar o pesquisador sobre o que se almeja saber do entrevistado, contudo, por ser semiestruturado, permite, também, coletar informações que não estão previstas.

4.2.3 COLETA DE DADOS

FASE 01: OBSERVAÇÃO DIAGNÓSTICA – BIBLIOTECAS DO IFPE

A observação diagnóstica que buscou identificar a acessibilidade e a inclusão do espaço físico das bibliotecas na educação profissional e tecnológica no contexto do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), nos *Campi* Recife e Garanhuns para o suporte aos estudantes com deficiência visual.

É importante evidenciar que durante a condução da pesquisa foram realizadas 2 (duas) visitas ao *Campus* Garanhuns e 5 (cinco) visitas ao *Campus* Recife. Elas ocorreram no mês de maio de 2019, contudo, existe um ponto a salientar que está relacionado à quantidade de visitas aos *Campi*. Especificamente, no momento inicial do contato com a Coordenação da Biblioteca do *Campus* Garanhuns, identificou-se que a biblioteca estava de mudança para um espaço recém-construído, não sendo, portanto, possível realizar a mesma quantidade de visitas. Entretanto, apesar do contratempo, esse cenário forneceu a esta investigação a oportunidade de acompanhar e analisar os respectivos espaços antes e após a mudança. A Figura 6 apresenta as fases que constituíram a observação diagnostica.

Figura 6 - Fases da Observação Diagnóstica.

Fonte: A Autora.

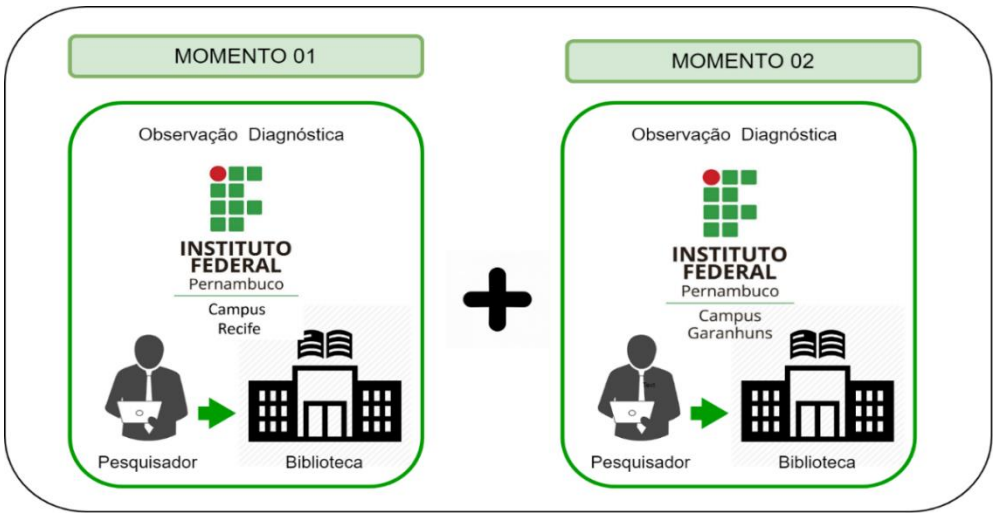
Conforme explicado nos esclarecimentos sobre a importância da observação como método, o intuito dessa observação diagnóstica das bibliotecas dos *Campi* Recife e Garanhuns, foi um modo de colher informação reais, sistematizada, todavia flexíveis, buscando atingir ou contrariar, os objetivos propostos nesta pesquisa, realizadas com a anuência do Dirigente Máximo da Instituição (ANEXO A– pág. 198).

Para tanto, foi concebido um roteiro avaliativo de análise (APÊNDICE G – pág. 183), baseado na NBR 9050:2015 e no Manual de acessibilidade espacial

para escolas: o direito à escola acessível, do Ministério da Educação (2009). A escolha dessa normativa e desse manual, deve-se ao fato que a primeira é uma norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) “que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade” (NBR 9050, 2015, p. 01). Congruente ao Manual do Ministério da Educação, que busca fornecer conhecimentos basilares e instrumentos de avaliação que permitem analisar as dificuldades vivenciadas por estudantes com deficiência ao usar os espaços e materiais escolares (MEC, 2009, p.15).

O roteiro para observação objetivou averiguar: (i) o que legalmente é cumprido e o que não é cumprido; (ii) entender o que é emergencial para se concretizar; (iii) quais as estratégias menos onerosas são indicadas para padronizar o ambiente de maneira inclusiva; (iv) como os profissionais se encontram dispostos no local, como os arquivos estão organizados, entre outras constatações percebidas durante o processo. Atenta-se que, essa atividade permitirá levantar os dados e selecionar os pertinentes. Assim, a observação, apesar de sistemática, não teve caráter passivo, e ao longo do processo buscou ter um “olhar” ativo amparado pelos objetivos e pelo roteiro definido. A seguir, Figura 7 que ilustra o momento da observação diagnóstica.

Figura 7 - Ilustração da Observação como Técnica de Diagnóstico.



Fonte: A Autora.

Atenta-se que, essa etapa permitiu ordenar os dados e selecionar os pertinentes para a construção do produto educacional, proposto por este

trabalho. Pois, a atenção foi voltada para a observação com um roteiro sistemático, evitando registro simples, rápidos, e riscos de equívocos.

Tendo como intenção, também, identificar as diferenças entre as bibliotecas estudadas, se é possível padronizar os ambientes e como poderá ser concretizada, como os profissionais se encontram dispostos no local, como os livros estão organizados, entre outras constatações. De tal modo, ao adentrar no mundo da inclusão e nos espaços bibliotecários, foi necessário desenvolver uma pesquisa documental sobre os instrumentos normativos do IFPE, para compreender que regulamentos o norteia sobre essa temática. Que será exposto no item a seguir.

FASE 02: PESQUISA DOCUMENTAL

Para Malheiros (2011), a pesquisa documental é similar à pesquisa bibliográfica, mas a grande diferença reside na fonte de dados, pois são extraídos exclusivamente de documentos, sejam escritos ou não, e armazenados em uma fonte durável. Esse tipo de pesquisa é utilizado quando se quer analisar, criticar ou compreender um fenômeno específico ou fazer comparações baseadas nos documentos selecionados pela pesquisa documental.

Sendo assim, a Fase 02, teve como objetivo compreender as bibliotecas e o IFPE no contexto inclusivo, quais ações são ou foram desenvolvidas, que tecnologias o Instituto disponibiliza para os estudantes com deficiência visual, e quais a congruências e incongruências entres os documentos institucionais, as legislações brasileiras e a realidade presente nos *Campi* do IFPE.

Os documentos extraídos a partir do Portal do IFPE foram, em ordem cronológica: o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPE (PDI 2009-2013); a Proposta de Política de Assistência Estudantil de 2012; o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI do IFPE (2014-2018); a Resolução nº 72/2014- Aprova a Política de Tecnologias Educacionais do IFPE; a Resolução nº 10/2016 - Aprova as Alterações no Regulamento dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Deficiência do IFPE; a Resolução nº 04/2018 - Aprova a Reformulação da Política do Sistema de Bibliotecas do IFPE; a Resolução nº 05/2018 - Aprova o Regulamento do Fórum Permanente do SIBI-IFPE e a

Resolução nº 36/2018 - Regulamenta e Institui o Núcleo de Tecnologia Assistiva do IFPE.

A partir da pesquisa documental no Portal do IFPE, foram selecionados 08 (oito documentos) através dos quais foi possível compreender o Plano Institucional do IFPE, quais são os setores responsáveis pelas Políticas Inclusivas, seleção de documentos que norteiam a Instituição, como funciona a Política de Assistência Estudantil, focando especialmente, na inclusão e atendimento adequado aos estudantes com deficiência visual e se as bibliotecas possuem normas, diretrizes e ações em relação a essa temática.

Esclarece-se que esta fase da pesquisa não buscou apontar erros ou aspectos das legislações não cumpridas. Ela buscou descrever a realidade, identificando necessidades, evidências e limitações, que possam contribuir para uma inclusão efetiva nas bibliotecas do Instituto e o comportamento das pessoas, sejam esses funcionários ou estudantes. Inclusive, as Fases que seguem são essenciais para ter o contato com os indivíduos e sua vivência no espaço pedagógico do IFPE, principalmente na biblioteca.

FASE 03: ETAPA EXPLORATÓRIA – ÓRGÃOS DO IFPE

Como explicado no subitem 4.2.2, sobre a seleção de instrumentos, o uso de questionários e entrevistas, são importantes, pois através das respostas dos participantes da pesquisa se obteve as informações, que foram analisadas e verificadas se convergiam ou não, com os objetivos desta pesquisa.

Para Malheiros (2011), quando se realiza uma observação, deve-se registrá-la de forma descritiva e reflexiva, para relatar o que exatamente foi visto e as impressões do investigador, enquanto sujeito reflexivo. O que foi concretizado com o diário de campo. Para o autor, o local das entrevistas e aplicação de questionários deve ser tranquilo e ter um “clima que permita o estabelecimento de uma relação de confiança” e o ato de escutar deve ser ativo, no sentido de perceber além das palavras verbalizadas, considerar “a emoção, os gestos e tom de voz do entrevistado, realizando uma análise muito mais qualificada, gerando um trabalho significativo para a ciência” (MALHEIROS, 2011, p.198).

Primeiramente, em setembro de 2019 foi aplicado um questionário preliminar a CPI e bibliotecas para conhecer os servidores desses setores e

apresentar a pesquisa. Nos meses de março de 2020 e abril de 2020, após a aprovação do Comitê de Ética foi aplicado o questionário para a CPI da Reitoria e os NAPNE do *Campi* Recife e Garanhuns (APÊNDICE J, págs. 188 a 189), sendo fornecido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C, D e E, págs. 169 a 172, 173 a 176 e 177 a 180, respectivamente) elaborado de acordo com a Resolução CNS nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que tem o papel de formalizar para os participantes os passos da pesquisa, e que a análise e divulgação dos dados estão garantidas por meio do anonimato e que os mesmos, terão acesso aos resultados.

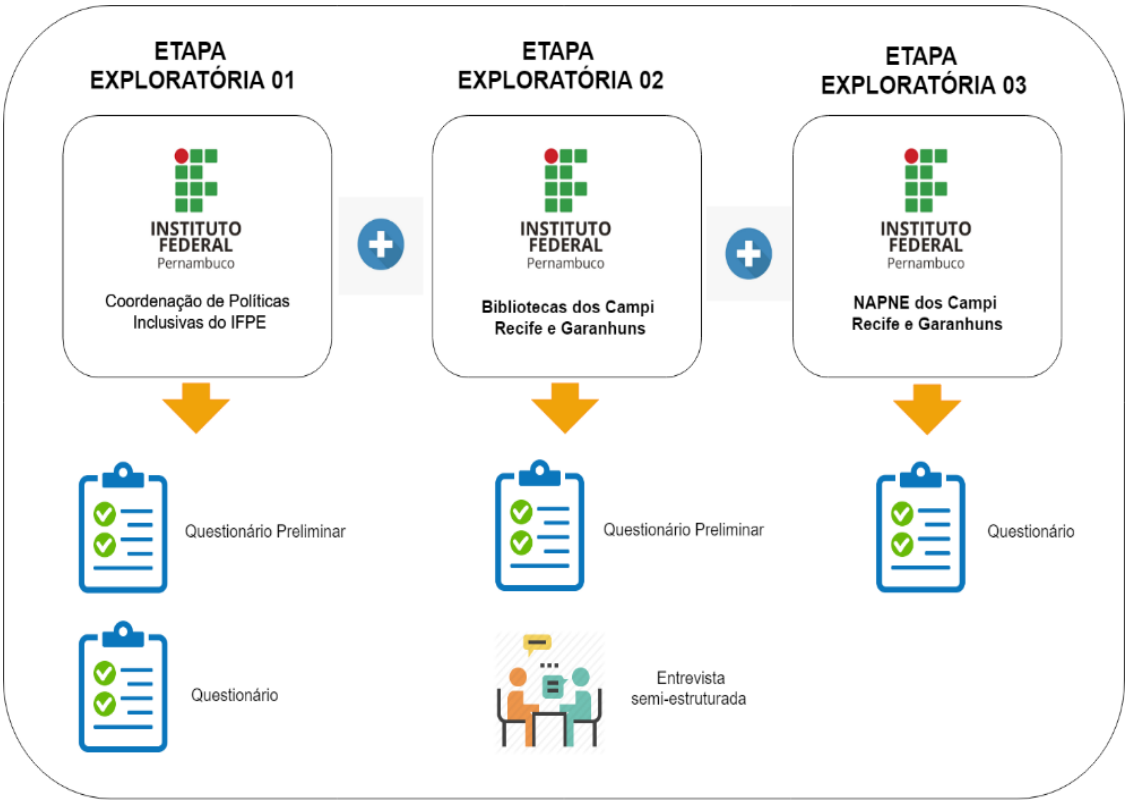
Esse questionário, como anteriormente explicado, teve o propósito de questioná-los e escutá-los sobre a temática do estudo, além de obter respostas que auxiliassem a compreender a realidade do entrevistado, suas dificuldades em relação a inclusão, se possuem capacitação na área, que ações promovem sobre os temas “biblioteca inclusiva”, “deficiência visual” e “inclusão”, dentre outras prioridades.

Aplicou-se uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE H – vide págs. 184 a 185), para os bibliotecários, no mês de junho de 2020, gravadas em áudio e vídeo, através do programa do *Google Meet* ou dispositivo móvel, com o intuito de verificar se o papel que desempenham condiz com os regulamentos e legislações, quais dificuldades enfrentam no dia a dia para o atendimento desses usuários, que atuações realizaram ou realizam, em relação a inclusão, se possuem capacitação na área, dentre outros aspectos.

Obtendo-se, assim, informações por parte das coordenações responsáveis pela inclusão no IFPE e com os coordenadores das bibliotecas, por serem participantes essenciais para o trabalho.

Tendo como objetivo, também, ampliar a aproximação das coordenações para que em conjunto, refletissem sobre a problematização desta pesquisa e formulassem estratégias para a inclusão de pessoas com deficiência visual nas bibliotecas. Para dinamicidade no entendimento do processo, segue Figura 8 que explica a etapa exploratória desses investigados e a esquematização para facilitar a compreensão dos procedimentos.

Figura 8 - Etapas Exploratórias da Coleta de Dados.



Fonte: A Autora.

FASE 04: ETAPA EXPLORATÓRIA – PROFESSORES E ESTUDANTES

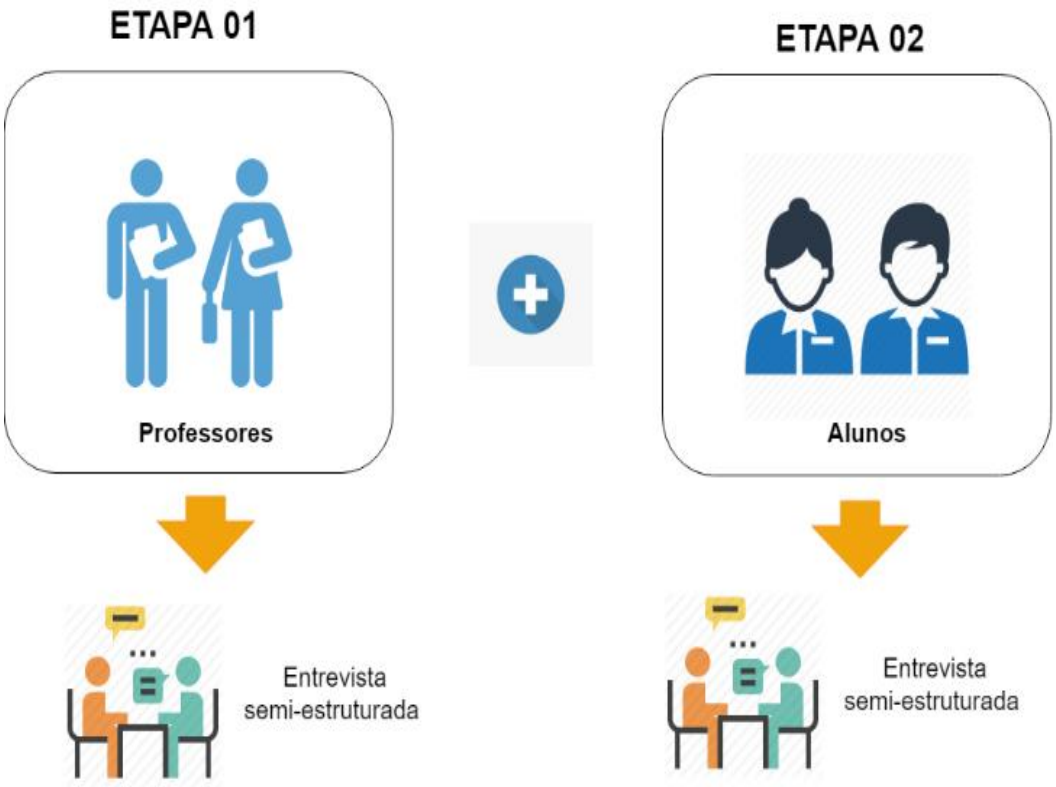
Essa Fase, seguiu os mesmos preceitos da Fase 03 – Etapa Exploratória – Órgãos do IFPE, buscando uma observação de forma descritiva e reflexiva e um ato de escutar ativo, no sentido de gerar um trabalho significativo para a ciência.

Sendo assim, primeiramente, entrou-se em contato com estudantes e seus professores, para uma apresentação da pesquisa, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C – vide págs. 169 a 172 -, APÊNDICE D – vide págs. 173 a 176 - e APÊNDICE E – vide págs. 177 a 180). Como todos eram maiores de 18 anos, os mesmos assinaram sem a necessidade de responsáveis legais.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE I – vide págs. 186 a 187), no mês de junho de 2020, com os estudantes com deficiência visual e seus professores (conforme ilustrado na figura 9), pertencentes aos *Campi* Recife e Garanhuns. Aqui não se cabe um questionário aberto, pois há muito a se falar, ouvir, discutir e analisar, sendo com data e horário marcado, pois não

estariam em horário de trabalho e/ou estudo. Essas entrevistas foram confeccionadas por meio da observação da Fase 01, pelos documentos selecionados para o estudo e pela observação em campo.

Figura 9 - Etapa Exploratória para Professores e Estudantes.



Fonte: A Autora.

Essa etapa objetivou abrir oportunidade de discursões com maior liberdade e dinamicidade, estimulando o entrevistado a refletir sobre suas atitudes inclusivas, se conhecem as leis inclusivas, quais barreiras encontram no dia a dia, quem são o suporte e como este acontece, dentre outros aspectos. Também, foi verificado se os professores possuem capacitação em inclusão, seu histórico profissional em relação a temática, e se houve oportunidade oferecida pelo IFPE nesse sentido.

Esclarece-se, que as entrevistas foram gravadas, por um dispositivo móvel ou pelo *Google Meet*, tendo em vista o delicado momento vivido com a disseminação do COVID-19 e o distanciamento social sugerido pela Organização Mundial da Saúde, no ano de 2020, corroborando com a temática da importância do acesso a informação para as pessoas com deficiência. Esses instrumentos, foram essenciais, pois permitiu realizar a metodologia de maneira

fácil e em diálogo. Além disso, abordar outras questões fora do previsto, alcançando outros assuntos pertinentes à pesquisa que surgiram naturalmente ao longo dessa atividade sem comprometer o objetivo proposto pelo instrumento. Ademais, com relação aos estudantes participantes, eles têm cegueira ou baixa-visão, isso facilitou no processo de conversação e discussão, tanto para a pesquisadora quanto para os participantes, quanto para a próxima etapa, que é a proposta da análise dos dados.

No próximo Capítulo, será apresentada a análise e discussão dos resultados obtidos com a proposta do método, trazendo as principais questões levantas pelos participantes e os principais pontos observados nas bibliotecas dos *Campi* visitados e nos documentos do IFPE.

Capítulo

5

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar a análise dos dados coletados durante todas as fases da pesquisa que corresponderam a: observação diagnóstica, pesquisa documental e etapa exploratória. Cada etapa analisada e discutida buscou levantar e identificar os elementos propostos no objetivo desta pesquisa e sua condução seguiu os preceitos dos autores Malheiros (2011) e Bardin (2016).

5.1 INTRODUÇÃO

Conforme descrito na introdução deste trabalho, o objetivo a ser alcançado está associado a averiguação da contribuição de um roteiro orientativo para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes cegos ou com baixa visão no âmbito dos institutos federais, especialmente no IFPE.

O método aplicado nesta pesquisa, utilizou diferentes procedimentos para cada etapa realizada, tendo em vista os diferentes propósitos a serem alcançados, conforme explicitado no Capítulo 4 - Método. No primeiro momento houve visitas aos *Campi* Recife e Garanhuns para a realização de uma observação diagnóstica; em outro momento foi realizada uma pesquisa documental de 08 documentos orientadores e norteadores do IFPE em relação a inclusão e os setores responsáveis. Por fim, uma etapa exploratória com a utilização de questionários e entrevistas semiestruturadas, sendo utilizada a

análise de conteúdo, baseada nas orientações de Malheiros (2011) e Bardin (2016) para a codificação dos dados obtidos.

As ideias da análise de conteúdo recomendadas por Bardin (2016) e Malheiros (2011), propõe o que se considera “quem emite a mensagem”, “para quem”, “por que meio” e “com qual objetivo”, logo, conduzirá um resultado dinâmico e confiável, Bardin complementa afirmando:

> O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósitos dos objetivos previstos – ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas. Por outro lado, os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de inferências alcançadas podem servir de base a outra análise disposta em torno de novas dimensões, ou praticada graças a técnicas diferentes (BARDIN, 2016, p. 131-132).

O método de Análise de Conteúdo proposto pela autora (2016, p.132), classifica essa análise em três fases. A primeira, pré-análise, trata-se de uma exploração do material e tratamento dos resultados, em que o pesquisador organiza os documentos e seleciona o material que será verificado. Na segunda fase, ocorre a exploração do material e os dados são transformados em categorias de análise. E finalmente a fase de tratamento dos resultados, que surge a partir da interpretação das informações e reflexões finais.

Ademais, de forma complementar, a análise proposta enquadra-se como método lógico-semântico para análise de conteúdo, conforme descrito por Malheiros (2011). De acordo com o autor, o pesquisador se debruçará sobre o significado do conteúdo coletado, sendo este fundamental para a condução da análise. Ainda afirma, que o investigador necessita se afastar das descrições, sobretudo, com os termos que os entrevistados descrevem, e levar para um nível mais categórico, analítico e teórico de codificação. A categorização ou conceitos que o código representa pode surgir da literatura da pesquisa, de tópicos da entrevista ou questionário, dentre outros. A codificação, enfim, consiste em identificar passagens de textos que exemplificam alguma ideia temática e ligá-la a um determinado código.

Assim, sendo baseada na análise de conteúdo e na interpretação que emergirão dos dados, serão geradas as possíveis estratégias relacionadas ao suporte a estudantes com deficiência visual nas bibliotecas da EPT. Com o suporte fornecido pela análise de conteúdo, espera-se que tais estratégias possam ser categorizadas de modo que o processo de desenvolvimento do

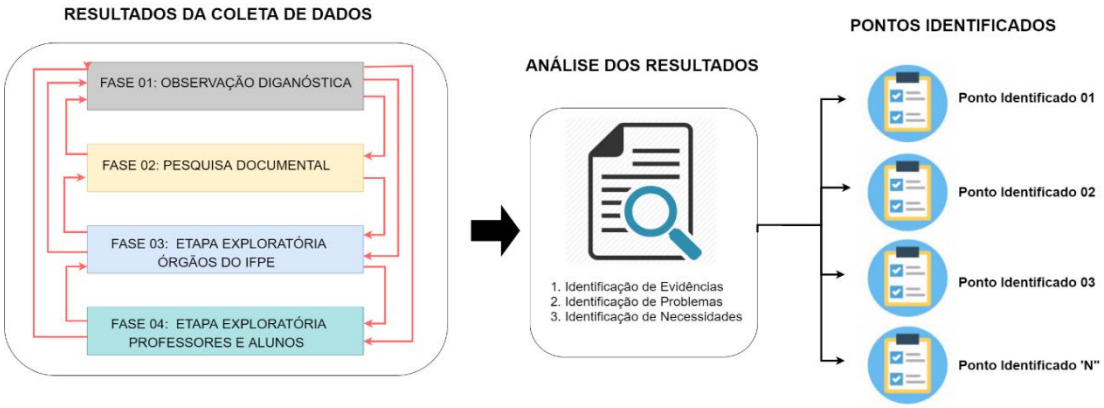
Produto Educacional proposto possa incorporar as necessidades sinalizadas na análise.

Segundo Malheiros (2011), para realizar uma análise de conteúdo, primeiramente é necessário ter clareza que o objeto de estudo é representado por uma mensagem. Essa, possui inúmeras formas de se manifestar, seja verbalmente, com gestos ou expressões. Além disso, o autor chama a atenção sobre a contextualização da mensagem, considerando alguns fatores, como por exemplo: quem emite a mensagem, para quem foi emitida, o meio utilizado, a intenção e o objetivo a ser alcançado.

Uma análise de conteúdo busca identificar causas ou consequências de um fenômeno ou evento, levantando dados e encontrando similitudes. Malheiros (2011, p.209) explica que “as similitudes permitem que o pesquisador faça inferências, formulando respostas plausíveis e orientadas exclusivamente pelos dados da pesquisa”. Assim, nas próximas seções são descritas a análise dos dados desta pesquisa e apresentadas as discussões sobre os dados coletados. Todas as seções apresentadas seguem a mesma ordenação descrita em cada fase contida no capítulo do método.

A coleta de dados foi composta por 04 (fases): observação diagnostica, pesquisa documental, etapa exploratória dos órgãos do IFPE e etapa exploratória com professores e estudantes, conforme ilustra a Figura 10. Com a organização de fases para a coleta de dados, buscou-se- agrupar as possíveis evidências, problemas ou necessidades indicadas nessas fases, especificando estratégias, mínimas, para a inclusão nas bibliotecas em relação ao atendimento de usuários com cegueira ou baixa-visão.

Figura 10 - Processo da Análise da Coleta de Dados.



Fonte: A Autora.

As seções que seguem são apresentadas a mesma ordem estabelecida no método onde são descritos e analisados os dados de cada fase.

5.2 FASE 01: OBSERVAÇÃO DIAGNÓSTICA – BIBLIOTECAS DO IFPE

Essa fase teve como propósito descrever os resultados identificados, oriundos da observação diagnóstica sobre a acessibilidade e a inclusão do espaço físico das bibliotecas para o suporte aos estudantes com deficiência visual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Por meio da observação diagnóstica buscou-se registrar informações essenciais, como: a localização da biblioteca, se há piso tátil, se há obstáculos para a chegada, circulação e saída do espaço, registrar por meio de fotos as barreiras existentes e demais iniciativas a respeito, dentre outros aspectos associados. Constatando-se com neutralidade as características e o que acontece de modo positivo ou negativo no ambiente.

Para tanto, foi concebido um roteiro avaliativo de análise, baseado na Norma Brasileira 9050:2015 (NBR) e no Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível do Ministério da Educação (MEC; 2009). Além disso, esclarece-se, também, que o registro das observações foi realizado por meio de um diário de campo. Portanto, o roteiro para observação objetivou averiguar: (i) o que legalmente é cumprido e o que não é cumprido; (ii) entender o que é emergencial para se concretizar; (iii) quais as estratégias menos onerosas são indicadas para padronizar o ambiente de maneira inclusiva; (iv) como os profissionais se encontram dispostos no local, como os arquivos estão organizados, entre outras constatações percebidas durante o processo. Atenta-se que, essa atividade permitiu levantar os dados e selecionar os pertinentes. Assim, a observação, apesar de sistemática, não teve caráter passivo, e ao longo do processo buscou ter um “olhar” ativo amparado pelos objetivos e pelo roteiro definido.

As primeiras visitas tiveram como finalidade estabelecer um primeiro contato exploratório com o ambiente e os setores responsáveis pelo acolhimento e suporte inclusivo. Por conseguinte, realizou-se uma verificação preliminar das bibliotecas e seus funcionários, levantando-se pontos referentes, também, ao

regimento interno da biblioteca, se possuem estudantes com deficiência visual, se a biblioteca é inclusiva para pessoas com cegueira e pessoas com baixa-visão e quais ações são desenvolvidas sobre essa deficiência. Todas essas informações foram escritas no diário de campo.

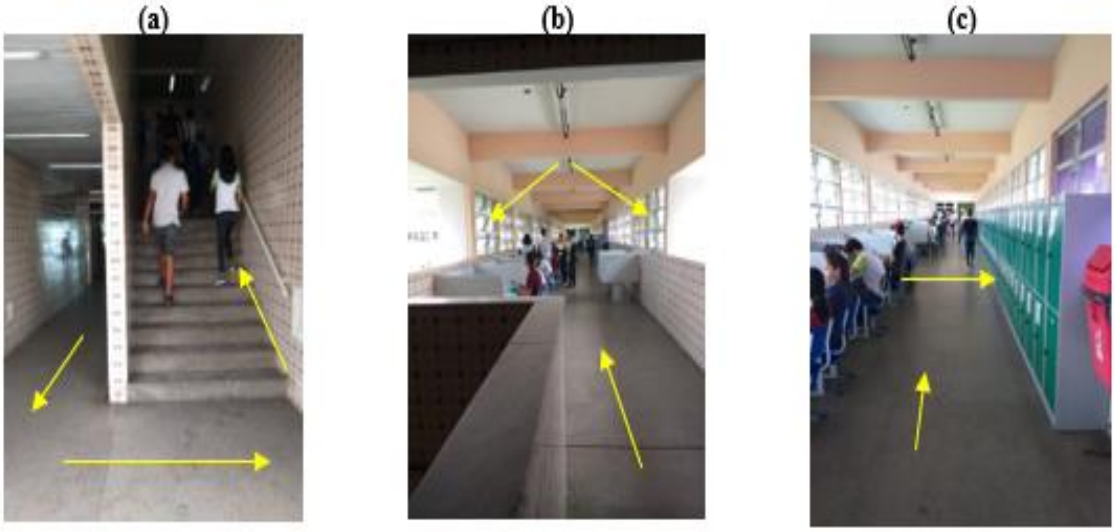
As bibliotecas observadas foram as dos *Campi* Recife e Garanhuns. Em relação à localização física da biblioteca do *Campus* Recife, percebe-se a dificuldade para seu acesso, devido ao ambiente estar localizado no primeiro andar do *Campus*. Apesar de ser possível utilizar escadas ou elevador, identifica-se que o piso para o acesso ao espaço não é antiderrapante. Além disso, não foi identificado a existência de piso tátil ou mapa tátil orientando ou sinalizando onde ela está localizada.

Outro ponto observado é a existência de uma espécie de barreira de cones, na porta de entrada da biblioteca, que de acordo com a observação, tem o objetivo de estabelecer o controle em relação a entrada e saída dos usuários. Contudo, esse procedimento potencializa o aumento do risco de acidente e impedimento de locomoção para os estudantes com deficiência visual, como também, para aqueles que utilizam bengala ou cão-guia e ou possuem baixa-visão.

Entre o estacionamento e a entrada da biblioteca do *Campus* Recife foi averiguado a existência de lances de escadas para o acesso à biblioteca, conforme pode ser evidenciado na Figura 11(a). Verificou-se que mesmo com a possibilidade do uso do elevador, o usuário deve obrigatoriamente subir um conjunto de degraus ou uma rampa localizada na entrada do *Campus*, que não possuem sinalização com textura tátil ou contrastes de cores.

No corredor que permite o acesso à biblioteca do *Campus* Recife, as paredes são vazadas, essa estratégia aplicada para a ventilação e claridade mostra-se benéfica – vide Figura 11(b) – contudo, pode se tornar perigosa para alguém com dificuldade de enxergar, podendo ter eventuais acidentes, em virtude de não existir um sistema de sinais adequados. Outro aspecto percebido foi a existência de mobiliários – vide Figura 11(c) – como armários para guardar bolsas, pertences e mesas de estudos que contribuem para a formação de barreiras para a locomoção dos estudantes.

Figura 11 – Percurso para o Acesso à Biblioteca do Campus Recife.



Fonte: A Autora.

A Figura 12 apresenta um conjunto de imagens da biblioteca do *Campus* Recife. Primeiramente, observa-se que o piso não é antiderrapante e o acesso pelos estudantes com deficiência visual torna-se inadequado.

Figura 12 - Disposição do Acesso às Prateleiras do Acervo do Campus Recife.

Fonte: A Autora.

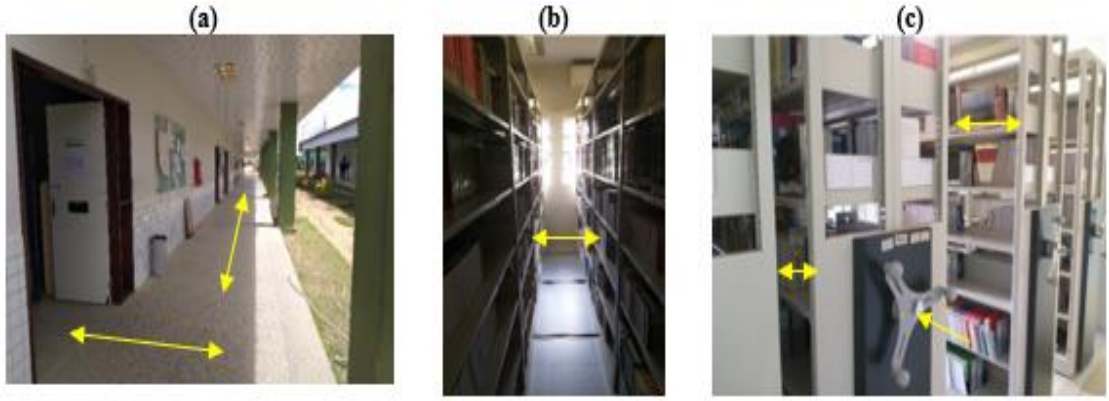
Além disso, os livros e demais arquivos estão dispostos em inúmeras prateleiras sem identificação em Braille e com espaço restrito até mesmo para um cadeirante ou uma pessoa com baixa estatura. Outro ponto observado foi que próximo aos arquivos (estantes) existem “pequenos” armários de ferro com prateleiras, que também se constituem como barreiras para a locomoção dos estudantes.

Em relação ao acervo e aos recursos disponíveis, a biblioteca do *Campus* Recife dispõe de catálogos em Braille para alguns livros, revistas ou áudios-livros

e computadores com *softwares* para leitura de tela. Entretanto, não foi identificado a existência de *scanner* de voz e impressora Braille para as demandas desses usuários. No tocante ao acervo específico para esses estudantes, verificou-se a existência de livros em Braille que foram doados pela Fundação Dorina Nowill[13]e pelo Instituto Benjamin Constant[14]. Esse acervo trata-se de livros com conteúdo didático para uso geral, não se tratando de livros direcionados ou adaptados ao suporte das diferentes atividades das áreas do ensino profissional e tecnológico relacionados aos cursos existentes no *Campus* Recife.

Em relação a biblioteca do *Campus* Garanhuns, atenta-se que durante a pesquisa houve um processo de mudança física. A biblioteca se encontrava em um conjunto de salas do bloco A, no *Campus,* e em 2019, foi construída uma sede definitiva. Na sede provisória, o acesso a "antiga biblioteca" não era sinalizado com piso tátil ou contrastes de cores – vide Figura 13(a).

Figura 13 – Imagens do Espaço da Antiga Biblioteca do Campus Garanhuns.



Fonte: A Autora.

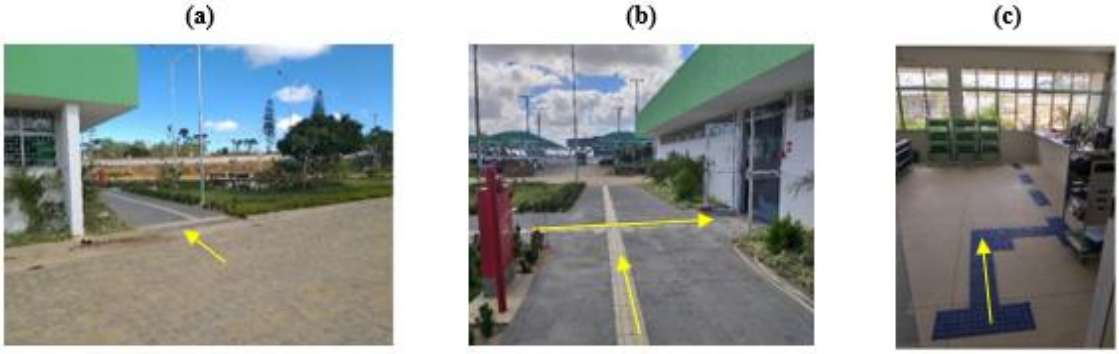
O arquivo era completamente inacessível para qualquer estudante, com grandes riscos de acidentes, tendo em vista o espaço entre os vãos ser inapropriado, conforme pode ser observado na Figura 13b) e o próprio arquivo (local de guarda do acervo) não ser estável e sim, corrediço – Figura 13(c) – o que dificulta qualquer pessoa acessar os materiais.

A "nova biblioteca" do *Campus* Garanhuns por sua vez, foi construída seguindo os padrões do IFPE e normas de engenharia. A mesma encontra-se localizada no pavimento térreo do *Campus* – vide Figura 14(a) e Figura 14(b) –

[13] **Fundação Dorina Nowill**. Disponível em: https://www.fundacaodorina.org.br/. Acesso em: 02 de maio de 2020.
[14] **Instituto Benjamin Constant**. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

sinalizando, portanto, uma preocupação adicional de torná-la seguramente acessível aos seus estudantes.

Figura 14 – Acesso ao Ambiente da Biblioteca do Campus Garanhuns.



Fonte: A Autora.

Ao analisar o ambiente constata-se que houve uma preocupação arquitetônica, na construção, de modo a integrar esse espaço com os demais ambientes do *Campus*. Um exemplo a destacar é a integração do estacionamento – vide Figura 14(a) – com o acesso a biblioteca, contendo piso tátil para sua entrada e saída – vide Figura 14(c) – evidenciando-se que o ambiente foi construído em conformidade com as normas da NBR 5090:2015[15].

Essa característica torna o espaço harmônico e sociável para estudantes com deficiência visual, tendo em vista que a sua construção segue os padrões legislativos e inclusivos. Todavia, um contraste presente encontra-se associado às barreiras atitudinais quanto ao atendimento. A observação permitiu verificar que até o momento da investigação, os servidores não haviam recebido capacitação para atender usuários com necessidades específicas. Foi observado também que a biblioteca não contém livros, sejam em Braille ou áudio relacionados aos cursos ofertados no *Campus*.

Analogamente ao *Campus* Recife, o acervo existente é composto por livros com conteúdo didático para uso geral. Não foram identificados acervos direcionados ou adaptados ao suporte das diferentes atividades das áreas do ensino profissional e tecnológico, especialmente aqueles relacionados aos cursos existentes no *Campus.*

---

[15] A NBR 5090:2015 estabelece critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade que devem ser seguidos em projetos de construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações. Disponível em: https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=344730. Acesso em: 02 de maio de 2020.

A NBR 9050 afirma que acessibilidade é a possibilidade do uso, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos, informação, sistemas e tecnologias, dentre outros serviços, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. O Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível, do Ministério da Educação (2009) indica que “a escola como ambiente educativo inclusivo requer condições que garantam o acesso e a participação autônoma de todos os alunos às suas dependências e atividades de formação (MEC, 2009, p. 09).

Desse modo, relacionando a coleta de dados obtida por meio da observação diagnóstica, com roteiro avaliativo baseado na NBR 9050:2015 e no Manual do Ministério da Educação (2009), é possível identificar pontos diferentes que contribuem e outros que necessitam de atenção nas bibliotecas do IFPE observadas. Todavia, destacam-se duas barreiras para a acessibilidade observadas e que chamam a atenção e estão relacionadas a inexistência de profissionais especializados e a disponibilização de recursos financeiros para a aquisição de materiais básicos, como livros em Braille e computadores com Tecnologia Assistiva para pessoas com deficiência visual.

O Quadro 9 relaciona a sumarização dos pontos observados durante o processo de investigação desta fase, sinalizando cada ponto conexo ao suporte inclusivo para estudantes com deficiência visual nos *Campi* observados.

Quadro 9- Resumo dos Pontos Observados na Investigação.

Item	Pontos Observados	Campus
1	Dificuldade de acesso e de integração dos espaços físicos.	Recife
2	Ausência de piso tátil.	Recife
3	Ausência de mapa tátil.	Recife
		Garanhuns
4	Existência de barreiras desde a entrada do *Campus* até a entrada da biblioteca.	Recife
5	Falta de sinalização adequada.	Recife
6	Disposição do mobiliário de maneira inadequada formando barreiras de locomoção.	Recife
7	Ausência de acervo específico para as áreas do conhecimento do ensino profissional e tecnológico relacionados aos cursos ofertados nos *Campi.*	Recife
		Garanhuns

8	Barreiras atitudinais em função da ausência de treinamento e capacitação aos profissionais e estudantes sem deficiência.	Recife
		Garanhuns
9	Inexistência de dispositivos de suporte como scanner de voz e impressora Braille.	Recife
		Garanhuns
10	Dificuldade de acesso ao acervo por não ser inclusivo.	Recife
		Garanhuns

Fonte: A Autora.

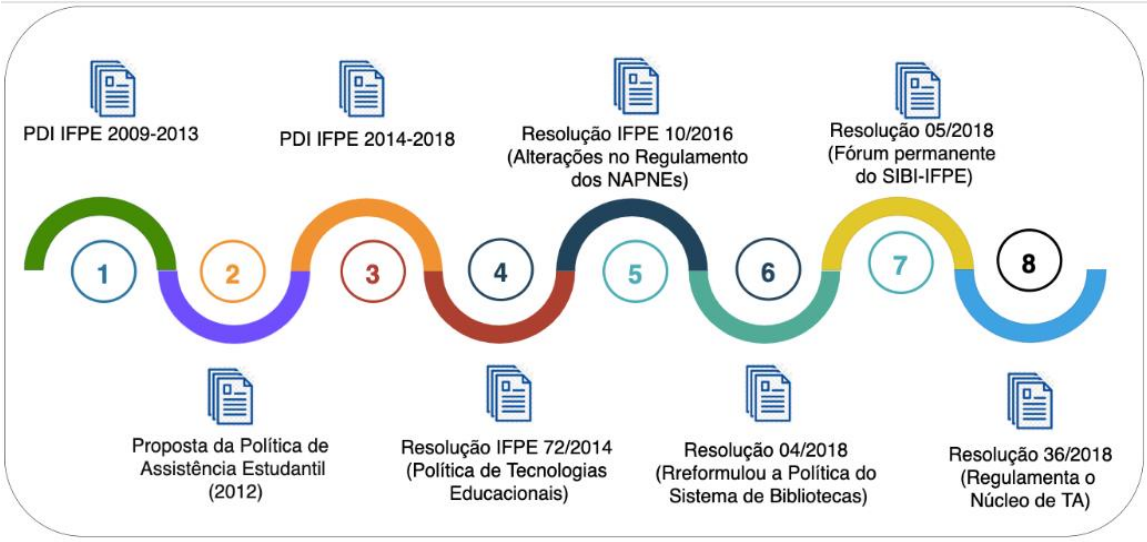
É importante destacar que o *Campus* Garanhuns após sua mudança para a sede nova conseguiu mitigar muitos aspectos desfavoráveis ao suporte inclusivo para estudantes com cegueira ou baixa-visão, especialmente a acessibilidade física do espaço. Contudo, ainda carece de atenção na tomada de ações no que tange aos itens “3”, “7”, “8”, “9” e “10”, relacionados no Quadro 9. Por outro lado, o *Campus* Recife, apesar do esforço contínuo para o atendimento inclusivo, ainda possui dificuldades intrínsecas ao ambiente, visto que a sede atual foi construída há mais de 03 (três) décadas e não previu, na ocasião, atendimentos especializados e específicos.

5.3 FASE 02: PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental foi realizada e teve como objetivo compreender o IFPE no contexto inclusivo, quais ações são ou foram desenvolvidas, que tecnologias o IFPE disponibiliza para os estudantes com deficiência visual, e quais as congruências e incongruências existentes entres os documentos institucionais, as legislações brasileiras e a realidade presente nos *Campi* do IFPE. Os documentos utilizados foram extraídos do Portal do IFPE (https://portal.ifpe.edu.br/), com os descritores: Deficiência, Biblioteca, Tecnologias Assistivas, Acessibilidade, Inclusão, Braille, Recursos Tecnológicos e Livros Acessíveis.

Para tanto, foram selecionados os documentos constantes na Figura 15. Esses, foram aprovados pelo Conselho Superior do IFPE, e disponibilizados publicamente no Portal do Instituto. Eles foram analisados seguindo a ordem cronológica de publicação, com intuito de verificar também as transformações ao longo do tempo.

Figura 15- Documentos Institucionais Selecionados



Fonte: A Autora.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPE (PDI 2009-2013), não mais em vigência, afirmava ser missão da instituição:

> Promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade (IFPE-PDI, 2009-2013).

Percebe-se, assim, que o Instituto Federal há no mínimo 10 anos tem como finalidade uma formação integral, cidadã e inclusiva do discente. A educação integral ou omnilateral, consiste, conforme Saviani (1994), em uma formação que desenvolva ao máximo as potencialidades espirituais e intelectuais dos indivíduos, o que contextualiza com o conceito de inclusão.

Ainda sobre o PDI 2009-2013, esse, apresenta um subitem intitulado “Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais” (p.50), que assegura a esses estudantes acesso ao ensino em igualdade aos demais e com adaptações de acordo suas necessidades, buscando “difundir os pressupostos da inclusão sobre a exclusão”. Nessa mesma perspectiva, como conquista inclusiva, para permanência do aluno, foi proposta a “criação e operacionalização do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidade Especiais (NAPNE)”, atualmente denominado, Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência.

A Proposta da Política de Assistência Estudantil de 2012 traz um conceito essencial que é equidade, o que não se encontra efetivamente no PDI 2009-2013. Ela está embrionariamente interligada com essas questões, quando assevera ter programas específicos que se caracterizam por prover condições mínimas sociais aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e com deficiência, contribuindo com a equidade da educação. Interessante destacar, que essa política é do ano de 2012 e encontra-se vigente, mesmo após a publicação do Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018).

Em 2014 foi proposto um novo Plano de Desenvolvimento Institucional, o PDI 2014-2018, apesar do ciclo de vigência ter finalizado, ainda permanece como referência. Ele abrange o Projeto Político Institucional (PPI), resguardando também, uma formação integral, cidadã e inclusiva. Ademais, ele discursa especificamente sobre as Tecnologias Assistivas e a sua importância para os discentes com deficiência, quando defende que “ao se considerar a questão da inclusão social, não se pode negligenciar a acessibilidade digital e o seu tema mais atual, o da tecnologia assistiva” (p.118), fornecendo dentre outros recursos: acessibilidade ao computador, teclados modificados ou alternativos e *softwares* especiais.

Ao encontro desse pensamento, a Resolução Nº 72/2014, aprovou a Política de Tecnologias Educacionais do IFPE que objetiva orientar as atividades pedagógicas mediadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs com vistas à promoção da realização de seminários de sensibilização, cursos, oficinas e eventos sobre o tema e desenvolver, dentro das possibilidades do IFPE, Tecnologias Assistivas que atendam às pessoas com deficiência. Ao acessar o Portal do IFPE, não foram encontradas informações sobre eventos periódicos realizados por essa Política.

Nesse contexto de atendimento inclusivo, a Resolução nº 10 de 23 de março de 2016, aprovou as alterações no Regulamento dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Deficiência do IFPE (NAPNE), afirmando ter como finalidade promover a educação para a convivência, considerando às diferenças e à igualdade de oportunidades, almejando eliminar as barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas.

Todos os NAPNE são vinculados à Coordenação de Políticas Inclusivas da Reitoria (CPI) e aos seus respectivos *Campi*. Assim, em todos os 16 *Campi*

e o *Campus* Ead existem um núcleo, sendo uma constatação da assertividade da sua regulamentação.

Sobre a CPI, sua finalidade é criar sistemas educacionais inclusivos nos *Campi*, renovando a cultura, a prática e as políticas vivenciadas, por meio de uma abordagem democrática, em que os indivíduos percebam o ser social e suas singularidades. Portanto, a sua finalidade traz consigo o diligenciamento de ações que são essenciais para o auxílio, suporte e direcionamento inclusivo para as bibliotecas do Instituto (IFPE-PDI 2014-2018).

A CPI em conjunto com os NAPNE, realizam anualmente eventos como a "Caravana de Extensão", "Inclusão em ação", "Semana da pessoa com deficiência", "Seminário de Inclusão" e "Prêmio de Gênero". Outras iniciativas são disponibilizadas à comunidade como: a "Cartilha de Acessibilidade", o "*Folder* do NAPNE" e o "Edital do Vestibular em LIBRAS" e ações que atendem a comunidade interna e externa do Instituto (IFPE-PDI 2014-2018).

Em relação as bibliotecas, a Resolução nº 04 de 22 de janeiro de 2018 - Regulamenta o Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Pernambuco – SIBIIFPE-, afirma como objetivos, padronizar as atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais, voltadas para a coleta, tratamento, armazenagem, recuperação e disseminação de informações; preservar a memória institucional; apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão e; atender à comunidade nos seus objetivos relacionados à educação, cultura, pesquisas e lazer (IFPE, 2018).

Em relação à Resolução nº 05, também de 22 de janeiro de 2018, que cria o Fórum Permanente do SIBI-IFPE. Entretanto, não traz propostas especificas sobre inclusão nas bibliotecas, mas por outro lado, se torna essencial, pelo fato de consolidar a unidade do SIBI-IFPE. Inclusive, promovendo uma vez por semestre, grupos de debates sobre questões de biblioteconomia, o que pode servir como catalizador para discussões sobre temáticas inclusivas, de acessibilidade e deficiência, nesses espaços.

É importante destacar que é previsto nos regulamentos internos das bibliotecas que pesquisadores e estudantes sem vínculo com o IFPE, também podem ter acesso ao acervo do SIBI, por meio de consulta presencial. Todavia, ao analisar as Resoluções nº 04/2018 e nº 05/2018, não foi possível identificar estratégias específicas em relação aos usuários com deficiência.

Em consonância, a Resolução nº 36 de 1º de janeiro de 2018, instituiu o Núcleo de Tecnologias Assistivas no IFPE. Um documento recente, com pouco mais de um ano de regulamentação, logo, complexo para avaliar suas ações. Entretanto, em relação a sua importância, é ímpar seu valor, pois tem como objetivos: planejar e promover ações, inclusive capacitações, sobre acessibilidade, TA e inclusão, no IFPE. Portanto, as bibliotecas dos *Campi* do IFPE carecem de estar preparadas para receberem a todos, independentemente da sua condição, tendo em vista que os documentos tratam os usuários com igualdade e equidade.

Desse modo, todos os documentos trazem ações admiráveis e basilares para a construção de uma educação profissional e tecnológica baseada na formação integral, cidadã e inclusiva do ser humano. Todavia, é importante destacar que, mesmo com a perspectiva documental, atender o diálogo inclusivo com a sociedade, ainda necessita ser aprimorado, isso pode ser verificado pelos pontos descritos no Quadro 09 (pág. 101 e 102) resultantes da observação diagnóstica.

Além disso, considera-se salutar ter direcionamentos na viabilização de Tecnologias Assistivas, na oferta de capacitações continuamente à comunidade interna e externa e, disseminação das práticas inclusivas em todos os ambientes. Contudo, especificamente, nas bibliotecas, por serem ambientes de convivência social e de aprendizagem. A realização de ações direcionadas a esses espaços necessitam ser especificas e estarem em sintonia operacional com seus regulamentos sobre o acesso à informação em relação as pessoas com necessidades especificas.

5.4 FASE 03: ETAPA EXPLORATÓRIA – ÓRGÃOS DO IFPE

Esta fase teve como objetivo compreender as atividades que são exercidas nos órgãos da Coordenação de Políticas Públicas Inclusivas da Reitoria, no Núcleo de Apoio à Pessoa com Deficiência e nas bibliotecas, dos *Campi* Recife e Garanhuns do IFPE referente ao atendimento dos estudantes com deficiência visual. Além disso, verificar se eles seguem um procedimento padrão, se existem, possíveis entraves ou barreiras.

Para tanto, foi aplicado um questionário idêntico (APÊNDICE J, págs. 188 a 189) aos participantes pertencentes à Coordenação de Políticas Públicas Inclusivas da Reitoria, ao Núcleo de Apoio à Pessoa com Deficiência e as bibliotecas dos *Campi*. Esses órgãos foram selecionados tendo em vista que que no IFPE, tratam de políticas e ações inclusivas para pessoas com deficiência. Seguindo as recomendações do Comitê de Ética, no que tange ao direito do sigilo, os participantes desta fase são identificados como P_1, P_2 e P_3.

Para as bibliotecas dos *Campi* Recife e Garanhuns, foram realizadas entrevistas semiestruturadas – vide APÊNDICE H (págs. 184 a 185) – com o intuito de analisar quais as políticas e como ocorrem os atendimentos aos estudantes com deficiência visual. Como também, se existem procedimentos sistematizados para os *Campi*, além de verificar quais tecnologias utilizam, como realizam as adaptações necessárias e como esses estudantes acessam as informações contidas nas bibliotecas, atentando que frequentam cursos técnicos com matérias especificas.

5.4.1 ETAPA EXPLORATÓRIA – CPI E NAPNE

Inicialmente, os participantes foram questionados sobre a sua compreensão sobre o significado do NAPNE e Coordenação de Política Inclusivas e os seus respectivos papéis no IFPE. Todos os participantes entendem que o NAPNE tem o objetivo de viabilizar a inclusão das pessoas com deficiência no IFPE visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho.

Vale destacar que duas respostas foram consensuais no entendimento do papel desses setores. O participante P_1 declarou que a finalidade principal do NAPNE está associada na articulação dos setores da Instituição para que promovam a inclusão dos estudantes com deficiência e necessidades específicas. O participante P_3 afirmou que a CPI deve desenvolver ações que promovam à diversidade, às especificidades e, considerar as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais de cada estudante.

Em relação à construção e implantação desses órgãos, apenas o P_3 respondeu sobre e os outros dois não comentaram em relação a questão. O P_3 respondeu que:

> “ [...] o NAPNE surgiu dentro da Ação TEC-NEP, ainda no CEFET, ele foi implantado em toda a rede federal, meados de 2005. Com a criação dos IFs o NAPNE começou a ser estruturado em todos os *Campi*, sendo regulamentado apenas em 2014”.

Esse aspecto se alinha aos resultados oriundos da pesquisa documental, no tocante à compreensão de que os NAPNE surgiram com o Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (nomenclatura da época) em 2000, em parceria com a Secretaria de Educação Profissional - SETEC e a antiga Secretaria de Educação Especial – SEESP.

Outro ponto em sintonia com a pesquisa documental, encontra-se na descrição da Resolução nº 10/2016, sobre as ações dos NAPNE do IFPE. Esses devem promover a educação para a convivência, respeitando às diferenças e à igualdade de oportunidades, aspirando dirimir as barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas. Ademais, considerando que todos os NAPNE são vinculados à CPI, essa coordenação tem como princípio criar sistemas educacionais inclusivos nos *Campi*, construindo cultura, prática e políticas democraticamente, respeitando as singularidades dos estudantes (IFPE-PDI 2014-2018).

Com as respostas do questionário, entende-se que a CPI, portanto, tem um papel abrangente, pois trata do respeito a todos os estudantes, buscando os direitos dos afrodescendentes, dos indígenas, das pessoas com deficiências, com transtornos globais do desenvolvimento, das suas orientações sexuais e identidades de gênero, dentre outros aspectos. Por sua vez, os NAPNE foram criados nos Institutos Federais com o propósito de acolherem e fornecerem apoio especificamente ao estudante com deficiência.

Entretanto, com a observação diagnóstica realizada nos *Campi* participantes, percebe-se que esses setores ainda se encontram em processo de idealização e construção, o que é favorável para a Instituição. No entanto, carece de ser célere e efetiva as ações relacionadas a ele, tendo em vista que as necessidades são evidentes e urgentes e que o atendimento está garantido por lei há décadas, além da equipe necessitar de mais profissionais.

Os participantes foram indagados sobre quais são as políticas institucionais desenvolvidas para estudantes com deficiência visual no setor em que atua e se essas possíveis ações ocorrem de maneira contínua com outros órgãos. Eles indicaram que o procedimento acontece junto a Coordenação de Políticas Inclusivas, pois é um setor da Pró-Reitoria de Extensão, que coordena e auxilia os *Campi*, analisando o caso do estudante e indicando as estratégias. Inclusive, quando se trata de estudantes com deficiência visual, é nesse setor que se encontram os profissionais do cargo Revisor de Texto Braille que diligenciam ações para esses estudantes.

É importante esclarecer que existem 02 (dois) profissionais Revisores de Texto Braille para atender todas as demandas dos 16 *Campi* e EAD do IFPE e, compõem a equipe da CPI. Esses, sugerem ou realizam orientações e confecção de materiais pedagógicos, ofertam cursos de formação para os servidores e estudantes cegos ou com baixa-visão e promovem ações nos *Campi* sobre a inclusão.

Não foi apresentada uma política institucional inclusiva, como um manual ou regimento, e sim, algumas resoluções do IFPE e uma cartilha chamada de "Procedimento de Orientação para o Atendimento de Pessoas com Deficiência"[16] que ilustra de forma sucinta orientações para o atendimento de pessoas com deficiência. Destaca-se a resposta do P_3 que afirmou como política institucional a compra de equipamento para um estudante com deficiência visual do *Campus* e um projeto de extensão realizado por uma professora do *Campus* que adapta materiais para este estudante com deficiência visual.

Nenhum dos respondentes sinalizaram em suas respostas a existência de políticas institucionais desenvolvidas para estudantes com deficiência visual em seus setores. Ademais, por meio das respostas, percebe-se que os profissionais envolvidos nesses órgãos exercem suas atividades com poucos recursos. Para os respondentes dos *Campi* foi identificado que cada um tem seu procedimento para o atendimento às necessidades dos seus estudantes. Isso também foi percebido na observação diagnóstica. Percebe-se que as atividades são realizadas com comprometimento e parceria. Todavia, apesar dos esforços, a

[16] Cartilha desenvolvida pela equipe de Políticas Públicas da Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Consta nos arquivos da Coordenação de Políticas Públicas Inclusivas do IFPE.

ausência de integração ou alinhamento de estratégias entre os setores sinalizam fortemente ao atendimento genérico ou o atendimento sob demanda dos estudantes na instituição.

Na sequência, um outro aspecto que foi abordado no instrumento, buscou-se compreender como se dá a recepção do aluno ingressante com deficiência visual na instituição. O questionamento objetivou identificar a existência de procedimento ou orientação seja entre a equipe multidisciplinar e os familiares deles.

Por meio das respostas dos participantes identificou-se a não existência de um procedimento padrão. Os procedimentos indicados pelos participantes do questionário são diligenciados por meio do contato dos familiares dos estudantes ou dos professores ou das coordenações dos cursos dos *Campi* com o NAPNE. A CPI trabalha como setor de consulta e resoluções de demandas. Caso não seja necessário o contato com a CPI, os profissionais do NAPNE atendem à demanda e a equipe multidisciplinar acolhe o estudante e sua família.

As respostas apresentadas encontram-se em consonância com os resultados da pesquisa documental. Compreendeu-se que a CPI deve ser a base para as orientações inclusivas e tem um papel estratégico dentro da Instituição. Todavia, quando verificadas as respostas e relacionadas com a observação diagnóstica, percebe-se que a relação entre os NAPNE e a CPI não acontece de maneira contínua, para não dizer que muitas vezes distante. Isso é ratificado pelo procedimento individual adotado por cada NAPNE em suas ações ao receber um estudante com deficiência visual e pelo papel com caráter consultivo que a CPI exerce, quando é demandado. Vale ressaltar que por meio da observação diagnóstica verificou-se a ausência de inclusão nas bibliotecas dos *Campi*. Elas não possuem espaços multifuncionais amparados com tecnologias assistivas como: ledores, impressoras Braille, bem como, profissionais orientados e qualificados adequadamente ao atendimento desse público.

Em sintonia aos pensamentos descritos Pupo e Martins (2014), entendem que o conceito de biblioteca é mais vasto do que se imagina. As autoras defendem que, a biblioteca possui, o escopo de colaborar com o ensino, a pesquisa e a extensão, pois presta serviços à comunidade interna e externa. Consequentemente, os autores reforçam que as bibliotecas são espaços de informação para a direção das múltiplas necessidades dos seus usuários e;

ambientes sociais, visto que, é um cenário onde acontece ininterruptamente a interação de pessoas e a troca de conhecimentos diversificados nos distintos níveis de ensino.

No tocante aos procedimentos relacionados ao acesso às informações e materiais para adaptá-los aos estudantes com deficiência visual, os participantes foram convidados a relatar como esse processo ocorre do ponto de vista da sua entrega, do seu custo e da sua criação.

As respostas dos participantes evidenciam a inexistência de uma padronização de procedimento. Eles relataram que, normalmente, a demanda é verificada e solucionada pelo NAPNE do *Campus* de origem dos estudantes e que os casos peculiares são enviados à CPI, na maioria das vezes, por e-mail.

Especificamente, no caso de livros, segundo os respondentes, é recomendado o uso de aplicativos ou *softwares* de livre acesso que convertem PDF texto para áudio. Em situações específicas, o NAPNE ou CPI recomenda aos bibliotecários entrar em contato com a editora do material, com intuito de que forneçam o material acessível. Por outro lado, em alguns casos, quando se trata de materiais táteis, a demanda é encaminhada à CPI que dispõe de um equipamento específico denominado de fusora que realiza a impressão em alto-relevo. O NAPNE, quando possível, faz a adaptação do material, com barbantes e outros materiais e, caso necessite de auxílio, solicita o suporte à CPI.

A ausência de procedimentos dessas ações assemelha-se com a falta das ações na recepção dos estudantes. Isso também foi identificado na observação diagnóstica no tocante a disponibilização de recursos de tecnologias assistivas existentes nos *Campi.* Além disso, o número reduzido de profissionais que compõem equipe multiprofissional, pode, portanto, impactar no tempo de resposta as possíveis demandas para esses estudantes.

Em relação as ações inclusivas junto a biblioteca sobre deficiência visual, os participantes evidenciaram que especificamente nas bibliotecas não há registro de ações ou outras atividades junto a mesma. De acordo com suas respostas o que ocorre é uma atividade específica promovida pela CPI denominada “Inclusão em Ação”. Essa tem o propósito de oferecer cursos para os servidores e realiza ações de orientações nos *Campi* ao longo do ano.

Essa perspectiva fortalece a percepção da falta de uma relação contínua entre CPI⇔NAPNE⇔Biblioteca. A relação ocorre se houver demandas

solicitadas pelas bibliotecas ou demais setores. As bibliotecas não têm sido inseridas em ações inclusivas, como também, não realizam atividades junto à CPI e ao NAPNE. Os participantes não relataram a existência de demandas frequentes oriundas dos professores dos cursos existentes que seriam peculiares e auxiliariam o atendimento a esses estudantes. Esse cenário caracteriza, apesar de todas as ações a inexistência de uma compreensão sistematizada desde o ingresso de estudantes com deficiência visual na instituição e a preparação de uma “ecologia de suporte” ao atendimento das suas necessidades durante sua jornada na Instituição.

Complementando o pensamento, Santos (2010), destaca que a conquista da escola das diferenças, e não, dos estudantes diferentes, precisa de conhecimento, informação, determinação e decisões precisas, desse modo, as sugestões de transformação variam e dependerão de estudos, levantamento de dados e ações, enfim, de uma gestão democrática e inclusiva.

A inclusão é uma ação ativa e necessita que a sociedade se adapte para incluir pessoas com deficiência ou limitações. É uma “equiparação de oportunidades”, em que o ambiente físico, transportes, serviços de saúde, educação, trabalho, acesso à cultura, são acessíveis, sob a luz de determinados preceitos: celebração das diferenças, direito de pertencer, valorização da diversidade humana, solidariedade humanitária, igual importância das minorias e cidadania com qualidade de vida (SASSAKI, 2010).

Apesar da inexistência de ações inclusivas e sobre deficiência junto a biblioteca, os participantes foram questionados sobre a existência de estratégias que são utilizadas para atender as demandas do aluno com deficiência visual. Se elas são registradas, acompanhadas, discutidas e solucionadas em conjunto com os estudantes, professores e demais profissionais envolvidos.

Em relação ao registro e acompanhamento não houve resposta dos participantes. Os participantes registraram que no último ano estão acontecendo reuniões com professores e com membros da equipe multiprofissional com o intuito de estabelecer as rotinas administrativas e pedagógicas para atender as necessidades desses estudantes. Segundo eles, essa ação mostra-se relevante para fazer acontecer a inclusão e efetivação do papel da CPI e do NAPNE. Todavia, como percebido em outras respostas, as estratégias indicadas pelos participantes resumem-se ao encaminhamento de demandas a CPI ou ao

NAPNE, adaptação de materiais de acordo com as possibilidades do Instituto, uso de *softwares* gratuitos para leitura, e a adoção de estagiários ledores. Eles relataram a não existência de ações sistematizadas em manual e disseminadas pelos *Campi* como orientação ao atendimento desse público e a sua atividade enquanto setores responsáveis pela inclusão. Considerando que a CPI e os NAPNE são regulamentados por resoluções e possuem deveres a serem cumpridos. Por isso, a importância de acompanhar cada aluno com deficiência, registrar as dificuldades e êxitos; para sugerirem práticas eficazes e eficientes.

A recomendação basilar é que o estudante seja atendido individualmente pelo NAPNE ou pela CPI, em seguida as informações são repassadas aos docentes e a equipe multidisciplinar, observando, principalmente, se o aluno com deficiência visual utiliza tecnologia no seu dia a dia ou um ledor. Uma questão atentada pelos participantes é que os ledores são estagiários contratados pelo IFPE, uma vez que, não existe código de vaga para admissão em concurso nessa área.

A utilização de estagiários tem sido uma estratégia de contornar a problemática de não existir cargo de ledor na instituição. Contudo, tendo em vista, que é uma atividade de extrema importância para um estudante cego ou com baixa-visão no seu processo em acessar informações das bibliotecas e materiais das aulas, deve ser uma prática revista e com estratégias que, também, reconheçam o valor dos profissionais especializados nessa área.

Sobre o emprego de orientação técnica especializada para estudantes com deficiência visual, os participantes registraram que esse apoio é fornecido pelos 02 (dois) brailistas da CPI, pelo uso da impressora Braille e pelas confecções de materiais adaptados e acessíveis. Contudo, os participantes alertaram que o IFPE oferece cursos técnicos, com conceitos e disciplinas especificas e muitas vezes complexas para a conversão a este público. Isso, consequentemente, dificulta a orientação especializada. Os participantes relataram que, de acordo com as dificuldades e dentro das possibilidades, procuram profissionais de outros órgãos e empresas, para auxiliar na orientação e no atendimento das demandas.

Vale ressaltar que para as pessoas com deficiência visual, não existe escolha, uma vez que somente podem consumir informação e conhecimento, se estes, estiverem adaptados à sua deficiência ou limitação (MALHEIROS;

CUNHA, 2018). O Comitê de Ajudas Técnicas Brasileiro (CAT), assegura que as Tecnologias Assistivas (TA) são conhecimentos interdisciplinar e, conglomera produtos, estratégias, práticas e serviços para facilitar a participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, no dia a dia (CAT, 2009). Por isso, a seriedade de investigações com essas temáticas, pois as tecnologias se inovam e podem se tornar mais populares e de baixo custo.

Uma questão trazida aos participantes esteve relacionada a existência de um espaço ou sala com multifuncionalidades ou da possibilidade de sua adoção direcionada ao apoio e ao auxílio dos discentes com deficiência visual em seus *Campi*. Eles responderam forma genérica sem detalhes precisos, possivelmente pela falta de uma política inclusiva efetiva. Contudo, na observação dos *Campi,* não foi identificado esse espaço. Desse modo, interpreta-se a falta de compreensão associado aos possíveis benefícios trazidos por esse recurso dentro do NAPNE.

Em relação a esse questionamento, o participante $\mathbf{P_1}$ respondeu: "*não tenho essa informação*", o $\mathbf{P_2}$, respondeu: "*não possuímos, por enquanto, tal espaço*". O P_3 indicou que a "*sala multifuncional é o NAPNE*". Isso denota, uma possível inexistência de uma política institucional inclusiva, sem informações organizadas e sistemáticas e, caso essas existam, essas apontam a ausência de uma relação dialógica entre CPI⇔NAPNE. Considerando que o NAPNE por natureza se trata de um espaço ou ambiente multifuncional, mesmo que não tenha as condições necessárias para isso, pois ainda estão em processo de construção. Como sua própria nomenclatura diz muito sobre si é um Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência, ou seja, seu espaço deve ser multiprofissional, multifuncional, multi educacional para atender essas pessoas.

Conforme descreve o Decreto nº 7.611/2011, é imprescindível que os ambientes educacionais possuam Salas de Recursos Multifuncional, por funcionarem como complementação à formação dos estudantes com deficiência, ao oferecem equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos adequados, acessíveis e especializados.

Como a biblioteca está naturalmente como uma célula integrada à escola, essa necessita ser um espaço multifuncional para conjecturar a política inclusiva da instituição por meio do planejamento de atividades adequadas às especificidades e objetivos da comunidade escolar. As bibliotecas

multifuncionais possuem um desempenho central no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência visual, pois auxiliam: (i) na aprendizagem da leitura; (ii) no domínio da competência literária; (iii) na concepção e no desenvolvimento do encanto de ler e na conquista de hábitos de leitura; (iv) na habilidade de selecionar informação e agir criticamente diante da quantidade e diversidade de conhecimento e suportes que se encontram à disposição das pessoas; (v) no desenvolvimento de metodologias de estudo, de investigação autónoma e; (vi) no aprofundamento da cultura social, científica, tecnológica e artística (PUPO; MARTINS, 2014).

Conforme Malheiros e Cunha, as bibliotecas funcionam como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual. Os autores discursam que as ações das bibliotecas inclusivas precisam preparar e fornecer materiais alternativos; buscar cooperações com outras bibliotecas, editoras e profissionais; usar de padrões técnicos; criar legislação específica, pois um dos meios de alcançar a inclusão social é o acesso à informação. Sabe-se da importância do conhecimento e informação para o desenvolvimento do homem, em toda sua dimensão, como defendem Kuenzer (2007, 2017); Marise Ramos (2014a, 2014b) e Saviani (1994, 2011, 2013, 2015): a formação de um indivíduo integral e omnilateral[17].

Por meio do contexto observado, percebe-se, portanto, a necessidade de expandir, modernizar, aperfeiçoar e estender de forma interna e externamente os serviços e os recursos existentes no IFPE, para que a biblioteca se torne um espaço difusor de práticas inclusivas e um lugar de diálogo e troca de ideais.

Sobre a existência de um documento específico na instituição que sirva como guia para que os estudantes com deficiência visual sejam igualmente recebidos e acolhidos nos *Campi* foi questionado aos participantes.

O participante **P_2** afirmou que:

> “não há documentos que detalhem as aplicações dessas políticas. O documento é importante para a padronização dos

[17] Uma educação que busca a formação e desenvolvimento máximo das potencialidades espirituais-intelectuais dos seres humanos. Fonte: SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: Ferretti, Celso J. et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 1994

> procedimentos e para respaldar os setores para o acolhimento dos estudantes".

Esse aspecto reforça a percepção da necessidade de uma interação contínua entre esses órgãos. Além disso, evidencia a necessidade da importância de um instrumento orientativo de organização e procedimentos de modo a atender as ações direcionadas aos NAPNE quanto aos estudantes e demais atores envolvidos no processo.

O participante **P_2** descreveu:

> "As estratégias são construídas em conjunto, entretanto...temos nos deparado com a mudança constante dos coordenadores o que vem dificultando a continuidade dos processos em andamento. Além de que a quantidade de reuniões diminuiu em virtude dos cortes de orçamento".

Essa descrição possui congruência com a realidade descrita na observação diagnóstica nos *Campi* do IFPE. Observa-se, mais uma vez, que não existem estratégias especificas e sistêmicas. Ademais, é importante destacar que a fala do participante P_2 fornece visibilidade a uma realidade percebida durante a observação diagnóstica nos *Campi* no tocante a dificuldade vivenciada em contatar os setores e obter as respostas de forma descritiva e mais esclarecedora.

Em relação a participação de atividades promovidas pela biblioteca da instituição direcionadas aos estudantes com deficiência visual, os participantes responderam que não participaram em nenhum momento de atividades com este fim. Isso evidencia e mais uma vez ressalta, portanto, a falta de ações e políticas voltadas paras as bibliotecas, e uma maior integração com os setores responsáveis pela inclusão.

A Lei nº 10.753/2003, que instituiu a política nacional do livro, traz no art. 1º que o livro é um meio insubstituível da difusão do conhecimento, da promoção à pesquisa, da permanência e conservação do patrimônio nacional e que se deve garantir às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura. Além disso, a NBR 9050, explica que é indispensável assegurar recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e serviço de apoio, como também, publicações em Braille. Desse modo, conforme as ideias defendidas pelos autores Carvalho

(2010), Mantoan (2011, 2015), Pupo, Melo e Ferrés (2006), Pupo e Martins (2014), Sassaki (2009, 2010) Souza e Rabelo (2014),) a biblioteca acessível é um fato, diante da realidade, e o bibliotecário deve adquirir novas dimensões, adequando-se as necessidades dos usuários. Conclui-se, logo, que a biblioteca necessita ser reconhecida como espaço de aprendizagem e convivência social, devendo ser lembrada na política de inclusão institucional.

O último questionamento esteve centrado no atendimento do usuário que não seja estudante da instituição e que necessite de um apoio ou auxílio inclusivo para utilizar alguma ferramenta ou a biblioteca, os participantes foram perguntados sobre a existência de uma ação ou estratégia específica.

Por meio das respostas, é percebido que o NAPNE faz esse acolhimento e, caso necessite, solicita auxílio a CPI. Como observado em outras respostas não existem estratégias específicas e compiladas e o apoio ao estudante da comunidade externa se faz semelhante a um estudante do IFPE. Não haver uma distinção no atendimento é adequado e plausível, pois ambos devem ser tratados com equidade considerando suas desigualdades e necessidades especificas.

É importante destacar que existe preocupação concreta sobre o tema inclusão para pessoas com deficiência visual, no IFPE, por isso, a publicação de vários documentos institucionais, porém, faltam registros, acompanhamentos e ações inclusivas contínuas para esses usuários. Um direcionamento nesse sentido fortaleceria o envolvimento das bibliotecas, possibilitando o acolhimento ativo e preocupado com a comunidade interna e externa.

Nesse contexto, todos os participantes foram enfáticos em suas respostas ao avaliarem como insuficiente sobre a condução do processo de inclusão. Entretanto, eles ratificam que estão em processo de construção e aprendizagem para a melhoria ao atendimento de estudantes com deficiência e que fazem o possível para atender as demandas.

5.4.2 ETAPA EXPLORATÓRIA – BIBLIOTECAS

Essa etapa teve a finalidade de averiguar se o papel que as bibliotecas exercem, harmonizar-se com os regulamentos e legislações, quais barreiras vivenciam no dia a dia para o atendimento dos estudantes com deficiência visual,

que ações realizaram ou realizam sobre a temática inclusão, como também, se possuem capacitação na área, além de ou outros aspectos que surgiam durante a entrevista.

A entrevista semiestruturada (APÊNDICE H, págs. 184 a 185), para os bibliotecários, foi realizada no mês junho de 2020, por meio do *Google Meet*, com 02 representantes da biblioteca do *Campus* Garanhuns, representados neste trabalho como **B_1** e **B_2**. Esclarece-se que a entrevista com a biblioteca do *Campus* Recife, não foi realizada, pois após inúmeros convites enviados e conversas através de contatos telefônicos, não houve retorno da confirmação da participação e indicação de representantes, com dia e horário que gostariam de participar. Como este trabalho presa pelo respeito e cumpre as normas do Comitê de Ética, compreende-se que existem pessoas que optam em não participar.

A primeira pergunta objetivou verificar a existência de regimento interno das bibliotecas. As respostas dos entrevistados foram unânimes no sentido de que cada *Campus* confecciona e atualiza esse documento, não havendo um padrão entre as bibliotecas. Isso foi percebido, principalmente no que tange aos aspectos locais e contextuais de cada *Campus*, ficando evidenciado, por meio dos entrevistados, que cada biblioteca possui sua realidade e vivência, o que geram problemas quanto a tomada de decisão sobre o atendimento a comunidade interna e externa, e principalmente, aos estudantes com deficiência. Isso pode ser constado na revisão bibliográfica quando Marques (2014) e Pupo e Martins (2014), afirmam que os ambientas utilizam estratégias inclusivas, porém sem diretrizes e parâmetros institucionais com o intuito de sistematizar o ingresso e a permanência dos estudantes com deficiência.

A segunda pergunta versou sobre a existência de procedimentos ou mecanismos padronizados para o atendimento e empréstimo de livros para pessoas com deficiência visual. Os respondentes afirmaram negativamente, ressaltando que isso é um processo árduo e que deveria estar em construção.

A terceira pergunta foi se percebiam a biblioteca inclusiva para pessoas com deficiência visual, o Participante B_1 relatou:

> Temos um pequeno acervo (livros em Braille e audiolivros), não temos sinalização nas estantes, em Braille. Falta muito para ser uma biblioteca inclusiva, como ausência de programas de computadores e setores especializados.

Provoca-se que Rabello e Gasparetto e Alves e Monteiro e Carvalho (2014), averiguaram a importância da utilização de recursos de Tecnologias Assistivas no desempenho de estudantes com deficiência visual, verificando-se que há melhor desempenho no processo leitura e que permite que a pessoa com deficiência leia, na medida do possível, em igualdade, evitando, por exemplo, o desgaste da visão remanescente das pessoas com baixa-visão.

O quarto questionamento abordou sobre quais procedimentos ou aquisições de materiais ou ferramentas são utilizados pela equipe da biblioteca para melhorar o atendimento desses usuários. Os respondentes pontuaram que os materiais são adquiridos por meio de doações, por exemplo, as realizadas pelo Instituto Benjamim Constant[18] e pela Fundação Dorina Nowill[19]. Eles complementaram que desconhecem procedimentos específicos no IFPE para esse fim.

A quinta pergunta foi sobre quais ações inclusivas são realizadas sobre difidência visual na biblioteca e, foi afirmado que são realizadas na Semana de Pessoas com Deficiência, que normalmente ocorrem no segundo semestre de cada ano.

O sexto questionamento foi se as ações são realizadas em conjunto com a Coordenação de Políticas Inclusivas da Reitoria e o Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência (NAPNE) e são ações contínuas. Os entrevistados, afirmaram que sim, e como respondido anteriormente, na Semana de Pessoas com Deficiência.

Desse modo, compreende-se a carência de estratégias e ações inclusivas. Uma temática tão importante e atual não pode ser discutida e estar confinada apenas em datas comemorativas. Ressalta-se, que a Resolução nº 10 de 23 de março de 2016, afirma que os NAPNE têm como alvo promover a educação para a convivência, ponderando às diferenças e à igualdade de oportunidades, ansiando suprimir as barreiras atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas. Sobre a CPI, conforme explanado no PDI- 2014-2018, seu intuito é criar princípios educacionais inclusivos nos *Campi*, com enfoque democrático. Observa-se, novamente, que falta maior diálogo entre os setores que tratam de

---

[18] **Instituto Benjamin Constant**. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/>. Acesso em: 26 de junho de 2020.

[19] **Fundação Dorina Nowill**. Disponível em: https://www.fundacaodorina.org.br/. Acesso em: 26 de junho de 2020.

inclusão e deficiência com o IFPE no geral e com estudantes, famílias, empresas, comunidade externa e interna.

Além disso, no sétimo questionamento, quando interrogados sobre as ações de estímulos promovidas pela biblioteca relacionadas à leitura e a busca de informações para os estudantes com deficiência visual e para os estudantes sem deficiência visual, os respondentes relataram que são efetivadas exposições de novas aquisições, sugestões de leitura nas férias, fomentam trechos das provas de literatura do Enem, projetos de leitura com temas pertinentes a formação do estudante. Contudo, quando abordados sobre se essas atividades alcançam os estudantes com deficiência visual, eles ressaltaram que não existe planejamento ou ações específicas para este público e que esses materiais não estão em Braille.

A oitava questão teve como finalidade o planejamento da disposição e do acesso ao acervo e se atendem as demandas dos estudantes com deficiência visual em relação especificamente aos cursos técnicos em que os mesmos estão matriculados. Todos foram unânimes na sinalização negativa dessa atividade. Eles relataram que os livros em Braille ou audiolivros são das áreas de literatura brasileira, estrangeira e ciências humanas, não existindo um acervo específico para o atendimento das bibliografias utilizadas pelos professores dos respectivos cursos do *Campus*.

Sassaki (2009) ratifica que existem vários modos de se excluir, pois existem barreiras arquitetônicas, barreiras na comunicação, nos métodos e técnicas utilizadas, barreiras políticas e atitudinais. Considerando essa perspectiva, eles foram indagados, na nova pergunta, sobre qual o procedimento é demandado pelo estudante para solicitar um livro em formato acessível. Eles responderam que normalmente o estudante solicita a biblioteca e a demanda é repassada ao NAPNE do *Campus*.

A décima pergunta foi se presenciam episódios de atendimento não inclusivo. Eles responderam que não presenciam ações discriminatórias ou não inclusivas, pois estão sempre atentos as demandas e necessidades desses estudantes.

O décimo primeiro questionamento, objetivou tratar sobre a existência de algum documento norteador ou orientador que guie as ações e procedimentos inclusivos das bibliotecas da instituição e se acreditam ser importante esse

documento. Os respondentes esclareceram que no âmbito das bibliotecas, não existem documentos dessa natureza e que seria fundamental e urgente para o atendimento adequado aos estudantes com deficiência.

Ë importante esclarecer que esse questionamento esteve centrado ao que recomenda a Resolução nº 04 de 22 de janeiro de 2018 - Regulamenta o Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Pernambuco –SIBIIFPE-, documento que assevera como objetivos, unificar as atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais; apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão e; atender à comunidade nos seus objetivos relacionados à educação, cultura, pesquisas e lazer.

Por fim, a última pergunta tratou se a equipe da biblioteca participou ou participa de atividades com estudantes com deficiência visual, no âmbito do IFPE ou fora da Instituição. E responderam que participaram quando um estudante com deficiência visual ingressou no *Campus* e receberam orientações do NAPNE.

Portanto, essa realidade sinaliza a necessidade da Instituição tornar essa temática cotidiana e presente em ações concretas nos espaços das bibliotecas, visto que esses espaços também são ambientes complementares ao processo de ensino e de aprendizagem. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.145/2015) define que acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias, desse modo os *Campi* devem estar preparados para esse acolhimento, antes do estudante ingressar na Instituição.

5.5 FASE 04: ETAPA EXPLORATÓRIA – PROFESSORES E ESTUDANTES

Esse momento objetivou conhecer a realidade vivenciada pelos estudantes e professores no processo de ensino-aprendizagem, relacionando a temática de inclusão na biblioteca e verificando as experiências positivas e negativas.

As entrevistas aconteceram no mês de junho de 2020, e como o intuito era entender as experiências, foram aplicadas as mesmas perguntas para esse público, o que permitiu entender ambas as vivências em situações análogas.

Foram entrevistados 03 (três) estudantes, 01 (um) com baixa-visão e 02 (dois) com cegueira, denominados de E_1, E_2 e E_3. Duas entrevistas foram realizadas por telefone, gravadas por um dispositivo móvel e uma das entrevistas foi gravada pelo *Google Meet*, tendo em vista atender adequadamente a forma como os estudantes desejavam dialogar. Com os professores, foi realizada por meio do *Google Meet*, em dias escolhidos por cada um dos 05 (cinco) participantes, como também, solicitaram enviar por escrito as respostas para que fossem utilizadas nesta pesquisa, sendo representados pela denominação de PR_1, PR_2, PR_3, PR_4, PR_5.

No livro Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire (2019), ao tratar sobre a dialogicidade como essência prática da liberdade, afirma-se:

> O diálogo, como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir, se rompe, se seus polos (ou um deles) perdem a humildade. Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente virtuoso por herança, diante dos outros, meros "isto", em quem não reconheço outros eu? Como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são "essa gente", ou não "nativos inferiores"? (FREIRE, 2019, p.111).

A primeira e segunda perguntas feitas aos professores e estudantes foram: quais informações sobre deficiência visual você obteve através de ações ou atividades do IFPE ou especificamente do seu *Campus*? E, qual o setor você se dirige para resolver questões relacionadas com deficiência visual? O atendimento é adequado? O que pode ser melhorado?

Todos os professores dizem não terem informações sobre deficiência visual e que se dirigirem, somente quando é necessário, ao Núcleo de Apoio à Pessoa com Deficiência (NAPNE). Um dos professores relatou que a equipe do núcleo é atenciosa, contudo:

> [...] que sente falta de uma sistematização ou organização entre os setores envolvidos e de mais estrutura. Há, por exemplo, uma impressora em Braille para atender o IFPE como um todo, mas não consegui perceber uma sistematização do uso, com quem exatamente eu teria que falar, que tipo de material eu poderia enviar, quantas vezes,

> etc. E também, penso que esse contato deveria partir do setor para os professores e não ao contrário" (PR_4, 2020).

Os três estudantes afirmaram que se dirigem diretamente ao professor para solicitar o material em formato adequado para sua leitura e estudo. O que se percebe com os relatos é que os professores-estudantes dialogam entre si, utilizando os serviços do NAPNE somente em casos em que o computador ou em aulas extras não são suficientes para o processo de ensino-aprendizagem.

A terceira pergunta foi sobre a existência de ajuda especializada ou uma sala ou ambiente multifuncional que forneça o suporte a compreender assuntos específicos do curso técnico? Todos responderam que não. Esse cenário permite refletir sobre o papel que o NAPNE representa efetivamente tanto para os professores quanto para os estudantes com deficiência visual desses *Campi*, tendo em vista que no PDI 2014-2018 do IFPE pontua-se que ao se considerar a questão da inclusão social, não se pode descuidar da tecnologia assistiva, que permite que as pessoas com deficiência obtenham à disposição equipamentos e *softwares* especiais para entenderem adequadamente as demandas.

A quarta pergunta tratou das dificuldades, em relação ao acesso a informações, livros e materiais, os estudantes com deficiência visual vivenciam no seu *Campus*. Os professores e estudantes descreveram que são inúmeras como: inexistência de material adaptado, acessível ou em Braille, desconhecimento sobre a deficiência e sobre as necessidades dos estudantes, falta de recursos tecnológicos e de pessoal especializado para auxiliar os estudantes e professores, falta de incentivo e ações para o êxito dos envolvidos durante o curso técnico, falta de comprometido de alguns profissionais para facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Ao serem questionados sobre a frequência de uso da biblioteca, como ocorre o atendimento, se poderiam apontar pontos positivos e negativos e, por fim, se os mesmos percebem que a mesma é inclusiva para pessoas com deficiência visual, com o quinto questionamento, foi identificado por meio das respostas que frequentam raramente. Eles relataram que a mesma não é atrativa para estudar por não possui livros essenciais para o curso e não a percebem como inclusiva. Atenta-se para a seguinte fala de um estudante:

> "A biblioteca lá... eu lembro que brincava muito com meus amigos que a gente só vai lá quando está muito desesperado.

> Se você quiser ver a biblioteca cheia, você tem que ir num dia de prova de matemática do primeiro período, que geralmente é a pessoa do primeiro período que vai à biblioteca, e você acha a biblioteca cheia, mas assim, em geral ela não é um lugar muito acolhedor para a pessoa estudar, enfim. Não atende as minhas necessidades, por que é bastante desconfortável. Se pelo menos tivesse livros ampliados, mas não tem nem isso. Então, eu acabo não indo" (E3, 2020).

Esse contexto corrobora com a necessidade de se discutir sobre a temática e a importância de compreender como inserir ações ou instrumentos orientativos entre os atores envolvidos nesse processo de modo a tornar os espaços das bibliotecas adequados e que sejam parte ativa, também, para formação ominilateral desses estudantes. É preciso ratificar que existe um universo de conhecimento dentro de uma biblioteca e essa, deve estar acessível a todos. Mantoan (2011), provoca que os estudantes com deficiência visual devem desenvolver sua destreza tátil, o sentido da orientação, reconhecer desenhos, maquetes e gráficos.

Com a sexta pergunta sobre quais os procedimentos dos professores para que as informações e o conteúdo do curso cheguem aos estudantes com deficiência Visual, foi afirmado que todo o material de aula é feito e adaptado pelo professor, principalmente os específicos para os cursos técnicos, pois são difíceis e complexos de se encontrar na internet. Por fim, expuseram que sempre que possível, solicitam auxílio de estagiários ou profissionais especializados para a leitura de informações não acessíveis.

Na sequência, com a sétima pergunta, eles foram questionados sobre o nível de conhecimento das tecnologias assistivas dentro e fora do IFPE. Os professores, relataram que não dominam nenhuma tecnologia para pessoas com deficiência visual e conhecem apenas a impressora Braille que o *Campus* possui, disponibilizando os arquivos para que o estudante possa imprimir em Braille ou usar programas que transformam texto em áudio. Por sua vez, os estudantes relataram que dominam esse conhecimento, pois são usuários de diferentes recursos. Contudo, por não serem abastados, conhecem ferramentas simples e gratuitas do celular e computador, como programas que leem textos ou telas de pesquisas, impressoras Braille, calculadoras para pessoas com deficiência

visual. Inclusive, eles narraram que utilizam ferramentas não digitais, como soroban[20], punção[21], lupa. Um relato significativo para a construção de políticas inclusivas nas bibliotecas é que os estudantes descreveram que não possuem computador e internet em casa. Além disso, ratificaram que biblioteca não é acessível, visto que não possui livros específicos dos seus respectivos cursos em Braille, computadores para pesquisa, texto em áudio, por exemplo. Eles utilizam apenas o disposto móvel celular para realizar pesquisas para estudo e acadêmicos.

Sobre a existência de algum documento, do *Campus*, que guie para obter acesso às informações, tirar dúvidas e que setores devem ser procurados quando surgem demandas relacionados ao atendimento da biblioteca para a pessoa com deficiência visual e a importância disso, eles relataram que desconhecem a existência de algum documento e que quando surgem dúvidas procuram o NAPNE. Reforçaram ser fundamental, pois um recurso como esse poderia auxiliar principalmente, no primeiro contado do professor e estudante com deficiência. Sendo, portanto, uma ferramenta para orientar quais os setores são responsáveis, o que o *Campus* possui, conhecer e discutir sobre deficiência, desmitificar a incapacidade do estudante e do professor e quebrar barreiras que o próprio IFPE, sem saber, constrói durante o ingresso, permanência e êxito do estudante com deficiência visual.

Por fim, com o nono questionamento, sobre a participação de atividades nas bibliotecas do IFPE utilizando livros, documentos, trabalhos, pesquisas, jogos, atividades de sala de aula, grupos de leitura, com métodos e tecnologias possíveis de garantir o processo de ensino-aprendizagem ao estudante com deficiência visual, nenhum dos participantes registrou positivamente a esse questionamento. Um professor entrevistado relatou que participa de atividade inclusiva com pessoas com Síndrome de Down e realiza atividades no *Campus* com esse público.

Contrapondo-se ao que está disposto na Resolução nº 05 de 22 de janeiro de 2018, que criou o Fórum Permanente do SIBI-IFPE, propondo a realização,

---

[20] Método de contagem, onde a régua é dividida com pontos salientes que representam as unidades, dezenas e centenas, auxilia também na concentração e memorização (Consultar Quadro 8, págs. 71 e 72).

[21] Ferramenta para perfuração do papel e escrever em Braille (Consultar Quadro 8, págs. 71 e 72).

uma vez por semestre, de grupos de debates sobre questões de biblioteconomia, e que deveria ser um momento propício para discussões sobre temáticas inclusivas, de acessibilidade, capacitação, acervos acessíveis, tecnologias assistivas e deficiência, inclusive, convidando professores e estudantes para o debate.

5.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DE DADOS

Com a observação diagnóstica foi possível entender como a teoria e prática funcionam nas bibliotecas do *Campus* Recife e *Campus* Garanhuns, do IFPE, identificando a acessibilidade física desses espaços. Os dados obtidos evidenciaram 10 (dez) pontos associados ao suporte aos estudantes com deficiência visual presentes de maneira diferenciada nos *Campi* observados, que podem ser analisados no Quadro 09 (págs. 101 e 102). Além disso, ficou evidenciado que as bibliotecas possuem diversas barreiras, intrínsecas ao ambiente, mas iniciativas para o atendimento inclusivo têm sido discutidas pelos setores responsáveis. Os maiores pontos a serem adequados, em relação a acessibilidade, são na biblioteca do *Campus* Recife, por se encontrar no primeiro andar, e na época da construção da atual sede, inaugurada em 17 de maio de 1983, a inclusão não era discutida efetivamente.

A observação diagnóstica mostrou-se uma ferramenta fundamental para o entendimento da acessibilidade nos *Campi* observados ao registrar informações essenciais, como: a localização da biblioteca, as barreiras físicas vivenciadas no cotidiano da comunidade, onde elas estão localizadas e quem ou que as geram. Essa observação foi baseada nas orientações indicadas na NBR 9050:2015 e no Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível do Ministério da Educação (2009), com o intuito de verificar pontos exigidos pelas legislações e normativas e sugeridos por órgãos públicos.

A partir do contexto observado sugere-se que os Institutos, em especial o IFPE, necessitam seguir os critérios e parâmetros técnicos da NBR 9050:2015 no momento da construção, instalação e adaptação de mobiliários, espaços e equipamentos, como o uso, por exemplo do desenho universal e da Tecnologia Assistiva para tornarem seus *Campi* acessíveis. Em relação às bibliotecas, essas devem seguir um padrão de organização e de acesso à informação para que os

estudantes com deficiência visual possam ter autonomia ao buscar informações e frequentarem esses espaços de forma socioeducativa com os demais usuários, professores e colegas.

Compreende-se que o objetivo da observação permitiu, também, um amplo entendimento sobre as barreiras vivenciadas e os instrumentos utilizados foram basilares para esse fim. Desse modo, ao comparar a realidade do ambiente e as exigências dos documentos escolhidos como base de investigação e observação, percebe-se a importância de um recurso orientativo institucional e, acima de tudo replicável, que balize o IFPE e sua comunidade acadêmica. Isso, com vistas a tornar o processo dinâmico e sistêmico, que poderia ser socializado em todos os *Campi* existentes. Inclusive, auxiliará a refletir sobre possíveis soluções que diminuam os fatores de exclusão, especificamente nas bibliotecas, considerando-as parte do processo do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

No que tange a pesquisa documental buscou-se compreender o IFPE e suas bibliotecas, na perspectiva da inclusão, especialmente, sobre quais estratégias são desenvolvidas e como o uso das tecnologias são regulamentadas e aplicadas para estudantes com deficiência visual. Verificou-se que o IFPE possui direcionamento à constituição documental de diretrizes voltadas ao processo de inclusão. Entretanto, observou-se uma dispersão sobre a sua organização e ao seu acesso de divulgação e comunicação com a comunidade de maneira assertiva. Além disso, constatou-se que alguns documentos necessitam ser revisados e atualizados, junto aos professores, estudantes e bibliotecários, para que cada um deles relate suas dificuldades e facilidades, indiquem as soluções adequadas e menos dispendiosas para suas realidades.

Com as entrevistas e aplicação dos questionários, houve abertura do diálogo e verificação do conhecimento obtido com as observações *in loco* e pesquisa documental e, com a prática vivida pelos participantes da pesquisa. Percebeu-se que estudantes e profissionais enfrentam cotidianamente barreiras para solidificar a inclusão nos *Campi*, e que faltam estratégias e políticas institucionais para facilitar esse processo.

Essa fase objetivou analisar quais as políticas, estratégias e ferramentas adotadas e, se existem procedimentos sistematizados para os *Campi* em relação

ao atendimento dos estudantes com deficiência visual na perspectiva dos participantes. A análise dos dados evidenciou, igualmente a etapa da observação quanto a pesquisa documental, que o IFPE apresenta documentos norteadores sobre a temática do atendimento inclusivo. Entretanto, mostrou-se evidente a necessidade de uma sistematização e padronização para atender os estudantes com deficiência em suas diversificadas demandas, principalmente às relacionadas as bibliotecas. Cada *Campi* possui suas tratativas para as demandas, e muitas delas, são vividas de forma semelhante em outros *Campi*, mas não existe ordenadamente uma ligação e diálogo sistêmico entre os setores responsáveis pela inclusão.

É importante destacar que a inclusão como ação é um campo inesgotável e cada pessoa possui sua necessidade específica. Percebe-se a necessidade de regulamentações especificas em relação as barreiras primordialmente de comunicação, atitudinais, de infraestrutura, de ausência de metodologias e da disseminação de informações com equidade ao atendimento dos estudantes com deficiência, em especial aos cegos e com baixa-visão no uso da biblioteca. Não se busca um documento único que atenda todas as demandas e especificidades, pois a inclusão cada biblioteca tem a sua realidade.

Em relação a CPI e o NAPNE, a análise dos dados evidenciou que apesar da existência de ações inclusivas nos programas desses órgãos, um aspecto recorrente é ausência de integração, principalmente no que tange a comunicação com os atores e órgãos envolvidos ao atendimento inclusivo na instituição. A ausência desse tipo de ação tem deixado a margem à constituição de soluções inclusivas em conjunto e diariamente junto aos *Campi*, professores e estudantes.

No que concerne as bibliotecas, compreende-se que as ações são pontuais à medida que estudantes solicitam livros ou materiais em formato acessível. Considerando a variedade de cursos técnicos existentes, não foi identificado procedimento padrão juntos aos professores e coordenações com ações voltadas, por exemplo, ao desenvolvimento de bibliografias chaves para esse público. Além disso, não foram assinalados procedimentos sistematizados, parcerias com outras bibliotecas do IFPE e ações em conjunto ao NAPNE e a CPI. Também, foi evidenciado pelas respostas obtidas, que não há uma interação entre NAPNE, CPI, Assistência Estudantil e Coordenação de Curso,

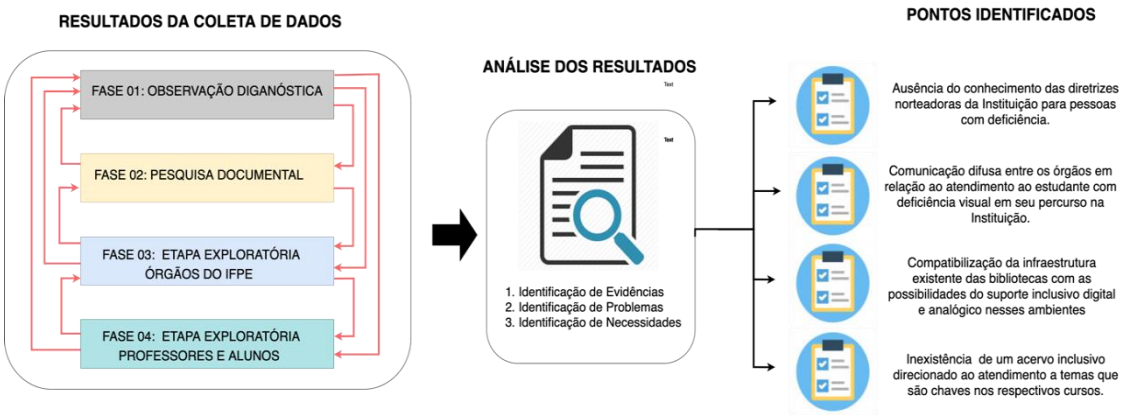
por exemplo. Os setores trabalham em prol da educação inclusiva, contudo, aparentemente de maneira isolada.

Sobre os professores e estudantes, com as entrevistas semiestruturadas, nota-se, também, que eles mantêm uma comunicação participativa e diária, e, que juntos procuram adaptar os materiais utilizados na sala de aula e ao longo do curso técnico, contudo se remetem ao NAPNE de maneira quase inexistente, o que não contribui para o adequado acompanhamento das práticas inclusivas. Além disso, os estudantes participantes pontuaram que a Biblioteca não é considerada atrativa para eles, principalmente por não possuir tecnologias assistivas e informações acessíveis e, portanto, não é frequentada.

A educação profissional e tecnológica, deve alinhar a teoria e a prática. Essa perspectiva potencializa, também, o papel da biblioteca, em alinhar a teoria e prática, fornecendo os meios para a transformação do indivíduo em cidadão crítico. É preciso ratificar sempre, que a inclusão educacional é um direito do estudante e demanda mudanças na concepção e nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores, com intuito da efetivação do direito de todos à escolarização e formação profissional, conforme defendem os autores Sassaki (2010) e Mantoan (2011, 2015).

A Figura 16 sumariza os pontos identificados resultantes do percurso metodológico concernentes ao atendimento inclusivo das bibliotecas para os estudantes com deficiência. Esses pontos correspondem as categorias empíricas que emergiram da análise dos conteúdos dos questionários, das entrevistas e das observações.

Figura 16 – Pontos Identificados com a Coleta de Dados.



Fonte: A Autora.

Os dados coletados nas fases seguiram as recomendações de Bardin (2011) que resultou em pontos relevantes por fase executada. A combinação ou triangulação dos resultados apresentados na Figura 16 fortaleceram os resultados de cada fase da pesquisa, consequentemente, geraram os pontos a serem recomendados no Produto Educacional.

A partir da identificação dos pontos apresentados, o próximo Capítulo tem como propósito esclarecer a construção do Produto Educacional destinado para o atendimento inclusivo nas bibliotecas aos estudantes com deficiência visual.

Capítulo

6

6 PRODUTO EDUCACIONAL

Este capítulo apresenta a construção do Produto Educacional desta pesquisa, discutindo características, processo de desenvolvimento, como também, os critérios de avaliação do produto. Cada fase discutida se encontra alinhada aos elementos propostos no objetivo geral e específico deste trabalho, buscando propor um Guia para o atendimento inclusivo de usuários com deficiência visual nas bibliotecas. Sua elaboração seguiu as ideias dos autores Rizzatti et al. (2020) e Chiavenato (2010) e Filatro e Cairo (2015).

6.1 INTRODUÇÃO

O Mestrado Profissional em Ensino tem por particularidade, além da dissertação, apresentar também, um trabalho final de pesquisa profissional aplicada denominado de Produto Educacional (PE) que forneça um aprimoramento no ensino na área específica.

Conforme Rizzatti et al. (2020), atenta-se que os produtos educacionais não são suficientes para solucionar os problemas da educação brasileira e não se configuram como receitas prescritivas capazes de serem taxativamente reproduzidas por outras pessoas, não sendo imutáveis. Ainda seguindo os preceitos dos autores, a função de um Produto Educacional desenvolvido em determinado contexto sócio-histórico é servir de produto interlocutivo e podem ser revisados, combinados com outros materiais, modificados, compartilhados,

adaptando-se às necessidades dos diversos estudantes e professores, como também, ser propostos em diversos formatos como: tecnologia social, material didático, aplicativos, manuais ou processos educacionais.

Considerando que a questão de pesquisa que norteia este trabalho está centrada na definição de estratégias inclusivas para as bibliotecas do IFPE, podendo essas ser estendidas a outros contextos de Institutos Federais e promover um entendimento abrangente a comunidade acadêmica sobre as ações possíveis para o suporte aos estudantes com deficiência visual.

Os resultados obtidos no protocolo de revisão, bem como, do método aplicado sinalizam a necessidade da formalização de um instrumento norteador para a Instituição voltado ao atendimento das bibliotecas aos estudantes com deficiência visual. Isso justifica-se, ao considerar que as bibliotecas são espaços socioeducativos e fazem parte do processo de ensino-aprendizagem durante a permanência e êxito em seus cursos técnicos.

Este instrumento, nesse contexto, denominado de Produto Educacional tem como propósito fornecer, no âmbito da EPT, recomendações integrativas para as bibliotecas dos Institutos Federais, em especial ao IFPE, visando o suporte inclusivo para os estudantes cegos ou com baixa visão.

As seções que seguem tratam da sua caracterização, do seu processo de desenvolvimento e da sua avaliação.

6.2 CARACTERIZAÇÃO

O Produto Educacional emerge a partir dos resultados que compuseram cada capítulo deste trabalho, em especial, os resultados oriundos das entrevistas semiestruturadas e as respostas dos questionários aplicados aos participantes na etapa exploratória.

O PE é materializado sob a forma de um Guia e tem como propósito fornecer recomendações ou instruções para o atendimento inclusivo das bibliotecas aos estudantes com deficiência visual. Apesar dos termos “Guia” e “Manual“ serem comumente utilizados como sinônimos, o Produto Educacional apresentado utiliza o termo “Guia” em sua caracterização por compreender que seu propósito é fornecer recomendações norteadoras concisas ou resumidas sobre o atendimento inclusivo das bibliotecas para estudantes com deficiência

visual no âmbito da EPT. Diferentemente de um “manual” que busca apresentar informações aprofundadas sobre um determinado fenômeno.

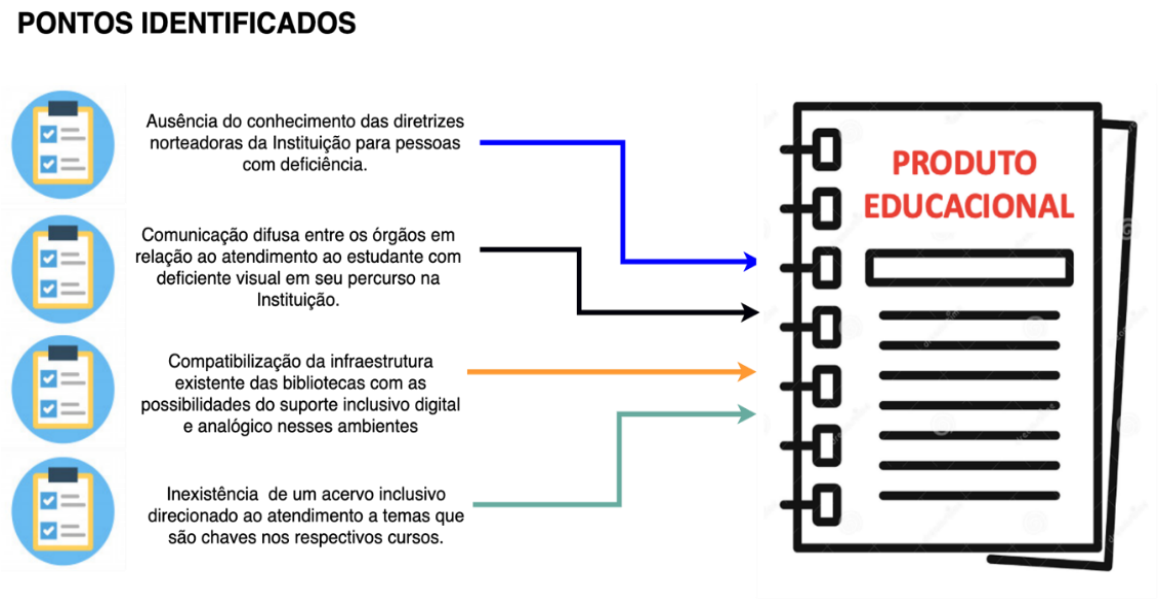
O PE é destinado aos servidores da Instituição que atuem ou tenham interesse em bibliotecas inclusivas e com foco em aprimorar o diálogo e as tomadas de decisões dos gestores, professores, bibliotecários, membros dos NAPNE e da Coordenação de Políticas Inclusivas (CPI).

Considerando essa diferença, a caracterização do Produto Educacional em forma de Guia segue as recomendações de Chiavenato (2010) relacionadas a manuais na sua constituição. As informações contidas no PE buscam ser pontuadas e catalogadas de modo a oferecer ao público-alvo objetividade em cada ponto descrito. Ressalta-se que, sempre que possível e respeitando o contexto que foi investigado, possíveis orientações ou recomendações são apresentadas sob a forma de instruções sugestivas com vistas a otimizar as práticas institucionais e pedagógicas nesse campo.

6.3 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

O processo de desenvolvimento do PE deriva-se do resultado presente nas fases constituintes no procedimento metodológico. A Figura 17 ilustra esse processo.

Figura 17 – Pontos Identificados.

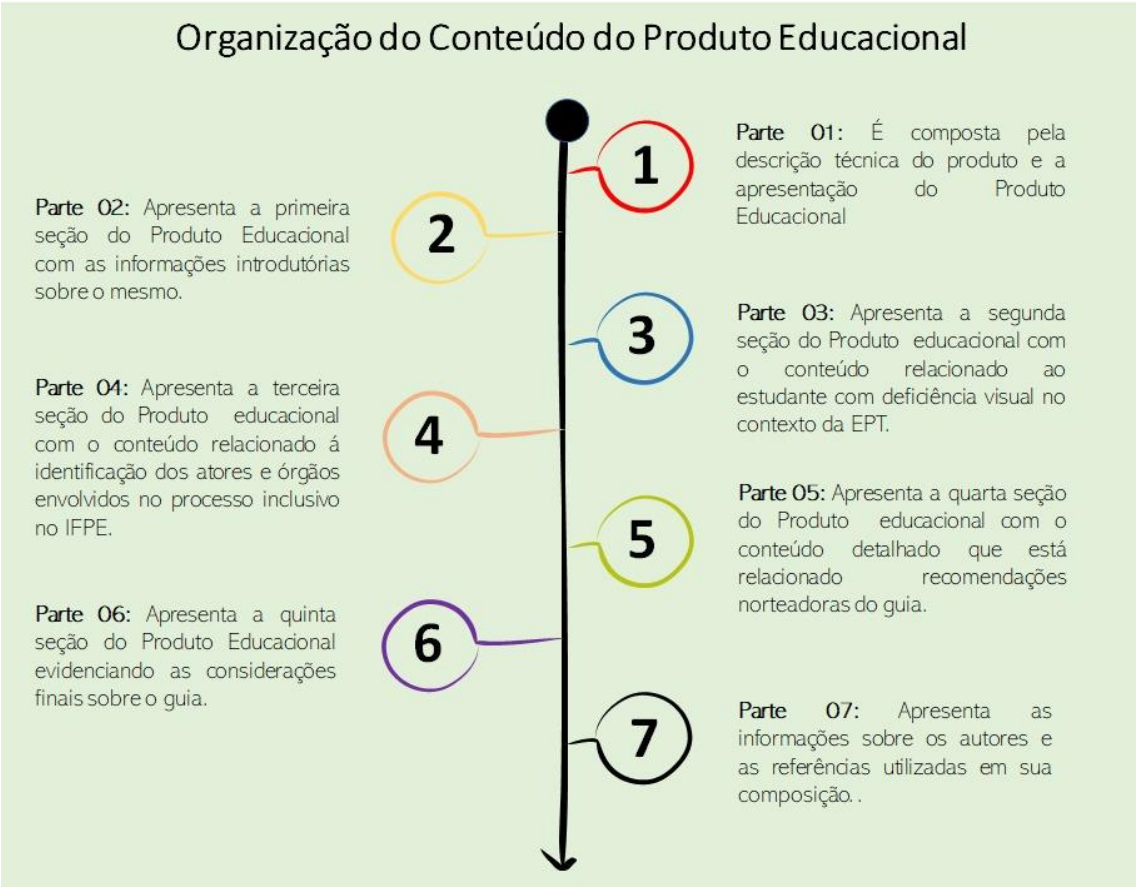


Fonte: A Autora.

É importante destacar que cada fase exploratória alimentava e realimentava as fases antecedentes e subsequentes. O resultado oriundo dessas fases objetivou a identificação de pontos balizadores que emergiram dos dados de forma direta ou indiretamente relacionados ao atendimento inclusivo das bibliotecas a estudantes com deficiência visual na EPT.

A organização do conteúdo foi baseada nos pontos identificados com a coleta de dados no percurso do procedimento metodológico desta pesquisa, conforme Figura 16 (pág.132). A figura a seguir resume a disposição dos conteúdos abordados no Produto Educacional.

Figura 18 - Organização do Conteúdo do Produto Educacional.



Fonte: A Autora.

Nesse contexto, o Produto Educacional foi desenvolvido para indicar estratégias sistemáticas com o intuito de diminuir ou solucionar as dificuldades causadas por esses pontos, por isso, eles foram transformados em (04) quatro recomendações norteadoras. São elas:

1. **Recomendação 01:** Identificando os atores e órgãos envolvidos no processo inclusivo.

2. **Recomendação 02:** A importância de uma comunicação convergente.
3. **Recomendação 03:** A relação da infraestrutura com o suporte tecnológico.
4. **Recomendação 04:** O acervo inclusivo direcionado ao atendimento a formação integral.

Foram desenvolvidas para se complementarem e necessitam caminhar em conjunto para que se inicie ou semeie ações nessa direção. Vale destacar que não é suficiente gerir recursos materiais e tecnológicos para as bibliotecas, sem que os professores e a Coordenação de Curso direcionem suas práticas pedagógicas com esse intuito.

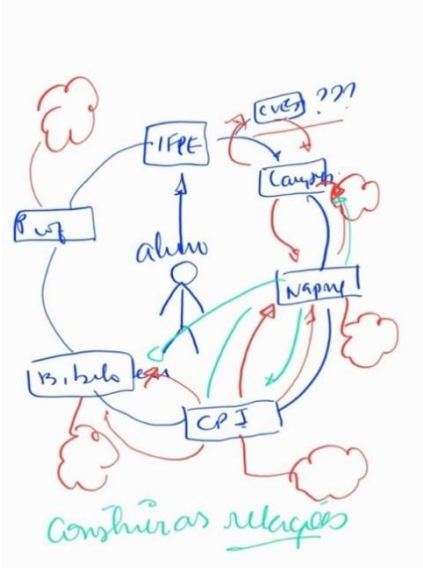
No PE, o conteúdo que precede o detalhamento das recomendações prepara e direciona o público-alvo no entendimento contextual do estudante com deficiência visual no contexto da EPT e na percepção sobre os atores e órgãos envolvidos no processo inclusivo na instituição.

A concepção conceitual do PE em relação ao seu formato e sua estética deu-se em um processo contínuo, no sentido de gerar um PE que textualmente refletisse os resultados obtidos no método aplicado com uma estética dialógica que o permeasse.

As Figuras 19 a 23 ilustram alguns registros, elaborados pela pesquisadora deste trabalho, relacionados à momentos da concepção do desenvolvimento do produto educacional.

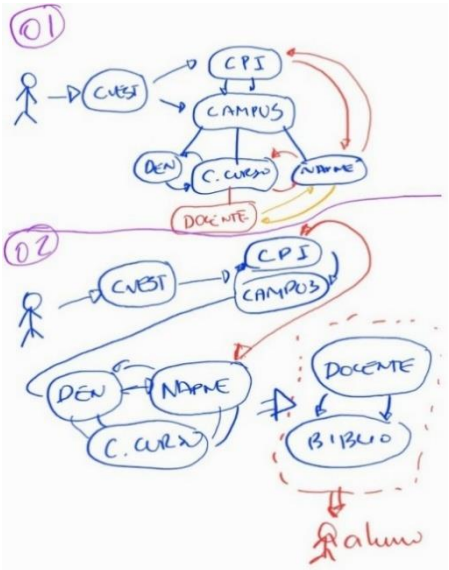
Importante ressaltar que este Produto Educacional, trata-se de uma discussão inicial em direção ao suporte inclusivo para estudantes com deficiência visual, professores e órgãos do IFPE que tratam da inclusão. Esta é a primeira versão de uma contribuição que poderá ser atualizada em virtude de outras pesquisas nesse campo, bem como, servir de inspiração para outros pesquisadores desenvolverem e aplicarem em seus contextos no âmbito da EPT.

Figura 19 – Registro da Concepção do PE 01.



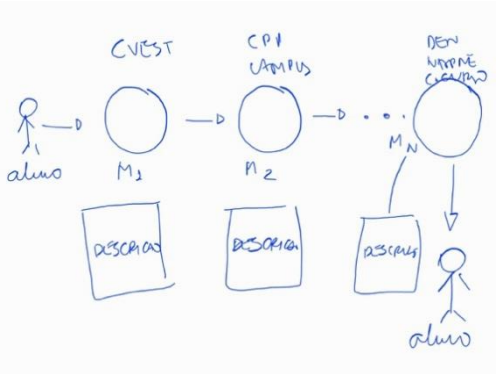
Fonte: Acervo da Autora.

Figura 20 – Registro da Concepção do PE 02.



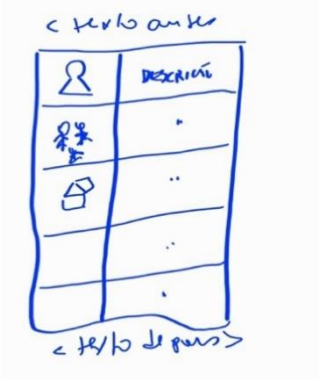
Fonte: Acervo da Autora.

Figura 21 – Registro da Concepção do PE 03.



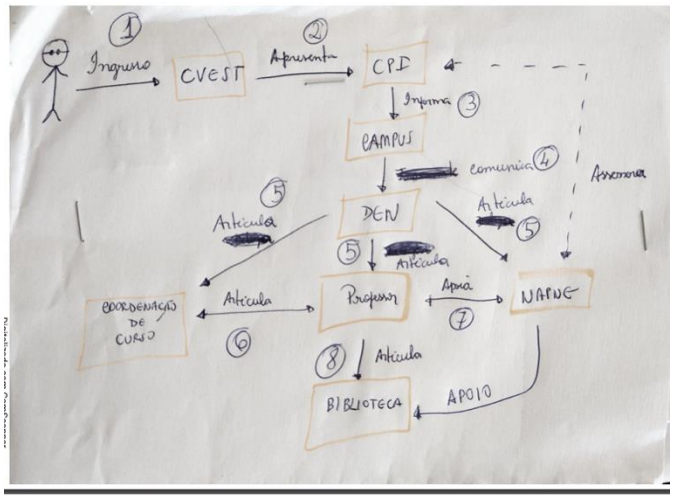
Fonte: Acervo da Autora.

Figura 22 – Registro da Concepção do PE 04.



Fonte: Acervo da Autora.

Figura 23 - Registro da Concepção do PE 03.



Fonte: Acervo da Autora.

Para materializar os registros de concepção do PE e do seu conteúdo em formato de um Guia digital em formato PDF o seu desenvolvimento contou com a participação de duas discentes do curso Técnico em Computação Gráfica do IFPE – *Campus* Olinda. A decisão sobre a incorporação dessas estudantes deu-se pelo fato de que o curso ofertado pelo *Campus* é compatível com os processos de desenvolvimento criativo que PE necessita para sua diagramação e oportuniza a troca de experiência, bem como, adiciona elementos no PE que possa potencializar o seu objetivo em relação ao público-alvo.

Cabe destacar que o processo de desenvolvimento ocorreu em 6 (seis) reuniões semanais, sistemáticas e interativas com vistas a refinar a compreensão e o entendimento dos registros previamente concebidos e as possibilidades de adequação estética e de diagramação viável a ser considerada no PE até alcançar uma versão a ser apresentada e avaliada por especialistas.

As Figuras 24, 25 e 26 apresentam algumas das páginas do Guia. A Figura 24 refere-se a capa do Guia com a composição da sua identidade visual que foi concebida após avaliar diferentes símbolos utilizados pelo IFPE voltados as ações do NAPNE ao longo do tempo. As Figuras 25 e 26 materializam as discussões e o registros dos primeiros rascunhos relacionados ao PE que foram apresentadas pelas Figuras 21, 22 e 23.

Figura 24 – Exemplo da Versão para Avaliação do PE 01.

Fonte: A Autora.

Figura 25 - Exemplo da Versão para Avaliação do PE 02.

Fonte: A Autora.

Figura 26 - Exemplo da Versão para Avaliação do PE 03

Fonte: A Autora.

Essa versão de avaliação representada pelas Figuras 24, 25 e 26 compuseram a versão mínima viável para a submissão da avaliação dos

especialistas. Vale ressaltar que a versão enviada para avaliação foi “etiquetada” em todas as páginas do PE com a informação: ***“Versão exclusiva para avaliação, proibida a reprodução ou divulgação parcial ou total***”, ratificando que essa versão entregue é exclusivamente para fins avaliativos.

6.4 AVALIAÇÃO

Uma vez finalizada a versão viável do Produto Educacional, foi planejada a etapa de avaliação com a constituição do instrumento de avaliação em formato de um formulário com critérios avaliativos. A avaliação é essencial na gestão de uma instituição por exercer a função de procedimento regulador do processo, pois os resultados promovem diálogo e discussão sobre a temática e a indicação de ajustes necessários para a sua melhoria.

Conforme Filatro (2015) a etapa de avaliação compreende considerações sobre a eficácia do que foi proposto e a análise das estratégias pedagógicas e tecnológicas aplicadas, permitindo alcançar os objetivos, corrigir falhas e ressignificar os papéis da equipe executora do projeto. A autora afirma ser de suma importância nessa etapa, definir o instrumento e indicadores que servirão como parâmetro da avaliação.

6.4.1 CONTEXTO

O produto educacional será avaliado no contexto do Instituto Federal de Pernambuco com a participação de servidores de diferentes *Campi* e que de algum modo possuam relação direta ou indireta com a temática desenvolvida no PE. Desse modo, o contexto avaliativo objeta alcançar diferentes percepções da realidade vivida pelos diferentes representantes do processo de inclusão para o desenvolvimento de uma avaliação multidisciplinar.

6.4.2 SELECÃO DOS ESPECIALISTAS

Mediante o caráter multidisciplinar das recomendações constantes no Guia e o envolvimento de vários órgãos responsáveis para a sua aplicabilidade, fez-se necessário um processo avaliativo com especialistas. Nesse contexto, uma equipe multidisciplinar com o intuito de sintetizar as diferentes percepções

desses profissionais no processo de inclusão, resultou na seleção de representantes da CPI, do NAPNE, dos Professores e dos Bibliotecários.

Os especialistas foram selecionados em virtude de exercerem atividades diretamente ou indiretamente ligadas à inclusão. Além disso, optou-se por profissionais de *Campi* diferentes para se obter avaliações diversificados, tendo em vista que o contexto socioeducativo difere entre os *Campi* do IFPE.

O Quadro 10 apresenta o perfil dos especialistas participantes nesse processo que estão agrupados por categoria. Eles são servidores do IFPE lotados em diferentes *Campi* da instituição com tempos de atuação distinto na EPT.

Quadro 10 - - Resumo da Descrição do Currículo Lattes dos Avaliadores.

Categoria	Descrição	Tempo de Atuação na EPT
 Bibliotecário	Avaliador – Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação. Especialização em Biblioteconomia. Possui experiência na área de Biblioteconomia e Documentação, Arquivologia e Memória.	7 anos
	Avaliador – Graduação em Biblioteconomia. Especialização em Gestão da Informação. Cursa mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia.	6 anos
	Avaliador – Graduação em Biblioteconomia. Graduação em andamento em Produção Multimídia. Especialização em Metodologia do Ensino Superior e EAD. Mestrado em Políticas Públicas.	4 anos
	Avaliador – Graduação em Biblioteconomia. Especialização em Gestão da Informação em Arquivos. Mestre em Mestrado Profissional Educação e Multidisciplinar. Possui experiência em Tecnologia da Informação, Comportamento informacional, Bibliotecas Virtuais, Tecnologias na Educação.	7 anos
 CPI	Avaliador – Graduação em Pedagogia. Especialização em Educação, Pobreza e desigualdade Social. Especialização em Libras e Braille. Possui experiência na área de Educação de Pessoas com Deficiência com ênfase no processo de inclusão das pessoas cegas e/ou com baixa visão.	4 anos
	Avaliador – Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física. Especialização em Educação Física Escolar. Mestrado em andamento em Educação Profissional e Tecnológica. Formador e consultor da área de Audiodescrição e Tiflologia. Possui experiência na temática da pessoa com Deficiência com ênfase a deficiência visual, discutindo a respeito da Educação, profissionalização, e a equiparação de oportunidade através da inclusão e acessibilidade.	4 anos
	Avaliador – Graduação em Pedagogia. Mestrado em andamento em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Possui experiência em Educação de Jovens e Adultos, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial.	5 anos

NAPNE	Avaliador – Graduação em Letras, com habilitação em Licenciatura em Língua Portuguesa, Inglesa e suas Literaturas. Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Inglesa. Especialização em Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica. Mestrado em andamento em Linguística. Possui experiência na área de Educação, como docente de Língua Portuguesa e Inglesa, como assistente de Coordenação Pedagógica, como Gestor Educacional.	6 anos
Docente	Avaliador – Graduação em Direito e especialista em Direito Público. Possui experiência em introdução aos fundamentos do Direito, Contratos e Licitações.	4 anos
	Avaliador – Graduação em Engenharia Ambiental. Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho. Possui experiência na área de Engenharia de Segurança do trabalho e Educação, com ênfase em Tecnologia Educacional.	3 anos
	Avaliador – Graduação em Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho. Especialização em Gestão Pública. Possui experiência na área de Defesa, com ênfase em prevenção e combate ao incêndio.	5 anos

Fonte: A Autora.

6.4.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - CAPES (2020) a etapa de validação pode ser realizada por grupos focais, especialistas, juízes ou por pesquisa de opinião e deve estar relacionada diretamente ao referencial teórico-metodológico escolhido para o processo de análise. A CAPES (2020), afirma que a validação do produto versa em identificar evidências que permitam avaliar a adequação da utilização do produto e a interpretação da sua aplicabilidade, a partir de critérios estabelecidos.

A avaliação deste PE, por especialistas, consistiu em dois momentos. No primeiro momento, uma versão do PE em formato digital foi enviada simultaneamente aos especialistas via *e-mail*. Cada avaliador teve 05 (cinco) dias para ler o conteúdo do PE. Vale ressaltar que a versão enviada aos especialistas foi “etiquetada” em todo o PE com a informação: “Versão exclusiva para avaliação, proibida a reprodução ou divulgação parcial ou total”.

Após o fim do prazo limite para leitura do PE pelos especialistas, o segundo momento consistiu em realizar a avaliação em até 05 (cinco) dias. Os critérios de avaliação seguem as recomendações contidas em Filatro e Cairo (2015). Elas são: **Tecnocientífica**, **Pedagógica**, **Comunicacional**, **Tecnológica** e **Organizacional**.

O Quadro 11 apresenta a descrição de cada dimensão do PE que é avaliada, bem como, a quantidade de critérios por dimensão.

Quadro 11 – Descrição das Dimensões Avaliadas no Produto Educacional.

Dimensão	Descrição	Quantidade de Critérios
Tecnocientífica	Esta dimensão busca avaliar os aspectos quanto a precisão, atualização, validade, confiabilidade e representatividade do produto educacional, além de refletir o levantamento bibliográfico que subsidia o seu conteúdo.	**5**
Pedagógica	Esta dimensão objetiva fornecer o suporte à compreensão ao produto educacional avaliando a qualidade pedagógica do seu conteúdo no sentido de garantir a coesão, a integração e os direcionamentos centrados ao atendimento do seu público-alvo.	**5**
Comunicacional	Esta dimensão concentra-se na aplicabilidade da linguagem textual e do uso de diferentes mídias como suporte dialógico para facilitar a compreensão e fornecer atratividade do produto educacional ao seu público-alvo.	**5**
Tecnológica	Esta dimensão centraliza-se no uso de serviços acessíveis e duráveis para facilitar a distribuição e a reprodução do conteúdo digital em diferentes ambientes, além da aplicabilidade dos seus conteúdos como produto educacional.	**5**
Organizacional	Esta dimensão envolve a maneira como os recursos humanos e materiais são utilizados para obter soluções efetivas, além de buscar o alinhamento do produto educacional com à política e à cultura organizacional da instituição.	**5**

Fonte: A Autora.

Cada dimensão é composta por 5 critérios com pesos pré-estabelecidos. Os critérios foram concebidos baseado em sua descrição e seguindo as recomendações de Filatro e Cairo (2015) e enquadradas a realidade propositiva do PE. A formulação de cada critério por dimensão foi realizada objetivando a adequação conceitual da dimensão aliada ao propósito do Produto Educacional.

A Figura 27 apresenta um recorte exemplo dos critérios de uma das dimensões avaliadas. O APÊNDICE K – vide págs. 190 a 192 – contém o detalhamento de cada critério por dimensão.

Figura 27 - Recorte Exemplo dos Critérios de uma das Dimensões Avaliadas.

APÊNDICE K – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

DIMENSÃO TECNOCIENTÍFICA – Esta dimensão busca avaliar os aspectos quanto a precisão, atualização, validade, confiabilidade e representatividade do produto educacional, além de refletir o levantamento bibliográfico que subsidia o seu conteúdo.

CRITÉRIO		Peso	N/A	0	1	2	3	4
01	O Guia baseia-se em bibliografias ou com relatos de experiências, além de refletir os diferentes pontos ao suporte ao atendimento a estudantes deficientes visuais no âmbito da EPT.	3						

1 2 3

Fonte: A Autora.

A **Indicação 1** refere-se à descrição de um critério que foi conforme descrito, especificado dentro das orientações de Filatro e Cairo (2015) em conformidade com o objetivo do PE.

A **Indicação 2** teve como objetivo atribuir a cada critério um “Peso” com a variação de “1” a “3”. A atribuição do “Peso” a cada critério considerou o grau de relevância que cada critério possui em relação ao PE. O “Peso 1” tem um grau de relevância menor e o “Peso 3” possui o maior grau de relevância.

A **Indicação 3** especifica como o critério poderá ser pontuado por cada avaliador. Cada critério poderá ser pontuado com valores que se iniciam em “**N/A”** – (quando o critério não se aplica) até o valor **“4”** (valor máximo). Além disso, ao final de cada dimensão avaliada foi disponibilizado um campo em branco para que cada avaliador possa registrar suas percepções de melhoria e de ajustes sobre o produto que julgue necessária.

O formulário e seu conteúdo destinado aos avaliadores encontra-se disponível no APÊNDICE L – vide págs. 193 a 196. Nesse instrumento, os especialistas não possuem a visão dos pesos dos critérios para não enviesar a

sua avaliação. Para o processo avaliativo, esse instrumento foi formatado no *Google Forms* e enviado eletronicamente aos avaliadores.

6.4.4 RESULTADOS

O cômputo dos resultados dos especialistas emergiu em função da aplicação do formulário contido no APÊNDICE L – págs. 193 a 196. Para tanto, a análise considerou a quantidade de 11 especialistas participantes. Inicialmente, foi realizada a totalização da quantidade de participantes que marcaram o grau de ocorrência por critério avaliado em cada dimensão.

O propósito do cálculo da nota máxima do critério tem como finalidade situar uma base para averiguação do valor atingido no critério avaliado em relação ao seu valor máximo.

Considere que:

- Grau de Ocorrência **(GO)**
- Número de Especialistas Respondentes **(NER)**
- Peso do Critério **(PC)**

A nota máxima de um critério é dada por:

- NOTA **MÁXIMA** DO ITEM = 4 * **(PC)** * **(NER)**
- NOTA **CALCULADA** DO ITEM:

$$NC = \sum (PC * NER_1^{11} * GO_1^4)$$

Dimensão Tecnocientífica

A Tabela 01 apresenta os resultados da Dimensão Tecnocientífica coletados pelos especialistas. Em particular os Critérios **02** e **05** quando calculados obtiveram a nota máxima do critério avaliado e o Critério **01** obteve um resultado próximo da nota máxima.

É possível verificar que os critérios avaliados obtiveram um resultado satisfatório tendo em vista a proximidade ao valor máximo dos critérios, sinalizando uma conformidade da dimensão avaliada em relação ao Produto Educacional.

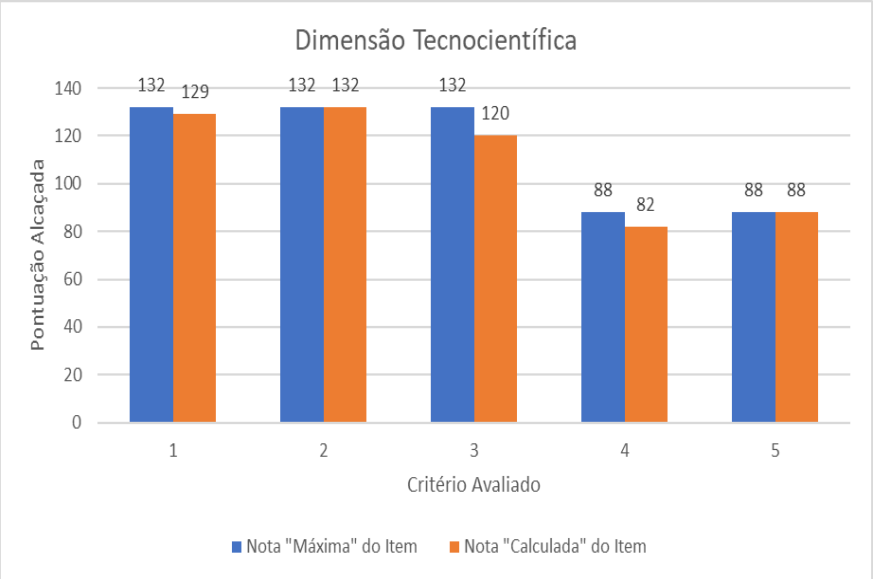
Tabela 1 – Resultados dos Critérios Avaliados pelos Especialistas – Dimensão Tecnocientífica.

DIMENSÃO TECNOCIENTÍFICA – Esta dimensão busca avaliar os aspectos quanto a precisão, atualização, validade, confiabilidade e representatividade do produto educacional, além de refletir o levantamento bibliográfico que subsidia o seu conteúdo.									Nota Máxima do Item	Nota Calculada do Item	%
CRITÉRIO		Peso	N/A	0	1	2	3	4			
01	O Guia baseia-se em bibliografias ou com relatos de experiências, além de refletir os diferentes pontos ao suporte ao atendimento a estudantes com deficiência visual no âmbito da EPT.	3					1	10	132	129	97,73%
02	O Guia fundamenta-se na legislação brasileira vigente e é pertinente acerca da temática abordada.	3						11	132	132	100,00%
03	As recomendações apresentadas guiam a instituição na direção do fortalecimento e na concepção de um currículo inclusivo com direcionamentos específicos aos estudantes com deficiência visual na EPT.	3	1					10	132	120	90,91%
04	Você percebe que as recomendações apresentadas podem ser replicadas ou servir como diretrizes em diferentes Institutos Federais.	2					3	8	88	82	93,18%
05	A temática e as propostas recomendadas são relevantes e contribuem positivamente para a EPT.	2						11	88	88	100,00%

Fonte: A Autora.

O Gráfico 3 representa a pontuação alcançada com o intuito de ilustrar em outro formato a comparação de valores em cada critério avaliado.

Gráfico 3 – Resultados dos Critérios Avaliados pelos Especialistas – Dimensão Tecnocientífica.



Fonte: A Autora.

Desse modo, averiguou-se que o Produto Educacional atendeu de maneira positiva os critérios de confiabilidade em relação a bibliografia e legislação vigente sobre a temática e que as recomendações propostas no Guia contribuem para a EPT.

Dimensão Pedagógica

A Tabela 02 apresenta as notas indicadas pelos especialistas em relação a Dimensão Pedagógica. Destaca-se que os Critérios **02** e **05** foram avaliados com notas bem próximas as máximas. Pode-se observar ainda que essa dimensão obteve uma avaliação satisfatória indicando que o conteúdo apresentado pelo Produto Educacional possui qualidade pedagógica para o público-alvo.

Tabela 2 – Resultados dos Critérios Avaliados pelos Especialistas – Dimensão Pedagógica.

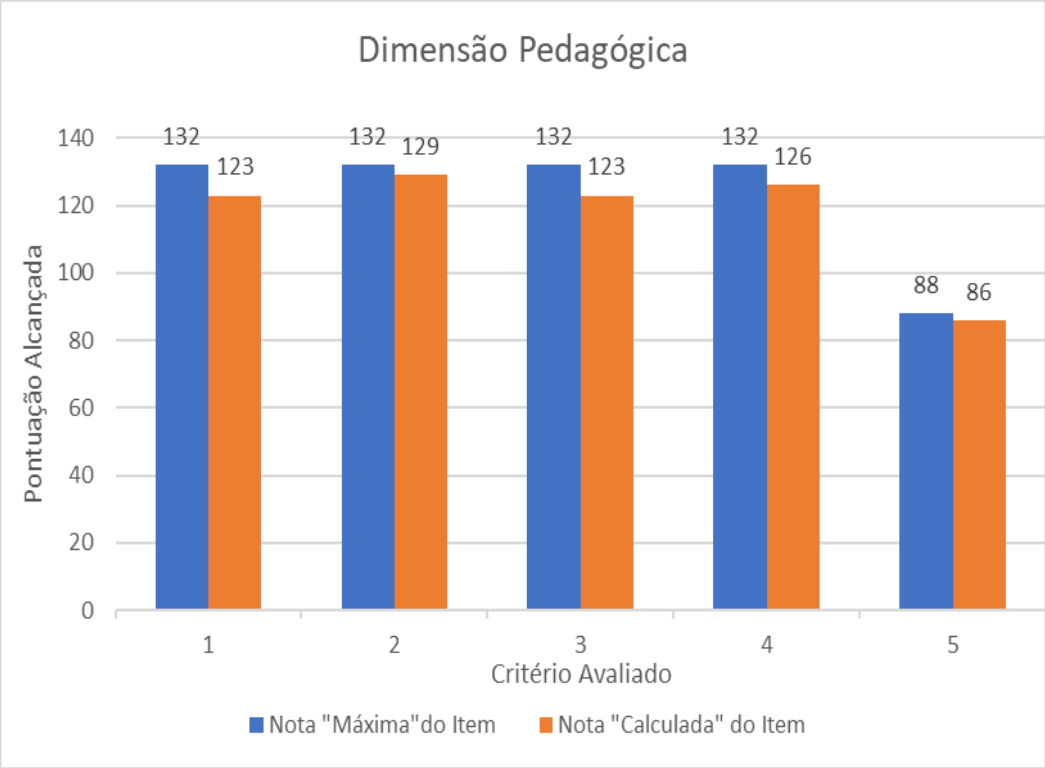
DIMENSÃO PEDAGÓGICA – Esta dimensão objetiva fornecer o suporte à compreensão ao produto educacional avaliando a qualidade pedagógica do seu conteúdo no sentido de garantir a coesão, a integração e os direcionamentos centrados ao atendimento do seu público-alvo.									**Nota Máxima do Item**	**Nota Calculada do Item**	**%**
CRITÉRIO		Peso	N/A	0	1	2	3	4			
01	O conteúdo do Guia esclarece o contexto associado ao suporte inclusivo da Instituição e suas respectivas bibliotecas aos estudantes com deficiência visual e possui potencial de aplicabilidade no IFPE.	3				1	1	9	132	123	**93,18%**
02	O conteúdo do Guia e suas propostas de recomendações constituem-se em um potencial instrumento institucional para o planejamento pedagógico abrangente.	3					1	10	132	129	**97,73%**
03	As recomendações apresentadas incentivam o público-alvo à crítica, à reflexão e ao aprofundamento da temática abordada.	3					3	8	132	123	**93,18%**
04	As recomendações do Guia apresentam-se em conformidade com o contexto socioeducativo dos estudantes com deficiência visual no IFPE.	3					2	9	132	126	**95,45%**
05	O conteúdo do Guia mostra-se alinhado a outros elementos da Instituição produzindo uma aprendizagem sobre o tema ao seu público-alvo.	2					1	10	88	86	**97,73%**

Fonte: A Autora.

No Gráfico 4 pode-se ainda verificar por meio dos valores elencados nas colunas a comparação entre a nota máxima estabelecida para os 05 (cinco)

critérios da Dimensão Pedagógica e as notas calculadas de acordo com a avaliação dos especialistas, retratando os dados da Tabela 02.

Gráfico 4 – Resultados dos Critérios Avaliados pelos Especialistas – Dimensão Pedagógica.



Fonte: A Autora.

Dessa forma, percebe-se que o Produto Educacional apresenta recomendações que seguem uma estrutura lógica que facilita a compreensão da temática e se constitui em um potencial instrumento institucional para o planejamento pedagógico inclusivo da Instituição.

Dimensão Comunicacional

A Tabela 03 demostra os dados coletados em relação a avaliação da Dimensão Comunicacional do Produto Educacional. Os Critérios **02** e **05** foram pontuados com nota máxima e o Critério **01** obteve pontuação próxima da máxima.

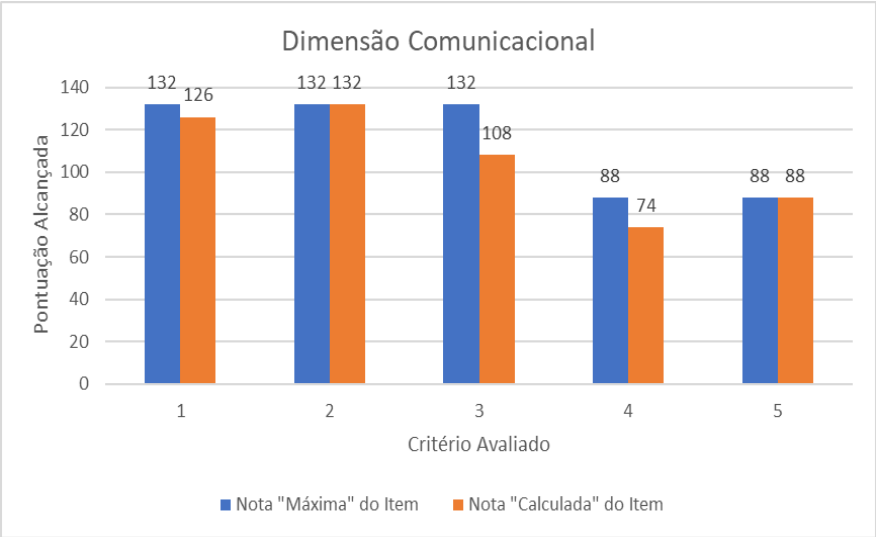
Tabela 3 – Resultados dos Critérios Avaliados pelos Especialistas – Dimensão Comunicacional.

DIMENSÃO COMUNICACIONAL – Esta dimensão concentra-se na aplicabilidade da linguagem textual e do uso de diferentes mídias como suporte dialógico para facilitar a compreensão e fornecer atratividade do produto educacional ao seu público-alvo.									Nota Máxima do Item	Nota Calculada do Item	%
CRITÉRIO		Peso	N/A	0	1	2	3	4			
01	A linguagem do Guia apresenta-se de forma interativa, estabelecendo um diálogo didático com o seu público-alvo.	3					2	9	132	126	**95,45%**
02	As recomendações do Guia estão concisas e coerentes, e seguem uma estrutura lógica, com secções concatenadas que facilitam a compreensão do público-alvo.	3						11	132	132	**100,00%**
03	Os formatos utilizados para ilustração enriquecem o Guia e representam com clareza o que é discutido ao longo do texto.	3	1			2		8	132	108	**81,82%**
04	Especificamente sobre as imagens contidas no Guia, elas mostram-se atrativas, dialogam com o texto e estimulam a criticidade e reflexão, ampliando as possibilidades de compreensão e da aplicabilidade do conteúdo apresentado no Guia.	2	1				3	7	88	74	**84,09%**
05	A apresentação e introdução sumariza de maneira adequada e facilita a compreensão das recomendações apresentadas no Guia para seu público-alvo.	2						11	88	88	**100,00%**

Fonte: A Autora.

O Gráfico 5 demostra as notas indicadas pelos avaliadores em cada critério desta Dimensão, conforme os dados contidos na Tabela 03.

Gráfico 5 – Resultados dos Critérios Avaliados pelos Especialistas – Dimensão Comunicacional.



Fonte: A Autora.

É possível verificar, após a análise dos dados, que os avaliadores consideram que a linguagem do Produto Educacional é didática e que as recomendações seguem uma sequência lógica que facilita a compreensão da temática bibliotecas inclusivas para pessoas com deficiência visual.

Dimensão Tecnológica

A Dimensão Tecnológica que se concentra na facilidade de distribuição e reprodução do Produto Educacional obteve – vide Tabela 04 – nota máxima nos Critérios **01, 02, 03** e **05**, além disso, o Critério **04** foi avaliado com nota satisfatória.

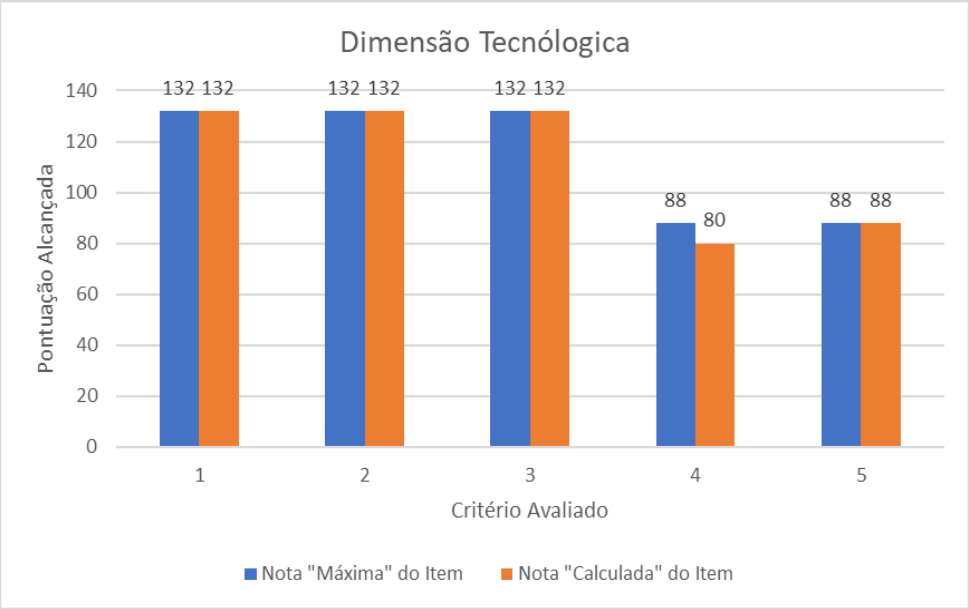
Tabela 4– Resultados dos Critérios Avaliados pelos Especialistas – Dimensão Tecnológica.

DIMENSÃO TECNOLÓGICA – Esta dimensão centraliza-se no uso de serviços acessíveis e duráveis para facilitar a distribuição e a reprodução do conteúdo digital em diferentes ambientes, além da aplicabilidade dos seus conteúdos como produto educacional.									**Nota Máxima do Item**	**Nota Calculada do Item**	**%**
CRITÉRIO		Peso	N/A	0	1	2	3	4			
01	O formato do Guia apresenta-se compatível com especificações universais – para o Guia em formato em PDF – que facilita o acesso em diferentes ambientes, a sua aplicabilidade e a sua reprodução no IFPE.	3						11	132	132	**100,00%**
02	A disponibilidade do Guia em meio digital e impresso facilita sua discussão e avaliação entre os diversos responsáveis pela inclusão no IFPE	3						11	132	132	**100,00%**
03	A estética adotada em relação aos elementos de diagramação e a disposição das imagens, tabelas e quadros encontram-se compatibilizados e dialogáveis durante todo o Guia.	3						11	132	132	**100,00%**
04	Os símbolos que compõem as imagens do Guia permitem uma navegação interativa e proporcionam ao público-alvo interatividade com conteúdo.	2	1					10	88	80	**90,91%**
05	O Guia, como um instrumento pedagógico, facilita o acesso e a disponibilização do material nos Institutos Federais, contribuindo para uma distribuição ampla e reflexão institucional sobre a temática e estimula a conhecer o conteúdo do Guia.	2						11	88	88	**100,00%**

Fonte: A Autora.

O Gráfico 6 demostra as notas indicadas pelos avaliadores de acordo com a Tabela 04.

Gráfico 6 – Resultados dos Critérios Avaliados pelos Especialistas – Dimensão Tecnológica.



Fonte: A Autora.

Os dados obtidos com a avaliação dos especialistas demostram que o Produto Educacional disponibilizado em formato PDF e em forma digital facilita seu acesso e distribuição como instrumento pedagógico nas Institutos Federais, como também, estimula a sua discussão e avaliação entre os diversos responsáveis pela inclusão.

Dimensão Organizacional

A Dimensão Organizacional apresentou o Critério **02** com nota máxima e os Critérios **03, 04** e **05** avaliados com notas próximas do máximo, o que apresenta um resultado satisfatório, uma vez que, os resultados apontados pelos especialistas resultaram em valores que indicam que a dimensão foi atendida na avaliação.

Tabela 5 – Resultados dos Critérios Avaliados pelos Especialistas – Dimensão Organizacional.

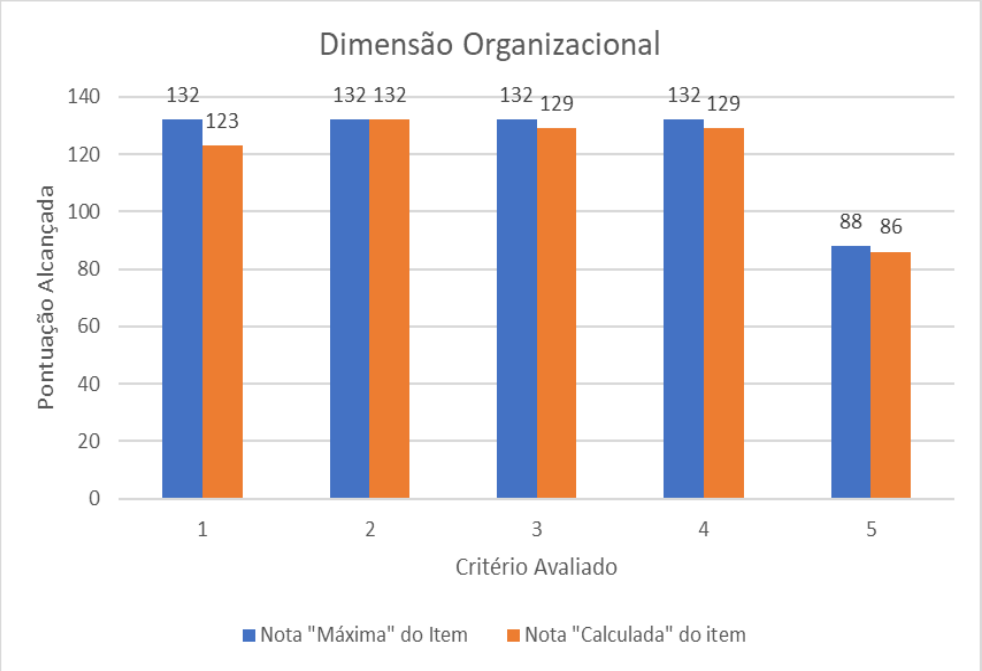
DIMENSÃO ORGANIZACIONAL – Esta dimensão envolve a maneira como os recursos humanos e materiais são utilizados objetivando o alcance de soluções efetivas institucionalmente, além de buscar o alinhamento do produto educacional com à política e à cultura organizacional da instituição.									**Nota Máxima do Item**	**Nota Calculada do Item**	**%**
CRITÉRIO		Peso	N/A	0	1	2	3	4			
01	Os atores e os órgãos presentes no Guia possuem os atributos organizacionais compatíveis que podem viabilizar as recomendações	3			1			10	132	123	**93,18%**

	descritas ao suporte no âmbito da Instituição.										
02	O conteúdo do Guia transmite e esclarece informações pertinentes ao seu público-alvo sobre a necessidade do atendimento inclusivo das Bibliotecas aos estudantes com deficiência visual.	3						11	132	132	**100,00%**
03	O Guia contribui para que os responsáveis associados à inclusão na EPT compreendam e tenham direcionamentos quanto ao estabelecimento de ações em sintonia com o planejamento organizacional da Instituição	3					1	10	132	129	**97,73%**
04	O conteúdo presente no Guia mostra-se alinhado aos elementos do processo educativo da EPT especialmente, ao ensino, pesquisa e extensão. Tornando-se um instrumento direcionador para o IFPE.	3					1	10	132	129	**97,73%**
05	Os conteúdos, recursos humanos e materiais podem ser replicados parcialmente ou na íntegra em outros contextos da EPT. Podendo, também, ser revisados por outros pesquisadores da área de conhecimento e atualizados com a incorporação de novos componentes.	2					1	10	88	86	**97,73%**

Fonte: A Autora.

No Gráfico 7 pode-se observar as notas máximas estabelecidas nos critérios de avaliação e as notas obtidas, de acordo com os dados da Tabela 05.

Gráfico 7 – Resultados dos Critérios Avaliados pelos Especialistas – Dimensão Organizacional.



Fonte: A Autora.

Os resultados obtidos com a avalição da Dimensão Organizacional indicam que os especialistas consideram que o Produto Educacional encontra-se alinhando com a cultura organizacional do IFPE tornando-o aplicável no contexto institucional direcionado ao alcance de soluções efetivas para este público.

Por fim, com os resultados obtidos na avaliação do Produto Educacional percebe-se que existem regularidades nas notas indicadas pelos especialistas selecionados, tendo em vista que as 05 (cinco) dimensões foram pontuadas com notas próximas das notas máximas estabelecidas pelos critérios de avaliação. Isso denota que o PE possui um potencial relevante a sua implementação nas atividades da EPT direcionadas ao seu propósito, mesmo considerando que se trata de uma primeira versão e que o Guia precisa ser utilizado e explorado para que haja uma avaliação entre a teoria proposta e a prática vivenciada.

6.4.5 INDICATIVOS DE AJUSTES DOS ESPECIALISTAS

No formulário de avaliação foi disponibilizado aos especialistas a possibilidade de registrarem sugestões para melhoria do Produto Educacional. Com a finalização da avaliação verificou-se que as adequações eram relativas a semântica e acréscimos de informações para que o texto se adeque da melhor forma possível a realidade dos *Campi*. O Quadro 12 relaciona os indicativos, a descrição e a situação de aceitabilidade ou não aceitabilidade no processo de ajuste.

Quadro 12 – Indicativos de Melhoria Sugeridos pelos Avaliadores.

Indicativo	Descrição	Situação
1	Indicar que há necessidade de aumentar o quantitativo de profissionais especializados para que a Instituição possa atender de forma inclusiva.	**Indicativo não contemplado**, visto que esse indicativo não foi observado na etapa exploratória e trata-se de uma ação de planejamento institucional.
2	Ao invés de “17 Campi” descrever como 16 Campi e EAD.	**Indicativo contemplado** no Guia.
3	Substituir a palavra coordenadores por coordenação, pois há coordenadoras.	**Indicativo não contemplado**, considerando que o texto do Guia utiliza palavras neutras que atendem ao gênero feminino e masculino.
4	Na página 15, no item 4.1, incluir na recomendação a necessidade de que ao ser notada a ausência de procedimentos, normas e diretrizes, que a Instituição disponibilize profissionais para realizar a elaboração desses documentos.	**Indicativo não contemplado**, visto que foge do escopo do trabalho e o Guia sugere que todos os envolvidos no processo de inclusão participem.

5	Na página 19 no texto “ingresso do estudante com deficiência visual, após sua aprovação no processo seletivo do IFPE, realizado pela Comissão de Vestibular do IFPE – CVEST" acrescentar “e eventuais comissões criadas pelos campi para realizarem processos simplificados”.	**Indicativo não contemplado** tendo em vista que a CVEST é um órgão que administra os processos de seleção no IFPE.
6	Na página 19 sugestionar que o encaminhamento da relação dos estudantes seja feito pelas coordenações de registro acadêmico, logo após a matrícula, tendo em vista que após a aprovação, o que efetiva a entrada do estudante é a matrícula.	**Indicativo não contemplado**, pois o Guia sugere que previamente a Instituição, independente da matrícula ou não de estudantes com deficiência, realizem mapeamento desses estudantes com o intuído de contribuir para políticas de ingresso, permanência e êxito.
7	Na página 20, Indicação 3, seria importante indicar a participação dos NAPNE dos Campi no processo de articulação com a DG e a CPI.	**Indicativo não contemplado** visto que processualmente a recomendação indica o NAPNE na sequência do texto e na Indicação 4.
8	Na página 21, Indicação 6 e figura 6, incluir o NAPNE neste processo de articulação da coordenação de curso com o professor.	**Indicativo não contemplado** visto que processualmente a recomendação indica o NAPNE na sequência do texto e na Indicação 7.
9	Na página 21, no parágrafo que "Para tanto, em cada Campi, é fundamental, existir ciência sobre quais conteúdo ...” recomendar que exista articulação com os estudantes para identificar quais as ferramentas inclusivas devem ser disponibilizadas.	**Indicativo contemplado.** Incluir no texto “...conteúdos, averiguando a compatibilidade com suas demandas”.
10	Na página 23, a sugestão de "um colega poderia ser ledor para o estudante" estender ao acesso à biblioteca.	**Indicativo não contemplado** visto que se trata de um exemplo para alguns momentos do contexto da sala de aula e que essa indicação é melhor sugerida com a ajuda dos profissionais do NAPNE e CPI.
11	Substituir o termo disciplina por componente curricular.	**Indicativo contemplado**. Texto ajustado no Guia, acrescentada “disciplina ou componente curricular”.
12	Na figura 5 e 10 inserir a DAE e o setor de pedagogia.	**Indicativo não contemplado** visto que esses setores em específico não fazem parte dos resultados da fase exploratória da pesquisa. Contudo, seria interessante a Instituição inclui-los.
13	Inserir legenda com descrição de imagem ou audiodescrição nas figuras para que pessoas com deficiência visual possam compreendê-las.	**Indicativo contemplado** para ser atendido na versão final do Produto Educacional, tendo em vista os prazos para a defesa da dissertação e avaliação da banca examinadora.
14	Alterar a abreviatura CPI para COPI, pois é a nomenclatura que a coordenação de políticas inclusivas da Reitoria utiliza.	**Indicativo não contemplado**, pois alguns documentos oficiais e o portal do IFPE utiliza a abreviatura CPI para essa coordenação da Reitoria. COPI ainda é utilizado em alguns e-mails dos NAPNE, tendo em vista que antes da implementação do NAPNE nos Campi existiam coordenação de políticas inclusiva, como observado no Quadro 4 do Guia.
15	Caso sejam inseridas legendas ou audiodescrição para as figuras, definir e verificar com pessoas com deficiência.	**Indicativo contemplado junto ao Indicativo 13**, na versão final do Produto Educacional, tendo em vista os prazos para a defesa da dissertação.

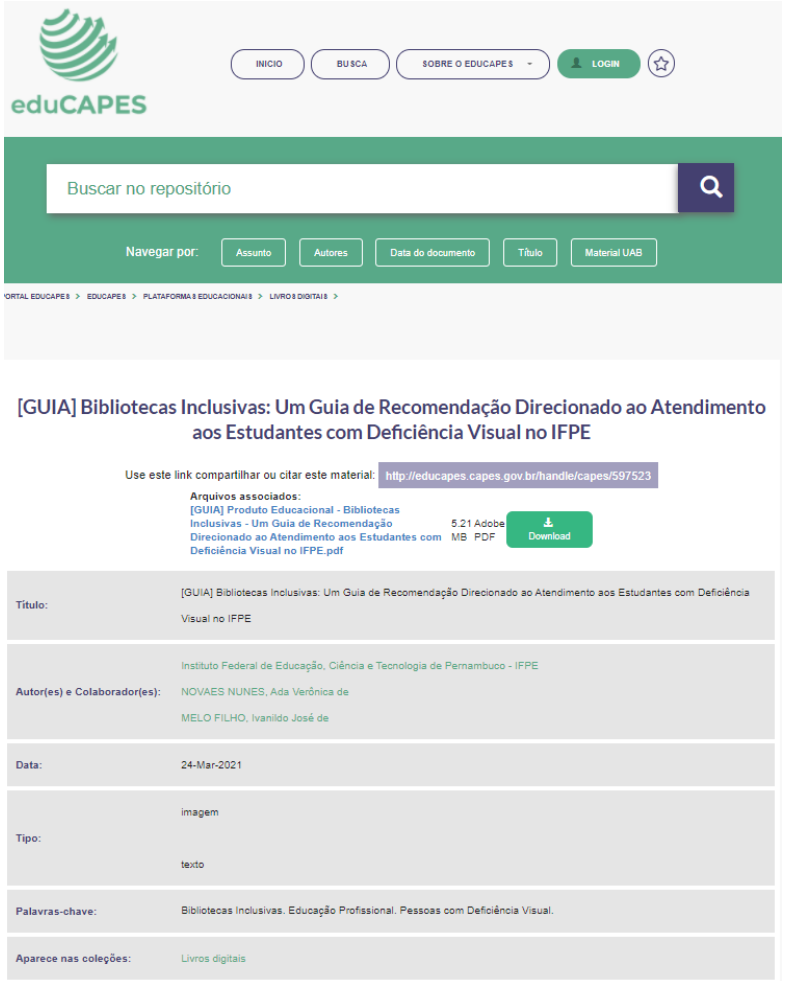
Fonte: A Autora.

As sugestões com situação de aceitabilidade foram ajustadas no Produto Educacional. Com a finalização das correções foi elaborada a versão final para a banca avaliadora da dissertação.

6.4.6 VERSÃO FINAL DO PRODUTO EDUCACIONAL

Os indicativos sugeridos pelos especialistas e aceitos para ajuste foram adequados na versão final do PE. A Figura 28 apresenta o registro no repositório eduCAPES.

Figura 28 - Registro do Produto Educacional no Repositório EDUCAPES.



Fonte: A Autora.

Esse registro, bem como o acesso ao PE é livre e pode ser acessado e baixado gratuitamente por meio do seguinte endereço eletrônico:<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/597523>. Além disso, a versão final do PE também se encontra disponível nesta dissertação e pode ser encontrada no Anexo E.

Capítulo 7

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta as considerações finais desta pesquisa, dispostas em quatro tópicos. No primeiro tópico é apresentada a introdução. Ela resgata os aspectos norteadores como o problema de pesquisa e sua questão direcionadora, os objetivos gerais e específicos e o seu cumprimento durante esta jornada. No segundo tópico são evidenciadas as dificuldades de limitações enfrentadas no decorrer da pesquisa. No terceiro tópico são apresentadas as contribuições do trabalho. Por fim, no quarto tópico são sinalizados os possíveis trabalhos futuros que podem ser desenvolvidos a partir dos resultados apresentados.

7.1 INTRODUÇÃO

A biblioteca é um espaço que contribui para a permeância e o êxito dos estudantes dos cursos técnicos da EPT. Permite o fomento da leitura e a formação de atividades de ensino, pesquisa e extensão; como também se constitui como uma ferramenta que forma o indivíduo em sua integralidade e estimula a criatividade, interatividade e a comunicação.

Com o intuito de contribuir para as políticas públicas de inclusão na Educação Profissional e Tecnológica o objetivo geral desta pesquisa foi averiguar a contribuição de um produto educacional em formato de Guia Recomendativo para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com

deficiência visual no âmbito do IFPE.

Considerando que a questão de pesquisa que norteou este trabalho foi se: a definição de estratégias inclusivas para as bibliotecas do IFPE promove um entendimento abrangente a comunidade acadêmica sobre as ações pedagógicas para o suporte aos estudantes com deficiência visual?

Com a Etapa Exploratória, em que se realizou a aplicação de questionários abertos e entrevistas aos participantes da pesquisa (CPI, NAPNE, bibliotecas, professores e estudantes), foi possível responder ao objetivo geral de forma positiva e averiguar a importância de se estabelecer procedimentos e diretrizes, tendo em vista que todos os participantes sinalizaram ser favoráveis a elaboração de um instrumento recomendativo. Foi evidenciado também, que a disponibilidade de um documento sistematizado pode incentivar práticas inclusivas em toda a Instituição. Além disso, evitar que um estudante com deficiência visual se sinta autônomo em um *Campi* e em outro não, por não haver um atendimento padronizado com práticas convergentes.

Em relação ao primeiro objetivo específico que teve como finalidade averiguar a possibilidade de diagnosticar quais são as barreiras institucionais e dificuldades vivenciadas pelos estudantes com deficiência visual. Destaca-se que principalmente as bibliotecas dos *Campi* com sede provisória não se encontram adaptados em consonância com as normativas de acessibilidade da NBR 9050:2015, como sinalização e piso tátil e disposição do mobiliário de maneira adequada para a locomoção. Isso justifica-se por serem em sua maioria prédios locados e que não podem ser restruturados pelo IFPE.

Importante destacar que com a leitura dos documentos norteadores e diálogo com os participantes da pesquisa, nota-se que existem ações para minimizar as barreiras, inclusive junto ao setor do Departamento de Obras e Projetos da Reitoria, que atualmente projetam os *Campi* em sede definitiva seguindo a NBR 9050:2015 e demais diretrizes sobre acessibilidade e inclusão.

O segundo objetivo específico buscou investigar as práticas de consumo dos estudantes com deficiência visual ao usufruírem os serviços educacionais das bibliotecas, no âmbito do IFPE. Foi observado que eles utilizam dispositivos simples ou com limitações as suas reais necessidades, como lupas, Soroban e essencialmente o celular pessoal ou computadores do IFPE. Ademais, observou-se ainda que esses estudantes têm perfil financeiro limitado o que dificulta na

aquisição de ferramentas tecnológicas.

O terceiro objetivo visou compreender como as bibliotecas se estruturam e quais as necessidades para o suporte de serviços inclusivos para pessoas com deficiência visual. Com a observação *in loco* e entrevistas com os bibliotecários ficou evidenciado que a maior parte dos livros em Braille ou audiolivros são doados com temas relacionados exclusivamente de áreas de literatura brasileira, estrangeira e ciências humanas. Ficou evidenciado, também, que existe uma carência de um acervo para as matérias especificas dos diferentes cursos técnicos nos *Campi* participantes e isso dificulta fortemente a prática pedagógica dos professores e o processo de inclusão desses estudantes no ensino, na pesquisa e na extensão.

O quarto objetivo específico foi proposto um Guia com recomendações integrativas para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual do IFPE. Essa etapa se concretizou com a elaboração do "Guia de Recomendação Direcionado ao Atendimento aos Estudantes com Deficiência Visual no IFPE" composto por 4 (quatro) recomendações, fruto de todo o processo metodológico proposto por esta pesquisa como pode ser observado no Capítulo 6.

A avaliação do Produto Educacional foi realizada por 11 especialistas pertencentes ao quadro de pessoal do IFPE e que estão envolvidos no processo de inclusão de estudantes com deficiência. Essa avaliação fortaleceu o cumprimento do objetivo geral desta pesquisa visto que foi realizada de acordo com 05 (cinco) diferentes critérios, divididos em dimensões que abordam os aspectos tecnocientíficos, pedagógicos, comunicacional, tecnológicos e organizacional do Guia. Importante destacar, que todos os resultados obtidos mostram uma proximidade quase absoluta em relação aos critérios de idealidade que foram propostos pela metodologia de avaliação.

Cabe destacar que esse percurso da investigação permitiu ainda que diferentes publicações pudessem ser desenvolvidas e avaliadas em diferentes espaços acadêmicos. O APÊNDICE M – pág. 197 – relaciona essas publicações que, em cada contexto, receberam contribuições de diferentes avaliadores da área, contribuindo, portanto, para a melhoria desta dissertação.

7.2 DIFICULDADES E LIMITAÇÕES

Ao iniciar a Etapa Exploratória com os participantes da pesquisa fundamentalmente a maior dificuldade foi o distanciamento social decorrente da pandemia de COVID-19. Desse modo, as entrevistas foram realizadas virtualmente por meio de disposto móvel e videoconferência. Como o perfil dos estudantes é limitado, a maioria não possuía computador e acesso à *internet* em casa, como também, não tinham experiência com a ferramenta *Google Meet*, por isso, eles escolheram o telefone que é de domínio comum e fácil acesso para pessoas com deficiência visual, sendo a entrevista gravada e depois totalmente transcrita. Em relação aos profissionais participantes do IFPE, as entrevistas foram por videoconferência, pois eles possuíam acesso à *internet* e experiência com a ferramenta, sendo a maior dificuldade a disponibilidade de horários.

Outra dificuldade e limitação enfrentada esteve associada à localização geográfica dos *Campi* selecionados. O *Campus* Garanhuns fica a mais de 400 Km de Recife. Desse modo, a Observação Diagnóstica precisava ser sempre alinhada a disponibilidade dos profissionais da biblioteca para que não houvesse deslocamentos e gastos desnecessários. Além disso, com a pandemia o acesso foi restrito a funcionários, em situações específicas de atendimento e horários reduzidos, o que gerou pequenos atrasos na finalização do processo metodológico.

Outra dificuldade presente esteve centrada na identificação dos professores com experiência em inclusão de pessoas com deficiência visual. A grande maioria nunca ministrou aulas para pessoas com esse tipo de deficiência e, portanto, sentiram dificuldade em refletir efetivamente sobre suas práticas pedagógicas, sobre as práticas inclusivas da Instituição, em especial das bibliotecas.

Por fim, outro ponto limitante do trabalho está associado a conclusão da análise de dados e as recomendações contidas no Produto Educacional. Acredita-se que em função da Recomendação 1 ser fruto de um ponto identificado na análise dos dados, evidenciando a necessidade de uma comunicação convergente para o atendimento inclusivo de estudantes com deficiência visual nas bibliotecas ter se mostrado como um ponto estruturante nesse processo, possivelmente os resultados da pesquisa poderiam culminar em

mais recomendações. Então, do ponto de vista do trabalho é possível confirmar que as recomendações apresentadas são importantes para o atendimento inclusivo atingindo o seu propósito. Entretanto, do ponto de vista da pesquisa, considera-se limitante no tocante ao aprofundamento das demais recomendações, em especial, a Recomendação 4 que está centrada na oferta do acervo inclusivo direcionado ao atendimento a formação integral.

7.3 CONTRIBUIÇÕES

As contribuições desta pesquisa estiveram presentes em todo seu percurso. Primeiro compreende-se que com a revisão sistemática de literatura, abordada no Capítulo 2, foi possível identificar e reunir de forma ordenada as estratégias inclusivas para o suporte aos estudantes com deficiência visual de outros Institutos Federais.

Segundo, esteve centrada na identificação da necessidade do IFPE produzir direcionamentos específicos para as bibliotecas, o que atualmente é minimamente abordado nos documentos norteadores da Instituição quando se trata do suporte inclusivo das bibliotecas no atendimento aos estudantes com deficiência visual.

Terceiro, é possível, também, compreender que os resultados da pesquisa se constituem em uma espécie de termômetro em que se busca fomentar a reflexão para que uma comunicação convergente entre os órgãos responsáveis pela inclusão dentro da Instituição possa ser sistematizada.

Finalmente, a entrega do Produto Educacional para a comunidade interna e externa do IFPE pode servir de possibilidade de uso, mesmo sendo um instrumento embrionário, para outras realidades no âmbito da EPT.

7.4 TRABALHOS FUTUROS

Percebe-se a necessidade de regulamentações específicas em relação as barreiras atitudinais, de infraestrutura, de comunicação, de ausência de metodologias personalizadas e da disseminação de informações com equidade em relação aos estudantes com deficiência. Além disso, o Produto Educacional fruto desta pesquisa não possui caráter impositivo e sim, norteador e sugestivo

que pode ser enriquecido com as contribuições de outros pesquisadores e profissionais da EPT.

Em um primeiro momento, seria importante desenvolver investigações para a definição de critérios específicos no contexto para o atendimento inclusivo com a participação do NAPNE, CPI e demais profissionais. Os resultados apontam essa necessidade de institucionalização para que seja difundido os conceitos e diretrizes inclusivos de acordo com as diferentes realidades dos *Campi* e garantir a equidade e autonomia de todos os estudantes com deficiência visual.

Em um segundo momento, seria interessante o desenvolvimento de estudos para que o NAPNE seja organizado como centro de formação, uma vez que é um núcleo de apoio a pessoas com necessidades específicas e ser composto por profissionais especializados e experientes na temática. Desse modo, poderia ser desenvolvido e ofertado cursos e oficinas para treinamentos de professores, junto ao NAPNE, a CPI e as bibliotecas dos *Campi.* É preciso ratificar que o professor é parte integrante do processo de inclusão e precisa de formação continuada para reformular e melhorar suas práticas educativas e contribuir na formação integral do estudante.

Em um terceiro momento, iniciar sobre a necessidade de todas as bibliotecas tornarem-se entidades sistematizadas do IFPE, no sentido de estabelecer critérios comuns e peculiares a cada *Campus*, tendo em vista as diversas realidades vivenciadas, pois há *Campus* agrícolas, industriais e em regiões metropolitanas, e cada um deles busca atender as demandas de sua região, ofertando cursos de diferentes eixos tecnológicos.

É necessário ressaltar que as bibliotecas do IFPE carecem de assumir protagonismo no processo de inclusão e se tornarem efetivamente inclusivas, em especial, aos estudantes com deficiência visual, que possuem necessidades específicas para a busca de informação. A própria Rede Federal de Educação Profissional Cientifica e Tecnológica pode desenvolver e oferecer Tecnologias Assistivas, como também, capacitar profissionais, por ser um centro de produção de conhecimento e de inovação composto por profissionais das diversas área do conhecimento.

REFERÊNCIAS

Americans with disabilities act of 1990. **As amended [ADA]**. <https://www.ada.gov/pubs/ada.htm>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edifcações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

AZEVEDO, Lilieudi Norma. **Uso de ferramentas Google para busca da informação por estudantes do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2008. 56 f. **TCC (Graduação) - Curso de Ciência da Informação, Universidade de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc**.br/handle/123456789/119538>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BARBOSA, Leonardo Carlos; LUCILENE Antunes Correia Marques de Sá. **MAPVOICE: computational tool to aid in learning cartography for the visually impaired.** Tradução de Ada Verônica de Novaes Nunes Bulletin of Geodetic Sciences, Vol. 24, issue 1, 58-68, Jan-Mar, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bcg/v24n1/1982-2170-bcg-24-01-00058.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edição Revista e Ampliada. Edições 70, 2011.

BRASIL. **Cartilha do Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística (Censo 2010) – Pessoas com Deficiência**. Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em:< <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/cartilhasdeficiente/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia.pdf>. Acesso em: 12 de jan. de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 de jan. de 2019.

BRASIL. **Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em 23 de fev. de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001(Convenção de Guatemala)**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956>. Acesso em : 10 de mar. de 2019

BRASIL. **Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2001**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11>. Acesso em: 24 de ago. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui A Política Nacional do Livro. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (estatuto da Pessoa Com Deficiência). Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta As Leis nos 10.048, de 8 de Novembro de 2000, Que Dá Prioridade de Atendimento às Pessoas Que Especifica, e 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, Que Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos Para A Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência Ou Com Mobilidade Reduzida, e Dá Outras Providências. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre O Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência, Sua Integração Social, Sobre A Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, Institui A Tutela Jurisdicional de Interesses Coletivos Ou Difusos Dessas Pessoas, Disciplina A Atuação do Ministério Público, Define Crimes, e Dá Outras Providências. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1999**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em : 02 de mar. de 2019.

BRASIL**. Lei nº 9.394, de 20 de outubro de 1996**. Estabelece As Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 1 de jun. de 2019.

BRASIL**. Lei nº10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 13 de março de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 25 de maio de 2019.

BRASIL**. Portaria SEDH nº 2.344, de 3 de novembro de 2010**. Institui o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de. Deficiência - CONADE. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Comitê de Ajudas Técnicas Tecnologia Assistiva (CAT).** Brasília: CORDE, 2009. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>. Acesso em: 12 de abr. de 2019.

BRASIL.MEC. **Portaria nº 1.793, de 16 de dezembro de 1994.** A Necessidade de Complementar Os Currículos de Formação de Docentes e Outros Porfissionais Que Interagem Com Portadores de Necessidades Especiais. Brasília, DF, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2019.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Deficiência visual: reflexões sobre a prática pedagógica**. São Paulo: Laramara, 1997.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. Tradução de Maria Thereza de Carvalho Barrocas e Luiz Octavio Ferreira Barreto Leite. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CARDOSO, Maria Heloisa de melo. **Inclusão de estudantes com deficiência na educação profissional e tecnológica.** Dissertação de Mestrado. São Cristóvão- SE: 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4804>. Acesso em: 01 de abr. de 2019.

CARVALHO, José Oscar Fontanini de. **Soluções tecnológicas para viabilizar o acesso do deficiente visual à educação a distância no ensino superior**. Teses e Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos no "is"**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação a Sistemas, Organiação e Métodos – SO&M**. 1. ed. Editora Manole, 2010.

DUQUE, Debora (Ed.). **O SIBI.** 2018. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/biblioteca/o-sibi>. Acesso em: 27 fev. 2019.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FARIA, Iara Rosa; BOTELHO, Amanda Ribeiro. Consciência fonológica e Sistema Braille: reflexões sobre o tratamento da ortografia. In: DÍAZ, Félix (orgs.) **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online].** Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 117-126. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-12.pdf>. Acesso em: 21 de jan. de 2019.

FEMINELLA, Anna Paula; LOPES, Laís Figueirêdo. Disposições Gerais/Da Igualdade e da não Discriminação e Cadastro-Inclusão; IN: SETUBAL, Joyce Marquezin; FAYAN, Regina Alves Costa (orgs.). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Comentada**. Campinas: Fundação FEAC: 2016.

FERRAZ, Vera Regina Pereira. **Um estudo sobre acessibilidade na Biblioteca Louis Braille do Instituto Benjamin Constant: o que pensam seus usuários?** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação: 2015. Disponível em:< https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/554>. Acesso em: 20 de jan. de 2019.

FIGUEIREDO, Rosana Mendes èleres de; KATO, Olívia Misae. Estudos nacionais sobre o ensino para cegos: uma revisão bibliográfica. **Rev. Bras**. Ed. Esp, Marília, v. 21, n. 4, p.477-488, out. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v21n4/1413-6538-rbee-21-04-00477.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

FILATRO, Andrea. **Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia**. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2015.

FILATRO, Andrea; CAIRO, Sabrina. **Produção de conteúdos educacionais: design institucional, tecnologia, gestão, educação e comunicação**. São Paulo: Saraiva, 2015.

FLICK, Uwe (coord.). **Coleção Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. Tradução: Joice Elias Costa.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013. Tradução: Magda Lopes.

FONTANA; Marcus Vinicius Liessem, NUNES, Elton Vergara. Educação e inclusão de pessoas cegas: da escrita Braille à Internet. **Rev FAFIBE 2006**. [periódico on line]. Disponível em:

<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/10/19042010095015.pdf>. Acesso em: 12 de mar. de 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. 51.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 69 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IFPE/CONSUP. Plano 2009-2013 de junho de 2009. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Pernambuco 2009 – 2013**. Disponível em: file:<///C:/Users/Cliente/Downloads/PDI%20IFPE.pdf>. Acesso em: 12 de abr. de 2019.

IFPE/CONSUP. Plano 2014-2018, de 15 de dezembro de 2015. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Pernambuco 2014 – 2018**. Disponível em: file:<///C:/Users/Cliente/Downloads/PDI%20COMPLETO%202014-2018%20(4).pdf>. Acesso em: 12 de jun. de 2019.

IFPE/CONSUP. **Política Assistência Estudantil IFPE 2012**. Disponível em: file:<///C:/Users/Cliente/Downloads/Politica%20Assistencia%20Estudantil%20IFPE%202012.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

IFPE/CONSUP. **Resolução nº 04, de 22 de janeiro de 2018**. Aprova a reformulação da Política do Sistema de Bibliotecas do IFPE. Disponível em <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2018-1/resolucao-04-2018-aprova-a-reformulacao-da-politica-do-sistema-de-bibliotecas-do-ifpe>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

IFPE/CONSUP. **Resolução nº 05, de 22 de janeiro de 2018**. Aprova o Regulamento do Fórum Permanente do SIBI – IFPE. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2005%202018%20Aprova%20o%20Regulamento%20do%20F%C3%B3rum%20Permanente%20do%20SIBI%20-%20IFPE%20(5).pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

IFPE/CONSUP. **Resolução nº 10, de 29 de fevereiro de 2016**. Aprova As Alterações no Regulamento dos Núcleos de Apoio às Pessoas Com Deficiência do IFPE.. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Resoluo102016AprovaasalteraesnoRegulamentodosNcleosdeApoiosPessoa>. Acesso em: 01 abr. 2019.

IFPE/CONSUP. **Resolução nº 36, de 01 de julho de 2018**. Regulamenta e institui o Núcleo de Tecnologia Assistiva do IFPE. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2036%202018%20Regulamenta%20e%20institui%20o%20N%C3%BAcleo%20de%20Tecnologia%20Assistiva%20do%20IFPE%20(1).pdf >. Acesso em: 01 abr. 2019.

IFPE/CONSUP. **Resolução nº 72, de 30 de setembro de 2014**. Aprova a Política de Tecnologias Educacionais do IFPE. Disponível em: < https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2014/resolucao-72-2014-aprova-a-politica-de-tecnologias-educacionais-do-ifpe.pdf> Acesso em: 01 abr. 2019.

IFPE/COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS INCLUSIVAS. **Orientação das Açõees Inclusivas no IFPE**. RECIFE, PE, Disponível em:

<https://portal.ifpe.edu.br/Campus/paulista/extensao/orientacao-das-acoes-de-inclusao-revisado.pdf>. Acesso em: 02 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: >https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em 15 de maio de 2019.

KITCHENHAM, Barbara et al. Systematic literature reviews in software engineering - A systematic literature review , Inf. Softw. **Technol. Information And Software Technology**, Durham-uk, v. /, n. 7, p.7-15, set. 2009. Disponível em: <https://www.cin.ufpe.br/~in1037/leitura/meta-systematic-reviews-kitchenham-jan09ist.pdf>. Acesso em: 09 fev. 09.

KITCHENHAM, Barbara. Guidelines for perfoming systematic literature reviwes in software engineering. **Ebse Technical Report,** Durham, v. /, n. /, p.1-65, jul. 2007. Disponível em: <https://www.elsevier.com/__data/promis_misc/525444systematicreviewsguide.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.Campinas**: vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300024>. Acesso em: 24 de jun. de 2019.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc. Campinas**: v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00331.pdf>. Acesso em: 24 de jun. de 2019.

LÊDO, Felipe José. A representação do livro em braille em catálogos em linha de acesso público de bibliotecas. **Inf. & Soc**. João Pessoa: kuenzeev.27, n.2, p.183-198, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/33314>. Acesso em: 1 de jun. de 2019.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Ltc, 2011.

MALHEIROS, Tania Milca; CUNHA, Murilio Basto de. As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiências visual. **RDBCI**: v.16, n.1, p.146-170, jan./abr.2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650318/pdf>. Acesso em: 12 de jan. de 2019.

MANTOAN, Marai Teresa Eglér (org.). **Os desafios das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

MANTOAN, Marai Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MARQUES, Claudia Luíza. **Educação Profissional: o ingresso, as tecnologias e a permanência dos estudantes com deficiência no Instituto Federal de Brasília**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB/FE/Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15892>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

MATOS, Erika Jordana Serra; LEMOS, Raysa Beatriz da Silva; SILVA, Juliene Lobato da. As tecnologias assistivas para a educação na biblioteca pública Benedito Leite. **R. Biblioma**. São Luíz: v. 16, n. 1, p. 36-51, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/7615>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

MEDEIROS, Aldenisia de Souza; BRAGA JÚNIOR, Francisco Varder. Acesso do surdo a educação no município de Catolé da Rocha-PB. IN: BRAGA JÚNIOR; Francisco Varder, OLIVEIRA; Milena Paula Cabral de, FURTADO; Ulisses de Mello (org.). **Anais do I Colóquio em atendimento educacional especializado da Universidade Federal Rural do Smi-Árido-UFERSA**. Mossoró-RN: 2017. Disponível em:< https://nead.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/116/2017/06/ANAIS-DO-I-COLOQUIO-EM-AEE-08-11-2017.pdf>. Acesso em: 06 de mar. de 2019.

MELLO, Nancy Rigatto. **Livro digital acessível: possibilidades e limites do uso da tecnologia assistiva. Revista@mbienteeducação**. Universidade Cidade de São Paulo: Vol. 8, nº 1, jan/jun, 2015 Disponível em: <http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/510>. Acesso em: 20 de abr. de 2019.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: BoiTempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecelía de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

NASCIMENTO, Franclin Costa do; FLORINDO, Girlane Maria Ferreira; SILVA, Neide Samico. **Educação profissional e tecnológica: um caminho em construção**. Brasília: IFB, 2013.

PACHECO, Eliezer Moreira; SOBRINHO, CALDAS, Luiz; SOBRINHO, Moisés Domingos. In: PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter (orgs.). **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**. Porto Alegre: Tekne, 2012, p.15-31.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. O que fazer para não excluir. IN: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de, (orgs**.). Políticas e práticas de educação inclusiva**. 4 ed. Rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

PERNAMBUCO, Instituto Federal de. **Portal IFPE. 2019**. Disponível em: <http://portal.ifpe.edu.br/>. Acesso em: 01 mar. 2019.

POLIDO, Ariela Fernanda. **A metodologia de projetos na educação profissional: organização do trabalho do professor e aprendiza**. 2016. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Processo de Ensino, Gestão e Inovação, Uniara, Araraquara-SP, 2016. Disponível em: <https://m.uniara.com.br/arquivos/file/ppg/processos-ensino-gestao-inovacao/producao-intelectual/diss>. Acesso em: 11 fev. 2019.

PROJETO **DOSVOX**. Disponível em:< http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/>. Acesso em: 06 de maio de 2019.

PUPO, Denise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Férrez. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: São Paulo: Unicamp, 2006.

RAPOLI, Edilene Aparecida (et.al). **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília: MEC/SEEP, 2010. Volume 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 de mar. de 2019.

SANTOS; Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. O Projeto Político Pedagógico, Autonomia e Gestão Democrática. In: RAPOLI, Edilene Aparecida (et.al). **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília**: MEC/SEEP, 2010.

Volume 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 de março de 2019.

SARMENTO, Anabela Mesquista Teixeira; CORREIA, Ana Maria Ramalho. **Mestrados e Doutoramentos**. 2. ed. Canadá: Vida Econômica Editorial, 2013.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. São Paulo: Wva, 2010.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inculsão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, p.10-16, 2009. Anual. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História do Tempo e Tempo da História: estudos de historiografia e história da educação**. Campis, SP: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: Ferretti, Celso J. et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11.ed.rev.Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SENA, Alexandre. Fontes de informação pelos discentes do mestrado do instituto de educação matemática e científica da UFPA. **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p.52-60, mar. 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/51907>. Acesso em: 28 abr. de 2019.

SILVA, Rivânia de Sousa**. Inclusão de estudantes com deficiência no Instituto Federal da Paraíba a partir da ação TEC NEP**. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19953>. Acesso em: 27 ago. 2014.

SOARES, Adriany Thatcher Castro. **Multi-functional Resources Rooms: this study on the Specialized Educational Services to students with visual impairments**. 2014. Master Dissertation. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2014.

SOUSA, Ivan Vale de. Tecnologia Acessível: reflexões sobre a utilização de recursos tecnológicos sonoros como acessibilidade aos textos literários para o aprendiz com deficiência visual. **Revista Desafios**: 2015. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/53151>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

TORRES; Josiane Pereira, SANTOS, Vivian. Conhecendo a deficiência visual em seus aspectos legais, históricos e educacionais. **Revista Educação**, Batatais, v. 5, n. 2, p. 33-52, 2015. Disponível em:< file:///C:/Users/Cliente/Downloads/sumario2%20(7).pdf>. Acesso em : 06 de março de 2019.

UNESCO. **Manifesto da UNESCO sobre as Bibliotecas Públicas**. [Preparado em Cooperação com a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA) e aprovado pela UNESCO em Novembro de 1994.] Disponível em: <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/Paginas/manifestoUnescoBibliotecasPublicas.aspx>. Acesso em: 24 de maio de 2019.

VIRTUAL **VISION**. Disponível em:< https://www.virtualvision.com.br/>. Acesso em: 06 de maio de 2019.

APÊNDICE A – CARTA DE ANUÊNCIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Ada Verônica de Novaes Nunes, a desenvolver o seu projeto de pesquisa "BIBLIOTECA INCLUSIVA: ESPECIFICAÇÕES DE ESTRATÉGIAS PARA O SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO", que está sob a coordenação/orientação do Professor Ivanildo José de Melo Filho, cujo objetivo é averiguar a contribuição de um Guia para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual no âmbito do IFPE. Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Recife, em _____/ _____/ _____.

_____

Anália Keila Rodrigues Ribeiro
Reitora do IFPE

APÊNDICE B – TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Biblioteca inclusiva: especificações de estratégias para o suporte aos discentes com deficiência visual no ensino profissional e tecnológico
Pesquisadora responsável: Ada Verônica de Novaes Nunes.
Instituição/Departamento de origem da pesquisadora: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, PROFETP – Campus Olinda/IFPE.
Telefone para contato: (81) 99681-2609
E-mail: adavnn@hotmail.com

A pesquisadora do projeto acima identificado assume o compromisso de:

- Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados (informações dos questionários, das entrevistas e da observação diagnóstica) serão estudados;
- Assegurar que as informações coletadas serão utilizadas, única e exclusivamente, para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o voluntário da pesquisa.

A pesquisadora declara que os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, questionários, dentre outros), ficarão armazenados em pastas de arquivo e computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço Rua Presidente Washington Luiz nº 276, apartamento nº 302, Engenho do Meio, CEP 50.730-620, Recife-PE, pelo período de mínimo 5 anos.

A Pesquisadora declara, ainda, que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Centro de Ciências da Saúde, da FAFIRE.

Recife, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura da Pesquisadora Responsável

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da "BIBLIOTECA INCLUSIVA: ESPECIFICAÇÕES DE ESTRATÉGIAS PARA O SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO", que está sob a responsabilidade da pesquisadora **Ada Verônica de Novaes Nunes**, residente na Rua Presidente Washington Luís 276 aptº 302, CEP: 50.730-620 – (81) 9 9681-2609 ou 212-1535, e-mail: ada.novaes@reitoria.ifpe.edu.br, aceitamos, inclusive ligações a cobrar. Esta pesquisa está sob a orientação do professor **Ivanildo José de Melo Filho**, telefone: (81) 2125-1635, e-mail: ivanildo.melo@paulista.ifpe.edu.br.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Descrição da pesquisa: O motivo deste estudo, é que a o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) anseia aprimorar os sistemas educacionais para pessoas com deficiência, garantindo: o acesso, permanência, participação e aprendizagem; oferta de serviços e projeto pedagógico inclusivos e recursos de Tecnologia Assistiva, além de profissionais especializados. Além disso, a Norma Brasileira 9050 (NBR), indica, dentre outras coisas, que deve existir pelo menos uma rota acessível que interligue o acesso de estudantes às áreas administrativas, de recreação, salas de aula, laboratórios e bibliotecas. Desse modo, o problema de pesquisa abordado neste projeto concentra-se na ausência de estratégias específicas direcionadas as bibliotecas do IFPE quanto ao suporte inclusivo aos estudantes com cegueira ou baixa-visão, tratando-

se um estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, tendo como participantes da pesquisa os estudantes com deficiência visual, seus professores, o NAPNE, a Coordenação da Biblioteca e a Coordenação de Políticas Inclusivas do IFPE. Adotando os seguintes instrumentos: observação diagnóstica, a aplicação de questionários, entrevistas semiestruturada e programa específicos para gravação dos áudios, viabilizados por dispositivos móveis, nas entrevistas.

- Objetivo geral: Averiguar a contribuição de um manual/guia orientativo para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual no âmbito do IFPE.
- Objetivos específicos: Diagnosticar quais são as barreiras institucionais e dos estudantes com deficiência visual; Investigar as práticas de consumo dos estudantes com deficiência visual ao usufruírem os serviços educacionais das bibliotecas, no âmbito do IFPE; Compreender como as bibliotecas se estruturam e quais as necessidades para o suporte de serviços inclusivos para pessoas com deficiência visual e; Especificar um manual/ orientativo, com recomendações integrativas, para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual do IFPE.
- Descrição de procedimentos: As entrevistas e questionários serão pré-agendados e realizados em horário em que os participantes estejam na Instituição, de preferência entre os intervalos das aulas e horários fora do expediente. Serão desenvolvidos em sala restrita de forma a assegurar a privacidade do entrevistado. Além disso, as entrevistas serão gravadas por meio de um aplicativo do celular da pesquisadora. Após a transcrição das entrevistas, será possibilitada aos entrevistados a conferência do conteúdo das respostas, garantindo-se a fidedignidade de suas falas.
- Esta pesquisa não apresenta despesas ou benefícios financeiros aos participantes, como também não prevê nenhum tipo de prejuízo para quem se recusar a participar. Em relação aos riscos, se pondera serem mínimos, podendo ocorrerem situações isoladas de desconforto, tendo em vista que a coleta de coleta de informações envolverá gravação das entrevistas e respostas pessoais sobre as perguntas do questionário. No intuito de amenizar desconfortos, a pesquisadora proporcionará um

ambiente acolhedor para os envolvidos com a pesquisa. Ainda assim, se houver desconfortos por parte dos participantes pedimos que esta situação seja comunicada à pesquisadora, com o objetivo das devidas providências serem tomadas e sanar essas dificuldades, ou até mesmo a retirada deste (a) voluntário (a) da pesquisa se assim ele (a) optar.

Deseja-se que esta pesquisa contribua para a compreensão do tema estudado e para a produção de conhecimento científico, bem como possibilite o esclarecimento da importância das bibliotecas inclusivas para pessoas com a deficiência visual.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos), ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da FAFIRE no endereço: **(**Av. Conde da Boa Vista, 921 - Boa Vista, Recife - PE, 50060-002, Telefone: (81) 2122-3500; e-mail: comitedeetica@fafire.br).

_____

(Assinatura da Pesquisadora)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo "BIBLIOTECA INCLUSIVA: ESPECIFICAÇÕES DE ESTRATÉGIAS PARA O SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO", como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que qualquer penalidade.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR DE 18 ANOS - Resolução 466/12)

Solicitamos a sua autorização para convidar o (a) seu/sua filho (a)_____ {ou menor que está sob sua responsabilidade} para participar, como voluntário (a), da pesquisa "BIBLIOTECA INCLUSIVA: ESPECIFICAÇÕES DE ESTRATÉGIAS PARA O SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO". Esta pesquisa é da responsabilidade da pesquisadora **Ada Verônica de Novaes Nunes**, residente na Rua Presidente Washington Luís 276 aptº 302, CEP: 50.730-620 – (81) 9 9681-2609 ou 212-1535, e-mail: ada.novaes@reitoria.ifpe.edu.br, aceitamos, inclusive ligações a cobrar. Esta pesquisa está sob a orientação do professor **Ivanildo José de Melo Filho**, telefone: (81) 2125-1635, e-mail: ivanildo.melo@paulista.ifpe.edu.br.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde que o (a) menor faça parte do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Caso não concorde, não haverá penalização nem para o (a) Sr.(a) nem para o/a voluntário/a que está sob sua responsabilidade, bem como será possível ao/a Sr. (a) retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Descrição da pesquisa: O motivo deste estudo, é que a o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) anseia aprimorar os sistemas educacionais para pessoas com deficiência, garantindo: o acesso, permanência, participação e aprendizagem; oferta de serviços e projeto pedagógico inclusivos e recursos de Tecnologia Assistiva, além de profissionais especializados. Além disso, a Norma Brasileira 9050 (NBR), indica, dentre outras coisas, que deve existir pelo menos uma rota

acessível que interligue o acesso de estudantes às áreas administrativas, de recreação, salas de aula, laboratórios e bibliotecas. Desse modo, o problema de pesquisa abordado neste projeto concentra-se na ausência de estratégias específicas direcionadas as bibliotecas do IFPE quanto ao suporte inclusivo aos estudantes com cegueira ou baixa-visão, tratando-se um estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, tendo como participantes da pesquisa os estudantes com deficiência visual, seus professores, o NAPNE, a Coordenação da Biblioteca e a Coordenação de Políticas Inclusivas do IFPE. Adotando os seguintes instrumentos: observação diagnóstica, a aplicação de questionários, entrevistas semiestruturada e programa específicos para gravação dos áudios, viabilizados por dispositivos móveis, nas entrevistas.

- Objetivo geral: Averiguar a contribuição de um manual/guia orientativo para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual no âmbito do IFPE.
- Objetivos específicos: Diagnosticar quais são as barreiras institucionais e dos estudantes com deficiência visual; Investigar as práticas de consumo dos estudantes com deficiência visual ao usufruírem os serviços educacionais das bibliotecas, no âmbito do IFPE; Compreender como as bibliotecas se estruturam e quais as necessidades para o suporte de serviços serviços inclusivos para pessoas com deficiência visual e; Especificar um manual/guia orientativo, com recomendações integrativas, para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual do IFPE.
- Descrição de procedimentos: As entrevistas e questionários serão pré-agendados e realizados em horário em que os participantes estejam na Instituição, de preferência entre os intervalos das aulas e horários fora do expediente. Serão desenvolvidos em sala restrita de forma a assegurar a privacidade do entrevistado. Além disso, as entrevistas serão gravadas por meio de um aplicativo do celular da pesquisadora. Após a transcrição das entrevistas, será possibilitada aos entrevistados a conferência do conteúdo das respostas, garantindo-se a fidedignidade de suas falas.
- Esta pesquisa não apresenta despesas ou benefícios financeiros aos participantes, como também não prevê nenhum tipo de prejuízo para

quem se recusar a participar. Em relação aos riscos, se pondera serem mínimos, podendo ocorrerem situações isoladas de desconforto, tendo em vista que a coleta de coleta de informações envolverá gravação das entrevistas e respostas pessoais sobre as perguntas do questionário. No intuito de amenizar desconfortos, a pesquisadora proporcionará um ambiente acolhedor para os envolvidos com a pesquisa. Ainda assim, se houver desconfortos por parte dos participantes pedimos que esta situação seja comunicada à pesquisadora, com o objetivo das devidas providências serem tomadas e sanar essas dificuldades, ou até mesmo a retirada deste (a) voluntário (a) da pesquisa se assim ele (a) optar.

Deseja-se que esta pesquisa contribua para a compreensão do tema estudado e para a produção de conhecimento científico, bem como possibilite o esclarecimento da importância das bibliotecas inclusivas para pessoas com a deficiência visual.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos), ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada e nem receberá nenhum pagamento para ele/ela participar desta pesquisa, pois deve ser de forma voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação dele/a na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento com transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da FAFIRE no endereço: **(**Av. Conde da Boa Vista, 921 - Boa Vista, Recife - PE, 50060-002, Telefone: (81) 2122-3500; e-mail: comitedeetica@fafire.br).

_____

(Assinatura da Pesquisadora)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo "BIBLIOTECA INCLUSIVA: ESPECIFICAÇÕES DE ESTRATÉGIAS PARA O SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO", como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que qualquer penalidade.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE E – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA MENORES DE 12 a 18 ANOS - Resolução 466/12)

OBS: Este Termo de Assentimento para o menor de 12 a 18 anos não elimina a necessidade da elaboração de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que deve ser assinado pelo responsável ou representante legal do menor.

Convidamos você _____ após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais] para participar como voluntário (a) da pesquisa: "BIBLIOTECA INCLUSIVA: ESPECIFICAÇÕES DE ESTRATÉGIAS PARA O SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO". Esta pesquisa é da responsabilidade da pesquisadora **Ada Verônica de Novaes Nunes**, residente na Rua Presidente Washington Luís 276 aptº 302, CEP: 50.730-620 – (81) 9 9681-2609 ou 212-1535, e-mail: ada.novaes@reitoria.ifpe.edu.br, aceitamos, inclusive ligações a cobrar. Esta pesquisa está sob a orientação do professor **Ivanildo José de Melo Filho**, telefone: (81) 2125-1635, e-mail: ivanildo.melo@paulista.ifpe.edu.br.

Caso este Termo de Assentimento contenha informação que não lhe seja compreensível, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados e concorde com a realização do estudo pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue para que seus pais ou responsável possam guardá-la e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida e estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- Descrição da pesquisa: O motivo deste estudo, é que a o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) anseia aprimorar os sistemas educacionais para pessoas com deficiência, garantindo: o

acesso, permanência, participação e aprendizagem; oferta de serviços e projeto pedagógico inclusivos e recursos de Tecnologia Assistiva, além de profissionais especializados. Além disso, a Norma Brasileira 9050 (NBR), indica, dentre outras coisas, que deve existir pelo menos uma rota acessível que interligue o acesso de estudantes às áreas administrativas, de recreação, salas de aula, laboratórios e bibliotecas. Desse modo, o problema de pesquisa abordado neste projeto concentra-se na ausência de estratégias específicas direcionadas as bibliotecas do IFPE quanto ao suporte inclusivo aos estudantes com cegueira ou baixa-visão, tratando-se um estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, tendo como participantes da pesquisa os estudantes com deficiência visual, seus professores, o NAPNE, a Coordenação da Biblioteca e a Coordenação de Políticas Inclusivas do IFPE. Adotando os seguintes instrumentos: observação diagnóstica, a aplicação de questionários, entrevistas semiestruturada e programa específicos para gravação dos áudios, viabilizados por dispositivos móveis, nas entrevistas.

- Objetivo geral: Averiguar a contribuição de um manual/guia orientativo para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual no âmbito do IFPE.
- Objetivos específicos: Diagnosticar quais são as barreiras institucionais e dos estudantes com deficiência visual; Investigar as práticas de consumo dos estudantes com deficiência visual ao usufruírem os serviços educacionais das bibliotecas, no âmbito do IFPE; Compreender como as bibliotecas se estruturam e quais as necessidades para o suporte de serviços inclusivos para pessoas com deficiência visual e; Especificar um manual/guia orientativo, com recomendações integrativas, para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual do IFPE.
- Descrição de procedimentos: As entrevistas e questionários serão pré-agendados e realizados em horário em que os participantes estejam na Instituição, de preferência entre os intervalos das aulas e horários fora do expediente. Serão desenvolvidos em sala restrita de forma a assegurar a privacidade do entrevistado. Além disso, as entrevistas serão gravadas por meio de um aplicativo do celular da pesquisadora. Após a transcrição

das entrevistas, será possibilitada aos entrevistados a conferência do conteúdo das respostas, garantindo-se a fidedignidade de suas falas.

- Esta pesquisa não apresenta despesas ou benefícios financeiros aos participantes, como também não prevê nenhum tipo de prejuízo para quem se recusar a participar. Em relação aos riscos, se pondera serem mínimos, podendo ocorrerem situações isoladas de desconforto, tendo em vista que a coleta de coleta de informações envolverá gravação das entrevistas e respostas pessoais sobre as perguntas do questionário. No intuito de amenizar desconfortos, a pesquisadora proporcionará um ambiente acolhedor para os envolvidos com a pesquisa. Ainda assim, se houver desconfortos por parte dos participantes pedimos que esta situação seja comunicada à pesquisadora, com o objetivo das devidas providências serem tomadas e sanar essas dificuldades, ou até mesmo a retirada deste (a) voluntário (a) da pesquisa se assim ele (a) optar.

Deseja-se que esta pesquisa contribua para a compreensão do tema estudado e para a produção de conhecimento científico, bem como possibilite o esclarecimento da importância das bibliotecas inclusivas para pessoas com a deficiência visual.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos), ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos.

Nem você e nem seus pais [ou responsáveis legais] pagarão nada para você participar desta pesquisa, também não receberão nenhum pagamento para a sua participação, pois é voluntária. Se houver necessidade, as despesas (deslocamento e alimentação) para a sua participação e de seus pais serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Este documento passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da FAFIRE no endereço: **(**Av. Conde da Boa Vista,

921 - Boa Vista, Recife - PE, 50060-002, Telefone: (81) 2122-3500; e-mail: comitedeetica@fafire.br.

_____

(Assinatura da Pesquisadora)

ASSENTIMENTO DO (DA) MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo "BIBLIOTECA INCLUSIVA: ESPECIFICAÇÕES DE ESTRATÉGIAS PARA O SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO", como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que qualquer penalidade.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE F – FONTES SELECIONADAS PELOS CRITÉRIOS DO PROTOCOLO DE REVISÃO DE LITERATURA SISTEMATIZADO

ANNA, Jorge Santa. A redefinição da biblioteca no século XXI: de ambientes informacionais a espaços de convivência. **Rev. Digit.Bibliotecon.** Cienc. Inf. São Paulo: maio/ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v14i2.8641701>. Acesso em 16 de jun. de 2019.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; NASCIMENTO, Ricardo Augusto Lins do. Política de Acessibilidade: o que dizem as pessoas com deficiência visual. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684848>. Acesso em: 16 de jun. de 2019.

FERNANDES, Woquiton Lima; COSTA, Carolina Severino Lopes da. Possibilidades da tutoria de Pares para Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Técnico e Superior**. Rev. Bras. Ed. Esp.,** Marília, v. 21, n. 1, p. 39-56, Jan.-Mar., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382115000100004>. Acesso em 16 de jun. de 2019.

MALHEIROS, Tania Milca; CUNHA, Murilio Basto de. **As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiências visual**. RDBCI: v.16, n.1, p.146-170, jan./abr.2018. Disponível em:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650318/pdf>. Acesso em: 17 de jun. de 2019.

MARQUES, Claudia Luíza. Educação Profissional: o ingresso, as tecnologias e a permanência dos estudantes com deficiência no Instituto Federal de Brasília. **Dissertação de Mestrado**. Brasília: UnB/FE/Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15892>. Acesso em: 17 de jun. de 2019

PUPO, Deise Tallarico; MARTINS, Valéria dos Santos Gouveia. Promovendo a comunicação em crianças com NE: um livro adaptado com o SPC Boardmaker. **Gestão & Conexões Management and Connections Journal**. Vitória (ES): v. 3, n. 1, p. 23-42, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/5049>. Acesso em: 16 de jun. de 2019.

RABELLO, Suzana; et al. The influence of assistive technology devices on the performance of activities by visually impaired. Tradução de: Ada Verônica de Novaes Nunes. **Rev Bras Oftalmol**: 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72802014000200103>. Acesso em: 17 de jun. de 2019.

RAMOS, Ismar Batista. Inclusão na educação profissional [manuscrito]: uma avaliação a partir da visão dos profissionais e estudantes de um Campus do IFNMG. **Dissertação de Mestrado**. Diamantina: UFVJM, 2016. Disponivel em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1330>. Acesso em: 17 jun. de 2019

SPINA, Carli. A Place for Everyone. Traduzido por: Ada Verônica de Novaes Nunes. **School Libray Journal,** May 2017, Vol.63(05), p.28. Disponível em:

<https://search.proquest.com/docview/1894681149/?pq-origsite=primo>. Acesso em: 17 de jun. de 2019.

APÊNDICE G - ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DIAGNÓSTICA SOBRE A ACESSIBILIDADE FÍSICA DA BIBLIOTECA

PERFIL DO CAMPUS
Endereço:
Há quanto tempo está em sede definitiva:
Relatar um pouco da história do *Campus* e o local onde está:

Este Roteiro tem a finalidade de guiar a observação diagnóstica e sistemática que será realizada pela pesquisadora nos Campi das bibliotecas do IFPE de Recife e de Garanhuns, evitando dispersão na coleta de dados. Assim, acontecerá de forma objetiva, focal, acompanhando o problema e os objetivos desta pesquisa de mestrado. Será baseada na Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a NBR 9050:2015, nos estudiosos renomados Sassaki (2009), Mantoan (2011, 2015), Malheiros (2010), Fachin (2017) e legislações pertinentes a temática.

Observar	Resposta	Comentário detalhado
Existem obstáculos e barreiras na entrada da instituição?	( ) sim ( ) não	
As vagas de estacionamento para pessoas com deficiência são localizadas de acordo com a NBR 9050:2015 e legislações de inclusão?	( ) sim ( ) não	
Há mapa tátil que oriente a pessoa com deficiência visual onde ela se encontra e para que direção deve seguir até a biblioteca?	( ) sim ( ) não	
Existe piso tátil direcional ou outro tipo de sinalização com o percurso entre o *Campus* e a biblioteca, com intuito de auxiliar pessoas com deficiência visual, baseado na NBR 9050:2015?	( ) sim ( ) não	
A forma como estão posicionados o balcão de atendimento, prateleiras com livros, mesas de estudos, computadores, dentre outros móveis ou equipamentos, atendem às necessidades de uma pessoa com deficiência visual de forma inclusiva e preceitos da NBR 9050:2015?	( ) sim ( ) não	
A biblioteca possui ferramentas para o atendimento dos estudantes com deficiência visual? Exemplifique.	( ) sim ( ) não	
Há espaços inclusivos de convivência para os usuários da biblioteca se socializarem e trocarem experiências e conhecimento?	( ) sim ( ) não	
Existe mapa tátil da biblioteca, e informações em Braille para a locomoção no espaço?	( ) sim ( ) não	
Existe sala multifuncional para estudantes com deficiência visual, com intuito de ajudá-los nas disciplinas e informações necessárias ao seu curso?	( ) sim ( ) não	
Possui procedimento para o acolhimento da comunidade externa, com deficiência visual?	( ) sim ( ) não	
Ocorre uma conversa/integração entre a biblioteca e o setor de Tecnologia de Informação para a resolução e sugestões de melhorias ao atendimento inclusivo de estudantes com deficiência visual?	( ) sim ( ) não	

APÊNDICE H – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA A COORDENAÇÃO DA BIBLIOTECA

Prezado e prezada,

Meu nome é Ada Verônica de Novaes Nunes (LATTES: http://lattes.cnpq.br/1742355866452828) e sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), sob a orientação do Prof. Dr. Ivanildo José de Melo Filho (LATTES: http://lattes.cnpq.br/4062852621660068).

Minha pesquisa de mestrado é intitulada BIBLIOTECA INCLUSIVA: ESPECIFICAÇÕES DE ESTRATÉGIAS PARA O SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO, cujo objetivo geral é averiguar a contribuição de um manual ou roteiro orientativo de procedimentos, dinâmico e didático, para as bibliotecas do IFPE visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual. Foi aprovada através do Parecer Consubstanciado do Comitê de ética da FAFIRE nº 3.858.740.

Assim, convidamos você para responder as perguntas abaixo. Atentamos que os dados e informações obtidos serão utilizados unicamente para fins científicos e acadêmicos, preservando-se o anonimato do participante. Suas respostas são extremamente importantes e, por meio delas, almejamos compreender qual a sua percepção sobre a temática, contribuindo para a construção do manual ou roteiro orientativo, afim de auxiliar o atendimento inclusivo do IFPE aos usuários da biblioteca.

Muito obrigada!

Mestranda: Ada Verônica de Novaes Nunes
Orientador: Prof. Dr. Ivanildo José de Melo Filho

PERFIL DO SUJEITO DE PESQUISA
Sexo:
Idade:
Há quanto tempo trabalha no *Campus*:
Se desejar, conte um pouco sobre sua formação e experiência profissional:

1. Há um regimento interno da biblioteca? Se houver, você poderia explicar um pouco sobre esse documento. Quem o fez? É sempre atualizado?
2. Está previsto oficialmente e claramente como acontece o atendimento e empréstimo de livros a pessoas com deficiência visual, sejam elas estudantes do *Campus* ou pertencente à comunidade externa?
3. Você percebe a biblioteca inclusiva para pessoas com deficiência visual? Por quê?

4. Quais procedimentos ou aquisições de materiais ou ferramentas que foram realizados, pela equipe da biblioteca, com intuito de melhorar o atendimento para usuários com deficiência visual, nos últimos três anos, por exemplo? Há algum procedimento em andamento ou sendo organizado? Explique.
5. Você poderia citar algumas ações inclusivas que foram ou serão realizadas sobre deficiência visual?
6. Essas ações são realizadas em conjunto com a Coordenação de Políticas Inclusivas da Reitoria e o Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência (NAPNE)? São ações contínuas? Explane sobre isso.
7. Como a biblioteca estimula a leitura e a busca de informações para os estudantes com deficiência visual e para os estudantes sem deficiência visual?
8. A biblioteca possui livros em Braille, áudio, ou outro formato acessível para pessoas com deficiência visual? Como eles são adquiridos? Eles atendem as demandas dos estudantes do IFPE, em relação aos cursos técnicos?
9. Qual o procedimento para solicitar um livro em formato acessível para a necessidade do estudante com deficiência visual?
10. A biblioteca vivencia ou vivenciou algum episódio de atendimento não inclusivo a estudantes com deficiência visual? Explique.
11. Existe algum documento norteador que guie as ações e procedimentos inclusivos da biblioteca? Isso é importante e facilita o processo? Você poderia detalhar e, e se possível, exemplificar.
12. Você ou outro servidor da equipe da biblioteca participou ou participa de alguma atividade com estudantes com deficiência visual, no âmbito do IFPE? E fora do Instituição? Poderia nos contar sobre essas experiências.

APÊNDICE I – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PROFESSORES E ESTUDANTES

Prezado e prezada,

Meu nome é Ada Verônica de Novaes Nunes (LATTES: http://lattes.cnpq.br/1742355866452828) e sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), sob a orientação do Prof. Dr. Ivanildo José de Melo Filho (LATTES: http://lattes.cnpq.br/4062852621660068).

Minha pesquisa de mestrado é intitulada BIBLIOTECA INCLUSIVA: ESPECIFICAÇÕES DE ESTRATÉGIAS PARA O SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO, cujo objetivo geral é averiguar a contribuição de um manual ou roteiro orientativo de procedimentos, dinâmico e didático, para as bibliotecas do IFPE visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual. Foi aprovada através do Parecer Consubstanciado do Comitê de ética da FAFIRE nº 3.858.740.

Assim, convidamos você para responder as perguntas abaixo. Atentamos que os dados e informações obtidos serão utilizados unicamente para fins científicos e acadêmicos, preservando-se o anonimato do participante. Suas respostas são extremamente importantes e, por meio delas, almejamos compreender qual a sua percepção sobre a temática, contribuindo para a construção do manual ou roteiro orientativo, afim de auxiliar o atendimento inclusivo do IFPE aos usuários da biblioteca.

Muito obrigada!

Mestranda: Ada Verônica de Novaes Nunes
Orientador: Prof. Dr. Ivanildo José de Melo Filho

PERFIL DO SUJEITO DE PESQUISA
Sexo:
Idade:
Há quanto tempo trabalha ou estuda no *Campus*:
Se você for estudante, qual curso pertence ou pertenceu?
Se você for docente, qual curso/disciplina leciona ou lecionou?
Poderia contar seu cotidiano e suas experiências no IFPE?

1. Quais informações sobre deficiência visual você obteve através de ações ou atividades do IFPE ou especificamente do seu *Campus*?
2. Qual o setor você se dirige para resolver questões relacionadas com deficiência visual? O atendimento é adequado? O que pode ser melhorado?
3. Há ajuda especializada ou uma sala multifuncional que o ajude a compreender assuntos específicos do curso técnico? Poderia explicar?

4. Quais dificuldades, em relação ao acesso a informações, livros e materiais, o estudante com deficiência visual vivência no seu *Campus*? Explique.
5. Você frequenta a biblioteca do seu *Campus*? Por quê? Você poderia explicar como ocorre o seu atendimento, quais os pontos positivos e negativos. Ela é inclusiva para pessoas com deficiência visual? Explique.
6. Quais são os procedimentos dos professores para que as informações e o conteúdo do curso cheguem aos estudantes com deficiência visual?
7. Quais tecnologias você conhece que auxiliam a pessoa com deficiência visual na escola? Dentro do IFPE existem essas tecnologias? E na biblioteca? Você poderia detalhar sobre elas e quais você prefere, indicando os motivos.
8. Existe algum documento, do seu *Campus*, que guie você para obter acesso às informações, tirar dúvidas e que setores você deve procurar, quando surgem demandas relacionados ao atendimento da biblioteca para a pessoa com deficiência visual? Você reconhece isso com importante e facilitador do processo? Poderia explicar e exemplificar.
9. Você participou de alguma atividade na biblioteca utilizando livros, revistas, documentos, arquivos, trabalhos, pesquisas, jogos, atividades de sala de aula, grupos de leitura, em alguma biblioteca do IFPE, com métodos e tecnologias possíveis de garantir o processo de ensino-aprendizagem ao estudante com deficiência visual? Conte como foi essa experiência.

APÊNDICE J – QUESTIONÁRIO ABERTO PARA COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS INCLUSIVAS E NAPNE

Prezado e prezada,

Meu nome é Ada Verônica de Novaes Nunes (LATTES: http://lattes.cnpq.br/1742355866452828) e sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), sob a orientação do Prof. Dr. Ivanildo José de Melo Filho (LATTES: http://lattes.cnpq.br/4062852621660068).

Minha pesquisa de mestrado é intitulada BIBLIOTECA INCLUSIVA: ESPECIFICAÇÕES DE ESTRATÉGIAS PARA O SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO, cujo objetivo geral é averiguar a contribuição de um manual ou roteiro orientativo de procedimentos, dinâmico e didático, para as bibliotecas do IFPE visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual. Foi aprovada através do Parecer Consubstanciado do Comitê de ética da FAFIRE nº 3.858.740.

Assim, convidamos você para responder as perguntas abaixo. Atentamos que os dados e informações obtidos serão utilizados unicamente para fins científicos e acadêmicos, preservando-se o anonimato do participante. Suas respostas são extremamente importantes e, por meio delas, almejamos compreender qual a sua percepção sobre a temática, contribuindo para a construção do manual ou roteiro orientativo, afim de auxiliar o atendimento inclusivo do IFPE aos usuários da biblioteca.

Muito obrigada!

Mestranda: Ada Verônica de Novaes Nunes
Orientador: Prof. Dr. Ivanildo José de Melo Filho

PERFIL DO SUJEITO DE PESQUISA
Sexo:
Idade:
Há quanto tempo trabalha no *Campus* ou Reitoria:
Há quanto tempo têm experiências com estudantes com deficiência? Poderia explicar e exemplificar sobre isso?

1. Para você o que é o NAPNE e a Coordenação de Política Inclusivas e o seu papel dentro do IFPE? Você sabe explicar como ocorreu essa implantação? Explique.
2. Em relação ao setor que você atua, poderia informar quais são as políticas institucionais desenvolvidas para estudantes com deficiência visual? Essas políticas acontecem junto a outras coordenações, setores ou órgãos? São contínuas? Poderia explicar?

3. Quando o estudante com deficiência visual ingressa na Instituição ele é recebido com algum procedimento? Existe uma conversa com uma equipe multidisciplinar e familiares?
4. Em relação ao acesso a informações e materiais, quais os procedimentos para adaptar o material utilizado pelo estudante com deficiência visual? O processo é lento? Dispendioso? É realizado pelo próprio Instituto? Como vocês recebem a demanda?
5. Foram realizadas ações inclusivas e sobre deficiência junto a biblioteca? Especificamente sobre deficiência visual o que foi feito? Você poderia explanar sobre essas ações?
6. Que estratégias são utilizadas para atender as demandas do estudante com deficiência visual? Elas são registradas? Acompanhadas? São discutidas e solucionadas em conjunto com os estudantes, professores e demais profissionais envolvidos?
7. Você avalia suficiente a forma como é conduzido o processo de inclusão? Por quê?
8. Emprega-se orientação técnica especializada para estudantes com deficiência visual? Qual o tipo de apoio? Poderia detalhar?
9. Existe uma sala multifuncional que oferece apoio e auxílio aos discentes com deficiência visual? Como funciona? Se não, está prevista alguma ação nesse sentido pelo IFPE? Poderia explicar?
10. Tendo em vista as legislações vigentes e estudos sobre inclusão, existe um documento do IFPE que sirva como guia para que os estudantes com deficiência visual sejam igualmente recebidos e acolhidos nos *Campi*? Isso é importante? Por quê?
11. Caso exista ou não, esse documento norteador do IFPE, você poderia explicar se cada *Campus* utiliza uma metodologia diferente ou a mesma metodologia para o atendimento inclusivo dos estudantes com deficiência visual? Como isso acontece? Vocês pensam nas estratégias em conjunto?
12. Você participou de alguma atividade na biblioteca do IFPE com estudantes com deficiência visual? Você poderia relatar sua experiência?
13. E se o estudante não for estudante do IFPE, e quiser um apoio/auxílio inclusivo para utilizar alguma ferramenta e/ou a biblioteca do Instituto, há alguma ação/estratégia para recebê-lo? Você poderia relatar essa experiência?

APÊNDICE K – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

DIMENSÃO TECNOCIENTÍFICA – Esta dimensão busca avaliar os aspectos quanto a precisão, atualização, validade, confiabilidade e representatividade do produto educacional, além de refletir o levantamento bibliográfico que subsidia o seu conteúdo.								
CRITÉRIO		Peso	N/A	0	1	2	3	4
01	O Guia baseia-se em bibliografias ou com relatos de experiências, além de refletir os diferentes pontos ao suporte ao atendimento a estudantes com deficiência visual no âmbito da EPT.	3						
02	O Guia fundamenta-se na legislação brasileira vigente e é pertinente acerca da temática abordada.	3						
03	As recomendações apresentadas guiam a instituição na direção do fortalecimento e na concepção de um currículo inclusivo com direcionamentos específicos aos estudantes com deficiência visual na EPT.	3						
04	Você percebe que as recomendações apresentadas podem ser replicadas ou servir como diretrizes em diferentes Institutos Federais.	2						
05	A temática e as propostas recomendadas são relevantes e contribuem positivamente para a EPT.	2						
DIMENSÃO PEDAGÓGICA – Esta dimensão objetiva fornecer o suporte à compreensão ao produto educacional avaliando a qualidade pedagógica do seu conteúdo no sentido de garantir a coesão, a integração e os direcionamentos centrados ao atendimento do seu público-alvo.								
CRITÉRIO		Peso	N/A	0	1	2	3	4
01	O conteúdo do Guia esclarece o contexto associado ao suporte inclusivo da Instituição e suas respectivas bibliotecas aos estudantes com deficiência visual e possui potencial de aplicabilidade no IFPE.	3						
03	O conteúdo do Guia e suas propostas de recomendações constituem-se em um potencial instrumento institucional para o planejamento pedagógico abrangente.	3						
04	As recomendações apresentadas incentivam o público-alvo à crítica, à reflexão e ao aprofundamento da temática abordada.	3						
04	As recomendações do Guia apresentam-se em conformidade com o contexto socioeducativo dos estudantes com deficiência visual no IFPE.	3						

05	O conteúdo do Guia mostra-se alinhado a outros elementos da Instituição produzindo uma aprendizagem sobre o tema ao seu público-alvo.	2						
DIMENSÃO COMUNICACIONAL – Esta dimensão concentra-se na aplicabilidade da linguagem textual e do uso de diferentes mídias como suporte dialógico para facilitar a compreensão e fornecer atratividade do produto educacional ao seu público-alvo.								
CRITÉRIO		Peso	N/A	0	1	2	3	4
01	A linguagem do Guia apresenta-se de forma interativa, estabelecendo um diálogo didático com o seu público-alvo.	3						
02	As recomendações do Guia estão concisas e coerentes, e seguem uma estrutura lógica, com secções concatenadas que facilitam a compreensão do público-alvo.	3						
03	Os formatos utilizados para ilustração enriquecem o Guia e representam com clareza o que é discutido ao longo do texto.	3						
04	Especificamente sobre as imagens contidas no Guia, elas mostram-se atrativas, dialogam com o texto e estimulam a criticidade e reflexão, ampliando as possibilidades de compreensão e da aplicabilidade do conteúdo apresentado no Guia.	2						
05	A apresentação e introdução sumariza de maneira adequada e facilita a compreensão das recomendações apresentadas no Guia para seu público-alvo.	2						
DIMENSÃO TECNOLÓGICA – Esta dimensão centraliza-se no uso de serviços acessíveis e duráveis para facilitar a distribuição e a reprodução do conteúdo digital em diferentes ambientes, além da aplicabilidade dos seus conteúdos como produto educacional.								
CRITÉRIO		Peso	N/A	0	1	2	3	4
01	O formato do Guia apresenta-se compatível com especificações universais – para o Guia em formato em PDF – que facilita o acesso em diferentes ambientes, a sua aplicabilidade e a sua reprodução no IFPE.	3						
02	A disponibilidade do Guia em meio digital e impresso facilita sua discussão e avaliação entre os diversos responsáveis pela inclusão no IFPE	3						
03	A estética adotada em relação aos elementos de diagramação e a disposição das imagens, tabelas e quadros encontram-se compatibilizados e dialogáveis durante todo o Guia.	3						
04	Os símbolos que compõem as imagens do Guia permitem uma navegação interativa e	2						

	proporcionam ao público-alvo interatividade com conteúdo.							
05	O Guia, como um instrumento pedagógico, facilita o acesso e a disponibilização do material nos Institutos Federais, contribuindo para uma distribuição ampla e reflexão institucional sobre a temática e estimula a conhecer o conteúdo do Guia.	2						
DIMENSÃO ORGANIZACIONAL – Esta dimensão envolve a maneira como os recursos humanos e materiais são utilizados objetivando o alcance de soluções efetivas institucionalmente, além de buscar o alinhamento do produto educacional com à política e à cultura organizacional da instituição.								
CRITÉRIO		Peso	N/A	0	1	2	3	4
01	Os atores e os órgãos presentes no Guia possuem os atributos organizacionais compatíveis que podem viabilizar as recomendações descritas ao suporte no âmbito da Instituição.	3						
02	O conteúdo do Guia transmite e esclarece informações pertinentes ao seu público-alvo sobre a necessidade do atendimento inclusivo das Bibliotecas aos estudantes com deficiência visual.	3						
03	O Guia contribui para que os responsáveis associados à inclusão na EPT compreendam e tenham direcionamentos quanto ao estabelecimento de ações em sintonia com o planejamento organizacional da Instituição	3						
04	O conteúdo presente no Guia mostra-se alinhado aos elementos do processo educativo da EPT especialmente, ao ensino, pesquisa e extensão. Tornando-se um instrumento direcionador para o IFPE.	3						
05	Os conteúdos, recursos humanos e materiais podem ser replicados parcialmente ou na íntegra em outros contextos da EPT. Podendo, também, ser revisados por outros pesquisadores da área de conhecimento e atualizados com a incorporação de novos componentes.	2						

APÊNDICE L – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Prezado Avaliador / Prezada Avaliadora,

Meu nome é Ada Verônica de Novaes Nunes (LATTES: http://lattes.cnpq.br/1742355866452828) e sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo IFPE – *Campus* Olinda, sob a orientação do Prof. Dr. Ivanildo José de Melo Filho (LATTES: http://lattes.cnpq.br/4062852621660068).

Primeiramente, gostaria de agradecer por ter aceitado a avaliar o Produto Educacional resultante de nossa pesquisa de mestrado. Segundo, gostaria de convidá-lo (a) a participar da avaliação do Produto Educacional intitulado de BIBLIOTECAS INCLUSIVAS: UM GUIA DE RECOMENDAÇÃO DIRECIONADO AO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO IFPE que foi enviado para o seu e-mail.

Este Produto Educacional tem o objetivo de indicar recomendações integrativas para as bibliotecas dos Institutos Federais, em especial ao IFPE, visando o suporte inclusivo da instituição para os estudantes com deficiência visual, tendo em vista que as bibliotecas são espaços socioeducativos e fazem parte do processo de ensino e aprendizagem durante a permanência e êxito em seus cursos técnicos

A avaliação é composta por 5 dimensões: TECNOCIENTÍFICA, PEDAGÓGICA, COMUNICACIONAL, TECNOLÓGICA e ORGANIZACIONAL. Cada dimensão é composta por 5 critérios associados. Cada critério apresenta uma pontuação correspondente a um grau de concordância da sua avaliação, que possui a variação que inicia de "**N/A**" – (quando o critério não se aplica) até o valor "4". Este último é o máximo valor considerado sua avaliação em relação ao Produto Educacional. Para cada critério avaliado você deve marcar apenas uma seleção.

Por fim, para cada dimensão avaliada, caso deseje, existe um campo para que sejam registradas possíveis percepções de melhoria e de ajustes sobre o produto que julgue necessária.

Muito obrigada por sua participação,

Ada Verônica de Novaes Nunes
Instituição/Departamento de origem da pesquisadora:
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, PROFEPT – Campus Olinda/IFPE.
Telefone para contato: (81) 99681-2609
E-mail: adavnn@hotmail.com

DIMENSÃO TECNOCIENTÍFICA – Esta dimensão busca avaliar os aspectos quanto a precisão, atualização, validade, confiabilidade e representatividade do produto educacional, além de refletir o levantamento bibliográfico que subsidia o seu conteúdo.							
CRITÉRIO		N/A	0	1	2	3	4
01	O Guia baseia-se em bibliografias ou com relatos de experiências, além de refletir os diferentes pontos ao suporte ao atendimento a estudantes com deficiência visual no âmbito da EPT.						
02	O Guia fundamenta-se na legislação brasileira vigente e é pertinente acerca da temática abordada.						
03	As recomendações apresentadas guiam a instituição na direção do fortalecimento e na concepção de um currículo inclusivo com direcionamentos específicos aos estudantes com deficiência visual na EPT.						
04	Você percebe que as recomendações apresentadas podem ser replicadas ou servir como diretrizes em diferentes Institutos Federais.						
05	A temática e as propostas recomendadas são relevantes e contribuem positivamente para a EPT.						

DIMENSÃO PEDAGÓGICA – Esta dimensão objetiva fornecer o suporte à compreensão ao Produto Educacional avaliando a qualidade pedagógica do seu conteúdo no sentido de garantir a coesão, a integração e os direcionamentos centrados ao atendimento do seu público-alvo.							
CRITÉRIO		N/A	0	1	2	3	4
01	O conteúdo do Guia esclarece o contexto associado ao suporte inclusivo da Instituição e suas respectivas bibliotecas aos estudantes com deficiência visual e possui potencial de aplicabilidade no IFPE.						
03	O conteúdo do Guia e suas propostas de recomendações constituem-se em um potencial instrumento institucional para o planejamento pedagógico abrangente.						
04	As recomendações apresentadas incentivam o público-alvo à crítica, à reflexão e ao aprofundamento da temática abordada.						
04	As recomendações do Guia apresentam-se em conformidade com o contexto socioeducativo dos estudantes com deficiência visual no IFPE.						
05	O conteúdo do Guia mostra-se alinhado a						

	outros elementos da Instituição produzindo uma aprendizagem sobre o tema ao seu público-alvo.						
DIMENSÃO COMUNICACIONAL – Esta dimensão concentra-se na aplicabilidade da linguagem textual e do uso de diferentes mídias como suporte dialógico para facilitar a compreensão e fornecer atratividade do Produto Educacional ao seu público-alvo.							
CRITÉRIO		N/A	0	1	2	3	4
01	A linguagem do Guia apresenta-se de forma interativa, estabelecendo um diálogo didático com o seu público-alvo.						
02	As recomendações do Guia estão concisas e coerentes, e seguem uma estrutura lógica, com secções concatenadas que facilitam a compreensão do público-alvo.						
03	Os formatos utilizados para ilustração enriquecem o Guia e representam com clareza o que é discutido ao longo do texto.						
04	Especificamente sobre as imagens contidas no Guia, elas mostram-se atrativas, dialogam com o texto e estimulam a criticidade e reflexão, ampliando as possibilidades de compreensão e da aplicabilidade do conteúdo apresentado no Guia.						
05	A apresentação e introdução sumariza de maneira adequada e facilita a compreensão das recomendações apresentadas no Guia para seu público-alvo.						
DIMENSÃO TECNOLÓGICA – Esta dimensão centraliza-se no uso de serviços acessíveis e duráveis para facilitar a distribuição e a reprodução do conteúdo digital em diferentes ambientes, além da aplicabilidade dos seus conteúdos como produto educacional.							
CRITÉRIO		N/A	0	1	2	3	4
01	O formato do Guia apresenta-se compatível com especificações universais – para o Guia em formato em PDF – que facilita o acesso em diferentes ambientes, a sua aplicabilidade e a sua reprodução no IFPE.						
02	A disponibilidade do Guia em meio digital e impresso facilita sua discussão e avaliação entre os diversos responsáveis pela inclusão no IFPE						
03	A estética adotada em relação aos elementos de diagramação e a disposição das imagens, tabelas e quadros encontram-se compatibilizados e dialogáveis durante todo o Guia.						

04	Os símbolos que compõem as imagens do Guia permitem uma navegação interativa e proporcionam ao público-alvo interatividade com conteúdo.						
05	O Guia, como um instrumento pedagógico, facilita o acesso e a disponibilização do material nos Institutos Federais, contribuindo para uma distribuição ampla e reflexão institucional sobre a temática e estimula a conhecer o conteúdo do Guia.						
DIMENSÃO ORGANIZACIONAL – Esta dimensão envolve a maneira como os recursos humanos e materiais são utilizados para obter soluções efetivas, além de buscar o alinhamento do Produto Educacional com à política e à cultura organizacional da instituição.							
CRITÉRIO		N/A	0	1	2	3	4
01	Os atores e os órgãos presentes no Guia possuem os atributos organizacionais compatíveis que podem viabilizar as recomendações descritas ao suporte no âmbito da Instituição.						
02	O conteúdo do Guia transmite e esclarece informações pertinentes ao seu público-alvo sobre a necessidade do atendimento inclusivo das Bibliotecas aos estudantes com deficiência visual.						
03	O Guia contribui para que os responsáveis associados à inclusão na EPT compreendam e tenham direcionamentos quanto ao estabelecimento de ações em sintonia com o planejamento organizacional da Instituição						
04	O conteúdo presente no Guia mostra-se alinhado aos elementos do processo educativo da EPT especialmente, ao ensino, pesquisa e extensão. Tornando-se um instrumento direcionador para o IFPE.						
05	Os conteúdos, recursos humanos e materiais podem ser replicados parcialmente ou na íntegra em outros contextos da EPT. Podendo, também, ser revisados por outros pesquisadores da área de conhecimento e atualizados com a incorporação de novos componentes.						

APÊNDICE M – PUBLICAÇÕES

Neste apêndice é descrito as publicações conquistadas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. As publicações estão separadas por tipo de publicação: Periódico, Conferência e Capítulo de Livro. As publicações estão classificadas baseado no documento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) denominado de "Qualis CAPES" (CAPES, 2012 (a), (b) para classificação na área de ENSINO para periódicos. Os conteúdos e maiores detalhes sobre as publicações abaixo relacionadas podem ser conferidas no perfil do *Researchgate* disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Ada_Nunes>.

Produção	Tipo	Qualis
NOVAES NUNES, A. V. ; MELO FILHO, I. J. . Observação Diagnóstica sobre a Acessibilidade e a Inclusão do Espaço Físico das Bibliotecas na Educação Profissional e Tecnológica para o Suporte aos Estudantes com Deficiência Visual no IFPE. **Revista Valore**, v. 5, p. 1-15, 2020.	Periódico	A3
NOVAES NUNES, A. V. ; MELO FILHO, I. J. . Em Direção às Bibliotecas Inclusivas no Suporte aos Discentes com Deficiência Visual: Reflexão Documental sobre os Direcionamentos do IFPE no Ensino Profissional e Tecnológico. In: Michélle Barreto Justus. (Org.). **Políticas Públicas na Educação Brasileira: Educação Profissional e Tecnológica**. 1ed.Ponta Grossa/PR: Editora Atena, 2019, v. 2, p. 121-121.	Capítulo de Livro	------
NOVAES NUNES, A. V. ; MELO FILHO, I. J. . Protocolo de Revisão de Literatura sobre o Suporte Inclusivo das Bibliotecas para Estudantes com Deficiência Visual na Educação Profissional e Tecnológica. In: V Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional: A Produção do Conhecimento em Educação Profissional., 2019, Natal/RN. Anais do **V Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional: A Produção do Conhecimento em Educação Profissional**. Natal/RN: Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), 2019.	Artigo Apresentado em Evento	------
NOVAES NUNES, A. V. ; MELO FILHO, I. J. . Estudo Preliminar sobre o Suporte das Bibliotecas a Estudantes com Deficiência Visual na Educação Profissional. In: X Encontro da Rede Estrado Brasil. Rede Latinoamericana de Estudos sobre Trabalho Docente, 2019, Recife/PE. Anais do **X Encontro da Rede Estrado Brasil. Rede Latinoamericana de Estudos sobre Trabalho Docente**. Recife/PE: Centro de Educação/Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2019.	Pôster Apresentado em Evento	------

ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DESCRITIVA EXTERNAS NAS DEPENDÊNCIAS DO IFPE

Instituto Federal de Pernambuco IFPE
Fls.nº 09

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
REITORIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Avenida Professor Luiz Freire, n 500 — Cidade Universitária — Recife — CEP: 50.540-740
(081) 2125-1691- propesq@reitoria.ifpe.edu.br

TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DESCRITIVAS EXTERNAS NAS DEPENDÊNCIAS DO IFPE

(Aprovado pela Resolução CONSUP IFPE Nº 29, de 18, de setembro de 2017)

DADOS DO (A) PESQUISADOR(A)

Nome: Ada Verônica de novaes nunes
Cargo/Instituição: Assistente em Administração / IFPE
Telefone(s) com DDD: (81)99681-2609
E-mail: ADAVNN@HOTMAIL.COM

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Programa de Pós-Graduação: PROFEPT
Curso/Instituição: mestrado / IFPE - Campus Olinda
Título da pesquisa: Biblioteca Inclusiva: especificações de estratégias para o suporte aos discentes com deficiência visual no ensino profissional e tecnológico
Orientador(a): Dranildo José de melo Filho

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco autoriza a realização, em suas dependências, de entrevistas e/ou levantamento de dados e informações inerentes à execução do projeto de pesquisa acima especificado, desde que sejam atendidas as seguintes considerações:

1) A pesquisa deve atender às determinações éticas das Resoluções nº 196/96 e nº 466/2012 do CNS/MS, nos casos de pesquisas envolvendo seres humanos, com o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados;
2) O(a) responsável pela pesquisa obriga-se a prestar todos os esclarecimentos necessários, quando solicitado por qualquer instância do IFPE;
3) O IFPE não arcará com nenhuma despesa decorrente das atividades relacionadas à pesquisa desenvolvida;
4) Atendimento aos marcos regulatórios do IFPE.

Recife, 13 de fevereiro de 2020

Prof. Anália Keila Rodrigues Ribeiro
SIAPE: 1110582

Anália Keila Rodrigues Ribeiro
Reitora do IFPE

Assinatura e carimbo do(a) Reitor(a)

Anália Keila Rodrigues Ribeiro
Reitora do IFPE

Observação: Para a realização da pesquisa é imprescindível a apresentação do TERMO DE ANUÊNCIA. O TERMO deve estar assinado e carimbado pelo(a) Reitor(a) do IFPE.

Scanned by CamScanner

ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA ASSINADA

Instituto Federal de Pernambuco - IFPE
Fls. nº.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Ada Verônica de Novaes Nunes, a desenvolver o seu projeto de pesquisa BIBLIOTECA INCLUSIVA: ESPECIFICAÇÕES DE ESTRATÉGIAS PARA O SUPORTE AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO, que está sob a coordenação/orientação do Prof. Ivanildo José de Melo Filho, cujo objetivo é averiguar a contribuição de um roteiro orientativo para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual, no âmbito do Instituto Federal de Pernambuco-IFPE.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Local, em 06 / 09 / 2019.

Assinatura e carimbo do responsável onde a pesquisa será realizada

Anália Keila Rodrigues Ribeiro

Reitora do IFPE

ANEXO C – TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

APÊNDICE B – TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Biblioteca inclusiva: especificações de estratégias para o suporte aos discentes com deficiência visual no ensino profissional e tecnológico

Pesquisadora responsável: Ada Verônica de Novaes Nunes

Instituição/Departamento de origem da pesquisadora: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, PROFETP – Campus Olinda/IFPE.

Telefone para contato: (81) 99681-2609

E-mail: adavnn@hotmail.com

A pesquisadora do projeto acima identificado assume o compromisso de:

- Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados (informações dos questionários, das entrevistas e da observação diagnóstica) serão estudados;
- Assegurar que as informações coletadas serão utilizadas, única e exclusivamente, para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o voluntário da pesquisa.

A pesquisadora declara que os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, questionários, dentre outros), ficarão armazenados em pastas de arquivo e computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço Rua Presidente Washington Luiz nº 276 apartamento nº 302, Engenho do Meio, CEP 50.730-620, Recife-PE, pelo período de mínimo 5 anos.

A Pesquisadora declara, ainda, que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Centro de Ciências da Saúde, da FAFIRE.

Recife, ...17.... de ...dezembro..... de 2019.

Ada Novaes

Assinatura Pesquisadora Responsável

ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

bibliotecas dos campi estudados, e propor, de forma
sistematizada, estratégias inclusivas para os estudantes com deficiência visual. Por fim, uma proposta de produto educacional é apresentada em
formato de um manual de procedimentos (roteiro orientativo e com formato dinâmico), sugerindo direcionamentos assertivos no que tange as
bibliotecas, promovendo a inclusão dos estudantes com cegueira ou baixa-visão.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Averiguar a contribuição de um manual de procedimentos para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual
no âmbito do IFPE.

Objetivo Secundário:

• Diagnosticar quais são as barreiras institucionais e dos estudantes com deficiência visual;• Investigar as práticas de consumo dos estudantes
com deficiência visual ao usufruírem os serviços educacionais das bibliotecas, no âmbito do IFPE;• Compreender como as bibliotecas se
estruturam e quais as necessidades para o suporte de serviços inclusivos para pessoas com deficiência visual;• Especificar um manual de
procedimentos, com recomendações integrativas, para as bibliotecas visando o suporte inclusivo para os estudantes com deficiência visual do IFPE.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não há riscos em relação à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual para os participantes da pesquisa,como também para a pesquisadora. Contudo,se vierem a sofrer qualquer tipo de dano, devido a sua participação na pesquisa, previstos ou não no
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, terão direito à assistência e à indenização,se for o caso, por parte da pesquisadora. Em relação aos
benefícios aos participantes são exclusivamente indiretos, sendo consideradas as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou
espiritual, conforme prvesito na RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. (maiores informações, vide Projeto de Pesquisa original
anexo)

Benefícios:

Refletir sobre o tema bibliotecas inclusivas para estudantes com deficiência visual, no âmbito da educação profissional e tecnológica, e espera-se
que os participantes da pesquisa, funcionários do Instituto Federal, e a comunidade interna e externa, assim como a comunidade acadêmica,
compreendam que esses estudantes obrigatoriamente necessitam de auxílio, ao buscar informações, pois os obstáculos são imensos: o usuário tem
dificuldade de chegar a sua escola, por conta da falta de acessibilidade nos transportes e ruas; tem dificuldade em chegar a biblioteca, se o espaço
não possuir piso tátil e mapa tátil com orientações de mobilidade; e caso a biblioteca não possua condições adaptadas e acessíveis para a leitura,
estudo e acesso às tecnologias adequadas, o usuário com deficiência visual não alcançará as informações como os demais colegas que não
possuem deficiência. Além disso, sugerir que a própria Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, pode criar tecnologias
assistivas de ponta e de baixo custo; desenvolvendo produtos acessíveis; capacitando sobre Tecnologias Assistivas, tornar o Portal do IFPE e da
Comissão de Vestibular acessíveis às pessoas com deficiência visual, dentre outros fatores.Além do mais, não se quer apenas que haja materiais e
espaços inclusivos nas bibliotecas, mas também, oportunidades de conviver, de exercer a cidadania, de formar grupos de debates e estudos,
contribuindo de várias formas para o desenvolvimento do estudante e qualquer usuário que a frequente, seja ele pessoa com deficiência ou
não.Deseja-se, também, que esse trabalho não se torne invisível e a cada a dia o tema seja mais discutido e descobertas novas tecnologias e novos
meios de facilitar o acesso das pessoas com deficiência visual aos espaços da biblioteca, e em qualquer espaço, seja público ou privado. E
finalmente, é extremamente importante pensar e concretizar que: não existe deficiência, e sim, diversidade. E que sirva de incetivos para outras
pesquisas e pesquisadores. (maiores informações, vide Projeto de Pesquisa original anexo)

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1.Projeto Detalhado/Brochura do investigador: “4_Projeto_Dissertacao.pdf”

2. Termo de consentimento livre e esclarecido: "3_TALE_TCLE.pdf "
3. Preenchimento da Plataforma Brasil: "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1436028.pdf "
4. Carta de Anuência: "Termo_Anuencia_IFPE.pdf"
5. Termo de Compromisso de Confidencialidade. "5_Termo_de_Confidencialidade_e_compromisso.pdf"
6. Folha de Rosto: "1_Folha_de_Rosto.pdf "

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Este protocolo de pesquisa não apresenta óbices éticos para sua execução.

Lembramos que o (a) pesquisador (a) responsável assume o compromisso de encaminhar ao CEP/FAFIRE o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto nas normativas vigentes, Resolução CNS nº 510/16 e 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este protocolo de pesquisa não apresenta óbices éticos para sua execução.

Lembramos que o (a) pesquisador (a) responsável assume o compromisso de encaminhar ao CEP/FAFIRE o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto nas normativas vigentes, Resolução CNS nº 510/16 e 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1436028.pdf	13/02/2020 14:23:10		Aceito
Outros	Termo_Anuencia_IFPE.pdf	13/02/2020 14:22:13	ADA VERONICA DE NOVAES NUNES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	4_Projeto_Dissertacao.pdf	11/02/2020 18:07:31	ADA VERONICA DE NOVAES NUNES	Aceito

FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE - FAFIRE

Continuação do Parecer: 3.858.740

Outros	10_Curriculo_Lattes_pesquisadora.pdf	15/01/2020 19:40:43	ADA VERONICA DE NOVAES NUNES	Aceito
Outros	9_Curriculo_Lattes_orientador.pdf	15/01/2020 19:39:56	ADA VERONICA DE NOVAES NUNES	Aceito
Orçamento	8_Orcamento_da_Pesquisa.pdf	15/01/2020 19:36:50	ADA VERONICA DE NOVAES NUNES	Aceito
Cronograma	7_Cronograma.pdf	15/01/2020 19:36:36	ADA VERONICA DE NOVAES NUNES	Aceito
Outros	6_Autorizacao_de_uso_de_dados.pdf	15/01/2020 19:36:19	ADA VERONICA DE NOVAES NUNES	Aceito
Outros	5_Termo_de_Confidencialidade_e_compromisso.pdf	15/01/2020 19:34:51	ADA VERONICA DE NOVAES NUNES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	3_TALE_TCLE.pdf	15/01/2020 19:31:47	ADA VERONICA DE NOVAES NUNES	Aceito
Outros	2_Carta_de_Anuencia.pdf	15/01/2020 19:25:01	ADA VERONICA DE NOVAES NUNES	Aceito
Folha de Rosto	1_Folha_de_Rosto.pdf	15/01/2020 19:19:47	ADA VERONICA DE NOVAES NUNES	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

RECIFE, 27 de Fevereiro de 2020

Assinado por:
Aldenir de Oliveira Alves
(Coordenador(a))

Endereço: Av, Conde da Boa Vista, 921
Bairro: BOA VISTA **CEP:** 50.060-002
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2122-3534 **E-mail:** comitedeetica@fafire.br

ANEXO E – PRODUTO EDUCACIONAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO (IFPE) - CAMPUS OLINDA

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT

BIBLIOTECAS INCLUSIVAS

UM GUIA DE RECOMENDAÇÃO DIRECIONADO AO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO IFPE

ADA VERÔNICA DE NOVAES NUNES

IVANILDO JOSÉ DE MELO FILHO

INSTITUTO FEDERAL
Pernambuco
Campus Olinda

PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Pernambuco

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO (IFPE) - CAMPUS OLINDA

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT

BIBLIOTECAS INCLUSIVAS

UM GUIA DE RECOMENDAÇÃO DIRECIONADO AO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO IFPE

ADA VERÔNICA DE NOVAES NUNES

IVANILDO JOSÉ DE MELO FILHO

OLINDA
2021

Copyright © by 2021 Ada Verônica de Novaes Nunes e Ivanildo José de Melo Filho.

Revisão:

• Ada Verônica de Novaes Nunes

• Ivanildo José de Melo Filho

Editoração, Ilustração e Diagramação Eletrônica:

• Mariana Oliveira Felipe

Estudante do Curso Técnico em Computação Gráfica do Instituto Federal de Pernambuco - Olinda

Portfólio: behance.net/marianafelipe

N972b Nunes Novaes, Ada Verônica de; Melo Filho, Ivanildo José de.

Bibliotecas inclusivas: um guia de recomendação direcionado ao atendimento aos estudantes com deficiência visual no IFPE. / Ada Verônica de Novaes Nunes; Ivanildo José de Melo Filho. – Olinda, PE, 2021.

38 f.: il., color.; 30 cm.

Produto Educacional: Guia de Recomendações — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, Coordenação Local Profept/IFPE - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2021.

ISBN: 978-65-00-24183-9.

1.Pessoas com deficiência visual – Educação. 2. Deficientes Visuais. 3. Bibliotecas Inclusivas. 4. Educação Profissional e Tecnológica (EPT). I. Título.

371.9 CDD (22 Ed.)

Catalogação na fonte

Bibliotecária Andréa Cardoso Castro - CRB4 1789

Autorizamos a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de ensino e pesquisa, desde que citada a fonte. Esta Cartilha está licenciada com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional.

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

ORIGEM: Trabalho de dissertação, do programa ProfEPT - Campus Olinda, intitulado “Biblioteca inclusiva: especificações de estratégias para o suporte aos estudantes com deficiência visual no ensino profissional e tecnológico”.

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ensino.

PÚBLICO-ALVO: Profissionais da educação, bibliotecários e estudantes com deficiência visual, e outros interessados que se identifiquem com a temática, visto que a inclusão permeia todos os espaços de educação formal e informal.

CATEGORIA: Guia de Recomendações para a EPT sobre o atendimento inclusivo das Bibliotecas aos estudantes com deficiência visual.

FINALIDADE: Promover o protagonismo das Bibliotecas no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência visual e indicar recomendações fundamentais para o atendimento inclusivo nesses espaços socioeducativos.

ESTRUTURAÇÃO: Encontra-se organizado em quatro recomendações que devem ser utilizadas ou adaptadas de acordo com a necessidade do estudante e da realidade da Instituição de Ensino Profissional.

REGISTRO: Biblioteca Carolina Maria de Jesus do IFPE – Campus Olinda.

AVALIAÇÃO: Realizada por 11 profissionais e especialistas em Biblioteconomia, da Educação e da Educação Inclusiva e Especial que atuam em diferentes áreas no IFPE.

DISPONIBILIDADE: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais e a proibição do uso comercial do produto.

DIVULGAÇÃO: Disponível em formato digital no Portal EduCAPES.

IDIOMA: Português

INSTITUIÇÃO ENVOLVIDA: Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – Campus Olinda

CIDADE: Olinda – PE

PAÍS: Brasil.

APRESENTAÇÃO

Ao longo do tempo, o Brasil vem progredindo em relação às políticas de promoção à educação, à cultura e à garantia dos direitos das pessoas com deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015 - garante que é dever do Estado, da sociedade e da família asseverar à pessoa com deficiência, dentre distintas prioridades, os direitos: à vida, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à acessibilidade, à cultura, à informação, aos avanços científicos e tecnológicos.

Com o intuito de contribuir para a quebra de barreias e promover a igualdade de oportunidades aos estudantes com deficiência visual, ao buscarem informações gerais e específicas sobre os conteúdos dos cursos técnicos, ofertados na Educação Profissional e Tecnológica - EPT, surge este Produto Educacional, em formato digital e em forma de Guia de Recomendações, cujo objetivo é sistematizar as práticas das Bibliotecas, desse sistema de ensino, com práticas pedagógicas e ferramentas inclusivas.

Este Produto Educacional é resultado da pesquisa de mestrado intitulada ***"Biblioteca inclusiva: especificações de estratégias para o suporte aos estudantes com deficiência visual no ensino profissional e tecnológico"***, desenvolvida no programa de Mestrado Profissional e Tecnológico (ProfEPT), ofertado pela instituição associada representada pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – Campus Olinda.

Ao longo da leitura, são destacadas recomendações para a organização de Bibliotecas inclusivas, respeitando as normativas institucionais do IFPE e, com escopo de criar uma comunicação convergente e ativa entre os protagonistas da inclusão: estudantes, professores, órgãos e demais responsáveis que tratam da inclusão na Instituição.

Importante destacar que a forma de Guia de Recomendações foi adotada tendo em vista que se trata de um Produto Educacional que busca nortear, de forma sugestiva, as atividades dos profissionais e dos gestores da Instituição. Evita-se, desse modo, indicar taxativamente normas. Cabe destacar que as recomendações contidas neste Guia, são elementos que podem ser utilizados e adaptados de acordo com a necessidade do estudante com deficiência visual e a realidade dos Institutos Federais.

SUMÁRIO

A Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, promulga que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Além de, como uma das finalidades, desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

O Censo Demográfico de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística (IBGE), evidencia que 45,6 milhões de pessoas possuem ao menos um tipo de deficiência, correspondendo a 23,9% do total da população brasileira. Sendo, a deficiência visual a que mais atinge o Brasil (18,8%), na sequência, as deficiências, motora (7%), auditiva (5,1%) e, por fim, a mental ou intelectual (1,4%). Além disso, o Censo ratifica, que há uma diferença expressiva no nível de escolaridade entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, pois 61,1% da população com 15 anos ou mais com deficiência não têm instrução ou têm apenas o fundamental incompleto.

Ingressar em uma universidade ou em um curso profissionalizante é o desejo de muitos indivíduos em nossa sociedade. Ter uma profissão é uma maneira de se estruturar economicamente e socialmente. Souza e Rabelo (2014) destacam que muitos estudantes com deficiência não têm acesso ao material utilizado pelo professor, e que por esse motivo, dentre outros, não frequentam os mesmos espaços pedagógicos que os estudantes sem deficiência, o que fomenta o que a literatura denomina de barreiras.

Para conceituar o que são barreiras, em relação a inclusão, Sassaki (2010) define seis dimensões: arquitetônica (barreiras físicas), comunicacional (barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação), instrumental (barreiras em instrumentos, ferramentas, utensílios), programática (barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas) e atitudinal (preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade em relação as pessoas com deficiência).

De ante do exposto, se os estudantes com deficiência possuem necessidades específicas para acessarem os espaços e as informações nas instituições de ensino, por conta das diversas barreiras sociais e educacionais, nas Bibliotecas não é diferente.

Parte-se do pressuposto, que as Bibliotecas são ambientes que aceitam a presença de todos e acolhe um público diverso, assim, Pupo e Martins (2014) explicam que o conceito de Biblioteca se torna mais amplo do que se imagina. As autoras defendem que, esse espaço possui o papel de contribuir para o ensino, a pesquisa e a extensão, por meio da prestação de serviços à comunidade interna e externa.

Diante dessa perspectiva, percebe-se que as Bibliotecas podem ser consideradas espaços de informação para a orientação das várias necessidades dos seus usuários. Entre-

tanto, antes de tudo, necessitam ser potencializadas como ambientes sociais, visto que, são ambientes onde ocorre continuamente a interação de pessoas e a troca de informações diversificadas, nos diferentes níveis de ensino. Além disso, é fundamental efetivar ações e estratégias particulares que as tornem protagonistas na educação inclusiva, em especial, aos estudantes com deficiência visual, que necessitam de atendimento específico para a busca de informação.

Este produto educacional em formato de Guia trata-se de um embrião em direção ao suporte inclusivo para estudantes com deficiência visual, professores e órgãos do IFPE que lidam com o atendimento a inclusão. Ademais, esta é a primeira versão de uma contribuição que poderá ser atualizada em virtude de outras pesquisas nesse campo, bem como, servir de inspiração para outros pesquisadores desenvolverem e aplicarem em seus contextos no âmbito da EPT.

Sassaki (2010), afirma que a inclusão é um processo em que a sociedade se adapta para incluir pessoas com deficiência ou não, desse modo, trata-se de uma "equiparação de oportunidades" e uma construção de uma sociedade para todos.

Ao encontro dos preceitos de Sassaki, no estudo exploratório no âmbito da EPT de Nunes Novaes (2021) e Melo Filho e Nunes Novaes (2020a) foram identificadas 9 (nove) investigações cujo objetivo central foi verificar quais estratégias ou ações têm sido realizadas e recomendadas ao suporte inclusivo das Bibliotecas para estudantes com deficiência visual, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica – EPT, nos últimos 5 (cinco) anos. A análise desses documentos selecionados sinalizou que os Institutos Federais, desenvolvem ações pontuais sobre a inclusão nas Bibliotecas e que possuem documentos norteadores ao atendimento inclusivo. Contudo, verificou-se que as Bibliotecas necessitam de documentos específicos e padronização para o suporte equitativo aos seus estudantes com deficiência visual.

É importante observar a perspectiva desses autores sobre as Bibliotecas inclusivas, uma vez que se depreende que esses espaços possuem um papel social e cultural, além de educacional e informacional. Desse modo, destaca-se a necessidade de políticas institucionais sistêmicas que busquem estratégias específicas e, principalmente, contínuas, para a inserção das Bibliotecas no contexto da EPT se tornaram inclusivas e atenderem assertivamente as necessidades específicas dos seus usuários.

O Quadro 1 apresenta as estratégias ao suporte inclusivo para bibliotecas na EPT identificadas a partir dos resultados da análise e discussão das investigações identificadas por Nunes Novaes (2021) e Melo Filho e Nunes Novaes (2020a). O campo denominado "Item identificado" corresponde aos desafios encontrados nos artigos selecionados. O campo "Estratégias" relaciona as estratégias encontradas nos trabalhos analisados. Por fim, o terceiro campo designado de "Autores" identifica a fonte do conteúdo apresentado.

Quadro 1 - Estratégias ao Suporte Inclusivo para Bibliotecas na EPT Identificadas. Adaptado de Nunes Novaes (2021) e Melo Filho e Nunes Novaes (2020a).

Item Identificado	Estratégias	Autor (es)
Ausência de diretrizes na instituição para sistematizar o ingresso e a permanência de estudantes com deficiência.	Adoção de espaços acessíveis.	Marques (2014)
	Elaboração de um modelo de estrutura física e pedagógica.	
	Acesso universal ao conteúdo.	
Ausência de parâmetros para a implantação de bibliotecas acessíveis.	Adoção ao desenho universal para bibliotecas.	Pupo e Martins (2014)
	Atendimento à diversidade.	
	Evitar a necessidade de adaptações.	
Influência da utilização de recursos de Tecnologia Assistiva no desempenho de escolares com deficiência visual para leitura.	Evitar competição.	Rabello e Gasparetto e Alves e Monteiro e Carvalho (2014)
	Promover equidade na realização das atividades acadêmicas.	

Dificuldades na realização de trabalho colaborativo.	Tutoria por pares.	Fernandes e Costa (2015)
	Uso combinado ou isolado de recursos humanos e tecnológicos.	
Falta de ações para a permanência e insuficiência na formação inicial e continuada dos profissionais.	Fortalecer o ingresso inclusivo aos IF.	Ramos (2016)
	Fornecer a visibilidade aos NAPNEs à comunidade.	
	Viabilizar ao NAPNE condições adequadas de trabalho, orientação e suporte.	
	Ofertar formação inicial e continuada aos profissionais.	
Redefinição da biblioteca para as atividades acadêmicas no século XXI.	Flexibilizar o atendimento dos seus usuários.	Jorge Anna (2016)
Tornar a biblioteca um espaço inclusivo a qualquer usuário.	Utilizar como ferramenta essencial o Universal Design ou Desenho Universal.	Spina (2017)
Promover cooperações e parcerias entre diversas bibliotecas.	Observar a inclusão e exclusão proporcionada pelas tecnologias.	Malheiros e Cunha (2018)
	A importância de livros em Braille ou em formato digital.	
	As bibliotecas inclusivas possuem o papel de colaboradoras no processo de aquisição de informações.	
	Observar a diversidade humana para compor a coleção de qualquer biblioteca.	
Buscar à democratização da informação.	Construir, em conjunto com pessoas com deficiência visual, políticas inclusivas.	Bruno e Nascimento (2019)
	Observar quais tecnologias atendem cada usuário.	
	Solicitar sugestões e críticas aos usuários com deficiência visual.	

Fonte: Os Autores.

Os resultados obtidos pelos autores permitiram identificar 23 estratégias que, apesar dos trabalhos terem sido desenvolvidos no contexto distintos da EPT, os autores analisaram suas semelhanças e sumarizaram em 13 estratégias correspondentes que são evidenciadas pelo Quadro 2.

Quadro 2 - Estratégias Sumarizadas Direcionadas ao Suporte Inclusivo para Bibliotecas na EPT. Adaptado de Nunes Novaes (2021) e Melo Filho e Nunes Novaes (2020a).

Item	Estratégias	Autor (es)
1	Prover o acesso universal ao conteúdo	Marques (2014) Fernandes e Costa (2015) Malheiros e Cunha (2018)
2	Viabilizar a adoção ao desenho universal para bibliotecas	Pupo e Martins (2014) Spina (2017) Bruno e Nascimento (2019)
3	Atender à diversidade	Pupo e Martins (2014)
4	Evitar a necessidade de adaptações	Pupo e Martins (2014)

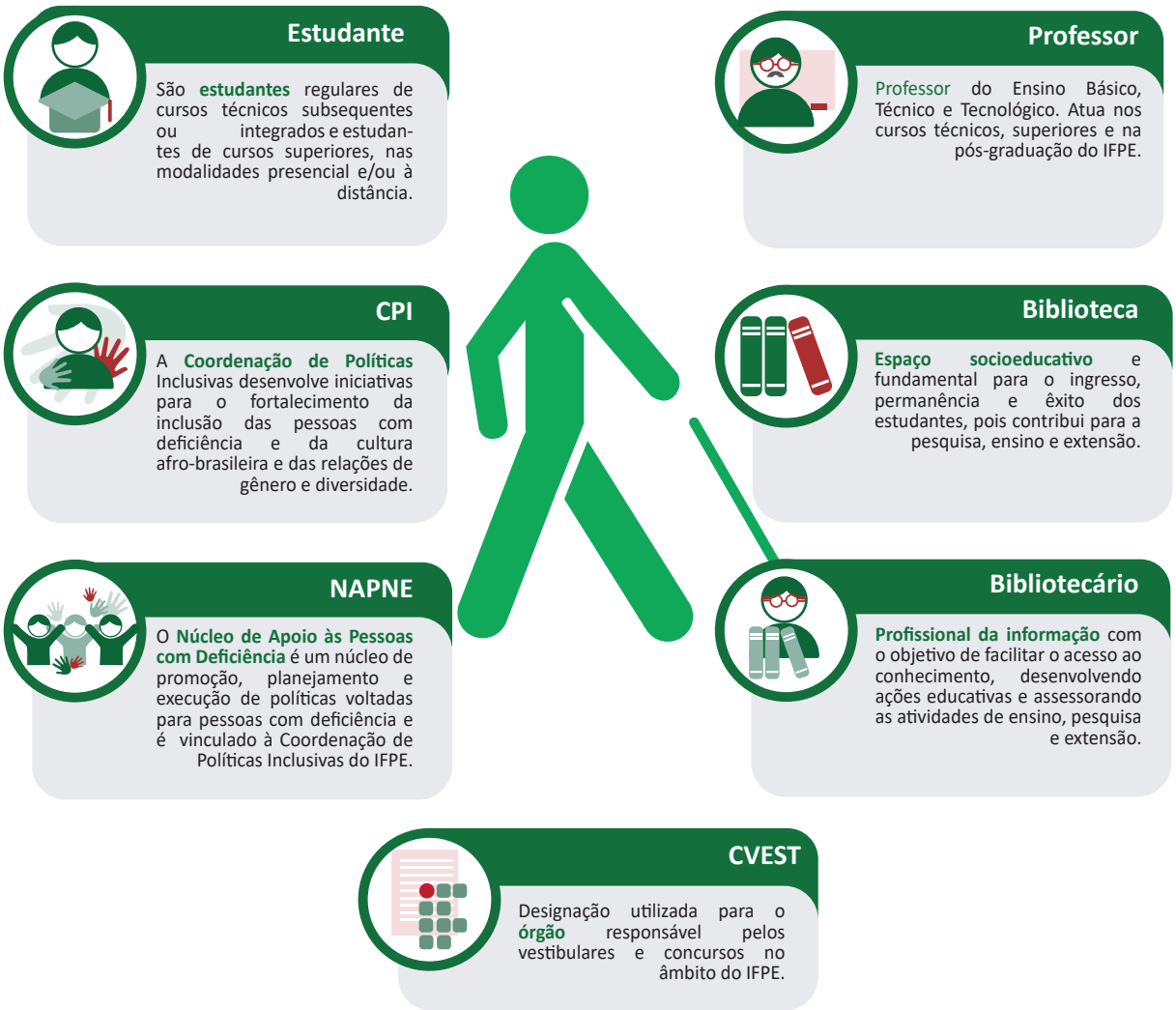
5	Evitar competição entre os estudantes	Rabello e Gasparetto e Alves Monteiro e Carvalho (2014)
6	Promover equidade na realização das atividades acadêmicas	Rabello e Gasparetto e Alves Monteiro e Carvalho (2014) Bruno e Nascimento (2019)
7	Fomentar Tutoria por pares	Fernandes e Costa (2015)
8	Viabilizar o uso combinado ou isolado de recursos humanos e tecnológicos	Malheiros e Cunha (2018)
9	Fortalecer o ingresso inclusivo aos Institutos Federais	Ramos (2016)
10	Fornecer visibilidade aos NAPNEs à comunidade	Ramos (2016)
11	Viabilizar ao NAPNE condições adequadas de trabalho, de orientação e de suporte	Ramos (2016)
12	Ofertar formação inicial e continuada aos profissionais	Ramos (2016)
13	Flexibilizar o atendimento dos seus usuários	Jorge Anna (2016)

Fonte: Os Autores.

Destaca-se, que as estratégias contidas no Quadro 2 representam um conjunto primário de ações que podem ser exploradas em contextos específicos da EPT para o atendimento inclusivo aos estudantes com deficiência visual e que não se esgotam neste Produto Educacional.

O conceito de inclusão está associado ao desenvolvimento de uma sociedade igualitária e universal, respeitando as diversidades das pessoas com necessidades específicas. Dessa forma, como o processo de inclusão nas Bibliotecas do IFPE envolve diversos profissionais e os seus usuários, na Figura 1 é apresentada uma descrição dos atores e órgãos relacionados ao processo inclusivo no IFPE, com o intuito de incentivar a participação desses protagonistas, por meio do compartilhamento igualitário de ideias e apoio mútuo para o desenvolvimento de ações nos diversos *Campi* do IFPE.

Figura 1 - Atores e Órgãos do IFPE.



Fonte: Os autores.

No contexto do Instituto Federal de Pernambuco, as Bibliotecas correspondem a um conjunto de 17 unidades localizadas nos *Campi* do IFPE, elencadas no Quadro 3. Esse conjunto é denominado de Sistema de Bibliotecas Integradas (SIBI) e cada *Campi* possui o coordenador responsável da Biblioteca, que realiza ações individuais ou intercampi.

Quadro 3 - Endereço Eletrônico das Bibliotecas do IFPE. Adaptado do Portal do IFPE (2021).

Campus	E-mail de Contato
Abreu e Lima	biblioteca@abreuelima.ifpe.edu.br
Afogados da Ingazeira	biblioteca@afogados.ifpe.edu.br
Barreiros	biblioteca@barreiros.ifpe.edu.br
Belo Jardim	sb@belojardim.ifpe.edu.br
Cabo de Santo Agostinho	biblioteca@cabo.ifpe.edu.br
Caruaru	biblioteca@caruaru.ifpe.edu.br
Garanhuns	biblioteca@garanhuns.ifpe.edu.br
Igarassu	biblioteca@igarassu.ifpe.edu.br
Ipojuca	biblioteca@ipojuca.ifpe.edu.br
Jaboatão	biblioteca@jaboatao.ifpe.edu.br
Olinda	biblioteca@olinda.ifpe.edu.br
Palmares	biblioteca@palmares.ifpe.edu.br
Paulista	biblioteca@paulista.ifpe.edu.br
Pesqueira	biblioteca@pesqueira.ifpe.edu.br
Recife	biblioteca@recife.ifpe.edu.br
Vitória de Santo Antão	biblioteca@vitoria.ifpe.edu.br
DEaD-Reitoria	biblioteca@ead.ifpe.edu.br
Reitoria	não possui biblioteca

Fonte: Os Autores.

Os NAPNEs, também, se encontram nos 16 *Campi* e a *Campi* EAD do IFPE e possuem seus respectivos correspondentes, descritos no Quadro 4. Esses núcleos são fundamentais para o atendimento inclusivo, pois tem por finalidade promover a educação para a convivência e diminuir ou eliminar toda forma de discriminação no IFPE.

Quadro 4 - Endereço Eletrônico do NAPNE de cada Campus do IFPE. Adaptado do Portal do IFPE (2021).

Campus	E-mail de Contato
Abreu e Lima	direcao.geral@abreuelima.ifpe.edu.br
Afogados da Ingazeira	copi@afogados.ifpe.edu.br
Barreiros	dg@barreiros.ifpe.edu.br
Belo Jardim	dg@belojardim.ifpe.edu.br
Cabo de Santo Agostinho	copi@cabo.ifpe.edu.br
Caruaru	napne@caruaru.ifpe.edu.br
Garanhuns	direcaogeral@garanhuns.ifpe.edu.br
Igarassu	direcao.geral@igarassu.ifpe.edu.br
Ipojuca	gdci@ipojuca.ifpe.edu.br
Jaboatão	direcao.geral@jaboatao.ifpe.edu.br
Olinda	napne@olinda.ifpe.edu.br
Palmares	direcao.geral@palmares.ifpe.edu.br
Paulista	direcao.geral@paulista.ifpe.edu.br
Pesqueira	direcao@pesqueira.ifpe.edu.br
Recife	napne@recife.ifpe.edu.br
Vitória de Santo Antão	direcao@vitoria.ifpe.edu.br
DEaD-Reitoria	direcaogeral@ead.ifpe.edu.br
Reitoria	politicasinclusivas@reitoria.ifpe.edu.br

Fonte: Os Autores.

Primeiramente, destaca-se que o e-mail dos NAPNEs, conforme o Portal do IFPE (https://www.ifpe.edu.br/), não segue padrão e que a maior parte informada se trata do contato institucional do servidor responsável e não do núcleo. Por essa razão, relacionou-se os contatos da Direção Geral, com intuito de facilitar o processo, tendo em vista que são meios de comunicação que praticamente são inalterados. Essa carência sistemática além de dificultar o contato com os núcleos de apoio, reforça a necessidade de sistematização de procedimentos, para que um NAPNE não atenda diferente de outro.

É importante destacar que a Reitoria

do IFPE por não possuir estudantes e professores, e ter o papel de órgão sistêmico e orientador dos *Campi*, não possui, em sua estrutura organizacional, o NAPNE e sim, a Coordenação de Políticas Inclusivas - CPI, cujo um dos objetivos é desenvolver ações sistêmicas de inclusão em todos os *Campi* em parceria com os NAPNEs.

De um modo geral, percebe-se que o IFPE é estruturado com Bibliotecas e NAPNEs em todos os seus *Campi*. Isso, mostra-se um aspecto extremamente positivo para o desenvolvimento de atividades inclusivas voltadas aos estudantes com deficiência visual. Contudo, atenta-se que pela diversidade desses estudantes e pela localização longínqua dos *Campi* é imprescindível que atividades coordenadas e sistematizadas façam parte do cotidiano institucional para que o processo de inclusão permeie toda a Instituição com equidade.

As Bibliotecas contribuem para garantir o ingresso, a permanência e o êxito dos estudantes com deficiência visual, ao exercerem sua função primordial de auxiliar as pesquisas e promover o acesso ao conhecimento. Desse modo, a acessibilidade nas Bibliotecas é basilar para que esses estudantes, sejam incluídos na comunidade acadêmica e devem existir estratégias específicas por parte de todos os profissionais e principalmente, dos profissionais da informação, em adequar seus espaços para atender a diversidade dos usuários.

Nas próximas subseções, são descritas recomendações importantes para desenvolver às Bibliotecas inclusivas, em especial, no universo da EPT, tendo em vista que são espaços fundamentalmente socioeducativos e de apoio ao processo de ensino e aprendizagem. Essas, foram geradas a partir da revisão sistemática de Nunes Novaes (2021) e são constituídas em quatros recomendações a saber: (i) Identificando e conhecendo os documentos do IFPE sobre deficiência e inclusão; (ii) A importância de uma comunicação convergente; (iii) A relação da infraestrutura com o suporte tecnológico e; (iv) O acervo inclusivo direcionado ao atendimento a formação integral.

Essas recomendações partem da premissa que a comunicação e as atividades dos profissionais e órgãos da educação devem ser interligadas e sistêmicas, pois, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia possuem diversos cursos técnicos em diferentes *Campi*, e o atendimento necessita de ser permanentemente inclusivo e igualitário.

4.1 RECOMENDAÇÃO 01: IDENTIFICANDO E CONHECENDO OS DOCUMENTOS DO IFPE SOBRE DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO

Um dos primeiros passos que podem ser adotados por aqueles que desejam melhorar os processos de inclusão das Bibliotecas do IFPE é sistematizar e divulgar procedimentos, normas e diretrizes que subsidiem os profissionais, os estudantes e a comunidade em geral para que conheçam seus direitos e os caminhos sobre quais práticas pedagógicas e tecnológicas serão utilizadas para os estudantes com deficiência visual.

A importância disso pode ser compreendida conforme Sassaki (2010), que explica que a legislação tem sido vista como o meio essencial para combater à discriminação da sociedade, visto que, são cada vez mais imperativas as leis de caráter inclusivo, para que as pessoas, com ou sem deficiência, percebam que efetivamente pertencem à sociedade, usufruindo de oportunidades iguais de participação como cidadão.

No caso do IFPE, inúmeras informações sobre a inclusão de estudantes com deficiência se encontram no Portal da Instituição <https://portal.ifpe.edu.br> e podem ser buscadas, por exemplo, com os descritores: deficiência, Biblioteca, Tecnologias Assistivas, acessibilidade, inclusão, Braille, recursos tecnológicos e livros acessíveis. No entanto, a busca se torna longa, uma vez que se trata de uma procura necessariamente manual, sem ordem cronológica e sem identificação dos documentos vigentes ou revogados.

A importância de conhecer as norma-

tivas da sociedade e do espaço educacional que se frequenta, contribui para promover a discussão sobre a inclusão, ativa e perene. Estabelecer normativas, pode ser o primeiro passo para garantir que os estudantes com deficiência visual recebam serviços de qualidade. Além disso, preserva os direitos à educação, à vida, à cultura, ao lazer e à profissionalização, que são amplamente difundidos na Constituição Federal de 1988. Por essa razão, esta recomendação reúne e resume os documentos do IFPE que discutem sobre deficiência e inclusão, conforme apresentado pelo Quadro 5.

Quadro 5 - Documentos Norteadores do IFPE sobre Pessoas com Deficiência.

Política de Assistência Estudantil

Ampliar as condições de permanência dos estudantes do IFPE, contribuindo para a igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, científicas, esportivas e culturais.

2012

<https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/assistencia-estudantil/documentos-norteadores/documento-norteadores>

Resolução nº 72/2014-IFPE

Aprova a Política de Tecnologias Educacionais do IFPE.

2014

<https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2014>

Resolução nº 81/2014-IFPE

Aprova a Orientação das Ações de Inclusão das Pessoas com Deficiência no IFPE

2014

<https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2014>

PDI – 2014-2018 - Aprovado pela Resolução nº 0357/2015

Documento que trilha o caminho para consolidar a missão institucional permitindo o amparo às decisões dos gestores.

2015

<https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/pdi>

Resolução nº 82/2014-IFPE

Aprova o Regulamento dos Núcleos de Apoio às pessoas com deficiência

2014

<https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2014>

Resolução nº 05/2015

Aprova a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas SIBI/IFPE.

2015

<https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/biblioteca/o-sibi>

Resolução nº 10/2016

Aprova as alterações no Regulamento dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Deficiência do IFPE.

2016

<https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2016>

Resolução nº 04/2018-IFPE

Aprova a Reformulação da Política do Sistemas de Bibliotecas do IFPE.

2018

<https://www.ifpe.edu.br/o--ifpe/biblioteca/o-sibi>

Resolução nº 28/2020

Aprova o Regimento Geral de Funcionamento do SIBI do IFPE.

2020

<https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2020/resolucoes-2020-1>

Resolução nº 36/2018

Regulamenta e Institui o Núcleo de Tecnologia Assistiva do IFPE.

2018

<https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/-conselho-superior/resolucoes/resolucoes-2018-1/resolucoes-2018-2>

Resolução nº 05/2018-IFPE

Aprova o Regulamento do Fórum Permanente do SIBI-IFPE.

2018

<https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/biblioteca/o-sibi>

Fonte: Os Autores.

É importante destacar que esses documentos **não abordam especificamente sobre Bibliotecas inclusivas para usuários com deficiência visual**, e sim, fornecem o suporte para a comunidade acadêmica compreender as ações norteadoras do IFPE em direção a um espaço acadêmico continuamente imerso em um processo inclusivo.

Entre os documentos descritos no Quadro 5, é imprescindível ter ciência de pontos basilares que orientem o processo de inclusão. O Quadro 6 apresenta 06 (seis) trechos relevantes relacionados a esse processo.

Quadro 6- Trechos Basilares dos Documentos Norteados sobre Pessoas com Deficiência.

Documento		
Resolução nº 72/2014-IFPE	Aprova a Política de Tecnologias Educacionais do IFPE.	"Promover o atendimento especializado às pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental ou múltipla no uso de tecnologias educacionais com o apoio do NAPNE de cada Campus" (pg. 12).
Resolução nº 81/2014-IFPE	Aprova a Orientação das Ações de Inclusão das Pessoas com Deficiência no IFPE.	"Sinalizar em todos os ambientes do IFPE mapa tátil, piso podo tátil, placa em braille e Libras" (pg. 3). "Promover diálogos para uniformização e estruturação das Coordenações dos NAPNE's no IFPE" (pg. 4).
Resolução nº 10/2016	Aprova as alterações no Regulamento dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Deficiência do IFPE.	"Ao NAPNE caberá desenvolver ações de implantação e implementação das políticas de inclusão, conforme as demandas existentes nos Campi e Polos da EaD e as diretrizes do Ministério da Educação" pg. 3). "À Coordenação de Políticas Inclusivas do IFPE compete: acompanhar o processo de inclusão de forma sistêmica no IFPE" (pg. 4).
Resolução nº 28/2020	Aprova o Regimento Geral de Funcionamento do SIBI do IFPE.	"Padronizar as atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais do IFPE voltadas para a coleta, tratamento, armazenagem, recuperação e disseminação de informações" (pg. 3).

Fonte: Os Autores.

Os autores Pupo e Martins (2014), destacam que a construção de parâmetros para Bibliotecas acessíveis envolve tanto o cumprimento da legislação vigente, quanto questões sociais, uma vez que, a Biblioteca é percebida como uma organização coordenada e a acessibilidade é um conceito vasto que permeia a moral, no sentido de olhar a coletividade.

É possível compreender a preocupação por parte do IFPE em relação aos estudantes com deficiência. Os documentos abordam atitudes fundamentais como: sinalização tátil nos ambientes, padronização de atividades educacionais, ampliação ao acesso à informação, defesa da igualdade de direito para permanência e conclusão do curso com êxito, cuidado com a formação docente para interação de estudantes com deficiência; dentre outros fatores. Desse modo, percebe-se que as ações documentais buscam garantir esse atendimento, ao mesmo tempo que apresenta a complexidade que envolve a construção de Bibliotecas inclusivas para estudantes com deficiência visual e a importância de elaborar instruções pontuais para esse público-alvo.

4.2 RECOMENDAÇÃO 02: A IMPORTÂNCIA DE UMA COMUNICAÇÃO CONVERGENTE

A Recomendação 01 permitiu identificar e conhecer documentos norteadores e vigentes sobre a temática deficiência e inclusão, no âmbito do IFPE. A Recomendação 02 traz como propósito sinalizar a importância ou relevância do processo de comunicação transparente e convergente, visando o suporte ao atendimento inclusivo e o fortalecimento do ingresso, da permanência e do êxito dos estudantes com deficiência visual.

A construção de uma comunicação convergente, observada na Figura 2, entre **Estudantes – Professores – NAPNE – CPI – Biblioteca** surge do fato que a inclusão é transversal e não acontece por meio de ações e práticas pedagógicas independentes. Mantoan (2015) ao discursar sobre como fazer a inclusão escolar, atenta que o pensamento subdivido em áreas específicas é uma barreira para inovar a escola. Além do mais, a autora discursa e atenta sobre os efeitos negativos das hiperespecializações dos saberes que inibem a articulação de uns com os outros e segrega o conhecimento no lugar de acolher suas inter-relações.

Figura 2 - Comunicação Convergente.

Fonte: Os Autores.

Para que o processo de comunicação passe a ser orgânico é indispensável que seja considerada a sua totalidade, desde o ingresso do estudante, passando pelos órgãos institucionais e permeando até os tipos específicos de materiais e serviços que a Biblioteca pode, dentro do seu contexto, fornecer.

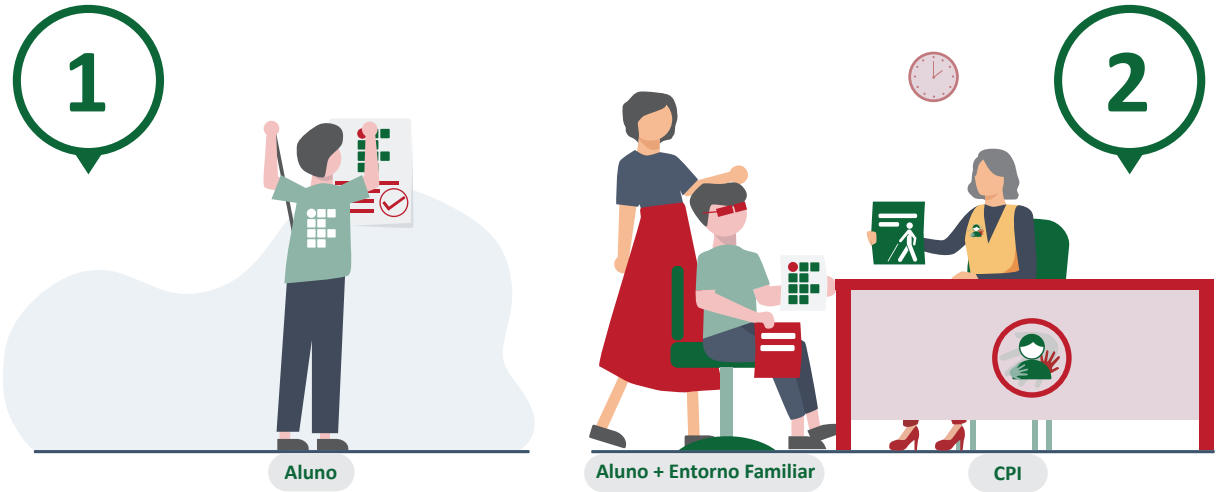
Desse modo, o objetivo central desta recomendação consiste em apresentar possibilidades, de maneira sugestiva, para uma comunicação articulada, sistêmica e contextual. Isso, pode permitir a abertura do espaço para o diálogo entre as diversas vivências dos estudantes e as distintas possibilidades de atendê-los.

4.2.1 RECEPÇÃO DOS ESTUDANTES

O processo de comunicação é um elemento balizador sobre quaisquer iniciativas pedagógicas. Conforme Chiavenato (2006) a comunicação é uma troca de informações entre indivíduos para tornar a mensagem comum, integrar as pessoas e identificar as barreiras que atrapalham o clima organizacional. Desse modo, esta recomendação não busca burocratizar a educação inclusiva no IFPE e criar funções estabelecidas e fixas, pois a responsabilidade pela inclusão, não pertence a um grupo e sim, a totalidade da Instituição. A inclusão é pauta Institucional, por isso, é importante que a comunicação seja convergente e perpasse por todos os envolvidos.

A Figura 3 apresenta duas indicações preliminares para a recepção dos estudantes com deficiência visual. A **Indicação 1** considera que esse processo tem início a partir do ingresso do estudante com deficiência visual, após sua aprovação no processo seletivo do IFPE, realizado pela Comissão de Vestibular do IFPE – CVEST. Desse modo, seria recomendável que a CVEST levantasse e apresentasse – conforme observa-se na **Indicação 2** da Figura 3 – uma lista dos estudantes com deficiência à Coordenação de Políticas Inclusivas – CPI.

Figura 3 – Indicações Preliminares para a Recepção dos Estudantes com Deficiência Visual.



Fonte: Os Autores.

Essa ação, permitiria a CPI, por ser um órgão sistêmico e estratégico em ações com a temática inclusão, atuar no alinhamento junto aos *Campi* que recebem esses estudantes. Por conseguinte, a Figura 4 contextualiza esse momento que pode ser observado na **Indicação 3** da figura. A CPI poderia realizar um levantamento junto a Direção Geral do *Campus* (DG), sobre quem serão os estudantes, suas deficiências e seu respectivo curso.

Figura 4 – Indicação Direcionada à CPI e as Direções Gerais dos Campi.

Fonte: Os Autores.

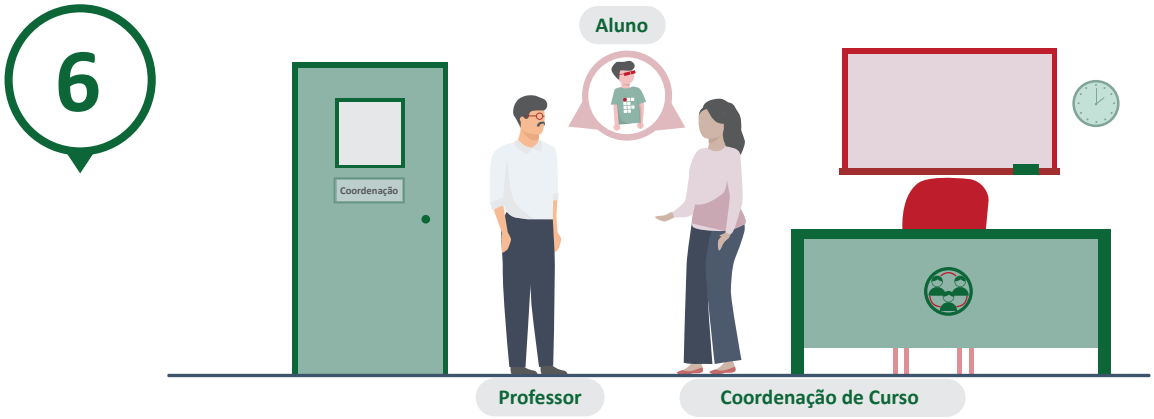
Uma vez concretizada essa ação, torna-se necessária uma articulação específica no *Campus*. A Figura 5 evidencia essa possibilidade com as **Indicações 4 e 5**. A DG comunicaria à Diretoria de Ensino (DEN) – vide **Indicação 4** – do seu respectivo *Campus* essas informações, que articularia o atendimento inclusivo – vide **Indicação 5** – junto à Coordenação de Curso, aos professores e ao NAPNE.

Figura 5 – Indicação Direcionada à Direção Geral dos Campi e às Coordenações de Curso.

Fonte: Os Autores.

Entender as particularidades do curso em que o estudante foi aprovado e definir pontos mínimos de entrega, mostra-se pedagogicamente inclusivo. Por essa razão, a articulação do professor com a Coordenação de Curso, ilustrada na **Indicação 6** da Figura 6, é essencial nesse momento, pois o acompanhamento do estudante com deficiência visual poderá acontecer continuamente.

Figura 6 – Indicação Direcionada à Articulação do Professor com a Coordenação de Curso.



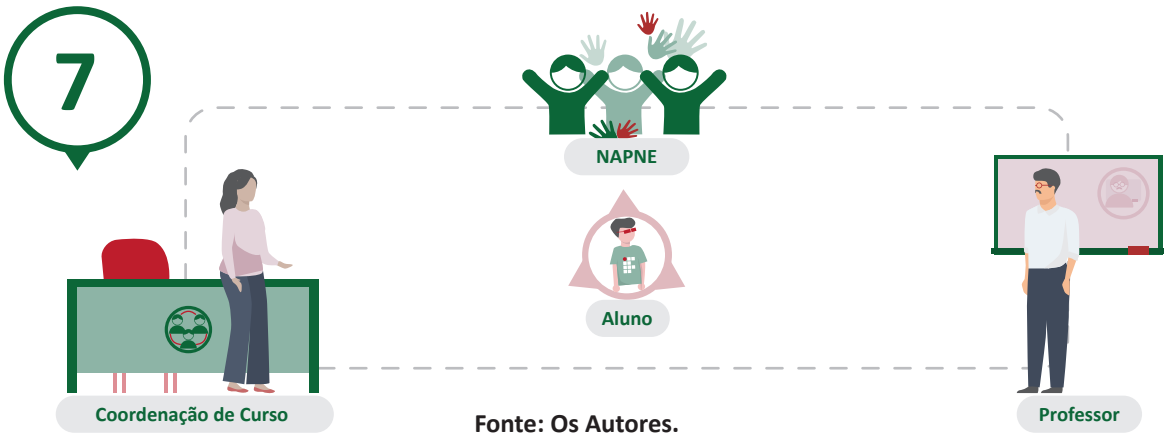
Fonte: Os Autores.

Para tanto, em cada *Campi*, é fundamental, existir ciência sobre quais conteúdos e ferramentas, averiguando a compatibilidade com as demandas dos estudantes, associados aos cursos da EPT são ofertados, relacioná-los e, dentro do que for prioritário, disponibilizar, comunicando oficialmente aos estudantes com deficiência visual ou aos seus responsáveis, o respectivo acesso.

Nesse ponto, esse entendimento pode produzir uma curva de aprendizagem, e gerar por sua vez, uma espécie de prática no contexto do *Campus* que pode ser replicada em outras situações análogas de futuros estudantes, em outros cursos ofertados. Inclusive, poderia servir, de recomendação norteadora para o planejamento pedagógico voltado a esses estudantes.

Ressalta-se que o apoio do NAPNE ao professor e a Coordenação do Curso, torna-se fundamental, ao auxiliar na definição referente a possíveis adaptações de conteúdo, informações e ferramentas utilizadas nas salas de aulas e laboratórios dos cursos, como também, nas atividades extras curriculares. Esse apoio é representado na **Indicação 7** da Figura 7.

Figura 7 – Indicação sobre o Apoio do NAPNE ao Professor e a Coordenação do Curso.



Fonte: Os Autores.

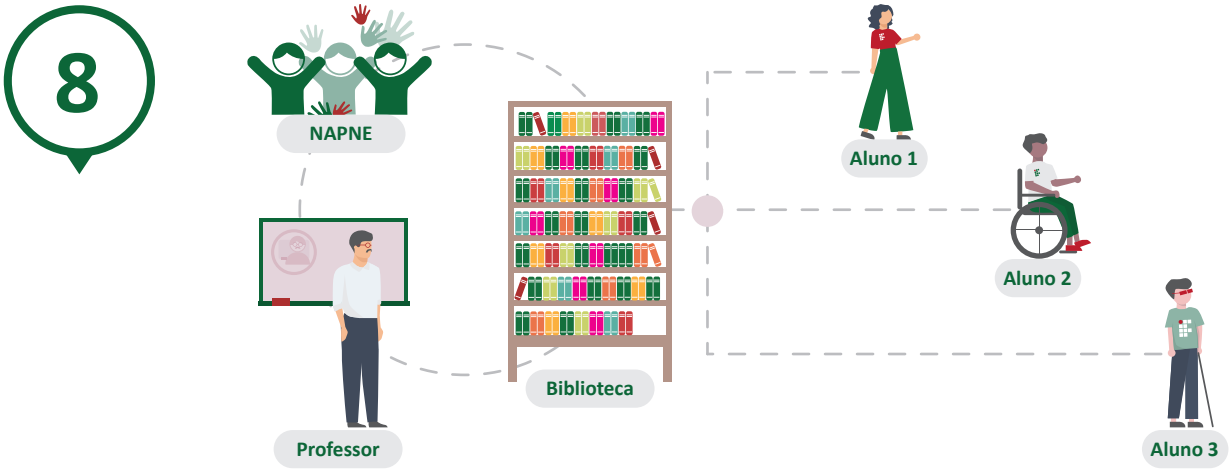
Segundo Mantoan (pg.59, 2011) "*a sala de aula é o termômetro pelo qual se mede o grau de febre das crises educacionais e é nesse microespaço que as mudanças do ensino verdadeiramente se efetivam ou fracassam*". A sala de aula é onde o estudante permanece a maior parte de seu tempo na escola, assim, o professor pode mapear as estratégias necessárias para quebrar as barreiras de acesso ao conhecimento nas suas aulas.

É importante destacar que o professor é ponto fundamental para a efetivação da inclusão nas Bibliotecas. A construção de uma comunicação convergente entre Professores – Bibliotecas abre caminhos para que suas estratégias estejam ou passem a estar alinhadas. Isso, posicionará a Biblioteca em um novo marco, que ela possa ofertar serviços e atendimentos inclusivos, principalmente para atender as demandas específicas voltadas aos estudantes com deficiência visual ao cursarem os conteúdos gerais e técnicos de seus cursos.

Ao considerar o contexto da EPT no que tange as disciplinas ou componentes curriculares de formação geral, bem como, as de formação técnica que possuem intrinsicamente suas particularidades e respeita o contexto de cada curso. Inclusive, sabe-se que as estratégias e o planejamento do professor possuem um caráter idiossincrático; uma característica, por definição, peculiar na condução de suas respectivas disciplinas ou componentes curriculares.

Outra ação inclusiva propositiva à EPT, poderia estar centrada no levantamento das necessidades específicas de cada estudante, em adequar o planejamento da disciplina ou componente curricular e do material utilizado pelo professor. Essa ação está abordada na **Indicação 8** da Figura 8 e poderia acontecer junto aos professores, com o apoio do NAPNE e da Biblioteca. Ao longo do tempo, pode conduzir à construção natural de um conjunto de materiais, ferramentas e ações indispensáveis à composição do acervo da Biblioteca, bem como contribuir para o seu papel como espaço de aprendizagem.

Figura 8 – Indicação Referente ao Levantamento das Necessidades dos Estudantes com Deficiência pelo Professor junto ao NAPNE e a Biblioteca.



Fonte: Os Autores.

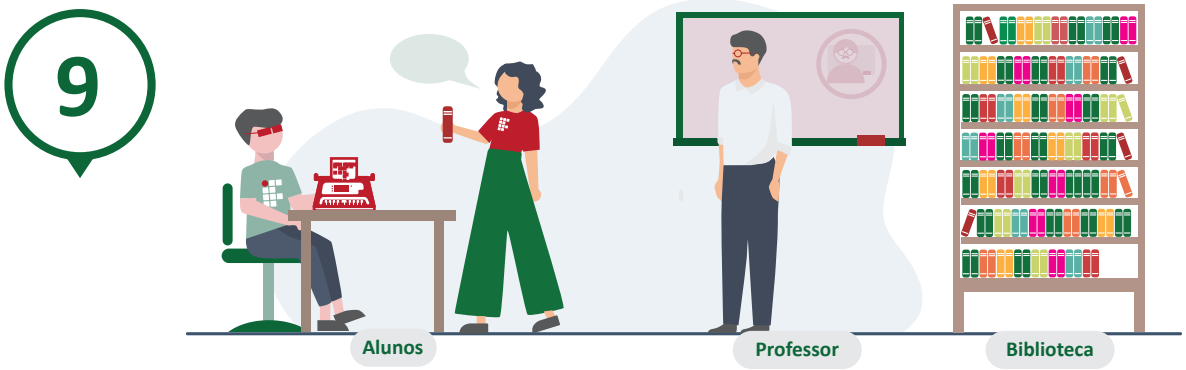
Além disso, cabe ressaltar, que outra proposta essencial, é que o professor pode buscar ações que promovam a equidade da realização das atividades acadêmicas e motivem a participação da turma em sala de aula no processo inclusivo. Como exemplo: um colega poderia ser ledor para o estudante com deficiência visual, ou seja, o uso da estratégia de tutoria de pares.

Mantoan (2015) explica que a individualização das tarefas, em que os estudantes na maior parte do tempo fazem sozinhos em suas carteiras, implica recriar os espaços educativos. Para a autora, a experiência do trabalho com pares, estimula a capacidade de decisão, o compartilhamento de responsabilidades, o desenvolvimento de cooperação. Por tanto, evita a competição entre os estudantes, promove à diversidade e valoriza o conhecimento de cada indivíduo.

É necessário também, cotidianamente, viabilizar ao NAPNE e às Bibliotecas, condições adequadas ao trabalho de sua equipe, o que pode fornecer a visibilidade desses órgãos junto à comunidade interna e externa do IFPE e fortalecer suas representações no processo inclusivo.

Esse suporte poderia servir como uma possível recomendação na interlocução com a CPI e, possivelmente de replicação nos demais Campi do IFPE. Além da Biblioteca poder auxiliar o ensino, a pesquisa e a extensão. Ainda nessa perspectiva, auxiliaria no fornecimento de livros, materiais e ferramentas acessíveis – vide **Indicação 9** – apresentada na Figura 9.

Figura 9 – Indicação sobre o Apoio da Biblioteca com Ferramentas e Materiais Acessíveis.



Fonte: Os Autores.

Essas ferramentas e materiais necessitam estar minimamente adaptados e relacionados com os conteúdos gerais e específicos dos cursos técnicos, ao estudante com deficiência visual durante toda sua jornada acadêmica.

4.2.2 O QUE O ESTUDANTE NECESSITA SABER

Para complementar as recomendações do processo de comunicação convergente entre Professores – NAPNE – CPI – Biblioteca, outro ponto importante a ser abordado neste Guia, envolve as informações que podem ser consideradas relevantes para a ciência dos estudantes com deficiência visual e seu entorno familiar.

Segundo Pupo e Melo e Férres (2006), numa sociedade inclusiva, o acesso ao conhecimento acontece ao se edificar canais que permitam ao livro comunicar na diversidade de línguas, ouvidos e olhos. Complementar as autoras, Mantoan (2015) atenta que para muitos estudantes, a escola é o único espaço de acesso ao conhecimento e que não existem métodos específicos para esta ou aquela deficiência, pois o estudante aprende dentro do seu limite. Portanto, a Biblioteca precisa se ressignificar e propor novas estratégias.

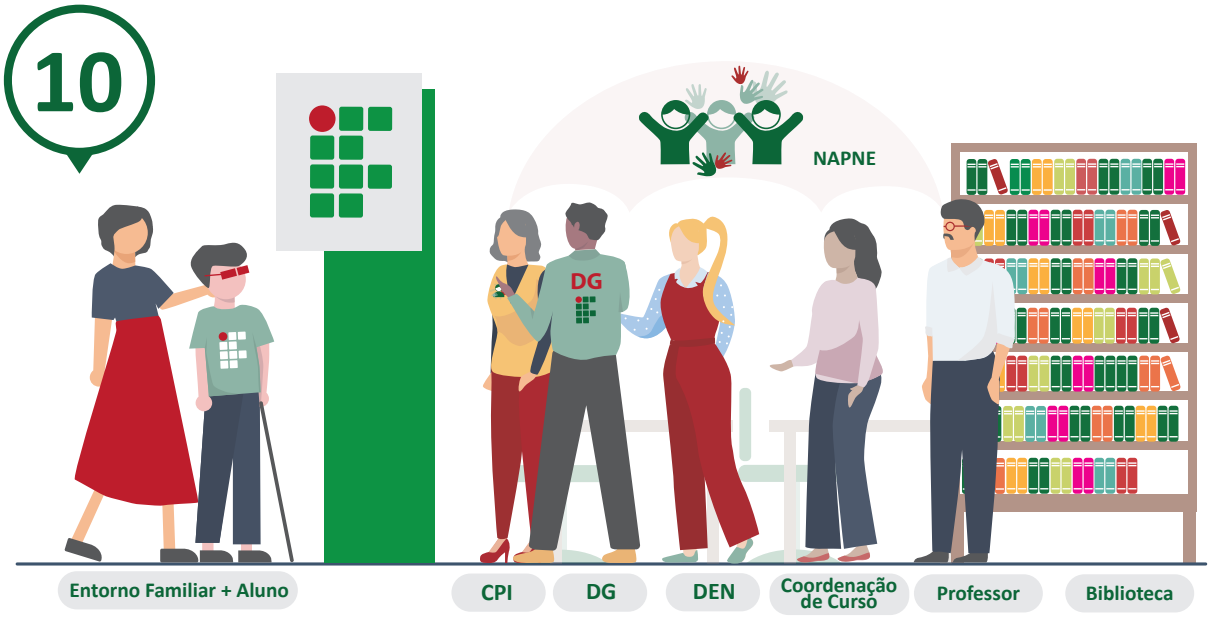
A educação é papel do Estado, da sociedade e da família. Como ação primordial, é preciso ressaltar que o entorno familiar necessita estar ciente e presente nas ações conduzidas pelo IFPE, principalmente, pelo fato que o estudante do curso integrado, mesmo autônomo, normalmente é menor de idade. A família possui o dever legal e a responsabilidade de buscar a inclusão e adotar decisões que atendam o interesse de seu familiar.

Os resultados da investigação de Novaes Nunes (2021) sinalizaram que os estudantes com deficiência visual na EPT frequentam esporadicamente as Bibliotecas devido, na maioria das vezes, esses espaços não possuírem o acervo básico disponível para o curso em que estão matriculados, minimamente adaptados a pessoas com deficiência visual.

Nessa perspectiva, mostra-se recomendável que o estudante com deficiência visual, bem como, seu entorno familiar, conforme representação da **Indicação 10** da Figura 10, desde o seu primeiro contato com o IFPE, conheça sua Instituição, os órgãos responsáveis pela inclusão, a equipe multiprofissional[1], as ferramentas inclusivas disponíveis e os documentos norteadores da Instituição, presentes na Recomendação 01 deste Guia.

[1] Considerando que o IFPE é uma Instituição multicampi que, por sua vez, possui professores e técnicos administrativos de diversas áreas do conhecimento, como também, colaboração técnica e parcerias com diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão. A composição de uma equipe multiprofissional poderia ser formada por diferentes profissionais capacitados nas áreas de informação, tecnologia, saúde e educação, podendo ainda, estar preferencialmente integrada ao NAPNE de cada Campus e a CPI da Reitoria.

Figura 10 – Indicação sobre a Necessidade do Estudante Conhecer os Órgãos e os Responsáveis pela Inclusão no Âmbito do IFPE.



Fonte: Os Autores.

Desse modo, esse estudante e seu entorno familiar, ao ingressar no IFPE poderia ser apresentado ao NAPNE, a CPI e a Biblioteca para que nos primeiros momentos de sua jornada acadêmica possam estabelecer o diálogo com os setores responsáveis pelo atendimento inclusivo, minimamente, personalizado as suas demandas. Assim, para o estudante, tal ação poderá denotar a percepção de acolhimento e empatia e, poderá refletir em uma gradativa e fortalecida iniciativa no âmbito da Instituição.

Outro tema que merece destaque a esse público são os materiais relacionados as diferentes disciplinas ou componentes curriculares. Geralmente, no caso de estudantes com deficiência visual, o material de aula é elaborado e adaptado pelo professor, principalmente os específicos para os cursos técnicos, pois são difíceis e complexos de se encontrar na *internet*. Por isso, como descrito ao longo desta Recomendação 02, a construção de uma comunicação convergente entre Estudantes – Professores – NAPNE – CPI – Biblioteca, caracteriza-se como prioritária.

Desse modo, um aspecto importante a resgatar no processo de comunicação está relacionado ao estímulo que pode ser fomentado pelo professor. Quando o estudante é estimulado a frequentar as Bibliotecas, pode-se sinalizar a necessidade de a Instituição tornar a temática inclusão cotidiana e presente em ações concretas nos espaços das Bibliotecas, visto que, também, são ambientes complementares ao ensino, a pesquisa e a extensão.

Diante disso, é essencial que o estudante e o seu entorno familiar percebam com clareza que a Coordenação de Curso com apoio do NAPNE e da CPI, pode auxiliar com a adaptação de livros, imagens, mapas, transcrição de material, ledores, Braille, uso de Tecnologias Assistivas, compras de mate-

riais acessíveis, dentre outros assessoramentos, como indicar profissionais das áreas de psicologia e de pedagogia da Instituição. Essa percepção tem o propósito de criar princípios educacionais inclusivos nos *Campi*, com enfoque democrático e colaborativo, em que cada envolvido no processo possui compromisso com a diversidade dos estudantes.

4.3 RECOMENDAÇÃO 03: RELAÇÃO DA INFRAESTRUTURA COM O SUPORTE TECNOLÓGICO

A Recomendação 02 apresenta indicações relevantes focadas na edificação de uma comunicação convergente entre os órgãos, os responsáveis pela inclusão, o estudante com deficiência visual e seu entorno familiar. Dentre elas, a clareza entre os órgãos existentes no sentido que os estudantes podem buscar junto a Coordenação de Curso, NAPNE e Bibliotecas, recursos que facilitem e viabilizem o seu êxito na Instituição. Por outro lado, esta Recomendação 03 objetiva estabelecer pontos relacionados entre a infraestrutura e as ferramentas tecnológicas inclusivas.

A NBR 9050:2015, de 11 de setembro de 2015, orienta como norma, o estabelecimento de critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. Dentre outras exigências que deve existir pelo menos uma rota acessível que interligue o acesso de estudantes às áreas administrativas, de recreação, salas de aula, laboratórios e Bibliotecas.

Pupo e Martins (2014) recomendam parâmetros para a implantação de Bibliotecas acessíveis e explicam sobre a importância do uso do Desenho Universal[2] e da Tecnologia Assistiva[3]. As autoras, sugerem padrões mínimos que podem ser seguidos pelas Bibliotecas, como: rampas; rota acessível; estacionamentos com vagas sinalizadas; elevadores com sinalização em Braille, sinalização no ambiente em Braille; portais *web* acessíveis, disponibilização de conteúdos impressos e digitais; técnica de estudos adaptados às necessidades apresentadas, impressão Braille, ampliadores de tela; lupas manuais e eletrônicas; livros acessíveis em Braille ou áudio, dentre outros parâmetros.

A partir desse contexto, é relevante sugerir que o IFPE esteja permanentemente em sintonia com os critérios técnicos da NBR 9050:2015 no momento da construção, instalação ou adaptação de mobiliários, espaços e equipamentos, com o uso, por exemplo, do conceito do Desenho Universal e da Tecnologia Assistiva para tornarem seus Campi acessíveis. Como pode ser observado na **Indicação 11** da Figura 11, em que se demostra estantes com indicativos em Braille, rampas e ferramentas inclusivas.

---

[2] Desenho Universal ou Design Universal é concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de Tecnologia Assistiva. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 03 de jan. de 2020.

[3] Tecnologia Assistiva são produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 03 de jan. de 2020.

Figura 11 – Indicação sobre a Acessibilidade nas Bibliotecas.

Fonte: Os Autores.

Sassaki (2010), explica que o combate pela eliminação ou minimização de barreiras arquitetônicas surgiu no início da década de 1960, em que a principal ação era adaptar o que existia de tal forma que se tornassem utilizáveis pelas pessoas com deficiência. Foi com o passar do tempo, que surgiu o conceito de "desenho acessível" ou "desenho para todos" ou ainda, mundialmente conhecido como Desenho Universal, em que desde a fase de projeção da ferramenta, do prédio, do ônibus ou do serviço, se pensa na pessoa com deficiência e na sua autonomia em utilizá-los.

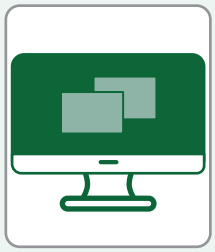
Especificamente em relação aos *Campi* antigos, a partir das observações contidas em Novaes Nunes e Melo Filho (2020b) e Novaes Nunes (2021) foi possível evidenciar que suas infraestruturas foram edificadas numa perspectiva em que não é possível construir espaços plenamente acessíveis. Recomenda-se, nesse contexto, que o IFPE e outros Institutos Federais em situação análoga estejam atentos continuamente, as normas de acessibilidade e realizem adaptações, nos espaços para atender inclusivamente os estudantes com deficiência visual. Inclusive, quando possível, concebam suas respectivas Bibliotecas, com o uso do Desenho Universal, para que seus usuários tenham autonomia no acesso ao espaço e às informações, respeitando suas necessidades específicas.

Mostra-se recomendado, portanto, que a Biblioteca reflita sobre a oferta de ambientes adequados às demandas desses estudantes, pois muitos utilizarão programas de voz, lupas ou ledores para a leitura do conteúdo das diferentes disciplinas ou componentes do seu respectivo curso. Recomenda-se, que esses ambientes ofereçam ferramentas que auxiliem pessoas com deficiência visual ao acesso à informação, o que pode contribuir para tornar a Biblioteca do IFPE minimamente acessível. O Quadro 7 relaciona algumas dessas possíveis ferramentas que podem ser consideradas.

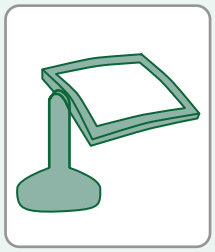
Quadro 7 - Recursos Utilizados por Pessoas com Deficiência Visual.

Legenda:

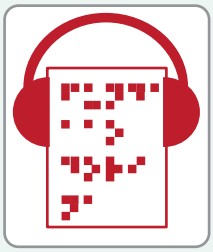
- Cego
- Baixa-visão



Ampliadores de tela de computador

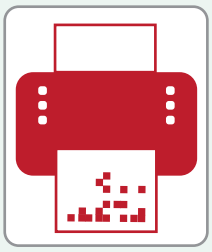


Lentes de aumento para texto

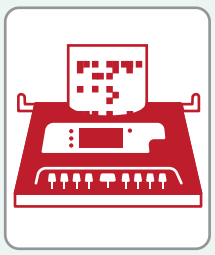


Software de Braille falado

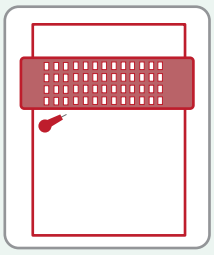
Sintetizadores de voz



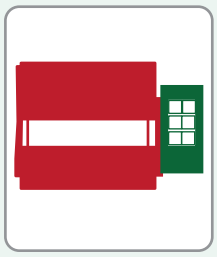
Impressoras Braille



Máquinas de datilografia Braille

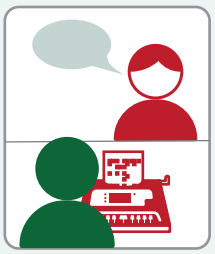


Regletes

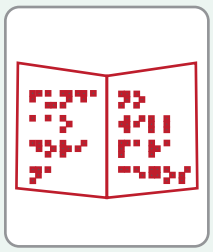


Copiadora em alto relevo

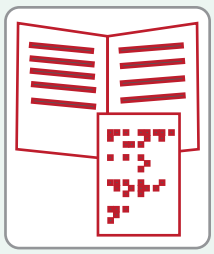
Leitores de tela de computador



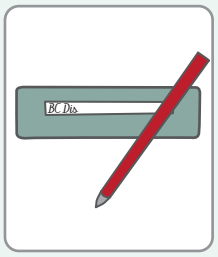
Ledores de textos



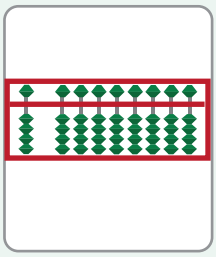
Transcritores Braille



Revisores de texto Braille



Régua para escrita cursiva



Soroban ou Ábaco

Fonte: Os Autores.

É interessante e sugestivo que o professor, o NAPNE e as Bibliotecas, evidenciem a comunidade e a esses estudantes a existência desses recursos. Além disso, podem mesclar as diferentes possibilidades dos diferentes dispositivos existentes para facilitar o acesso às informações, ao considerar que cada usuário possui sua preferência de ferramenta. Desse modo, as atividades propostas pelos professores, sejam na sala aula, laboratórios ou extracurriculares, poderão ser realizadas, com autonomia e equidade.

Formar na perspectiva da educação inclusiva, em especial para pessoas com deficiência visual, pressupõe ressignificar o papel dos profissionais da escola e suas práticas pedagógicas, frente aos diversos recursos tecnológicos que auxiliam a inclusão de estudantes com deficiência visual. É preciso atentar que a disponibilização da infraestrutura não finaliza com a concepção ou possíveis adaptações em suas infraestruturas para o fornecimento do suporte inclusivo das Bibliotecas. É ratificado por Figueiredo (2011) que a formação inicial e continuada necessita considerar princípios éticos, filosóficos e políticos que permitam aos profissionais organizar situações de aprendizagem que consideram a diversidade dos estudantes.

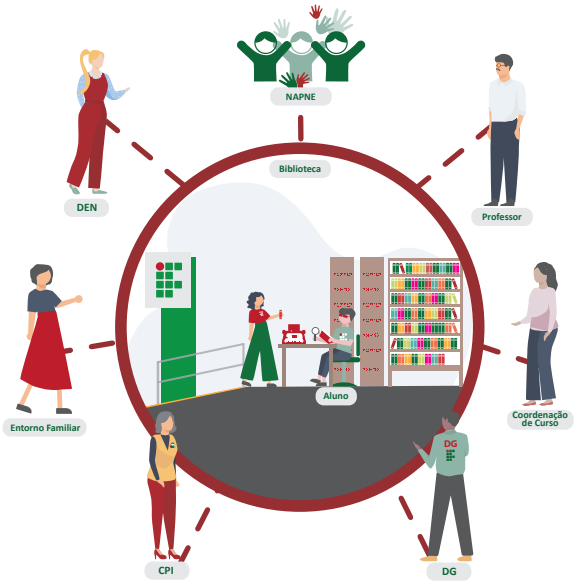
Diante dessa perspectiva, um indicativo importante está associado a necessidade do treinamento contínuo dos profissionais envolvidos nos contextos da Biblioteca, do NAPNE, da CPI e dos professores.

4.4 RECOMENDAÇÃO 04: ACERVO INCLUSIVO DIRECIONADO AO ATENDIMENTO A FORMAÇÃO INTEGRAL

A Lei nº 10.753/2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, apresenta no art. 1º que o livro é um meio insubstituível da transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa, da conservação do patrimônio nacional e que se deve assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura. Além disso, conforme a NBR 9050:2015, deve-se garantir recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e serviço de apoio, como também, publicações em Braille.

No âmbito da EPT, verifica-se que é importante que as atividades dos órgãos e dos responsáveis pela inclusão estejam interligadas para que as Bibliotecas atendam de forma inclusiva os estudantes com deficiência visual, conforme ilustrado da Figura 12. A construção do acervo inclusivo das Bibliotecas, especialmente para as matérias específicas dos cursos técnicos, necessita ser arquitetada junto a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, portanto, Professores – Direção Geral – Diretoria de Ensino – Coordenação de Curso – NAPNE – CPI – Estudantes e seu entorno familiar, precisam, sobretudo, construir a comunicação convergente, debatida na Recomendação 02.

Figura 12 – Construção do Atendimento Inclusivo nas Bibliotecas.



Fonte: Os Autores.

Dentro do sistema de uma instituição de ensino, em especial na EPT, a Biblioteca caracteriza-se como um ambiente socioeducativo e o uso combinado ou isolado de recursos humanos e tecnológicos é imprescindível para o fornecimento do suporte adequado a sua comunidade.

Malheiros e Cunha (2018), debatem algo fundamental, que é a exclusão proporcionada pelas tecnologias, ao afirmarem que trouxeram acesso a uma gama de informações, porém, a falta de acessibilidade, como os livros que não são digitais ou em Braille, funcionam como uma barreira aos usuários com deficiência visual. Os autores também apontam, que apenas de 5% a 7% do que é publicado nos países desenvolvidos e menos de 1% nos países em desenvolvimento estão disponibilizados em formato adaptado.

Um aspecto relevante identificado no estudo exploratório de Nunes Novaes (2021) e Nunes Novaes e Melo Filho (2019b) apontam que os acervos existentes no âmbito da EPT caracterizam-se em boa parte em doações de exemplares em áudio e que não estão em conformidade com a realidade cotidiana dos Institutos Federais, especialmente entre o conteúdo desses títulos e sua relação com os conteúdos técnicos que fazem parte da estrutura curricular dos respectivos cursos do IFPE.

Diante desse cenário, compreende-se que a concepção de um acervo inclusivo, em particular, destinado aos estudantes com deficiência visual, está intrinsecamente ligada as descrições indicadas nas Recomendações 01 e 02. Inclusive, numa visão institucional, é importante destacar que os pontos a seguir são indispensáveis nesse processo:

- Estabelecer procedimentos para garantir os direitos à educação, à vida, à cultura, ao lazer e à profissionalização a esses estudantes.
- Efetivar a participação permanente de estudantes e egressos e seu entorno familiar em parceria com os responsáveis pela inclusão no IFPE para buscar elementos que favoreçam a construção contínua de um acervo adequado ao atendimento a esse público.
- Catalogar as experiências vivenciadas e categorizar as vivências compreendidas junto aos professores e aos respectivos NAPNEs ou órgãos equivalentes.
- Consolidar o diálogo entre os órgãos e os professores com o objetivo de estabelecer a concepção de conteúdos basilares dos cursos, em especial, os cursos técnicos.
- Diligenciar ações com vistas a formação de um acervo acessível e fomentar parcerias entre os serviços de Bibliotecas dos

Campi e outras Bibliotecas públicas, para aquisição de livros em Braille ou áudio.

▪ Fortalecer o movimento de digitalização das Bibliotecas em sintonia com práticas inclusivas voltadas a disponibilização de um acervo acessível e a oferta de materiais pedagógicos especializados.

▪ Estabelecer uma prática institucional para que livros, provas, cartazes e materiais didáticos estejam em formato acessível e, considerar as características previamente catalogadas para cada tipo de leitor com deficiência visual.

É interessante que esse processo esteja baseado sob a perspectiva da participação de todos e busque objetivos comuns que visem como ponto central, o atendimento inclusivo de estudantes com deficiência visual. Nessa concepção, as práticas inclusivas voltadas à construção de acervo inclusivo para o atendimento a formação integral desse público podem estar sob tutela conjunta da Direção Geral de Ensino, da Coordenação de Curso, dos Professores, da CPI, do NAPNE e da Biblioteca, sempre quando possível, com a participação do estudante e do seu entorno familiar.

Este Guia de Recomendações é resultante de uma investigação exploratória no Instituto Federal de Pernambuco – IFPE e trata-se de uma primeira versão que pode servir de base de estudo para outros pesquisadores e de ponto de partida para que outras ações específicas sejam diligenciadas.

Essa investigação permitiu uma análise dos documentos norteadores da Instituição que abordam a temática inclusão e, um estudo *in loco* nas Bibliotecas dos *Campus* Recife e *Campus* Garanhuns. A partir da coleta de dados foi evidenciado que há uma carência de estratégias sistematizadas e específicas para o atendimento inclusivo das Bibliotecas aos estudantes com deficiência visual.

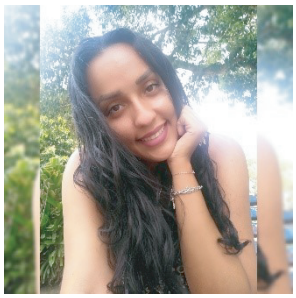
É importante ressaltar, que as recomendações não possuem caráter impositivo e sim, sugestivo, norteador e de reconhecimento dos pontos positivos e dos pontos que necessitam de aprimoramento. Foram construídas com a participação enriquecedora de diversos profissionais da Instituições, em diferentes contextos, como Professores, Estudantes, Bibliotecários, NAPNE e CPI, considerando a estrutura organizacional do IFPE.

O Guia busca reorganizar sistematicamente as informações, os documentos norteadores, o papel dos órgãos e dos responsáveis pela inclusão, com o objetivo de proporcionar, na medida do possível, um incentivo a uma comunicação convergente entre os atores envolvidos no processo de inclusão. Como também, contribuir para o ingresso, a permanência e o êxito dos estudantes com deficiência visual e que as Bibliotecas sejam protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, corroborando com o compromisso da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Por fim, é preciso ter em mente que a Biblioteca é um ambiente socioeducativo, uma vez que possui um papel social e cultural, além de educacional e informacional. Portanto, é importante que as Instituições de Educação, em especial ao recorte feito na EPT, concebam suas Bibliotecas como inclusivas, com o acesso à informação e aos componentes curriculares dos cursos, respeitando as necessidades específicas dos estudantes.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal Pernambuco (IFPE) pela autorização para o desenvolvimento da pesquisa na instituição do qual permitiu junto com desenvolvimento da dissertação, a concepção, desenvolvimento e avaliação deste Produto Educacional. A solicitação de autorização foi protocolada sob o número do Processo 23295.020043.2018-86.



Ada Verônica de Novaes Nunes

Mestra do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). É Especialista em Educação Especial e Inclusiva pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER (2016). É Graduada em Geografia pela Universidade de Pernambuco (2010) e em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER (2018). É servidora do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) atua na Diretoria de Gestão de Pessoas. Desenvolve pesquisas em relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica, com foco em práticas educativas voltadas à educação inclusiva e em especial, ao suporte de estudantes cegos e de baixa visão. Possui interesses relacionados a educação, políticas inclusivas, pedagogia e recursos humanos.

Lattes:<http://lattes.cnpq.br/1742355866452828>
E-mail:ada.novaes@reitoria.ifpe.edu.br

Ivanildo José de Melo Filho

Doutor em Ciência da Computação na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2017). Mestre em Ciência da Computação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2010). Possui Especialização em Redes Convergentes pela FIR - Faculdade Integrada de Recife (2006). É Graduado em Ciência da Computação pela UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco (2000), tem formação como Técnico em Eletrônica pela ETFPE - Escola Técnica Federal de Pernambuco (1993). Em 2015 participou da missão MEC/SETEC/CNPQ para o curso de aperfeiçoamento no Programa Professores para o Futuro na HAMK University of Applied Sciences na Finlândia. Atualmente é professor do Instituto Federal de Ciência Educação e Tecnologia de Pernambuco - IFPE - Campus Paulista e Professor do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do IFPE, atuando na linha de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Sistemas de Computação/Convergência/Interação Homem-Máquina e Tecnologia Educacional. Desenvolve e possui interesse em pesquisas relacionadas tecnologias educacionais emergentes, Aprendizagem informal apoiada por tecnologias, Estudos metodológicos de interação com artefatos educacionais, Design e avaliação de ambientes de aprendizagem, tais como: LMS - Learning Management Systems e PLE - Personal Learning Environments.

Lattes:<http://lattes.cnpq.br/4062852621660068>
E-mail: ivanildo.melo@paulista.ifpe.edu.br

ANNA, Jorge Santa. **A redefinição da biblioteca no século XXI: de ambientes informacionais a espaços de convivência.** Rev. Digit.Bibliotecon. Cienc. Inf. São Paulo: maio/ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v14i2.8641701>. Acesso em 16 de jun. De 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edifcações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>. Acesso em: 05 janeiro 2021.

BRASIL. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007--2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 13 de janeiro de 2020.

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2003/L10.753.htm. Acesso em: 12 de novembro de 2020.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; NASCIMENTO, Ricardo Augusto Lins do. **Política de Acessibilidade: o que dizem as pessoas com deficiência visual.** Educação & Realidade. Porto Alegre: 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684848>. Acesso em: 16 de jun. De 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos: fundamentos básicos**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FERNANDES, Woquiton Lima; COSTA, Carolina Severino Lopes da. **Possibilidades da tutoria de Pares para Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Técnico e Superior.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 21, n. 1, p. 39-56, Jan.-Mar., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382115000100004>. Acesso em 16 de jun. De 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: >https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

MALHEIROS, Tania Milca; CUNHA, Murilio Basto de. **As Bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiências visual.** RDBCI: v.16, n.1, p.146-170, jan./abr.2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650318/pdf>. Acesso em: 12 de jan. De 2021.

MANTOAN, Marai Teresa Eglér (org.). **Os desafios das diferenças nas escolas**. 4. Ed. Petrópolis--RJ: Vozes, 2011.

MANTOAN, Marai Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MARQUES, Claudia Luíza. **Educação Profissional: o ingresso, as tecnologias e a permanência dos estudantes com deficiência no Instituto Federal de Brasília.** Dissertação de Mestrado. Brasília: unb/FE/Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15892>. Acesso em: 17 de jun. De 2019

NOVAES NUNES, A. V. **Biblioteca inclusiva: especificações de estratégias para o suporte aos estudantes com deficiência visual no ensino profissional e tecnológico.** Dissertação de Mestrado – Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica- profept. Olinda, 2021.

NOVAES NUNES, A. V.; MELO FILHO, I. J. (b). **Observação Diagnóstica sobre a Acessibilidade e a Inclusão do Espaço Físico das Bibliotecas na Educação Profissional e Tecnológica para o Suporte aos Estudantes com Deficiência Visual no IFPE.** Revista Valore, v. 5, p. 1-15, 2020.

NOVAES NUNES, A. V.; MELO FILHO, I. J.(a) . **Protocolo de Revisão de Literatura sobre o Suporte Inclusivo das Bibliotecas para Estudantes com Deficiência Visual na Educação Profissional e Tecnológica.** In: V Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional: A Produção do Conhecimento em Educação Profissional, 2019, Natal/RN. Anais do V Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional: A Produção do Conhecimento em Educação Profissional. Natal/RN: Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), 2019.

Portal do IFPE. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2021.

PUPO, D. T., & Martins, V. Dos S. G. **Construção de Parâmetros para Implantação de Bibliotecas Acessíveis**. Revista Gestão & Conexões. Disponível em: <https://doi.org/10.13071/regec.2317-5087.2013.3.1.5049. Acesso em: 12 de novembro de 2020.

RABELLO, Suzana; et al. **The influence of assistive technology devices on the performance of activities by visually impaired.** Tradução de: Ada Verônica de Novaes Nunes. Rev Bras Oftal-

mol: 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0034-72802014000200103>. Acesso em: 17 de jun. De 2019.

RAMOS, Ismar Batista. **Inclusão na educação profissional [manuscrito]: uma avaliação a partir da visão dos profissionais e estudantes de um Campus do IFNMG**. Dissertação de Mestrado. Diamantina: UFVJM, 2016. Disponivel em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1330>. Acesso em: 17 jun. De 2019

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3. Ed. São Paulo: Wva, 2010.

SPINA, Carli. **A Place for Everyone.** Traduzido por: Ada Verônica de Novaes Nunes. School Libray Journal, May 2017, Vol.63(05), p.28. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1894681149/?Pq-origsite=primo>. Acesso em: 17 de jun. De 2019.

ISBN: 978-65-00-24183-9
CBL
9 786500 241839

INSTITUTO FEDERAL
Pernambuco
Campus Olinda

PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA
INSTITUTO FEDERAL
Pernambuco

REPOSITÓRIO EDUCAPES

eduCAPES

O conteúdo completo pode ser acessado na íntegra através do QR Code acima.